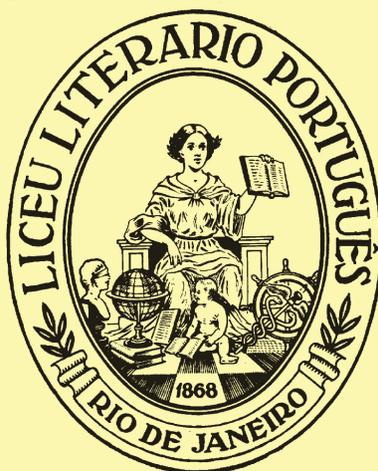


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 49 – 2.º semestre de 2015 – Rio de Janeiro

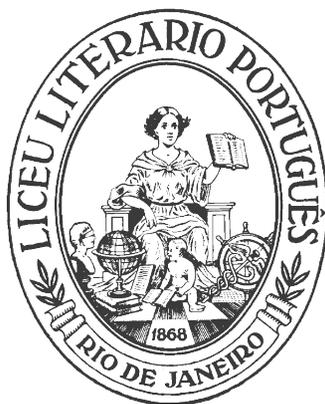
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 49 – 2.º semestre de 2015 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO
Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2013/2014

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
	Presidente de Honra: Antonio Gomes da Costa

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airoso Branco
Suplentes:	José Gomes da Silva Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosálvo do Valle

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriques Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Rosálvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Diagramação

Quadratto Comunicação e Design
Rossana Henriques
www.quadratto.com.br

Pede-se permuta

Pídese canje

On demande l'échange

Sí chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Artigos	
A correspondência Jakobson-Mattoso Câmara (1945–1968).....	9
CRISTINA ALTMAN	
Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa.....	43
GONÇALO FERNANDES	
Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros.....	68
JOSÉ GÓMEZ ASENCIO	
MARIA FILOMENA GONÇALVES	
Retórica de ruptura e descontinuidade nas ciências da língua: um estudo pela historiografia da linguística.....	119
RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA	
O tratamento dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia do português (séculos XVI-XVII).....	142
ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO	
Universalização de conceitos linguísticos como etapa da consolidação da ciência – contribuição dos filólogos portugueses.....	162
MARINA A. KOSSARIK	
Historiografia Linguística, História Cultural, Estudos Culturais: desafios teórico-metodológicos.....	201
NEUSA BARBOSA BASTOS	
VERA L. HARABAGI HANNA	

História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX.....	215
OLGA FERREIRA COELHO STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA	
Fontes manuscritas sobre a língua geral da amazônia escritas por jesuítas “Tapuitinga” (século XVIII).....	236
CANDIDA BARROS RUTH MARIA MONSERRAT	
Ensino mútuo (séc. XIX) x multisseriado (séc. XXI): perspectivas da disci- plina Língua Portuguesa no Nordeste.....	255
PATRÍCIA SILVESTRE LEITE DI IÓRIO SÔNIA MARIA NOGUEIRA	
Colaboradores deste número.....	271

APRESENTAÇÃO

O presente número de *Confluência* dá seguimento à publicação de uma série de textos de especial qualificação no campo da Historiografia Linguística. Já no número 48, ofereceram-se ao público interessado vários estudos que decerto muito vêm a contribuir para melhor compreendermos a produção e difusão do conhecimento linguístico, mormente no campo mais estrito dos estudos produzidos em língua portuguesa.

Esta iniciativa, conforme se esclarece na *Apresentação* do citado n.º 48 da revista, visa a pontuar bibliograficamente os 20 anos de fundação do GT de Historiografia da Linguística da Anpoll, de que participam vários investigadores brasileiros e estrangeiros, seja como membros efetivos ou convidados. O presente número, que se abre com um estudo precioso de Cristina Altman sobre a correspondência entre Roman Jakobson e Joaquim Mattoso Camara Jr. e se encerra com um relato de Patrícia Di Iório e Sônia Nogueira acerca de dois momentos históricos do ensino do português no Nordeste, estende-se por outros oito textos altamente qualificados, cujo mérito se poderá facilmente comprovar pela leitura atenta e proveitosa. A revista *Confluência* agradece aos investigadores que submeteram seus artigos para esta edição e espera que, com a iniciativa de sua publicação, venha a contribuir ainda mais para o desenvolvimento dos estudos linguísticos contemporâneos.

Ricardo Cavaliere

A CORRESPONDÊNCIA JAKOBSON-MATTOSO CÂMARA (1945–1968)¹

Cristina Altman
Universidade de São Paulo
altman@usp.br

*Por ocasião dos 20 anos do GT de
Historiografia Linguística Brasileira*

RESUMO:

No texto estão editadas 23 das cartas que compõem a correspondência, até então inédita, entre dois grandes autores da Linguística do século XX, Joaquim Mattoso Câmara (1904–1970) e Roman Jakobson (1896–1982), depositadas no acervo de Mattoso Câmara, na Biblioteca da Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, e no acervo de Roman Jakobson, confiado ao *MIT Libraries-Archives and Special Collections*, em Cambridge, Massachusetts.

PALAVRAS-CHAVE: Mattoso Câmara, Jakobson, estruturalismo, fonêmica

ABSTRACT:

The present text edits 23 letters which constitute part of the correspondence, so far unpublished, between two great authors of the 20th century Linguistics, Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904–1970) e Roman Jakobson (1896–1982), deposited in Mattoso Câmara's collection, at the Biblioteca da Universidade Católica de Petrópolis, Rio de

¹ A primeira versão deste texto remonta a 2001, como parte integrante da minha tese de Livre-Docência (v. Altman, 2001, MS inédito). Baseei-me ainda uma vez neste trabalho, ao proferir a conferência plenária *A correspondência Jakobson – Mattoso Câmara (1945–1968), ou a guerra fria estruturalista*, durante as atividades da **I Jornadas Internacionales de Historia de la Linguística**, no Instituto de Lingüística de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, em 2 de agosto de 2012. O presente texto constitui a versão escrita da conferência de 2012, com modificações.

Janeiro, and at Roman Jakobson's collection, entrusted to *MIT Libraries-Archives and Special Collections*, Cambridge, Massachusetts.

KEY-WORDS: Mattoso Câmara, Jakobson, structuralism, phonemics

Observações introdutórias

Acredito que não haja mais dúvida hoje de que o texto resultante de um trabalho historiográfico em ciências da linguagem seja um objeto construído pelo historiógrafo, no sentido de que é uma representação parcial da história do conhecimento sobre a linguagem humana, com a qual pretende manter, em alguma medida, uma relação de iconicidade (Swiggers 1983, 1989, 1990). Nossas historiografias variam, pois, não apenas conforme nossos conhecimentos dessa história — das diferentes épocas históricas e dos diferentes meios sociais e étnicos em que circulamos — mas também conforme as fontes disponíveis e conforme a motivação do historiógrafo que opera, sobre elas, uma seleção.

Assim, para alguém interessado em reconstruir a história do estruturalismo linguístico no Brasil, ou mesmo na América do Sul, há fontes propícias para informar sobre as teorias e métodos linguísticos que aqui tiveram repercussão; outras são mais favoráveis para se identificar as maneiras pelas quais os linguistas lidaram com dados e problemas; outras dão pistas sobre as influências e as afinidades entre os linguistas, ou entre os linguistas e os não-linguistas; outras informam sobre as crenças, valores, atitudes de pessoas, grupos, e gerações que afetaram os rumos que tomou o conhecimento linguístico em determinado contexto histórico; e outras, ainda, permitem recuperar certas circunstâncias institucionais, profissionais e pessoais que moldaram a atividade de pesquisa do linguista, inserindo, dessa maneira, uma dimensão humana a nossos precursores, que não raro assumem, em nosso imaginário, o status de gênios inatingíveis. A correspondência, até agora inédita, entre dois grandes mitos da Linguística contemporânea, Joaquim Mattoso Câmara (1904–1970) e Roman Jakobson (1896–1982) se enquadra neste último caso.

As cartas começam em 1945, momento em que as sociedades americana e europeia davam início ao que seria a nova ordem do pós-guerra. O conturbado contexto político, econômico e social se estendia como um pálido pano de fundo para essa correspondência. As referências de Jakobson na primeira carta, por exemplo, de 17 de outubro de 1945, às suas aulas na *École Libre des Hautes Études*, que o acolheu de 1942 a 1946, e na Universidade de Columbia, onde trabalhou de 1943 a 1949, ambas em Nova Iorque, testemunham a busca dos

scholars europeus no exílio para ocupar posições acadêmicas.

E se encerram em 1968, ano da única visita de Jakobson ao Brasil, e que marca o ponto de chegada de um longo e descontinuado processo de institucionalização da Linguística no país, enquanto disciplina autônoma (Altman, 1998), que coincide — no Brasil e, creio, na América Latina de maneira geral— 1) com a ascensão profissional das primeiras gerações de alunos de Letras que tiveram a disciplina Linguística nos seus currículos (obrigatória desde 1962); 2) com a colocação em evidência, quase que simultaneamente, das literaturas estruturalista e gerativista como referencial teórico preferencial daqueles que começavam a se perceber linguistas; e 3) com o recrudescimento de um regime político de exceção, em que a situação dentro e fora das universidades se tornava progressivamente opressiva. Não por acaso, talvez, alguns viram na assepsia metodológica estruturalista (Chomsky é recebido como o ‘novo’ estruturalismo em Linguística, v. Lemle, 1973), que relega o sujeito real, a história, a mente, o significado, para o então desimportante mundo não científico da *parole*, um dos fatores facilitadores da recepção dessa ciência ‘desengajada’ nos anos sessenta. Do lado europeu, as coisas não eram mais tranquilas: em maio de 1968, ocorria nada mais nada menos do que a revolta estudantil em Paris; dois meses depois, fracassava o levante anticomunista da então Tchecoslováquia, rendida por tropas da Rússia, Alemanha Oriental e Polônia.

É entre esses dois momentos que se situa o conjunto de quarenta e cinco cartas trocadas entre os dois linguistas, inéditas, que acredito não estar ainda completo. Da parte de ambos os autores há referências a outras cartas que ainda não consegui localizar, tanto no acervo de Mattoso Câmara, depositado na Biblioteca da Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, quanto no acervo de Roman Jakobson, confiado ao *MIT Libraries-Archives and Special Collections*, em Cambridge, Massachusetts. Salvo uma ou outra correção em lapsos de datilografia, ou mesmo de ortografia, as 23 cartas que aqui se reproduzem foram editadas tal e qual os manuscritos originais, incluindo as eventuais infelicidades de estilo dos missivistas que, afinal, não tinham no inglês, como sabemos, sua primeira língua.

1. Alguns pontos de referência: Roman Jakobson

Roman Jakobson chegou à cidade de Nova Iorque em 4 de junho de 1941, dois anos antes de Mattoso Câmara, e em circunstâncias bastante diferentes. Vindo de um *background* pessoal e profissional completamente distinto daquele de Mattoso Câmara, Jakobson aportou nos Estados Unidos já internacionalmente

reconhecido pelas suas publicações em diversas áreas da linguística. Logo que chegou, foi-lhe atribuída a cátedra de filologia eslava na Faculdade de Letras e Instituto de Filologia e História Oriental e Eslava, afiliada à *École Libre*, cargo que manteve de 1942 a 1946 (Jakobson & Pomorska, 1983, pp. 40-41). Patrocinada pela *New School for Social Research*, durante a guerra, a *École Libre* oferecia vários cursos em humanidades, e foi aí que Roman Jakobson proferiu pela primeira vez, entre maio e junho de 1942, suas conferências sobre ‘o som e o sentido’ (v. Jakobson 1976 [1942], 1977 [1976], 1978 [1976]), celebradas em história da linguística mais pela influência que exerceram do que, eventualmente, pelo seu conteúdo (cf. Joseph, 1989; Falk, 1995). Essas conferências atraíram uma ampla audiência de jovens e talentosos linguistas, como Paul L. Garvin (1919–1994), Charles F. Hockett (1916–2000), Thomas A. Sebeok (1920–2001), Henry M. Hoenigswald (1915–2003), Joaquim Mattoso Câmara (1904–1970), e outros colegas da *École*, como o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908–2009). O corpo docente da *École Libre* sempre se considerou como apenas provisoriamente sediado em Nova Iorque, tanto é que, assim que terminou a guerra, praticamente todos voltaram para a Europa (Rutkoff & Scott, 1986, p.171).

Mas ainda nesses tempos de guerra, a intelectualidade europeia e americana tinha desafios enormes a enfrentar, incluindo a dificuldade de obter posições estáveis na Universidade (v. por ex., Jakobson, 1979, p.163; Halle, 1988, p.738; Murray, 1994, p.216). Jakobson mesmo havia sondado a possibilidade de se transferir para a Universidade de São Paulo ainda nos anos 1940, possibilidade que nunca se concretizou. Quaisquer que tenham sido as razões que impossibilitaram a vinda de Jakobson para a USP, o fato é que no início dos anos 1940, acidentes de história pessoal reuniram Mattoso Câmara e Roman Jakobson, não no Brasil, nem na Europa, mas, ‘no exílio’, na cidade de Nova Iorque.

Ao lado das questões institucionais, ainda na primeira carta de 1945, Jakobson fez referência ao que considerava naquele momento um problema crucial em ciência da linguagem: o estudo do significado linguístico, como contraparte da sua fonologia funcional. *Sound and Meaning* anunciada aqui como sua grande obra síntese, e reanunciada por ele nos vinte anos seguintes, nas cartas enviadas a Mattoso Câmara, que se dispunha, a cada vez, a traduzi-la para o português. Por uma razão ou por outra, o projeto nunca se concretizou enquanto tal (v. por exemplo, cartas #4 (1946) #6 (1948), #7 (1948), #8 (1948), #12 (1954), #17(1960). Ao longo dos anos, inúmeros outros interesses — principalmente a poética — viagens e compromissos levaram Jakobson a adiar indefinidamente o projeto, que só veio a ser publicado postumamente (v. Jakobson, 1990).

Nem tudo ficou apenas em planos, ao contrário. As cartas atestam os bem sucedidos esforços de Jakobson em estabelecer uma rede entre seus alunos e outros simpatizantes da ‘sua’ linguística, nos mesmos moldes europeus:² com a criação de um círculo linguístico, em 1943 — o *Círculo Linguístico de Nova Iorque* — e, simultaneamente, de uma publicação periódica que desse vãsão às discussões e à produção dos linguistas que em torno dele gravitavam, a revista *Word* (carta # 3). Em 1949, o convite para ocupar a cadeira de Línguas e Literaturas Eslavas da Universidade de Harvard consolidou sua permanência nos Estados Unidos, onde desenvolveu longa e extremamente produtiva carreira, até sua morte, em 1982. Em 1956, foi presidente da *Linguistic Society of America*; de 1957 em diante, acumulou a posição em Harvard com o cargo de *Institute Professor* do M.I.T.; de 1966 a 1969, esteve ligado ao *Salk Institute for Biological Studies*, em La Jolla, Califórnia (carta #23), atividades entremeadas por estadas temporárias em prestigiosas instituições europeias e americanas, incontáveis viagens, inclusive ao Brasil (v. cartas #22), encontros científicos e publicações.

2. Ainda alguns pontos de referência: Mattoso Câmara

Mattoso Câmara e Roman Jakobson conviveram por um curto (mas decisivo) período entre 1942 e 1943 em NY, para onde Mattoso havia sido enviado com uma bolsa da *Rockefeller Foundation* para ‘aperfeiçoar-se’ em Linguística: lá entrou em contato não apenas com Jakobson, Levi Strauss, entre outros, mas também, e principalmente, com o estruturalismo linguístico, que se tornou seu quadro principal de trabalho para a descrição do Português.

Quando voltou a lecionar na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1947 (v. carta #5),³ como professor de Linguística Geral para os alunos dos últimos anos de Letras, Mattoso enviou a Jakobson uma cópia do programa que pretendia seguir:

² Cf., por exemplo, o *Círculo Linguístico de Moscow*, criado em 1915; o *Círculo Linguístico de Praga*, em 1926 e o *Círculo Linguístico de Copenhagen*, em 1939.

³ Mattoso Câmara ministrara um primeiro curso de linguística em 1938–1939, na então chamada Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, publicado como “Lições de Linguística Geral”. In: *Revista de Cultura* 25. 99-104; 183-89; 216-22; 279-84; 26. 43-47; 81-86; 177-85; 27. 21-27; 83-88; 141-46; 202-8; 28. 11-17 (Rio de Janeiro: Vozes).(V. Altman, 2004).

Unidade I - A linguagem; língua e discurso. A ciência da linguagem. Estudo sincrônico e diacrônico; o método comparativo. Unidade II - A fonação; elementos. Fonética e fonêmica. Unidade III - A fala; elementos. Vocábulo, Frase. A teoria da frase. Unidade IV - Os morfemas; seus tipos. A análise mórfica ou estrutural. Categorias gramaticais. Espécies de palavras. Unidade V - Classificação descritiva das línguas; Schleicher; Sapir. Unidade VI - A evolução linguística. Causas linguísticas e extra-linguísticas. As leis fonéticas. Unidade VII - As famílias linguísticas. A linguística indo-européia.” Unidade VIII - O empréstimo; tipos e modalidades. Unidade IX - A evolução do sentido. Breal. A moderna semântica. Unidade X - As correntes linguísticas até o séc. XX Unidade XI - As correntes linguísticas contemporâneas. Relação da linguística com outras disciplinas referentes à linguagem e com as outras ciências sociais. (No manuscrito de Mattoso se lê, no canto esquerdo da página: “To R. Jakobson, with my best wishes and friendship, J. Mattoso Camara Jr. Rio, April 15, 1947.” MIT Archives, Box 40, folder 29)

Pelos tópicos, a proposta era apenas timidamente inovadora. Com efeito, até esta data, aparentemente, além de Mattoso Câmara, apenas Serafim da Silva Neto (1917–1960) havia dado sinais de ter notado os linguistas da chamada Escola de Praga (v. Silva Neto 1941). E apenas no ano anterior, Mattoso publicara uma resenha crítica mais extensa sobre a teoria fonológica de Trubetzky e Jakobson, contrastando-a, inclusive, com o que considerou “*sua irmã gêmea, [...] a doutrina fonêmica norte-americana*” de Bloomfield (v. Mattoso Câmara, 1946b, p. 97). Mesmo assim, não se pode dizer que até o final dos anos cinquenta o conceito de fonema fosse uma questão resolvida pelos filólogos brasileiros da época, ao menos pelos cariocas. Com efeito, José de Oiticica, no seu livro de 1955 — *Uma Gramática (crítica ao Prof. Sílvio Elia)*. Niterói: Tip. J. Gonçalves — puxa sem dó as orelhas do ex-discípulo Sílvio Elia, por este ter adotado, e equivocadamente, segundo ele, o conceito de ‘fonêmica à Trubetzky’.⁴

Não se pode negar, evidentemente, que a transposição do conceito de fonema e estrutura a outros domínios, operada por Lévi-Strauss, teve consequências metodológicas bastante importantes no âmbito mais geral das ciências sociais (v. Joseph, 1989, Waugh & Burston, 1990), inclusive no Brasil. Mas também

⁴ Agradeço ao colega Válder Kehdi ter me cedido o livrinho, de impagável leitura.

não se pode negar o impacto, igualmente importante para a implantação da linguística estrutural na América do Sul, exercido pelo trabalho de Mattoso sobre a fonologia do Português nos moldes do funcionalismo de Praga. Com efeito, com exceção do tentativo exercício de Jakobson, feito em sala de aula, na *École Libre*, em 1943, nunca publicado, da descrição parcial de Hall (1943, a e b), de Sten (1944) e do estudo, também parcial, de Reed & Leite (1947), a interpretação fonêmica de Mattoso Câmara foi absolutamente pioneira na tradição de estudos do português, incluindo-se aqueles feitos em Portugal. Antes de ser publicado como livro em 1953, dois dos três estudos que compuseram sua *Fonêmica* foram publicados em 1949 no *Boletim de Filologia* do Rio de Janeiro. O primeiro, “Para o estudo da fonêmica portuguesa: Os fonemas em português” (Mattoso Câmara, 1949a), foi publicado como capítulo dois do livro, revisto a partir das observações de Garvin (1950). O segundo, mais teórico, “Para o estudo da fonêmica portuguesa: Fonética e fonêmica” (Mattoso Câmara 1949b), foi publicado como o capítulo um do livro.⁵

A descrição de Mattoso Câmara de 1953 foi baseada no que definiu como a pronúncia coloquial tensa do Rio de Janeiro e consistiu basicamente em um sistema fonêmico de 26 unidades, 7 sons vocálicos (a rigor 9, já que Mattoso considera também os não silábicos) e 19 consonânticos. Neste sentido, o sistema de Mattoso representava uma solução descritivamente econômica e elegante, se comparada àquelas em circulação, como a de Gonçalves Viana (1892), para citar apenas uma das frequentemente mencionadas pelo próprio Mattoso Câmara.

A análise das consoantes de Mattoso foi claramente inspirada nas aulas de Jakobson de 1943 (Cf. XXXXXX, 1999, 2004). Mattoso propôs quatro categorias de consoantes: oclusivas, fricativas, nasais e líquidas, surdas e sonoras (Mattoso Câmara, 1953a, pp. 101 ss). Exceto pelas líquidas /l/ /lh/ /r/ /rr/, cada categoria tem três consoantes, que ele dispôs nos ângulos dos triângulos: as labiais [p, b, f, v, m] no vértice e as não-labiais embaixo. As não-labiais estão subdivididas em dois outros grupos: as que se articulam com a parte anterior da língua [t, d, s, z, n], que ele localiza no ângulo inferior esquerdo dos triângulos, e as que articulam com a parte posterior da língua, [k, g, x, j, nh], dispostas no ângulo inferior direito.

⁵ O capítulo sobre “Os estudos fonéticos em Português”, entretanto, não foi publicado, nem no *Boletim*, nem na versão de 1953a. Em seu lugar, Mattoso acrescentou um terceiro estudo sobre “A rima na poesia brasileira” (cf. Mattoso Câmara, 1977 [1953a], p. 85-115]. Esta aplicação literária da fonêmica, assim como os estudos estilísticos de Mattoso estão fora do escopo do presente estudo.

/p/	/b/	/f/	/v/	/m/
/t/ /k/	/d/ /g/	/s/ /x/	/z/ /j/	/n/ /nh/
		
	/ʎ/ /lh/	/r/ /r̄/		

Fig. 1: *As consoantes do português do Brasil de acordo com Mattoso Câmara (1953a)* ⁶

O mesmo padrão se repete para as consoantes palatalizadas: as fricativas não labializadas [s] [z], relativamente anteriores, são dispostas no ângulo esquerdo do triângulo; no ângulo oposto estão [x] [j] relativamente posteriores (cf. *sim* /sĩ/ - *chim* /xĩ/, *zelo* /zelu/ - *gelo* /jelu/). O mesmo se aplica às líquidas e nasais *mouillés* [lh] [nh], relativamente posteriores, opostas às *non-mouillés* [l] [n] (cf. *olhos* - *óleos*).

Do ponto de vista auditivo, as oposições são igualmente binárias: labiais e velares, articuladas em extremos opostos do aparelho vocal, produzem um som relativamente mais baixo, sombrio [*dark*] e grave, diferente das palatais e dentais, que produzem um som de timbre relativamente mais alto, percebido como mais claro e mais agudo. Além disso, as consoantes da Fig. 1, constrictivas, [=xfs; jvz] são estridentes, devido ao obstáculo suplementar dos dentes inferiores, que bloqueiam a corrente de ar uma segunda vez à saída da boca, e as oclusivas [=kpt; gbd] são ‘doces’ [*mousse*]. O padrão resultante foi estabelecido, não com base na oposição articulatória oclusiva-fricativa, que se torna um traço secundário, mas com base na propriedade acústica estridente-doce. Ao invés de uma lista de sons linearmente dispostos, Mattoso é bem-sucedido em revelar um sistema consonântico simétrico e orgânico do português, ‘*où tout se tient*’.

Embora tivesse recebido reconhecimento institucional nos últimos anos de sua vida (França, 1998), tendo sido, inclusive, professor convidado de várias instituições americanas (v. carta #18), Mattoso Câmara não teve, evidentemente, as mesmas oportunidades de trabalho e aperfeiçoamento que outros discípulos de Jakobson, como, por exemplo, Paul Garvin, ou Morris Halle. Cartas #2, #5, #6, #8, #13, #14, #16 testemunham parcialmente as dificuldades de toda a ordem enfrentadas por Mattoso nas décadas de quarenta e cinquenta, muitas delas decorrentes da ainda incipiente profissionalização da disciplina linguística no Brasil, inclusive no que dizia respeito ao circuito das publicações acadêmicas (cartas #20, #13).

⁶ No IPA, respectivamente: [n] para [nh]; [ʎ] para [lh], [r] para [r] e [R] para [r̄].

Não teria sido por vontade própria que Mattoso “*failed to be an orthodox disciple [of Jakobson]*” — como revelou com humildade na carta #21. Não havia nada no Brasil dos anos cinquenta, ou sessenta (e ainda não há), que pudesse se comparar aos laboratórios do M.I.T., ou às bibliotecas de Harvard. Mesmo que quisesse, não teria sido possível a Mattoso Câmara dar prosseguimento às análises acústicas de Jakobson (v. cartas #10, #14 e #15). Como consequência, seu trabalho sobre o português do Brasil ficaria sempre vários passos atrás do que se fazia na América (carta #17), e vários à frente do que se fazia no Brasil e na América Latina (carta #9, #14).

Com efeito, Mattoso Câmara se dirigia a uma audiência que, embora versada em assuntos linguísticos, não via ainda com clareza a especificidade da sua abordagem fonêmica em relação à descrição fonética tradicional. Mesmo porque, o interesse desta geração estava mais para o mapeamento das diferenças de pronúncia entre o português europeu e o português do Brasil do que na sua convergência, enquanto sistema. Construir uma ponte entre este tipo de descrição fonética e a abordagem funcional que tencionava aplicar à descrição do português, mantendo, ao mesmo tempo, a especificidade de ambas, certamente não era uma tarefa fácil.

Neste momento, escolher o termo ‘fonologia’, empregado por Trubetzkoy, autor já conhecido da comunidade acadêmica brasileira (atestado posteriormente na carta #20, por exemplo), era admitidamente problemático para Mattoso, na medida em que o termo já tinha sido usado para referir a outros tipos de estudo do som, e nem sempre de forma consistente. Por essa razão, ponderara Mattoso, era preferível usar o termo ‘fonêmica’, originário da Escola Norte-Americana, para designar o tipo de estudo que ele pretendia, até então praticamente desconhecido do público brasileiro. Como ele claramente afirma: “Tem-se assim antes de tudo a grande vantagem de uma designação nova para uma noção nova, sem conotações anteriores ou paralelas que lhe possam perturbar a compreensão” (Mattoso Câmara, 1953a, p.17).

Embora bem ponderado, fora uma escolha infeliz, os *gatekeepers* do momento nem leram, nem gostaram. Observe-se:

Foi pena que o autor, um dos pioneiros deste assunto, houvesse dado ao seu estudo o nome de fonêmica. Com certeza foi influenciado pelo inglês *phonemics*, já que é tão afeiçoado aos linguistas norte-americanos... (Nascentes, 1954, p. 301)

Embora Mattoso estivesse perfeitamente ciente de que os dois quadros estruturalistas de trabalho, os assim chamados europeu e norte-americano, pudessem ser distinguidos um do outro sob vários aspectos, ele não via diferenças substanciais entre o funcionalismo inaugurado por Trubetzkoy e o estruturalismo proposto por Sapir. Ao contrário, na sua leitura, as proposições de Saussure, Trubetzkoy, Sapir, Jakobson e Bloomfield não só não eram incompatíveis, como complementavam umas às outras (carta #9). Para Mattoso, não havia absolutamente contradição em denominar este tipo praguiano de fonologia, de ‘fonêmica’. Tampouco em se valer — como fez — dos conceitos de ‘sílabas’, ‘juntura’ e ‘distribuição complementar’, típico das análises (pós) bloomfieldianas (Hal, 1943a e b; Hockett, 1993), lado a lado dos conceitos de ‘arquifonema’ e ‘neutralização’, que se originaram na tradição de Praga, e do conceito de fonema como ‘feixe de traços distintivos’, difundido em ambas tradições. O que parecia ser pertinente para Mattoso neste momento era introduzir no estudo gramatical do português o conceito de fonema como unidade funcional. Embora a ciência não tenha nacionalidade, seguir uma orientação europeia ou norte-americana logo se tornaria um divisor de águas importante da ainda incipiente comunidade de linguistas brasileiros ‘modernos’. Isso sugere que uma Linguística de recepção importa não só modelos e métodos, mas também a retórica e o contexto de produção da ideia, ou da teoria que elege como aquela que deve seguir. (Altman, 1998).

A título de considerações finais

Ainda que irregulares na periodicidade, e no grau de detalhes que oferecem aos linguistas interessados na influência de Jakobson sobre o pensamento de Mattoso Câmara, as cartas atestam mais uma vez que o conhecimento (linguístico, ou não) não acontece em um vácuo histórico: elas testemunham uma parte do percurso dos dois linguistas de um ponto de vista bastante original em relação àquele com que costumamos olhar nossos mitos. Por elas, damos-nos conta de que até os gênios que historicamente elegemos experimentaram fracassos, adiaram planos, tiveram dificuldades com editores e tiveram que se submeter, muitas vezes, às limitações de saúde, tempo e dinheiro que a vida lhes impôs. Por elas, damos-nos conta de que o conhecimento se constrói dia a dia, de ensaios, acertos e erros, não por deuses, mas por homens comuns.

23 cartas entre Jakobson- Mattoso Câmara (1945–1968)

1

17/X/45⁷

Dear Friend,

For a long time I haven't heard from you. Write me about your work and projects. Our Circle⁸ develops a lively activity. How did you enjoy the first issue of our review *Word*⁹? The second is in print. In one of the next there will be a long contribution of mine on comparative metrics.¹⁰ We shall be really happy to have a paper from you; any linguistic subject is welcome, in the first place, problems of general linguistics. If you can send us, moreover, a summarizing chronicle of the linguistic life in Brazil today, we'll be very glad to publish it.

I am continuing to teach in Columbia and at the *École*, and in the next year I shall probably go to Europe. A student of mine, Garvin, is finishing a dissertation about the structure of the Nambikuara.¹¹ My last publications were mostly concerned with Slavic philology but since the time when you followed my course I have radically developed my system of phonemics and I hope to publish in the next year my book *Sound and Meaning*. How is it with the translation of my *Kindersprache*?¹² I wrote you my consent but have received no answer. If the work is not done, maybe it would be interesting for the publisher to await the manuscript of my new book where the essential ideas of *Kindersprache* enter in a more perfect and more popular form. If you agree I will send a copy of the manuscript as soon as it will be ready, and at the same

⁷ Pela carta #2, presume-se que a data correta desta carta de Jakobson, a primeira endereçada a Mattoso, é 17 de setembro de 1945, e não 17 de outubro.

⁸ *Linguistic Circle of New York - Cercle Linguistique de New York*, de que Mattoso foi co-fundador, em 1943.

⁹ *Word. Journal of the Linguistic Circle of New York*. (vol 1, n.1, abril de 1945.)

¹⁰ Presumivelmente, trata-se do seu *Studies in Comparative Slavic Metrics*, publicado, entretanto, mais tarde, nos *Oxford Slavonic Papers* n. 3, 1952, p. 21-66; republ. em Jakobson, 1966, p. 414-463.

¹¹ Paul Garvin (1919–1996). O trabalho está publicado como *Esquisse du système phonologique du Nambikwara. Journal de la Société des Américanistes*. MS n. XXXVII, 1948, p. 133-189. A tese de Garvin, entretanto — *Kutenai Grammar*. Bloomington, Indiana University, 1947 — foi sobre outra língua, e sob a orientação de Charles F. Voegelin (1906–1986). (Cf. Singerman, 1996). Para um depoimento 'em primeira pessoa', v. Garvin, 1991, p. 127-138.

¹² Mattoso Câmara nunca traduziu *Kindersprache, Aphasie und Allgemeine Lautgesetze*, certamente aguardando o novo manuscrito, tal como sugerido por Jakobson; mas fez dele a resenha, v. Mattoso Câmara, 1946a.

time as the other copy will go to the publisher of this country. Some weeks ago I had lectures at the University of Chicago on meaning as a pivotal problem of modern linguistics. This counterpart of phonemics is now my concern, and I try to apply here my phonemic experiences and methodology. Did you receive my paper on Boas?¹³ Often I think of you and really would like to be in closer contact with you.

With my kindest wishes to you, I remain
Yours, Roman Jakobson

#2

Rio, September 30, 1945

My dear Mr. Jakobson

Your kind letter of September 17 has just arrived, and I thank you for it. It is the first one that has come to me from you, and I have not even received your paper on Boas until now. I was surprised to know that you had already sent to me your answer respecting my proposal on translating your *Kindersprache*. I have been waiting for your acquiescence and for your terms on the matter. Your new proposal, however, is excellent and we should be delighted here in Brazil to publish the translation of your new book on *Sound and Meaning* under the conditions you exposed.¹⁴ I should like to add an *Introduction* on the significance of the Linguistic Circle of Praga, which is very imperfectly known in Brazil, and on you and your linguistic work and I ask you some biographical and bibliographical *data*. The first number of *Word* is very good and I appreciate specially the articles of Lévy-Strauss¹⁵ and Bonfante¹⁶. I hesitate to collaborate among so great scholars; but, since you wish so, I shall send later something respecting the popular Portuguese of Brazil.

¹³ Jakobson, Roman. Franz Boas' approach to language. *International Journal of American Linguistics*, vol. 10, n. 4, 1944, p.188-195; reimpr. em Jakobson, 1971, p. 477-488.

¹⁴ V. carta #8

¹⁵ Lévi-Strauss, Claude. L'analyse structurale en linguistique et en anthropologie. *Word* vol.1, n.1, 1945, p. 33-53.

¹⁶ Bonfante, Giuliano. On Reconstruction and Linguistic Method. *Word* vol.1, n.1, 1945, p. 83-94.

I have read last year in the *Faculdade de Filosofia* a paper on the *The Linguistic Studies in the U.S.A.*, in which I had the opportunity of speaking of the Linguistic Circle of New York; that paper is to be published in a collection of monographies of the *Museu Nacional* and of course you will have a copy of it.¹⁷ Mr. Dreyfuss [?] has invited me to work in São Paulo, but I could not accept, because I would abandon my permanent place in Rio for a transitory one there. So I am until now in my old place in a municipal high school in Rio; but maybe I shall be appointed to teach linguistics in the *Faculdade de Filosofia* after its remodellation sooner or later. It is useless to insist on my interest to maintain our mutual contact, and if you go to Europe, please let me know your address there. With my best wishes and friendly thanks,

Yours sincerely
Mattoso Camara

#3

Mai 28, 1946

Dear friend:

Thank you so much for sending me your instructive and comprehensive survey of Linguistics in this country. I was touched by your appreciation of my activity here.¹⁸

Recently I was appointed for 3 years Professor of Slavic Languages at Columbia University.¹⁹ During the summer I hope to finish my book *Sound and Meaning* and send you a copy of the manuscript, as I promised.

The Linguistic Circle of New York and WORD have been progressing. We have had an interesting season of lectures. Goldstein on the ‘Pathology of Language’; Steinberg (from Bell Company) on ‘Acoustics’; Herzog on ‘Language of American-Indian Poetry’; Morris on ‘Linguistics and Semiotics’,²⁰ etc....

¹⁷ V. Mattoso Câmara, 1945.

¹⁸ Trata-se, certamente, de Mattoso Câmara, 1945.

¹⁹ Jakobson refere-se à renovação, por mais três anos, do seu contrato com a Universidade de Colúmbia onde começara a ministrar aulas em 1943, ocasião, justamente, em que conheceu Mattoso Câmara.

²⁰ Respectivamente, Kurt Goldstein (1878–1965); John C. Steinberg (?); George Herzog (1901–1983) e Charles Morris (1903–1979). Os textos e os resumos das discussões estão publicados em *Word* vol.2, n.1, 1946, p. 81-85.

Why do you not contribute to WORD? We just elected you as representative of Brazilian Linguistics in the Advisory Board of our review. In a few days you will receive the official notification.²¹

Write me about your work and plans and don't forget to write to WORD.

Faithfully Yours,

Roman Jakobson

#4

Rio, June 17, 1946

Dear Mr. Jakobson

Many thanks for your kind letter of May 28. I am touched by your kindness and our good friends' in the Circle electing me to the Advisory Board of *Word*. I have received its two first numbers; they are excellent. I shall send you to it a small study on the *Imperfect Rhymes in Brazilian Poetry*, the only merit of which will be to give some data on Brazilian phonetics to foreign scholars.²²

Some days ago I have sent you by sea a copy of a *Boletim de Filologia*, where you will find two reviews of mine: one on your *Kindersprache* and another on Swadesh's book.²³ For the next number I am writing a review on Trubetzkoy's *Grundzüge*,²⁴ which is wholly unknown among us, except for a dozen of scholars. I am waiting with a deep interest the copy of your manuscript on *Sound and Meaning*.

With my best wishes, Yours truly

J. Mattoso Câmara Jr.

#5

Rio, January 3, 1947

Dear Mr. Jakobson

This letter is to send you my best wishes for the New Year. From the cards of the Linguistic Circle I have been made aware of its new address and its recent

²¹ *Word* vol.2, n.1, 1946 em diante traz, de fato, na contracapa o nome de Mattoso Câmara como um dos membros do 'Advisory Committee for Foreign Countries'.

²² Mattoso Câmara, 1946c.

²³ Mattoso Câmara, 1946 a e d.

²⁴ Mattoso Câmara, 1946b.

meetings. Have you received the *Boletim de Filologia* with my reviews of your *Kindersprache* and Trubetzkoy's *Grundzüge*? In a note of Charles Morris' *Signs, Language and Behavior*²⁵ I have met with a reference on your expected book on *Sound and Meaning*; as soon as you will send me the typewritten copy I shall begin the Portuguese translation. It seems I shall be appointed this year to deliver lectures on Linguistics in the *Faculdade de Filosofia* of Rio, and your book would be of course very helpful. Will you stay in USA this year you are you looking forward for a return to Europe? Please, don't forget to make me know any change of address.

Hoping that everything is at best with you, and with my cordial regards, I am
Sincerely

J. Mattoso Camara Jr.

#6

Rio, August 7, 1948

Dear friend Mr. Jakobson

This is to visit you and to inform you of my new address above. I have been working hard teaching Linguistics at Faculdade de Filosofia of Rio and writing a thesis of doctor grade on Portuguese Phonemics. It will have three chapters: a general survey of Phonemics, which is very little known in Brazil; an exposition of the Portuguese chief studies of Phonetics till now; and a discussion of Portuguese Phonemes based on the pronunciation of Rio.²⁶ Of course, you will have a copy, and I ask you to be severe about it and make me know your observations, for I am conscient I shall make many mistakes. How are you going with your work on *Sound and Meaning*? We are anxious of knowing it in Brazil. I know that *The Linguistic Circle* is doing excellent work and I am trying not to lose contact with it and its leading figures through the journal *Word*.

²⁵ New York: Prentice Hall, 1946.

²⁶ Os capítulos inicial e final da tese de doutorado de 1949 foram publicados no *Boletim de Filologia* (v. Mattoso Câmara, 1949 a e b) e depois em livro, em 1953a. O capítulo sobre "Os estudos fonéticos em Português", entretanto, não foi publicado, nem no *Boletim*, nem na versão de 1953a. Em seu lugar, Mattoso acrescentou um terceiro estudo sobre "A rima na poesia brasileira" (cf. Mattoso Câmara, 1977[1953a], p. 85-115)

With my best wishes to you and yours, I am
Yours sincerely
J. Mattoso Camara Jr.

7

Aug 23, 1948

Dear Camara,

I was happy to hear from you and to learn that you are successfully working and that your Portuguese Phonemics is to appear. I am anxious to see it. I am sending you a copy of the *Reports* of the Paris Linguistic Congress containing my report about interrelations of phonemics and morphology.²⁷ I was not able to attend the Congress so that my report was presented by our outstanding colleague and my friend, Prof. John Lotz.²⁸

Trubetzkoy's *Grundsätze* has been translated by Cantineau into French with some of my supplements and it all is in print.²⁹ Likewise, the new, completely revised edition of *Les Langues du Monde* is to appear. I have there a detailed survey of Paleosiberian languages.³⁰ I have my leave until February and I hope to finish *Sound and Meaning*. Winter Verlag in Heidelberg requested a German version. Are you still interested in the publication of a Portuguese version? Please let me know. If you need some bibliographic or some other information in connection with your book, which is to appear, I will be glad to be of use to you.

Devotedly yours,
Roman Jakobson

²⁷ Jakobson, Roman. The phonemic and grammatical aspects of language in their interrelations. *Actes du Sixième Congrès International des Linguistes* (Paris, julho de 1948), 1949, p. 5-18.

²⁸ John Lotz (1913–1974), da Universidade de Colúmbia, foi secretário-tesoureiro do *Círculo Linguístico de Nova Iorque* e colaborador de Jakobson em algumas ocasiões.

²⁹ Jakobson, Roman. Notes autobiographiques de N. S. Troubetzkoy. *Principes de Phonologie* de Nikolai S. K. Troubetzkoy (= *Travaux du Cercle Linguistique de Prague* 7, 1939. Trad. francesa de J. Cantineau.) Paris: Klincksieck, 1949, p. xv-xxix; v. também Mattoso Câmara, 1949d.

³⁰ *Langues Paléosibériennes. Les Langues du Monde*, 'par un groupe de linguistes' sous la direction de A. Meillet et Marcel Cohen. Paris: CNRS, nova edição, 1952, p. 276-278; p. 403-431. (O texto de Jakobson foi publicado anteriormente em inglês em *American Anthropologist* n. 44, 1942, p. 602-620.)

#8

Rio de Janeiro, October 27, 1948

Dear Friend, Mr. Jakobson

My best thanks for your kind letter and the *Actes du Sixième Congrès International des Linguistes*. I have highly appreciated your excellent *Rapport* and my thesis on Portuguese Phonemics will profit by it. I intend to typewrite it until December and I shall send a copy to you before my defense of it before the Examining Committee of the Faculdade Nacional de Filosofia.³¹ I should be delighted of course to have your observations on it before its being printed by the Faculdade as it will be if approved by the Examining Committee. Respecting the translation of *Sound and Meaning* I have no good news to impart. The publishers *Agir*, who were much interested in it, are now in a bad situation and have dropped their plans. I have tried another publisher, but there is an economic depression among us and I had no success. I cannot express to you how sorry I am of not being able to make my country have the opportunity of a first hand translation of an outstanding linguist's book, whose scientific thought is sound and stimulating.

With my best wishes, I am

Yours sincerely

J. Mattoso Camara Jr.

#9

December 31, 1949

Dear Mr. Jakobson

My best wishes for a happy New Year to you and Mrs. Jakobson. You may be sure I have always in my mind your personal contact in New York, for which I feel professionally much indebted. This year I have been graduated *doutor em letras* by the Faculdade Nacional de Filosofia and my thesis dealt with the enumeration and classification of Brazilian Portuguese phonemes; its second part will be published in the *Boletim de Filologia* and its first part, an historical and critical survey of Phonology and Phonemics, will be published in *Cultura*, a Quarterly of the Ministério de Educação.³² Of course you will

³¹ O comitê examinador fora constituído no ano seguinte por Sousa da Silveira (1883–1967), Celso Cunha (1917–1989) e Ernesto de Faria (1906–1962).

³² Mattoso Câmara, 1946 a e d.

receive both in time and I want your criticism and suggestions for a definitive publication. I was sorry of knowing the death of Bloomfield and I intend to write something about him, for the significance of his work is not yet duly appreciated in Brazil.³³ I was sorry also of the case of Swadesh in the College of New York and I do not know yet how it ended.³⁴

With the assurance of my friendship and gratitude, I am
Yours sincerely,
J. Mattoso Camara Jr.

#10

April 21, 1952

Dear Professor Jakobson:

I have received with pleasure the bibliography of your *Publications*,³⁵ and I am sorry that living so distant from you, I could not participate of this homage of your friends and students to you. I thank you also for your Extract from *Symposium*, V-2, and your references to me and my paper on Portuguese Phonemes.³⁶

Finally, I thank you and Professor Morris Halle for your illuminating *Preliminaries to Speech Analysis*.³⁷ I have read it with the most attention and I am convinced you have laid there the foundations of a thorough acoustical concept of Phonemics, which will supplant the now common approaches based on Motor Phonetics. It is an excellent bit of work you have made thus bringing Experimental Phonetics of acoustical character to the service of Linguistics

³³ Leonard Bloomfield (1887–1949). O acervo de Mattoso em Petrópolis contém o texto, datilografado, “Leonard Bloomfield e a Linguística Moderna” (5pp.), aparentemente nunca publicado.

³⁴ Em 1948, Morris Swadesh foi contratado pelo *City College* de Nova Iorque como professor associado e demitido um ano depois em meio a grande polêmica e por razões controversas. (v. Murray 1994, p. 206-208). Certamente é a esse incidente que Mattoso Câmara se refere.

³⁵ ‘Bibliography of the publications of Roman Jakobson, published by his friends and students’. Duas reimpressões em 1956; republ. em Halle et al., 1956, p. 1-12; e em Jakobson, 1967, n. I, p. XI-XXXIII. A última compilação, completa e com vários índices, é de Rudy, 1990.

³⁶ Jakobson, Roman. “On the correct presentation of phonemic problems”. *Symposium* n.5, 1951, p. 328-335. (Syracuse, N.Y., November 1951.); reimpr. em Jakobson, 1962, p. 435-442. Neste texto (p. 436), Jakobson cita Mattoso Câmara, entre outros, como um dos *scholars* que estão imprimindo uma orientação fonêmica ao seu trabalho.

³⁷ V. Jakobson et al., 1952.

and Linguistical Semasiology. Of course, the physical explanations present some difficulty to a reader unskilled in Acoustical and Electrical Physics like me, and I would suggest some kind of graphics in the ‘Preparatory Acoustical Remarks’ [*sic*] of page 16.³⁸ I beg also to state that your reference of page 25 to the constrictive nature of intervocalic /b d g/ as happening in “Portuguese dialects of Brazil” is not altogether accurate. The fact is found in Standard Portuguese both of Portugal and Brazil.³⁹ For Portugal, it has been emphasized since Gonçalves Viana and his *Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa* (Lisboa, 1982)⁴⁰. For Brazil, where there are dialectal variances at work, it was held as the correct pronunciation in the *Normas para Boa Pronúncia no Canto Erudito* (São Paulo, 1937), approved by the *Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada* of São Paulo, which congregated the best phoneticians, grammarians and singers of the whole country.⁴¹

I am sending to you a little work of mine on Portuguese Stylistics;⁴² and I am now deeply sorry of not having been able to profit in it from your conclusions in Acoustic Phonemics, much more suggestive in the field of linguistic symbolism than Grammont’s,⁴³ which are based on articulatory data.

Please, dear Professor Jakobson, to receive the best wishes of

Yours sincerely,

[J. Mattoso Câmara Jr.]⁴⁴

³⁸ O título da seção indicada é ‘Prefatory Acoustical Remarks’, *op. cit.* 16.

³⁹ Na primeira impressão do *Preliminaries* (1952) não há referência às variedades do Português do Brasil. Presumivelmente, Mattoso recebeu a 2a. impressão do trabalho, também de 1952, em que de fato se lê: “In some of these languages the opposition strident vs. mellow alone is relevant and constant; the difference of constrictives and stops becomes a redundant feature which, under certain conditions, can fail to materialize. This happens in those Portuguese dialects of Brazil, where the intervocalic [d b g] become mellow constrictives (cf. 1952, p. 25, 2a. impr.).”

⁴⁰ Aniceto dos Reis Gonçalves Vianna (1840–1914).

⁴¹ *Anais do Congresso da Língua Nacional Cantada*. São Paulo: Depto. de Cultura do Município de São Paulo, 1938.

⁴² Há vários artigos de estilística publicados em jornal por Mattoso Câmara até 1952 (cf. Uchôa, 2004). Neste caso, presumivelmente, se trata de uma cópia da primeira edição da sua tese de livre docência, apresentada à Faculdade Nacional de Filosofia (Rio de Janeiro) em 1952, publicada com o título de “Contribuição para uma Estilística da Língua Portuguesa.” (2a. ed. ampl., *Contribuição à Estilística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953b.)

⁴³ Mattoso se refere ao *Traité de Phonétique* de 1933, de Maurice Grammont (1866–1946).

⁴⁴ Ao final da carta, lê-se, manuscrito: “Na nova edição, Jakobson fez a correção indicada, e no Prefácio agradeceu a minha contribuição”.

#11

December 8, 1954

Dear Professor Jakobson:

I am writing to you to send you my best wishes for a happy New Year. Many years are past since our contact in New York, but I have it still present in my memory and I don't forget how much I have profited by it. I hope you have received the 2nd edition of my *Princípios de Linguística Geral* and I should be glad to have your criticism on it, since your ideas are quoted there so often. Of course we wait eagerly your long promised *Sound and Meaning*. I know you are working at it by Paul Garvin and Dr. Francis Rogers⁴⁵ who have been of late in Brazil. Don't you have also in your plans a trip to this country? The phoneme theory of Prague is now well known in Brazil (I am bold to say that I have a great deal contributed to its diffusion) and you are highly appreciated among Brazilian students of language. For my part I should be delighted to renew our personal contact of years past.

Yours sincerely, [J. Mattoso Câmara Jr.]

#12

December 18, 1954

Dear Professor Camara:

Please accept my best Christmas and New Year's wishes. I am sorry I didn't write you for such a long time. When I received your book this summer I read it with greatest pleasure as one of the few really modern critical surveys of the pivotal problems of general linguistics. I have brought it to the attention of my colleague who reviewed it for *Language*.⁴⁶ I planned to write a long letter of congratulations on this achievement but I fell ill and had to postpone both my correspondence and my scholarly work, in particular the completion of *Sound and Meaning*. Now I am recovering, returning to my academic activities and resuming the work on my book. I, too, would be most happy to see you again and to resume our linguistic discussions. Does a new trip to this country not

⁴⁵ Francis Millet Rogers (n. 1914), então da Universidade de Harvard.

⁴⁶ Provavelmente Jakobson confundiu duas publicações de Mattoso bastante próximas: apesar da referência aos *Princípios* (2a. ed., 1954) na carta anterior, o único trabalho de Mattoso Câmara resenhado em *Language* entre 1950–1956 é a *Fonêmica* de 1953a (v. Rogers, 1954). A terceira edição dos *Princípios*, de 1959, é que receberia futuramente outras resenhas, inclusive em *Language* (v. Saporta, 1960; e também Llorach, 1962).

enter into your plans for the near future? As to me, I would be very glad to visit you and finally to see Brazil and if a possibility arises it will indeed appeal to me. But first I must finish my book which I dare to say brings a number of new problems and which I would hate to postpone as so often I have been obliged to do. By the way, is the publishing house of your ministry of Education still interested in its Portuguese translation, the permission for which it asked me on your suggestion. Your work in the field of stylistics also impressed me most favorably and as soon as I have the reprints of my two papers, which at present I have in press and which discuss the problem of metaphor and metonymy in the light of language disturbances, appear, I shall immediately send you them.

Yours sincerely,
Roman Jakobson

13

February 6, 1955

Dear friend, Prof. Jakobson:

I thank you for your kind letter. I was deeply sorry to know you have been ill and I hope your health is by now entirely recovered. As all your friends and admirers, I am expecting with the deepest interest your book on *Sound and Meaning*. Unfortunately the recent political changes in Brazil have created new conditions in the Ministry of Education and I fear that the offer of the ancient Director, who was a friend of mine, will be no more extant, at least for the time being.⁴⁷ But I have still the hope of translating at last your future work. It has just come out of printing my old translation of Sapir's *Language*⁴⁸ and I am sending a copy to you by sea mail; the book was in preparation since 1952, for, according to an old saying — *No Brasil não há pressa* (In Brazil there is no hurry).

With my best wishes, I am
Yours sincerely,
[J. Mattoso Câmara Jr.]

⁴⁷ Essa é uma das raras referências de Mattoso às questões políticas que agitavam o país, e, mesmo assim, secundária em relação ao que parecia ser sua preocupação principal: a publicação da tradução do livro de Jakobson. O comentário de Mattoso, de qualquer maneira, sugere a extensão do 'compadrio' vigente no país e o tipo de dificuldade enfrentado pelo *scholar* brasileiro no mercado editorial dos anos cinquenta.

⁴⁸ V. Sapir, 1954 [1938].

#14

December 29, 1957

Dear Friend Prof. Jakobson:

This is first of all to wish to you and Mrs. Jakobson a good Christmas and a Happy New Year. I have received your offprints and I sincerely thank you for them. As I am now preparing a 3rd. edition of my *Princípios de Lingüística Geral*,⁴⁹ for which your works are being most useful, I take the opportunity to ask you a favor: I am trying to give a place to acoustic phonetics in my exposition and I make bold to ask you and conjointly to Professor Halle and Fant the permission to reproduce some of the spectrograms of your excellent *Preliminaries of Speech Analysis*.

In the expectation of an answer from you, I am

Yours sincerely

J. Mattoso Camara Jr.

#15

February 10, 1958

Dear Friend Mattoso Camara:

I just returned from another trip to Europe and found your letter of December 29. In my turn I wish you a happy and productive year. You will soon receive some of my new reprints. I am indeed happy to learn that you are preparing a new edition of your splendid *Princípios*. You are welcome to reproduce any spectrograms from our *Preliminaries*.

Cordially yours,

Roman Jakobson

⁴⁹ Trata-se da 3a. ed., revista, de 1959.

#16

October 12, 1959

Dear Professor Jakobson:

Through a letter that Serafim Silva Neto⁵⁰ has written to a mutual friend, I have got the information of his trip to Romania, where he has been in contact with you. I was glad to know that you have asked him news from me and my new address. I am sure of having sent it to you two years ago, but I am now reiterating it because he has given to you a wrong address.

I hope you have received the 3rd. edition of my *Linguística Geral* and some papers and offprints; some days past I have posted to you two booklets published by the Museu Nacional, where I am charged of the Setor Linguístico da Divisão de Antropologia.⁵¹ Now I am working at the Museu and still teaching Linguistics at the Faculdade Nacional de Filosofia, in Rio, and Portuguese at the Faculdade Católica de Filosofia, in Petrópolis,⁵² a little town distant one hour by bus from Rio.

I should of course be delighted to have news from you at the first opportunity, for the time elapsed since our contact in New York has not dimmed my warm friendship and gratitude for what I have learned with you.

With my best wishes, yours sincerely [J. Mattoso Câmara Jr.]

#17

December 22, 1960

Dear Professor Camara,

A great part of the finishing year was spent by me on trips. I am very happy to receive from you your valuable books and papers, which I always read with greatest interest and admiration. I was shocked upon seeing how sometimes American critics do not understand your just and penetrating views.⁵³ It's a great pity that so much time has elapsed without a personal contact between both of

⁵⁰ Serafim da Silva Neto (1917–1960) era então a figura dominante no cenário acadêmico brasileiro. Catedrático de Filologia Românica na Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil, Silva Neto se encontrava na Europa neste momento, como professor de Filologia Portuguesa da Universidade de Lisboa (Coelho, 1999, p. 44).

⁵¹ O Setor Linguístico do Museu Nacional foi criado em 1958 como um dos setores da Seção de Antropologia Cultural, ao lado dos setores de Etnologia e Arqueologia. (*Separata do Relatório de 1959*. Rio de Janeiro, 1960.)

⁵² Mattoso Câmara começou a trabalhar na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Petrópolis em 1957.

⁵³ Provavelmente em referência a Saporta, 1960.

us, but I hope very much that either you will visit the United States again in the very near future or I shall finally have an opportunity to make a personal acquaintance with your beautiful country. With my warmest wishes for a happy and productive New Year, I'm sending under separate cover a few reprints and I hope to dispatch to you, in the very near future, some other papers now in press and two books being prepared for publication: *The Grammar of Poetry and the Poetry of Grammar*⁵⁴ and the so unpardonable delayed *Sound and Meaning*.

Your most cordially,

Roman Jakobson

#18

22- VI- 62

Dear Professor Jakobson:

This is to salute you on my arrival to Seattle, where I shall be a visiting professor at the University for the Linguistic Institute till August 17.⁵⁵ I expect to meet you at Boston in the 9th Congress of Linguistics⁵⁶ and reestablish our personal contact so stimulant for me.

Cordially

J. Mattoso Camara

⁵⁴ 'Poetry of Grammar and Grammar of Poetry' foi apresentado pela primeira vez na *International Conference for Poetics*, em Varsóvia, em 1960. Há variantes do trabalho em russo (in *Poetics, Poetyka, Poëtika*. Warsaw: Polish Academy of Sciences, 1961, p. 397-417); em alemão (in *Mathematik und Dichtung*, ed. por H. Kreuzer. Munique, 1965, p. 21-32) e em inglês (*Lingua* n. 21, 1968, p. 597-609); reimpr. em Jakobson, 1981, p. 87-97, que dá o título ao volume.

⁵⁵ Mattoso Câmara foi professor visitante de História da Linguística e Estrutura da Língua Portuguesa no Instituto Linguístico de Verão da Universidade de Washington (Seattle, 1962). Os originais datilografados, em inglês, das aulas de história da Linguística que Mattoso ministrou na ocasião estão em Petrópolis e foi a partir deles que, postumamente, a editora Vozes lançou a *História da Linguística* (Mattoso Câmara, 1975), com tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo.

⁵⁶ O IX Congresso de Linguística estava programado para acontecer em Cambridge, MA, em 1963, onde Jakobson residia desde o início da década de 1950, pelo menos.

#19

July 2, 1962

Dear Professor Mattoso Camara,

I am happy to welcome you to this country. I am sorry that I had so many urgent commitments for this summer that I had to decline the invitation to hospitable Seattle where we could, you and I, discuss so many common problems and I am looking forward to seeing you here in the second half of August. We have so many things to talk over. I have just referred to your phonemic analysis of Portuguese in my paper to appear in the *Transactions of the Fourth Congress of Phonetic Sciences*.⁵⁷

Yours cordially,
Roman Jakobson

#20

December 9, 1964

Dear friend Prof. Jakobson:

I am writing to you at the request of the publishers H. A. Cunha & Co., to whom I have delivered your authorization for the Portuguese selection of your writings.

In Brazil there is not the habit of a contract between the author and the publishers, but instead a letter of the publishers stating their purpose and the sum they will pay to the author. H. A. Cunha & Co. are ready to pay to you US \$100,00 for the first edition of the selection and the same sum for each new edition. If you accept their offer, they will send immediately to you a check and their letter.

⁵⁷ Jakobson, R. The Phonemic Concept of Distinctive Features. *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences* at the University of Helsinki, 4-9 September 1961. *Selected Writings I*, p. 440-455.

They realize that the sum is small, but the conditions for a scientific book in Brazil do not allow better terms; moreover, we have to face the Brazilian money inflation that makes US 100,00 equivalent to a great amount of Brazilian money.

For the selection I have translated the following essays: *Phoneme and Phonology*⁵⁸ - *Observations sur le classement phonologique des consonnes*⁵⁹ - *Zur Struktur des Phonems*⁶⁰ - *On the Identification of Phonemic Entities*⁶¹ - *Typological Studies and their Contribution to Historical Comparative Linguistics*⁶² - *Why mama and Papa?*⁶³ - *Retrospect*.⁶⁴ This selection has consulted the interest of the Brazilian universitarian student, who has been aimed by me. I have omitted the papers you have included in the French translation of Trubetzkoy's *Phonology*,⁶⁵ because that translation is widely available in Brazil. There will be an 'Appendix' with my three studies on you and your work.

My great ambition is to translate in a near future (so I hope) your forth coming book on *Sound and Meaning*.

In the expectation of your answer and that you will understand the difficult conditions in which we work for a small public of scholars and devoted students (the great public is biased towards false problems of linguistic 'correction' and 'good style'), I am

Yours cordially

[J. Mattoso Câmara Jr.]

⁵⁸ Fonema e Fonologia. Jakobson, 1967, p. 11-13. (Trad. de "Phoneme and Phonology", [Fonéma] [Fonologie] *Ottův slovník naučný*, Dodatky II, Praga, 1932, p. 611-612; reimpr. em Jakobson, 1962, p. 231-233.)

⁵⁹ Observação sobre a classificação fonológica das consoantes. Jakobson, 1967, p. 65-74. (Trad. de Observations sur le classement phonologique des consonnes. *Proceedings of the Third International Congress of Phonetic Sciences*. Ghent, 1939, p. 34-41; reimpr. em Jakobson, 1962, p. 272-279.)

⁶⁰ Para a estrutura do fonema. Jakobson, 1967, p. 15-52. (Trad. de Zur Struktur des Phonems, conferências pronunciadas em maio de 1939 na Universidade de Copenhagen; publ. pela primeira vez em Jakobson, 1962, p. 280-310.)

⁶¹ Sobre a identificação das entidades fonêmicas. Jakobson, 1967, p. 53-63. (Trad. de On the identification of Phonemic Entities. *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague* V, 1949, p. 205-213; reimpr. em Jakobson, 1962, p. 418-425.)

⁶² Os estudos tipológicos e sua contribuição para a linguística histórico-comparativa. Jakobson, 1967, p. 87-99. (Trad. de Typological Studies and their Contribution to Historical Comparative Linguistics. *Proceedings of the VIII International Congress of Linguists 1957*. Oslo, 1958, p. 17-25; reimpr. em Jakobson, 1962, p. 523-532.)

⁶³ Por que 'Mama' e 'Papa'? Jakobson, 1967, p. 75-85. (Trad. de "Why 'Mama' and 'Papa'". *Perspectives in Psychological Theory. Essays in Honor of Heinz Werner*. New York, 1960, p. 124-134; reimpr. em Jakobson, 1962, p. 538-545.)

⁶⁴ Retrospecto. Jakobson, 1967, p.147-185.

⁶⁵ V. nota 28

#21

Rio de Janeiro, April 18, 1966

Dear Professor Roman Jakobson:

On writing this short and unpretentious paper for the *Festschrift*⁶⁶ on your seventieth birthday, I remember with ‘saudade’, as we say in Portuguese, the old days of 1943, in the Columbia University and the École Libre des Hautes Études at New York. It was indeed fortunate for me to have met you in the beginning of my academic career; it owes very much to you, even when I failed to be an orthodox disciple.

For three times I have had the opportunity of expressing my deep appreciation of your outstanding work and its significance in contemporary linguistics: first, in 1946, in a review of your *Kindersprache, Aphasie und allgemeine Lautgesetze* for the *Boletim Brasileiro de Filologia* (Rio de Janeiro); a second time, in 1956, in a ‘Crônica Lingüística’ for the *Revista Brasileira de Filologia* (Rio de Janeiro); and finally, in 1964, in a review of the first volume of your *Selected Writings* for *Word* (New York).⁶⁷ I have planned, moreover, to divulge your basic ideas in Brazil, and a selection of some of your illuminating essays, translated into Portuguese, will appear soon in Rio de Janeiro.

In this letter, I want only to express my admiration and gratitude for the man and the intellectual guide.

You can be sure that your interest for the Brazilian student of 1943 in the old New York days and the kind and sympathetic attention you have demonstrated for my researches and works ever since, have been most stimulating to me for all these years. Let me hope that new young generation of students will have the same opportunity that I had, for many years to come.

In your seventieth birthday, my dear professor Jakobson, may I wish to you the continuance of your masterly activity, year after year, as one of the greatest linguistic leaders of our time.

Very cordially

Joaquim Mattoso Camara Jr.

⁶⁶ V. Mattoso Câmara, 1967

⁶⁷ V., respectivamente, Mattoso Câmara, 1946a, 1956b e 1964

#22

May 17, 1967

Dear Professor Jakobson:

Some days ago I received a call from São Paulo. My colleague and friend Isaac Salum⁶⁸ told me that his University was deeply interested in having your visit for some lectures and willing to associate in this endeavor the University of Rio de Janeiro.

You know how long I have looked for such an opportunity, but I think that a preliminary step is to know whether you are available in a near future. I know that you are to present a Report for the X Congress of linguists in Bucharest,⁶⁹ where I expect to meet you, for I had an invitation with economic facilities.⁷⁰

Would it be possible for you to come to Brazil before or after the Congress this year or at least next year in the first or the second semester? According to your answer we could perhaps arrange things for that goal, though I am not yet fully sure of the results.

My translation of your essays is already in press and I think the book will be ready by July or August.

With my best wishes and our compliments to Mrs. Jakobson,

Your most cordially

[J. Mattoso Câmara, Jr.]

#23

5 June, 1967

Dear Professor Mattoso Camara:

Thank you for your letter of May 17 which was forwarded to me here in La Jolla⁷¹ where I am staying for several weeks and working in this Institute. I hope very much to see you in Bucharest and to have there a good chat with you. As I wrote to our friends in Sao Paulo, it would be difficult for me to come

⁶⁸ Isaac Nicolau Salum (1913–1993), na ocasião, professor catedrático de Filologia Românica da Universidade de São Paulo.

⁶⁹ Jakobson, Roman. Linguistics in its relation to other sciences. *Actes du Xe. Congrès International des Linguistes*. Bucarest, 28 Août - 2 Septembre 1967. Bucarest: Éditions de L'Académie de la République Socialiste de Roumanie, 1968; reimpr. em Jakobson, 1971, p. 655-696.

⁷⁰ Mattoso Câmara, J. Wilhelm von Humboldt et Sapir. *Actes du Xe. Congrès International des Linguistes*. Bucarest, 28 Août - 2 Septembre 1967. Bucarest: Éditions de L'Académie de la République Socialiste de Roumanie, 1969, p. 237-332. (Petrópolis, Sep M-112)

⁷¹ De 1966 a 1969 Jakobson esteve ligado ao *Salk Institute for Biological Studies*, em La Jolla, California (Waugh & Burston, 1990, p. 13)

to Brazil this year, but I shall be happy to visit you and them in 1968 either in late May and early June, or in September.

I am glad to learn that my volume, graciously prepared by you, is to appear in July or August. It would be nice to have a copy of it in Bucharest.

With warmest wishes to both of you from both of us,

Affectionately,

Roman Jakobson

Referências

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998. (Ed. revista e ampliada da tese de doutorado *Unificação e diversificação da linguística. Pesquisa documental de produção linguística brasileira contemporânea (1968-1988)*. São Paulo: FFLCH-USP/ Katholieke Universiteit Leuven, 1993. 1a. ed. Munique: Lincom Europa, 1995; 3a.ed. São Paulo: Humanitas, 2004.)
- ALTMAN, Cristina. A conexão americana: Mattoso Câmara e o Círculo Linguístico de Nova Iorque. *DELTA: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, n. 20, 2004, p. 129-158.
- COELHO, Olga. Filologia e linguística no Brasil (1940-1960): o ponto de vista filológico. *Boletim III do GT de Historiografia da Linguística Brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 37-60.
- FALK, Julia S. Roman Jakobson and the history of saussurean concepts in North American linguistics. *Historiographia Linguistica*, vol. 22, n. 3, 1995, p. 335-367.
- FRANÇA, Angela Maria Ribeiro. *Texto e contexto nos escritos linguísticos de Mattoso Câmara (1938-1954)*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- GARVIN, Paul. Review of Mattoso Câmara 1949a. *Studies in Linguistics*, vol. 8, n. 4, 1950, p. 93-98.
- GARVIN, Paul. 1991. Audience with five decades of linguistics. A conversation with Paul L. Garvin. In: KOERNER, E. F. K. (ed.) *First Person Singular II*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1991, p. 125-138.
- HALL Jr., Robert A. The unit phonemes of Brazilian Portuguese. *Studies in Linguistics*, vol. 1, n. 15, 1943a, p. 1-6.
- HALL Jr., Robert A. Occurrence and orthographical representation of phonemes in Brazilian Portuguese. *Studies in Linguistics*, vol. 2, n. 1, 1943b, p. 6-13.

- HALLE, Morris. Roman Jakobson's contribution to the modern study of speech sounds. In: ARMSTRONG, Daniel e van SCHOONEVELD, Cornelis. H. (eds.). *Roman Jakobson. echoes of his scholarship*. Lisse: The Peter de Ridder Press, 1977, p. 123-143.
- HALLE, Morris. The Bloomfield-Jakobson correspondence, 1944–1946. *Language*, vol. 64, n. 4, 1988, p. 737-754.
- HALLE, Morris; LUNT, Horace G.; MCLEAN, Hugh e van SCHOONEVELD, Cornelis H. (comps.). *For Roman Jakobson. Essays on the occasion of his sixtieth birthday*. The Hague: Mouton, 1956.
- HOCKETT, Charles F. George Leonard Trager. *Language*, n. 69, 1993, p. 778-788.
- JAKOBSON, Roman; GUNNAR, C; FANT, M. e HALLE, Morris. *Preliminaries to speech analysis; the distinctive features and their correlates* (Technical Report 13). Cambridge: MIT Acoustic Laboratory, 1952. (2a. impr. com acréscimos e correções, 1952; 3a., 1955; 4a., 1961; 5a., MIT Press, 1963.)
- JAKOBSON, Roman. *Selected Writings I: Phonological studies*. The Hague: Mouton, 1962. (2a. ed. ampliada, 1971.)
- JAKOBSON, Roman. *Selected Writings IV: Slavic epic studies*. The Hague: Mouton, 1966.
- JAKOBSON, Roman. *Fonema e fonologia*. (Seleção, tradução e notas, com um estudo sobre o autor por Joaquim Mattoso Câmara.) Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.
- JAKOBSON, Roman. *Selected Writings II: Word and language*. The Hague: Mouton, 1971.
- JAKOBSON, Roman. Observações sobre a classificação fonológica das consoantes, 1972 [1939]. (Trad. de Joaquim Mattoso Câmara de Observations sur le classement phonologique des consonnes, 1939.) Publicado em Jakobson *Selected Writings I*, p. 65-74.
- JAKOBSON, Roman. *Six leçons sur le son et le sens*. Paris: Minuit, 1976 [1942]. (Prefácio de C. Lévi Strauss, reimpresso em *Le Regard Éloigné*, Les leçons de la linguistique. Paris: Plon, 1983; reimpr. em *Selected Writings VIII*, p. 317-390.)
- JAKOBSON, Roman. *Seis lições sobre o som e o sentido*. (Prefácio de Claude Lévi-Strauss. Trad. por Luís Miguel Cintra.) Lisboa: Moraes; São Paulo: Martins Fontes, 1977 [1976].
- JAKOBSON, Roman. *Six lectures on sound and meaning*. (Prefácio de Claude Lévi-Strauss. Trad. por John Mephram.) Hassocks: Harvester Press, 1978 [1976].

- JAKOBSON, Roman. The twentieth century in European and American linguistics: Movements and continuity. In: HOENIGSWALD, H. *The European background of American linguistics*. Dordrecht: Foris, 1979, p. 161-174.
- JAKOBSON, Roman. *Selected Writings III: Poetry of grammar and grammar of poetry*. Paris: Mouton, 1981.
- JAKOBSON, Roman. *On language*. (Ed. por Linda R. Waugh e Monique Monville-Burston.) Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.
- JAKOBSON, Roman & POMORSKA, Krystyna. *Dialogues*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.
- JOSEPH, John E. The genesis of Jakobson's six lectures on sound and meaning. *Historiographia Linguistica*, vol. 16, n. 3, 1989, p. 415-420.
- LEMLE, Miriam. O novo estruturalismo em linguística: Chomsky. *Estruturalismo. Tempo Brasileiro*, n. 15/16, 1973, p. 55-69.
- LLORACH, Alarcos. Resenha a Mattoso Câmara 1959. *Romance Philology*, vol. 15, n. 3, 1962, p. 335-338.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Lições de linguística geral. *Revista de Cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1939, n. 25, p. 99-104; p. 183-89; p. 216-22; p. 279-84; n. 26, p. 43-47; p. 81-86; p. 177-85; p. 27, 21-n. 27; p. 83-88; p. 141-46; 202-8; n. 28, p. 11-17.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Princípios de linguística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1941. (Reimpr. em 1942.)
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Os estudos linguísticos nos Estados Unidos da América do Norte*. (=Museu Nacional. Publicações Avulsas 1.) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Resenha de Roman Jakobson, *Kindersprache, Aphasie und Allgemeine Lautgesetze*. (Uppsala: Almqvist & Wiksells, 1941.) *Boletim de Filologia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, n. 1, 1946a, p. 37-40. (Reimpr. em Mattoso Câmara 1977 [1953a], p. 129-133.)
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Resenha de N. S. Trubetzkoy, *Grundzüge der Phonologie*. (Prague, 1939.) *Boletim de Filologia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, n. 2, 1946b, p. 97-107. (Reimpr. em Mattoso Câmara 1977 [1953a], p. 117-129.)
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Imperfect rimes in Brazilian Poetry. *Word* vol. 2, n. 2, 1946c, p. 131-135.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Resenha de Morris Swadesh. *La nueva filología*. (México: El Nacional, 1941.) *Boletim de Filologia* n. 1, 1946d, p. 40-47.

- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Para o estudo da fonêmica portuguesa: Os fonemas em português. *Boletim de Filologia*, vol. 3, n. 9, 1949a, p. 1-30. (publicado como Capítulo II em Mattoso Câmara, 1953a.)
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Para o estudo da fonêmica portuguesa: Fonética e fonêmica. *Boletim de Filologia*, vol. 3, n. 10, 1949b, p. 71-99. (publicado como Capítulo I em Mattoso Câmara, 1953a.)
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. A rima na poesia brasileira. *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula* 1. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949c, p. 298-333.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Resenha de N. S. Trubetzkoy, *Principes de phonologie*. (Trad. por J. Cantineau. Paris, 1949.) *Boletim de Filologia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, vol. 3, n. 9, 1949d, p. 53-55.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953a.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953b.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Princípios de linguística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*, 2a. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Crônica linguística: Roman Jakobson. *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, vol. 2, n. 1, 1956b, p. 55-64. (Reimpr. em *Linguística. Poética. Cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 165-174 e em Uchôa 2004, p. 197-205.)
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Princípios de linguística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*, 3a. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959. (4a. ed., 1967.)
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Resenha a Jakobson 1962. *Word* vol. 20, n. 1, 1964, p. 79-89.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. A note on Portuguese noun morphology. In: VÁRIOS AUTORES (ed.). 1967, p. 1311-1314.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *História da linguística*. (Trad. por Maria do Amparo Barbosa de Azevedo dos manuscritos originais em inglês, de 1962.) Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2a. ed., preparada por Raimundo Barbadinho Neto de acordo com instruções deixadas pelo autor. Rio de Janeiro: Padrão, 1977 [1953a].
- MURRAY, Stephen O. *Theory groups and the study of language in North America. A social history*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1994.

- NASCENTES, Antenor. Resenha a Mattoso Câmara 1953a. *Jornal de Filologia*, n. 2, 1954, p. 300-302.
- REED, David W. e Yolanda Leite. The segmental phonemes of Brazilian Portuguese: standard paulista dialect. In: PIKE, Kenneth L. (ed.) *Phonemics*. Ann Arbor, 1947, p. 194-202.
- RUDY, Stephen (comp. e org.). *Roman Jakobson. A complete bibliography of his writings*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1990.
- ROGERS, Francis M. Resenha a Mattoso Câmara 1953. *Language* vol. 30, n. 4, 1954, p. 503-509.
- RUTKOFF, Peter M. and William B. Scott. *New School: A history of the New School for Social Research*. New York: Free Press; London: Collier Macmillan, 1986.
- SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. (Tradução de J. Mattoso Câmara Jr.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954 [1938].
- SAPORTA, Sol. Resenha a Mattoso Câmara 1959. *Language* vol. 36, n. 1, 1960, p. 89-97.
- SILVA NETO, Serafim da. Resenha a N. S. Troubetzkoy. *Grundzüge der Phonologie*, (Praga, 1939). *Revista Filológica* n. 10, 1941, p. 87.
- SINGERMAN, Robert. *Indigenous languages of the Americas. A bibliography of dissertations and thesis*. Lanham, Md. & London: The Scarecrow Press, 1996.
- STEN, Holger. Les particularités de la langue portugaise. (= *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhage*, 2.) Copenhagen: Ejnar Munksgaard, 1944.
- SWIGGERS, Pierre. La méthodologie de l'historiographie de la linguistique. *Folia Linguistica Historica* n. 4, 1983, p. 55-79.
- SWIGGERS, Pierre. Histoire et historiographie de la linguistique. *Semiotica. Journal of the International Association for semiotic studies*. Vol. 31, n. 1/2, 1989, p. 107-137.
- SWIGGERS, Pierre. Reflections on (models for) linguistic historiography. In: HÜLLEN, Werner (ed.). *Understanding the historiography of Linguistics. Problems and Projects. Symposium at Essen, 23-25 november 1989*. Münster: Nodus, 1990, p. 21-34.
- [VÁRIOS AUTORES]. *To honor Roman Jakobson. Essays on the occasion of his seventieth birthday, 11 October 1966*. 3 vol. Paris: Mouton (Inclui bibliografia p. xi-xxxiii.), 1967.
- WAUGH, Linda R. e MONVILLE-BURSTON, Monique. Introduction: the life, work, and influence of Roman Jakobson. In: Jakobson, 1990, p. 1-45.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. (sel. e intr.) *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* (Nova ed. revista e ampliada). Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. (1a. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.)

Recebido em 30 de julho de 2015.

Aceito em 20 de setembro de 2015.

PRIMEIRAS DESCRIÇÕES DAS LÍNGUAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA¹

Gonçalo Fernandes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
gf@utad.pt

RESUMO:

Este artigo apresenta uma visão panorâmica das primeiras descrições gramaticais das línguas nativas do centro-oeste africano dos antigos reinos do Congo e de Angola, e de Moçambique, na parte sudeste do continente africano, pelos missionários portugueses e/ou ao serviço do padroado português. Merecem particular destaque as obras *Gentio de Angola* (Lisboa 1642; Roma 1661), *Arte da Lingua de Cafre* (ca. 1745 [ca. 1680]) e *Arte da Lingua de Angola* (Lisboa 1697), de Francesco Paconio S.J. (1589–1641), António do Couto, S.J. (1614–1666) e António Maria da Monte Prandone, O.F.M. (1607–1687), anónimo (fl. ca. 1680) e Pedro Dias, S.J. (1621/1622–1700), respetivamente. Também se apresenta a *Obra nova da Lingoa geral de mina* (Minas Gerais 1741) de António da Costa Peixoto (1703–1763), que, sendo um leigo, descreve uma língua bantu da família Kwa, falada em Minas Gerais por escravos oriundos do Golfo do Benim, na costa ocidental de África.

PALAVRAS-CHAVE: Descobrimientos Portugueses; Brasil; África; Escravatura; Historiografia Linguística; Linguística Missionária.

Introdução

As relações comerciais entre Portugal e o rei do Congo (ou manicongo) começaram ainda no século XV, logo depois de o navegador Diogo Cão (ca.1440–ca.1486) ter atingido o rio Zaire (atualmente rio Congo), em 1482.

¹ Dedico este artigo à memória saudosa do Professor Amadeu Rodrigues Torres (1924–2012), que me abriu as portas da Historiografia Linguística e me induziu o gosto pelo estudo das gramáticas antigas.

Apenas nove anos depois, em 1491, o rei Nzinga-a-Nkuwu (ca.1450–1509) foi batizado com o nome de João, a sua esposa, Ne Mbanda, com o nome de Leonor, e o seu filho mais velho, Nzinga Mvemba, com o nome de Afonso, em homenagem à família real portuguesa (LEVI, 2009, p. 370). O nome da capital do país foi alterado de M'Banza Congo para São Salvador do Congo (atualmente pertence à República de Angola e é a capital da província do Zaire e a sede do município M'Banza Congo). O comércio entre os dois países desenvolveu-se muito rapidamente e o tráfico de escravos dominou quase por completo os negócios por vários séculos, em especial por necessidade dos colonos do Brasil (ver, v.g., THORNTON, 1998, p. 118). Estima-se que até 1853 mais de 4 milhões de escravos foram levados de África para o Brasil (CASTRO, 2009, p. 47).

Juntamente com os navegadores iam também padres seculares e regulares, especialmente dominicanos, franciscanos e jesuítas. Os primeiros missionários que se estabeleceram no Congo foram os cônegos seculares de São João Evangelista (ou Loios) em 1491, o primeiro grupo de quatro jesuítas chegou em 1548, mas a Sociedade de Jesus foi gradualmente substituída pelos franciscanos a partir de 1557. Relembre-se que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), decretou o fim da Companhia de Jesus em Portugal em 1759 e expulsou os jesuítas de todas as colónias portuguesas; que em 1834 (já com o Brasil independente) o governo português suprimiu as ordens religiosas, em Portugal e todas as colónias, pelo Decreto de 30 de maio, só começando a se reinstalar a partir de 1866; que em 1910, pelo Decreto de 8 de outubro, se põe novamente em vigor o decreto da abolição das ordens religiosas de 1834; e que só em 1940, através da assinatura no Vaticano da Concordata e Acordo Missionário, em 7 de maio, o Estado Português reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica.

As primeiras descrições linguísticas das línguas africanas foram feitas por missionários portugueses ou ao serviço do padroado português, com o objetivo fundamental de comunicar com os povos indígenas e convertê-los à fé católica e facilitar a sua aprendizagem aos novos missionários. Estes traduziam nas línguas locais cartilhas e catecismos com as orações mais frequentes, escreviam vocabulários com as palavras mais necessárias no dia a dia, elaboravam dicionários, muitas vezes bi- ou plurilingues, e sistematizavam as respetivas gramáticas. Essas obras são hoje fundamentais para estudar a história dessas

línguas, as suas variedades dialetais, a importância que essas línguas tiveram no desenvolvimento da língua portuguesa, etc. (ver, por exemplo, ZIMMERMANN, 2004; ZWARTJES, 2011, p. 1-17). E são, quase totalmente, os primeiros documentos escritos dessas línguas, pois genericamente tratava-se de línguas ágrafas, pelo menos em África e na América. Em alguns casos, esses documentos são o único registro de uma língua entretanto já desaparecida.

1. Primeiras obras de línguas africanas

1.1 Catecismo de Gaspar da Conceição

A primeira referência a uma obra numa língua africana é um catecismo em Português-Quicongo, publicado em Évora cerca de 1556, por frei Gaspar da Conceição, O.F.M., denominado *mutatis mutandis* “Cartilha da Doutrina Christã em lingoa do Congo”. Infelizmente não temos quaisquer outras menções a esta obra para além do relato de António Pinheiro sobre uma ordem do rei de Portugal, na altura D. João III (1502–1557), que mandara escrever duas cartas, uma ao bispo de S. Tomé e outra ao rei do Congo, solicitando, essencialmente, que recebessem favoravelmente os freis Gaspar da Conceição e Estêvão de Lagos, da ordem de S. Francisco da Província da Piedade, e referindo que com eles seguiam vários exemplares da referida cartilha:

Manda El Rey Nosso Senhor que se faça carta pera o bispo de são Thomé en que lhe encomenda que fauoreça os padres frei Gaspar da Cõceipção e frey Esteuaõ de Lagos da ordẽ de saõ Francisco da obseruãcia, da prouincia da piedade, que vaõ ao Regno de Congo, ã companhia do ãbaixador de sua alteza e dos do dito Rey de Cõgo; e lhe roga que cõ eles se ãforme das cousas do Regno de ãgola e do aparelho que auerã pera a cõuersão do dito Regno de ãgola; e assi tome deles ãformaçãõ do que lhe parecer da cõuersaçãõ dos padres que ora uãõ a Cõgo, pera ver se ás algũs que naõ cõvenha passarẽ ao dito Regno; e assi os fauoreça no modo do jnsino e doutrina christã que cá fezeroã jmprimir ã lingoa da terra, pera ser mays comunicauel; e que veja se são tãbẽ as ditas Cartilhas necessarias pera o jnsino dos escravos das fazendas da dita Ilha, que não sabẽ a lingoa portuguesa e entẽderãõ muytos deles a en que as ditas Cartilhas vaõ jmprimidas, que hé a do Regno de Congo // ã Lixboa, a 12 doctubro de 1556.

// Antonio Pinheiro // ATT — CSV, vol. 9, fl. 62 (António Pinheiro citado por BRÁSIO, 1953, vol. II, p. 391-392).²

Manda El Rey Nosso Senhor que se faça carta pera El Rey de Congo en que lhe ãcomẽde muyto o fauor e bõ tratamento dos padres frei Gaspar da Cõçeipçaõ que já lá esteue e de frei Esteuaõ de Lagos seu cõpanheiro, o qual p.^o frei Gaspar lhe sua alteza torna a mãdar pera sua cõsolaçaõ e por ter visto nelle quãto amor tẽ ás cousas do Regno do Congo e á conversaõ e saluaçaõ das almas dele e á mesma ãformaçaõ e conheçimento que ã pouco tempo teue do que cõpriã ao bõ ãcaminhamento das cousas de serviço de nosso Senhor no dito Regno, pera bẽ do qual Regno e dos naturaes dele procurou que se jmprimissẽ Cartilhas, ã portugues e ã lingõa do dito Regno, pera jnsino e doctrina da gẽte comũ; e assi lhe pede e roga que ã tudo o que aos dictos padres parecer que hẽ serviço de nosso Senhor ou ouça, cre[*i*]a e fauoreça, e assi ã ordenar collegios pera jnsino dos moços, como casas de recolhimento e co[n]võtõs pera poderẽ jr ao dicto Regno religiosos // ã Lixboa, a 12 doctubro de 1556. // Antonio Pinheiro // ATT — CSV, vol. 9, fl. 63 (António Pinheiro citado por BRÁSIO, 1953, vol. II, p. 393).

Em síntese, como fica patente nos textos, os grandes objetivos da cartilha eram o ensino da doutrina católica quer aos escravos das roças de S. Tomé que não falavam o Português e eram oriundos daquela parte do continente africano, quer aos “naturais” ou “gente comum” do reino do Congo, quer a novos missionários “moços” (presumivelmente locais), em novas “casas de recolhimento” ou “conventos”, por forma a no futuro poderem evangelizar no país.

1.2 O catecismo de Marcos Jorge, Inácio Martins e Mateus Cardoso

O primeiro livro conhecido numa língua africana é o catecismo de Marcos Jorge (1524–1571) e Inácio Martins (1531–1598), traduzido em Quicongo por

² Neste artigo, utilizámos os seguintes critérios de transcrição:

Nos textos em língua portuguesa, desdobrámos as abreviaturas, mas mantivemos as sílabas assinaladas com til, por forma a manter, o mais possível, a ortografia original; também mantivemos o uso das letras ramistas conforme o original, bem como o sinal tironiano ou o “ampersand” (&);

a) Nos textos em Latim, desdobrámos as abreviaturas, mas mantivemos o sinal tironiano (&), eliminámos os acentos pedagógicos, uniformizámos a grafia das letras ramistas, mantendo os grafemas <v> e <j> como consoantes e <u> e <i> como vogais, e uniformizamos o uso do <f> longo (ou medial) para o <s> redondo (ou terminal);

b) Nas línguas africanas, procurámos manter os textos o mais próximo possível do original.

Mateus Cardoso (1584–1625). Impresso em Lisboa em 1624, tem por título *Doutrina Christã*. (...) *De nouo traduzida na lingoa do Reyno de Congo*. Mateus Cardoso assume-se como o principal tradutor com a ajuda de alguns falantes nativos congueses, como se vê na carta ao rei do Congo:

Estando no Collegio de Loanda Reyno de Angola fui em missão ao Reyno de Congo pera exercitar os ministérios de nossa Companhia (...): & perguntado nas doutrinas, pelas orações, achei, que as não auia na lingoa de Congo, mas em latim, que sô pode entêder, quẽ o aprendeo. E vendo quam importante era ao bẽ das almas saberẽse na propria lingoa, tratei logo de traduzir na lingoa de Congo a doutrina christã composta pelo P. Marcos Jorge, & acrescentada pelo Padre Ignacio Martinz, ambos, da nossa Companhia. E porque não sentia em mim cabedal bastante, pera esta empresa, aproueiteime dos mestres mais insignes, que auia nessa corte, pera que a obra, saisse qual eu desejava (Mattheus Cardoso citado por BRÁSIO, 1956, vol. VII, p. 287).

Embora os autores não façam qualquer análise linguística, Clement Martyn Doke (1893–1980) extraiu do catecismo algumas informações linguísticas importantes:

The orthography employed is typically Portuguese, with **cu** for **ku**, **qui** for **ki**. The difficulty encountered by using **u** with the semi-vowel value of **w** is well shewn (*sic*) in such a word as **acubôbayacuuutûla**, the later portion standing for **kuwutula**. The constant use of the circumflex accent upon penultimate vowels indicates the recognition of the stress. But perhaps the most remarkable thing about Cardoso's work (...) is that his word-division seems almost perfectly conjunctive. Despite the fact that the Kongo is written interlineally beneath the Portuguese, Cardoso's word-division is practically unaffected by that of the Portuguese — unconsciously he has recorded the words as they were spoken. (DOKE, 1961, p. 9)

1.3 Catecismo de Francesco Pacconio e António do Couto (e Antonio Maria de Monte Prandone)

Francesco Pacconio (1589–1641), um missionário jesuíta italiano ao serviço do Padroado português nos reinos de Ngola e Ndongo, deixou-nos a primeira, embora modesta, descrição do (Cahenda-Mbaca) Quimbundo (cfr. FERNANDES, 2015b) e de uma língua africana nas primeiras páginas do ca-

tecismo *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé* (Lisboa, 1642), tradução portuguesa, simplificação e adaptação aos ambundos por António do Couto (1614–1666). Trata-se de um catecismo católico com as orações cristãs mais frequentes, como o sinal da cruz (“quiximbuête quia sãta Cruz”), o “Padre nosso”, a “Ave Maria”, a “Salve Rainha”, o “Credo”, os “Mandamentos da ley de Deus”, os “Mandamentos da Sancta Madre Igreja”, o “Acto de Contrição”, a “Confissam geral”, uma exposição da doutrina cristã em 14 diálogos entre um discípulo (perguntas) e o seu mestre (respostas), e, por fim, uma “Ladainha de Nossa Senhora” em Latim.

Depois do prólogo, Pacconio e Couto escreveram seis páginas sobre as *Advertencias para se ler a lingua de Angola* (p. [XIV]-[XIX]). Eles sistematizam 10 regras sobre como ler e pronunciar a língua de Angola. É importante salientar que, como demonstrou Carlota Rosa (2013: 32-34), o nome “Angola” não corresponde ao termo contemporâneo geopolítico da atual República de Angola. As suas fronteiras atuais foram fixadas *mutatis mutandis* depois da Conferência de Berlim (1884–85). No século XVII, “Angola” significava a parte noroeste da atual República de Angola e a parte sudoeste da República Democrática do Congo, isto é, o Reino dos Ngola, que era habitado pelos ambundos (Mbundu) e falavam Quimundo (Ki-Mbundu). Em síntese, para Pacconio e Couto, a língua de Angola:

- nunca termina em consoante, exceto alguns advérbios interrogativos;
- não tem vogal seguida de consoante oclusiva e líquida³;
- não duplica o <r>, quer no princípio quer no meio da palavra;
- nos nomes e verbos que começam pelas consoantes B, D, G, V e Z precede ordinariamente o grafema <n>;
- nos nomes e verbos que dobram grafemas em qualquer sílaba, estas devem pronunciar-se como dois grafemas e não como simples, uma vez que na pronúncia têm diferentes sentidos, como, por exemplo, “ngila” (um tipo de pássaro) e “ngilla” (caminho): “Mo ngilla ngagibi ngila imoxi” (No caminho matei um pássaro);
- nos nomes e verbos, o grafema <v> antes de vogal pronuncia-se sempre como consoante, como “atu ávula” (muitas pessoas), exceto quando estiver no princípio ou no meio do nome ou do verbo com diérese (trema colocada por cima do grafema), que se pronuncia como vogal, como exemplo,

³ José de Anchieta, S.J. (1534–1597), canonizado pelo Papa Francisco em 3 de abril de 2014, descreveu o mesmo para o Tupinambá: “Nesta lingoa não ha f. l. s. z. rr. dobrado nem muta com liquida, vt cras, pra, &c.” (ANCHIETA, 1933 [1595], p. 1).

- “üandanda üenda mo üanda üae” (a aranha anda pelas suas teias);
- as sílabas com “gue, gui, que, qui” pronunciam-se como em Português como consoantes velares (/g/ e /k/) e não como palatais e alveolares (/ʒ/ e /s/);
 - algumas vezes é permitida a sinalefa, fundindo numa sílaba duas vogais sucessivas, como “makamb’ami” em vez de “makamba ami” (meus amigos);
 - a “letra” <i> é muitas vezes a consoante palatal /ʒ/, como “jaoâba” (bonito);
 - finalmente — e talvez a nota mais interessante —, o acento tem função distintiva, isto é, o acento é um fonema, uma vez que, às vezes, o significado da palavra varia conforme a localização do acento, como, por exemplo: “múcua” (nome de uma fruta) e “mucuà” (lugar de nascimento), “culûa” (assistir ao que come, para que lhe dê alguma coisa) e “culuà” (lutar, ou “pellejar”):

Finalmente se aduirta que he muito necessario pronunciar o nome, ou verbo com accento no fim, quando o tem: & tambem nam se pronunciar quando o nam tem, porque muitas vezes se achaõ nomes, & verbos, que tem diuersa significaçam daquelles que tẽ, ou nam tem acento no fim. Exemplo. *Múcua*, & *Mucuà*. *Múcua*, he hũa certa fruta, & *Mucuà* quer dizer natural de tal parte, acrescendandolhe a terra de dõde he natural. Exemplo. *Mucuà Ndongo*, natural do Reyno de Dongo. *Mucuà Matamba*, natural da Prouincia de Matamba. *Culûa*, assistir ao que come, para que lhe dê algũa couza, & *Culuà*, quer dizer pelejar, &ctae. (Pacconio & Couto 1642: [XVIII] – [XIX]).

Em 1661, o italiano António Maria de Monte Prandone, O.F.M. (1607–1687)⁴, um missionário capuchinho que foi para Luanda na missão de 1648 (ZWARTJES, 2011, p. 298), publicou em Roma, na Congregação da Propaganda Fide, a segunda edição do *Gentio de Angola*, com a tradução latina, intitulada *Gentilis Angolae fidei mysteriis*. Não se trata apenas de uma tradução do catecismo de Pacconio e Couto, mas Monte Prandone acrescenta algumas observações linguísticas, para além de outras orações em Latim. Por exemplo,

⁴ O *Lexicon Capuccinum* refere-se a um *Catechismus pro regno Matambae, lusitanico, latino et eius regni idiomate* (Romae 1661) e há uma carta de Monte Prandone ao Secretário da Propaganda Fide onde refere que há vários catecismos em Quicongo: “Molti mesi sono presentai V. S. Il.^{ma} e Revu.^{ma} alcuni Catechismi per i Sacramenti in lingua Conghese, e con la lettera Dedicatoria à lei medesima, jn ordine ad esser presentati à cotesti Eminentissimi per la stampa” (MONTE PRANDONE citado por BRÁSIO, 1981, vol. XII, p. 314). Estas duas citações são contraditórias, uma vez que na Matamba a língua falada era, aparentemente, o Quimbundo e não propriamente o Quicongo.

nas “Observationes in legendo idiomate Angollae” ([XIII]-[XVI])⁵, acrescenta uma nova “observação”, a nona, renumerando as restantes: “Hae syllabae *anha. anhe.* pronunciantur, vt pronuncietur apud Italos, *ana, ane.* Item *ge. gi.* pronunciantur vt *ghe. ghi.* Item *chi, cho.* faciunt *ci. ciò.*” (Pacconio, Couto & Monte Prandone 1661: [XV]). Em outras “observações”, Monte Prandone acrescenta pormenores da fonética latina ou italiana, como, e.g.:

– “Observação” n.º 3:

Nunquam ingeminate literam R. seu sit in principio nominis, seu in medio. Exempl. *Ririmi.* idest lingua. *Ritui.* auris: *Rigimbuluilo:* Declaratio. Quare si nomen aliquod inueniatur, quod incipit per R. non duplicabitur haec litera, sed pronuncietur veluti penultima *Marisco, Maringo, (sic)* [em vez de “marinho”?!] &c. Lusitane, vel Latine malignum (?!). priscum, &c. (PACCONIO, COUTO & MONTE PRANDONE, 1661: [XIII])

– “Observação” n.º 6:

Quoties in nomine, aut verbo reperitur haec litera V. de vocali pronunciarum debet, vt consonans. Exempl. *Atu àvula.* multae personae. *Rierino ngavnu Missa yàuula.* hodie audiui multas Missas. Quemadmodum pronuncietur Lusitana lingua *Vulto. vida, verdade,* &c. Item & Latina *Vultus, vita, veritas,* &c. & quando reperiatur hoc verbum, seu sit in principio nominis, seu in medio cum duobus punctis supra ante vocalem, pronuncietur sicuti vocalis. Exempl. *üandanda, üenda mo üanda üae.* Aranea vadit per suas telas. *Iye uegile rierino, mucuenu uiza mungu:* Tu venisti hodie, cras veniet tuus focus. (PACCONIO, COUTO & MONTE PRANDONE, 1661: [XIV])

– “Observação” n.º 7:

⁵ Doke não está correto quando afirma que Monte Prandone “included tree pages of ‘Observationes in legendo idiomate Angollae’ in preface” (DOKE, 1961, p. 11), uma vez que na edição de 1661 há 11 “observações”, das quais 10 existiam na edição de 1642 e os autores eram Pacconio & Couto. Não parece, assim, que Doke tenha conhecido a *editio princeps*.

Quando inuenientur in nominibus, aut verbis hae syllabae *Gue, Gui, Que, Qui*, pronunciandae erunt sicuti lingua Lusitana; vel vt pronunciantur Italiana, *Ghe, Ghi, Chje Chi*. nam Lusitane pronunciantur isto modo. vt Italiana lingua *Ghe, Ghi, &c.* EXempl. in lingua Angollae *Ngeza*, Ego venio. *Ngui*, cortex cuiusdam arboris. *Enèunque*, ideo. *Eunquèlo*, funis. *Quirio*, pes. *quitumba*, nemus. saepe etiam inuenitur pronunciari. o. u. sicut in Latino idiomate quaero, quaestus, & vt cognoscatur id, seiungiturea litera nominis e sequentibus in nomine, aut verbo. Exempl. *Egn'e*, ita est. *Nguu'essu, Ngu'etu*, non volumus, *Ngue'nu*, vos non vultis. (PACCONIO, COUTO & MONTE PRANDONE, 1661: [XIV]-[XV])

– “Observação” n.º 10 (9ª na edição de 1642):

Litera I. quando in hoc idiomate Angollae deseruit pro consonante, vel pro j. elongato. aliquando pro vocali: Quando fuerit consonans, vel elongatum, debet deseruire, vt deseruit in idiomate Lusitano manjar. Monja, &c. in idiomate Angollae, quod est idem quo in lingua Italiana vtimus vt *gia. gie*. nam manjar. monja Lusitane, sunt idem quod Italice mangiatr. vel mongia. Ergo in idiomate Angollae itidem pronunciabuntur nomina, vel verba vbi adsit j. elongatum, seu caudatum. Exempl. *Ginzò jami jaoàba*. meae res sunt pulchrae. idest pronunciandae eae syllabae erunt, vt pronunciarentur Italicae, *Ginzò giami, giaòba*. Talem mollem vim habet j elongatum Lusitane, qualem Italice gi quae litera igota dicitur apud Hispanos, & contrarie pronunciatur: facit enim quasi gutturale ghi. ghe Italice. (PACCONIO, COUTO & MONTE PRANDONE, 1661: [XV])

Efetivamente, Monte Prandone não é um mero tradutor latino do catecismo português de Pacconio e Couto, mas deve ser considerado também seu coautor, uma vez que tem reflexões linguísticas (e religiosas) particulares sobre a língua de Angola.

1.4. Catecismo e Gramática do Congo de Giacinto Brugiotti da Vetralla

Giacinto Brugiotti da Vetralla (1601–1659), um missionário capuchinho italiano no Congo, reedita, pela Propaganda Fide, o catecismo⁶ (Lisboa 1624) de Marcos Jorge, Inácio Martins e Mateus Cardoso, acrescentando as versões latina e italiana, com o título *Doctrina Christiana ad profectum missionis totius regni Congi in quatuor linguas per correlatiuas columnas* (Roma 1650).

Também publicou — muito mais importante para nós, embora fora do escopo do nosso trabalho, por não ter o Português como metalingua — a primeira gramática de uma língua bantu com o título *Regulae quaedam pro difficilimi Congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae normam redactae* (Roma 1659), de que foi reeditada, mais de 200 anos depois (Luanda 1886), uma tradução portuguesa com o título *Regras para, mais facil intelligencia do difficil idioma do Congo, reduzidas á forma de grammatica por Fr. Jacintho Brusciotto*, pelo bispo de Angola e Congo (1884-1891) António Tomás da Silva Leitão e Castro (1848-1901).

Neste trabalho, Brugiotti da Vetralla procura seguir a gramática latina, mas, devido às grandes diferenças entre esta e as línguas “europeias”, “introduces a considerable amount of novel metalinguistic terminology, or uses existing terms with new senses.” (ZWARTJES, 2011, p. 217). Vetralla, logo desde o início, percebe, por exemplo, que não deve chamar declinações às “variações” dos vocábulos, mas antes “princípios” (“principiationes”): “Et primo aduertendum hic generaliter est, quod in ista lingua non attendendae sunt Declinationes, sed potius Principiationes” (VETRALLA, 1659, p. 1). A estas “princípios”, Vetralla chamou “artigos”, por se tratarem de prefixos, isto é, componentes lexicais colocados antes dos nomes. Brugiotti da Vetralla

⁶ O catecismo indica a data de 1650 e a autorização do Superior é de 15 de julho de 1650. Contudo, há também uma “ata” nos arquivos da Propaganda Fide, datada de 8 de outubro de 1658, referindo que Vetralla solicita a impressão de um catecismo (“Rosario”) e de uma gramática (“Regole”) na língua do Congo: “Relationes Eminentissimi Cardinalis Brancatij. F. Giacinto da Vetralla Capuccino, Prefetto delle Missioni del Congo, supplica di poter stampare un Rosario tradotto dall’usato à recitarsi in Italiano, in lingua Conchese, et Abunda, nella stamparia della S. Congregatione, et un foglio con alcune Regole più necessarie per apprendere quelli difficultosi linguaggi. Supplica anche de qualche numero delle Dottrine fatte stampare da lui in lingua Conchese per dispensarle nell’occorrenze” (Vetralla citado por BRÁSIO, 1981, vol. XII, p. 157 e 178). A gramática (ou as “Regole” / “Regulae”) foi efetivamente publicada em 1659, mas não temos conhecimento de uma reedição do catecismo ou de qualquer outro “Rosario” da autoria de Vetralla.

descreveu 8 classes diferentes de “princípios”, embora não tenha tratado o plural como uma diferente classe, mas tendo-o integrado na mesma classe (ZWARTJES, 2011, p. 217).

Um aspeto que aproxima Brugiotti da Vetralla de, por exemplo, Pacconio e Couto é o facto de ele descrever que as palavras começadas por certas consoantes (, <d>, <p>, <s>, <z> e <v>) se pronunciam com uma aspiração inicial marcada ortograficamente com o grafema <n>: “Aduertendum quoque generaliter est, quod verba, seu dictionis huius linguae incipientia a litteris B, D, P, S, Z, & V, quando stat pro consonanti requirunt ante se litteram N, cuius virtute oneretur vox illa in sua pronunciatione.” (VETRALLA, 1659, p. 12)

1.5 A Arte da lingua de Cafre de Moçambique

Há bastantes referências a obras manuscritas desaparecidas de línguas faladas no atual território de Moçambique escritas por missionários portugueses ou ao serviço do padroado português, com designações muito variadas, como língua de Sena, língua Monomotapa, língua dos Cafres, etc. (FERNANDES, 2015c). Felizmente, conserva-se uma cópia do século XVIII da *Arte da lingua de Cafre*, cujo original deve ter sido escrito por volta de 1680. Trata-se de um caderno do códice 49-v-18 (entre os fólhos 201 e 223) da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, e pertence à coleção “Jesuítas na Ásia” da série “Província da China”. Esta coleção é constituída por 61 volumes e foram copiados entre 1744 e 1746, por João Alvares, por orden do Provincial de Japão Domingos de Britto, a partir de documentos existentes no arquivo dos Jesuítas do Colégio da Madre de Deus, em Macau (BOXER, 2002, vol. I, p. 173; 1938, p. 265).

Esta obra é constituída por 23 fólhos (45 páginas) e foi estudada pela primeira vez por Paul Joachim Schebesta, S.V.D. (1887–1967) em 1920. Por seu turno, o linguista missionário Clement Martyn Doke (1893–1980) também analisou a obra e demonstrou que a mesma foi prejudicada pela ignorância linguística do copista. Por exemplo, Doke refere que “a large number of unintelligent copyist’s errors, e.g. **chifua rácò** instead of **chifua chácò** — the copyist evidently understood nothing of the concord” (DOKE, 1961, p. 18), “and the result is a confusing jumble of examples as far as concord is concerned.” (DOKE, 1961, p. 19)

A *Arte da lingua de Cafre* descreve uma língua nativa da zona central de Moçambique, do vale do rio Zambeze, falada nas províncias de Tete, Sofala, Manica e Zambézia. O seu autor procura semelhanças com a gramática latina, como, por exemplo, a declinação dos nomes, embora refira que estes sejam indeclináveis:

(...) a lingua de Cafre he *muita* limitada e não copioza como as outra linguas. Os nomes substantivos são indeclinaveis e sem caso: alguns delles tem numero plural e são raros, dos outros he necessario ajuntar lhes o adjectivo, muito (...) o adjectivo *ziziñgi* ou *zindzinígi* (...) e assim diremos *soma zindzinígi* [peixes muitos]. (ANÓNIMO, ca. 1745 [ca. 1680], f. 201 r)

Esta lingua por ser muito limitada he *muito* falta de palavras; nem tem generos masculino femenino, e neutro em suas adiectiuacoens. So tem alguã mudança de letras em seu adjectiuo. V. g. Bonus bona bonum coza boa, *chin tû chô cû comã*. (ANÓNIMO, ca. 1745 [ca. 1680], f. 204 v)

Também no capítulo relativo ao verbo e às conjugações, procura o seu autor uma aproximação com a gramática latina, procurando os mesmos tempos e modos, como, por exemplo:

(...) os Verbos nesta lingua tem todos os tempos; presentes preteritos, futuros: todos os modos, indicatiuos, e infinitos os quaes tẽ simples pronunciaçãõ; se os pronomes; Ego, tu, ille, nos vos illi uariã quando se ajuntã aos Verbos dos quais nenhũ tem incremento (ANÓNIMO, ca. 1745 [ca. 1680], f. 205r)

Em síntese, a *Arte da lingua de Cafre* não tem qualquer fundamentação teórica e descreve a morfologia com algumas anotações sintáticas, terminando com uns temas de conversação corrente. Não concordamos totalmente com Schebesta quando ele afirma que o manuscrito é, sem dúvida, o idioma Sena (ou Chisena) e que não pode ser a língua de Tete (ou Chinyungwe) (SCHEBESTA, 1919-1920, p. 765). Até ao momento, inclinamo-nos mais para pensar que se trata de uma espécie de língua geral falada na zona central de Moçambique, com uma mistura entre o Chisena e o Chinyungwe (ver FERNANDES, 2015c; ver também ZWARTJES, 2011, p. 236-242).

Apesar dos erros de transcrição do copista, trata-se de um trabalho pioneiro e tem o grande mérito de ser a primeira gramática conhecida que descreve uma língua falada em Moçambique e uma das primeiras de uma língua bantu.

2. Descrições de Línguas Africanas no Brasil

O comércio de escravos entre África e o Brasil foi efetivamente massivo, a partir de vários reinos da costa ocidental mas o Golfo da Guiné, Congo e Angola prevaleceram sobre todos os outros. No final do século XVII, por exemplo, a estimativa anual era de 36 000: do Golfo da Guiné, 19 400; da região do Congo-Angola, 11 000; e da costa oriental, 5 700 (THORNTON, 1998, p. 118). Por isso, os missionários a trabalhar no Brasil precisavam de os entender e comunicar com eles, por forma a os converter à fé católica, seu principal objetivo.

2.1 A *Arte da Lingua de Angola* de Pedro Dias

No final do século XVII, em 1697, Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) publicou em Lisboa, embora escrita no Colégio jesuíta da Bahia, a segunda gramática de uma língua bantu, a *Arte da Lingua de Angola, oeferecida (sic) a Virgem Senhora Nossa do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos*, com a supervisão de Miguel Cardoso, S.J. (1659-1721), nascido em Angola e falante nativo do Quimbundo. Trata-se da gramática de uma língua africana em contexto missionário e colonial mais estudada até aos dias de hoje. Vejam-se, especialmente, os estudos mais modernos de Emilio Bonvini (1996, 2008 e 2009), Ronaldo Batista (2002a, 2002b e 2004), Joseph Abraham Levi (2009: 382-386), Otto Zwartjes (2011: 220-235) e, sobretudo, Carlota Rosa (1997, 2006, 2010, 2011, 2012 e 2013).

A gramática de Dias é uma obra pioneira, embora aparentemente simples e de reduzida dimensão. Tem apenas 48 páginas, nenhuma análise teórica, apresentando uma síntese da ortoépia e da ortografia quimbunda, a morfologia e algumas regras de sintaxe. Tem clara e comprovadamente duas fontes principais, o catecismo *Gentio de Angola* de Pacconio e Couto (Lisboa 1642) e a *ars minor* da gramática latina *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1573) de Manuel Álvares, S.J. (1526-1583). Pela análise da obra, também fica claro que Dias não conheceu a edição *Gentilis Angollae* (Roma 1661) de Monte Prandone nem as *Regulae quaedam pro difficilimi Congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae normam redactae* (Roma 1659) de Brugiotti da Vetralla.

Acerca da pronúncia, em particular nas “Advertencias de como se hade ler, & escrever esta Lingua” (p. 1-4), Dias é influenciado pelas “*Advertencias para se ler a lingua de Angola*” (p. [XIV]-[XIX]) de Pacconio e Couto, que cita por duas vezes. No entanto, Dias não se limita e reproduzir o que havia sido escrito pelos seus precursores, mas apresenta novas análises e conclusões. Por

exemplo, Dias refere que há 12 partículas para qualificar os substantivos, 8 para o singular e 4 para o plural: “Tem doze particulas para adjectivar o sustantivo com os adjectivos. Oito são para o singular. v.g. *Ri, v, i, qui, ca, cu, lu, tu*. Para o plural são as seguintes: *A, i, gi, tu*. v.g. *Tatarinène*, grande pay. *Atuanème*, pessoas grandes” (DIAS, 1697, p. 2). Embora Dias não tenha detectado que estava perante uma língua prefixal, teve a noção clara da existência dos prefixos, a que chamou partículas. Veja-se a título de exemplo:

Acrescentando a estas particulas a letra A, & collocadas entre dous sustantivos, fazem possessivos: para o singular, v.g. *Rià, ùà, yà, quià, cà, cuà, luà, tuà*. Exemplo. *Nginariàzambi*, nome de Deos, &c. Para o plural são as seguintes: *À, yà, già, tuà*. Exemplo. *AnaaManino*, filhos de Manoel. Advirta-se com tudo que pondo-se hũa destas particulas por outra, não muda o sentido, mas he impropriedade do idioma da lingua, & da grammatica (DIAS, 1697, p. 2-3).

Dias foi claramente influenciado pela gramática latina de Manuel Álvares, mas, como tivemos oportunidade de demonstrar recentemente (FERNANDES 2015c), não se deve considerar a *editio princeps* da *ars maior* (Lisboa 1572), mas a versão reduzida ou *ars minor* da *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1573) (ver KEMMLER 2013; 2015). Contudo, Dias não se limitou a transpor a gramática latina e encontrou, especialmente na parte da morfologia, algumas idiosincrasias na língua de Angola, como, por exemplo:

(...) não tem esta lingua declinações, nem casos; mas tem singular, & plural, v.g. *Nzambi*, Deos. *Gimzambi*, Deoses. (DIAS, 1697, p. 4);

(...) não tem declinação, nem variedade de casos, como tem os pronomes Latinos, & servem de nominativos, & dos mais casos sem variedade dos ditos pronomes. Também servem de voz de chamar, fazendo vezes de *O*, vocativo dos Latinos, v.g. *Eyè mucuà henda*, ò clemente, ò piedosa.” (DIAS, 1697, p. 8);

Naõ tem os Ambundos casos, & por isso respondem pela mesma pessoa, & proposições, pelas quaes se faz a pergunta. v.g. *Nzambi ùazola atu osso?* Deos ama a todos? *ùazôla*: ama. O exemplo está na pergunta, & verbo, *ùazola*; à qual se responde com o mesmo verbo *ùazola*, & pessoa *ùà*. (DIAS, 1697, p. 39);

Naõ tem esta lingua verbo passivo, donde para dizerem, Deos he amado dos homens, dizem: *Omala azola nzambi*, os homens amaõ a Deos: pondo o verbo na activa. Tambem para dizerem, os homens saõ amados de si, dizem: *Omala arizola*, os homens se amaõ a si. O mesmo he nas mais pessoas, entrepondo sempre a particula *Ri*. (DIAS, 1697, p. 22);

(...) naõ tem esta lingua Generos; explicaõ-se porèm pelos sexos femenino, ou masculino. v.g. *Yalla*, macho. *Ngana yaalla*, senhor. *Muhetu*, femea. *Ngana ya muhetu*, senhora, &c. (DIAS, 1697, p. 23-24).

Outro assunto interessante que tem ocupado os especialistas é saber a língua que Dias está descrevendo. Ele nunca se refere ao Quimbundo, mas sempre à “*lingua dos Ambundos*” (13 vezes), “*lingua de Angola*” (2 vezes), “*lingua angolana*” (2 vezes), “*lingua ambunda*” (uma vez), e a algumas expressões neutras, como “*nesta lingua*” (7 vezes), “*esta lingua*” (4 vezes) e “*desta lingua*” (uma vez). Contudo, tem sido (quase) consensual entre os investigadores de que se trata do Quimbundo do século XVII falado no Brasil, quer no Rio de Janeiro quer na Bahia, pelos escravos e pelos traficantes de escravos oriundos da região centro-oeste de África, particularmente de Angola e do Congo.

Contudo, nos últimos tempos um grupo de bantuístas liderados por Jean-Pierre Angenot e Vatomene Kukanda, estão estudando os 9 dialetos do Quimbundo (Mbaka, Ntemo, Puna, Jinga, Kadi, Mbamba, Sende, Dembo e Lwangu) e concluíram que a língua da *Arte* de Dias é uma variante dialetal, isto é, o subdialeto Kahenda do Mbaka, dialeto do Quimbundo, falado nos subúrbios da missão jesuítica de Cahenda, que ficava perto de Ambaca, hoje localizada na província do Cuanza-Norte de Angola, de onde seria natural Miguel Cardoso, que supervisionou a obra (ANGENOT, KEMPF e KUKANDA, 2011, p. 233).

O problema maior é que a missão de Santo António de Cahenda estava sob a tutela dos Capuchinhos e não propriamente dos Jesuítas (ver, por exemplo, BORTOLAMI, 2012, p. 104; AZEVEDO, 2000, p. 56) e nem António Brásio, C.S.Sp (1906–1985) nem Francisco Rodrigues, S. J. (1873–1956) referem qualquer colégio jesuítico lá. Por outro lado, Serafim Leite, S.J. (1890–1969) (1940, p. 258) refere explicitamente que Miguel Cardoso era natural de Luanda e entrou na Companhia de Jesus no Brasil, no Colégio da Bahia, em 1674, quando tinha 15 anos de idade. Por isso, não parece provável que Miguel Cardoso falasse o subdialeto Kahenda-Mbaka mas, eventualmente, o dialeto Akwa-Loanda falado em Luanda no século XVII.

A comprovar-se, no entanto, a tese de Angenot, Kempf e Kukanda, será interessante verificar que os Jesuítas terão usado (e imposto) uma variante de um dialeto do Quimbundo como língua geral entre os escravos oriundos daquela região centro-oeste africana.

2.2 O *Catecismo na língua dos Ardas* de Manuel de Lima

Há uma (breve) referência a um *Catecismo na língua dos Ardas*⁷, escrito pelo angolano Manuel de Lima, S.J. (ca.1667–1718), por volta de 1708, que nunca terá sido impresso e terá circulado entre os jesuítas em forma manuscrita. É o próprio Manuel de Lima quem o afirma numa carta, datada de 28 de julho de 1708, ao Superior Geral da Companhia de Jesus, Michelangelo Tamburini (1648–1730). Nessa carta, refere ainda que ele falava Quimbundo e era o único padre da Companhia de Jesus a conhecer a língua dos Ardas, de que fez um catecismo enquanto missionava na Bahia (LEITE, 1940, p. 258; 1949a, vol. VII, p. 275; 1949b, vol. VIII, p. 318). Recorde-se apenas que o reino de Arda estava situado a este de S. Jorge de Mina, na atual República do Benim sob a jurisdição de Portugal, dependia religiosamente da diocese de São Tomé, desde 1534, e era o mais poderoso reino nesta área nos séculos XVI e XVII (FERNANDES, 2012, p. 34).

2.3 A *Lingoa Geral de Mina* de António da Costa Peixoto

António da Costa Peixoto (1703–1763), nasceu na freguesia de Torrados (São Pedro), concelho de Felgueiras, atualmente no distrito do Porto, norte de Portugal, e faleceu na freguesia de Santo António da Casa Branca (atualmente Glaura), no termo de Vila Rica (agora Ouro Preto), no Estado de Minas Gerais. Foi um emigrante português no Brasil, leigo, e desempenhou funções de escrivão e de juiz de vintena (ARAÚJO, 2013), e escreveu um vocabulário da língua Mina.

Deste vocabulário, conservam-se dois manuscritos em bibliotecas portuguesas, ambos ainda em vida do seu autor: *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguezas correspondentes* (Biblioteca Nacional de Portugal) é constituído por 14 fôlios não numerados e tem a data de 1731; e a *Obra nova da Lingoa geral de mina, traduzida, ao nosso Igdioama por Antonio*

⁷ Apenas conhecemos um catecismo da língua dos Ardas. Foi publicado em Madrid em 1658, pela Ordem dos capuchinhos, para a Missão de 1659. Tem o título *Doctrina Christiana, y explicacion de sus misterios, en nuestro idioma Español, y en lengua Arda*. Trata-se de um trabalho coletivo, mas foi liderado por José de Nájera com a colaboração de Vans, mais tarde batizado como Felipe Zapata, emissário do rei de Arda, Tojonu (FERNANDES, 2012).

da Costa Peixoto, *Naciogal do Reino de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgueiras* (Biblioteca Pública de Évora), é de 1741 e tem a localidade de S. Bartolomeu (perto de Vila Rica), sendo constituído por 42 páginas. O segundo manuscrito é o desenvolvimento do primeiro e foi impresso pelo bibliotecário-arquivista Luís Silveira (1912–2000) em 1944 e 1945, sem algumas passagens, censuradas pelo Estado Português, que inclusivamente apreendeu a edição de 1944 (FERNANDES, 2012, p. 30). A razão principal para a elaboração do vocabulário terá sido evitar problemas de comunicação entre os proprietários de escravos e os próprios escravos:

Se todos os senhores de escravos, e hinda os que os não tem, souvecem esta lingoage não sucederão tantos insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes, e finalmente cazos atrozes, como muitos miseraveis tem expremetado: de que me parece de algũa sorte se poderião evitar alguns destes descomsertos, se ouvece maior curuzidade e menos preguisa, nos moradores, e abitantes destes payses (PEIXOTO, 1741, p. 5-6).

Este manuscrito é um importante registro histórico da língua falada pela população escrava em Minas Gerais, no século XVIII, particularmente em Vila Rica (Ouro preto), onde a população era maioritariamente de origem africana, sobretudo da Costa dos Escravos, no Golfo do Benim. Tratava-se de uma população que não falava qualquer língua bantu, mas línguas Ewe-Fon da família das línguas Kwa. Yeda Pessoa de Castro adotou, por isso, a denominação de língua Mina-Jeje e situou-a dialetologicamente no grupo desde as línguas Aja (pertença das línguas Gbe) até às variantes Aja-Ewe e Aja-Fon (CASTRO, 2002, p. 47). Por seu turno, Aryon Rodrigues (1925-2014) referiu que esta língua pertence ao grupo Ewe e se trata de uma língua Fon:

(...) pelo menos 90% dos dados do manual de Costa Peixoto foram imediatamente reconhecíveis, não só os vocábulos soltos, mas igualmente as sentenças, de modo a não deixar dúvidas de que a língua em questão pertence ao complexo dialectal Ewe e coincide sobretudo com o Fõ (RODRIGUES, 2003, p. 93).

A *Obra Nova* tem, na totalidade, 899 palavras africanas, 426 palavras isoladas e 473 inseridas em pequenos diálogos e frases pequenas (RODRIGUES, 2003, p. 93-94), registrando a atividade social naquela realidade sócio-histórica específica, como as relações entre os proprietários e os escravos, atividades

profissionais, processos de socialização, cenas domésticas, doenças e saúde, corpo humano e as suas funções, casa, família e sexualidade, roupas, comidas, bebidas, flora, fauna, divindades, instrumentos de trabalho, capacidades e imperfeições e, até, pornografia (CASTRO, 2002, p. 151-185).

O manuscrito, ao utilizar diferentes diacríticos, mostra que o seu autor pode ter reconhecido que estava perante uma língua tonal, com três tons distintos: o acento agudo parece indicar o tom mais alto; o acento circunflexo, o mais baixo; e o til, as vogais nasais. Peixoto registrou também que a composição por justaposição terá sido bastante comum na língua Mina e que a estrutura sintática da frase Mina seria composta por Circ+S+V+C+Circ (Circunstante + Sujeito + Verbo + Complemento + Circunstante).

A *Obra Nova* tem já também o registro de palavras e estruturas sintáticas próprias do português brasileiro. A utilização do verbo “chingar” (PEIXOTO, 1741, p. 35), por exemplo, é claramente um brasileirismo, não se encontrando registrado em nenhum dos lexicógrafos portugueses de seiscentos nem de setecentos. Há também alguns exemplos com a construção com dupla negação. Vejam-se os seguintes casos:

- “(...) màtim vihâ = não tem filhos naõ” (Peixoto 1741: 15);
- “(...) hè mà gam dume hâ = não me mordeo naõ” (PEIXOTO, 1741, p. 37);
- “(...) hémá bouhâ = não corta naõ” (PEIXOTO, 1741, p. 39).

Estes exemplos são ainda mais interessantes pelo fato de as partículas / advérbios de negação utilizados na língua Africana serem diferentes (“mâ” e “hâ”), conforme estão utilizados antes ou depois do verbo.

Em síntese, a *Obra nova da Lingoa geral de mina* é um importante documento histórico da realidade linguística de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, porque prova que: os escravos não falavam nenhum pidgin ou crioulo; eles não faziam uso da língua portuguesa; com a utilização da designação de “língua geral de Mina”, significa que era uma língua de comunicação entre eles, uma espécie de *lingua franca*; e, ainda mais importante, é o primeiro documento histórico conhecido que descreve uma língua Kwa, ainda que em território brasileiro, fora, portanto, do seu espaço linguístico próprio.

Conclusões

Apresentamos uma síntese das primeiras descrições das línguas africanas por portugueses ou ao serviço do padroado português e o resumo das conclusões

mais importantes dos investigadores que mais se têm destacado no estudo dessas obras. Apesar de algumas fontes primárias estarem desaparecidas e, portanto, só termos breves referências secundárias sobre a sua existência, situamo-nos no espaço temporal dos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII.

Os estudos das línguas africanas têm sido bastante descurados, não só em termos da Historiografia Linguística mas também da Linguística Missionária, sobretudo devido à dificuldade de acesso às fontes primárias. Muitas obras circulavam manuscritas entre os missionários, nunca tendo sido impressas. Contudo, alguns documentos importantes chegaram até nós, quer obras escritas especificamente para o continente africano quer para o americano, especialmente o Brasil, por forma a os missionários e/ou colonos estabelecerem contatos linguísticos com os escravos oriundos sobretudo dos países / reinos do centro-oeste de África. Destacamos, por isso, as obras *Gentio de Angola* (Lisboa 1642; Roma 1661) e *Arte da Lingua de Cafre* (ca. 1745 [ca. 1680]) de Francesco Pacconio S.J. (1589–1641), António do Couto, S.J. (1614–1666) e António Maria da Monte Prandone, O.F.M. (1607–1687), e anónimo (fl. ca. 1680), respetivamente, e *Arte da Lingua de Angola* (Lisboa 1697) de Pedro Dias, S.J. (1621/1622–1700), e *Obra nova da Lingoa geral de mina* (Minas Gerais 1741) de António da Costa Peixoto (1703–1763).

Estas duas últimas são particularmente interessantes não só em termos da análise linguística das línguas africanas específicas que descrevem, mas, também, porque são dois registos brasileiros dessas mesmas línguas africanas, demonstrando não só a origem dos escravos mas também — e sobretudo — a realidade social e histórica desses mesmos escravos. São, de fato, dois testemunhos diferentes de duas línguas africanas no Brasil, uma língua bantu e outra da família kwa, que, embora muito distintas entre si e faladas em espaços, eventualmente, diferentes (Rio de Janeiro e Bahia; Minas Gerais e Bahia) influenciaram de sobremaneira o Português Brasileiro.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

ÁLVARES, Manuel. *De institutione grammatica libri tres*. Olyssipone: Ioannes Barrerius, 1572. Online: <http://purl.pt/23043> <http://purl.pt/23121>.

_____. *De institutione grammatica libri tres*. Olyssipone: Ioannes Barrerius, 1573.

- ANCHIETA, José de. *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*. Fac-símile da edição de 1595. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.
- ANÓNIMO. *Arte da Língua de Cafre*. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, manuscrito, coleção “Jesuítas na Ásia”, ca. 1745 [ca. 1680] (Códice Ms. 49-v-18, f. 201-223).
- DIAS, Pedro. *Arte da Língua de Angola, oferecida a Virgem Senhora Nossa do Rosário, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- JORGE, Marcos; MARTINS, Inácio; CARDOSO, Mateus. *Doutrina Christã. Composta Pelo P. Marcos Jorge da Companhia de IESV Doutor em Theologia. Acrescentada pelo Padre Ignacio Martinz da mesma Companhia Doutor Theologo. De nouo traduzida na lingua do Reyno de Congo, por ordem do P. Matheus Cardoso Theologo, da Companhia de IESV*. Lisboa: Geraldo da Vinha, 1624.
- PACCONIO, Francisco & COUTO, António do. *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé. Obra posthuma, composta pello Padre Francisco Pacconio da Companhia de Iesu. Redusida a methodo mais breve & accomodado á capacidade dos sogeitos, que se instruem pello Padre Antonio do Couto da mesma Companhia*. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1642.
- PACCONIO, Francesco; COUTO, António do; MONTE PRANDONE, Antonio Maria de. *Gentilis Angollae fidei mysteriis Lusitano olim idiomate per R. P. Antonium de Coucto Soc. Iesv Theologum; nunc autem Latino per Fr. Antonivm Mariam Prandomontanum, Concionatorem Capucinum, Admod. Rev. Patris Procuratoris Generalis Comissarij Socium, Instructus, atque locupletatus*. Romæ: Typis S. Congreg. de Propaganda Fide, 1661.
- PEIXOTO, António da Costa. *Alguns Apontamentos da Língua minna com as Palavras Portuguezas correspondentes*. Manuscrito, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1731 (F. 2355 códice 3052).
- _____. *Língua geral de mina, traduzida, ao nosso Igdioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Reino de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgueiras*. Manuscrito, Biblioteca Pública de Évora, 1741 (códice CXVI/1-14).
- _____. *Obra nova de língua geral de Mina de António da Costa Peixoto: Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado e apresentado por Luís Silveira*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

- _____. *Obra nova de língua geral de Mina de António da Costa Peixoto: Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado e apresentado por Luís Silveira*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.
- VETRALLA, Giacinto Brusciotto a. *Doctrina Christiana ad profectum Missionis totius Regni Congi in quatuor linguas per correlatiuas columnas distincta*. Romæ: Typis, & sumptibus eiusdem Sac. Congreg., 1650.
- _____. *Regulae quaedam pro difficillimi Congensium idiomatis faciliori captu ad grammaticae normam redactae a F. Hyacintho Brusciotto a Vetralla Concionatore Capuccino Regni Congi Apostolicae Missionis Praefecto*. Romæ: Typis S. Congr. de Prop. Fide, 1659.

Fontes secundárias

- ANGENOT, Jean-Pierre; KEMPF, Catherine Barbara; KUKANDA, Vatomene. “Arte da Língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da Dialetologia Kimbundu”. *Papia* 21:2, 2011, p. 231-252.
- ARAÚJO, Fernando. 2013. “Fome do ouro e fama da obra: Antonio da Costa Peixoto e a «Obra Nova de Língua Geral de Mina» – alianças, proximidades e distâncias de um escritor português no Brasil colonial do século XVIII”. Online. Disponível em <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a53-faraujo.pdf> (última Consulta: 02/07/2015)
- AZEVEDO, C. M. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol 1: A-C. Lisboa: Círculo de Leitores & Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000.
- BATALHA, Ladislau. *A Língua de Angola*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1891.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Linguas difficultosas e linguas peritos. Artes de gramática jesuíticas dos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002a.
- _____. “A ‘língua de preto’ e os métodos de descrição na *Arte da Língua de Angola*, de 1697”. *Estudos Lingüísticos XXXI*, 2002b.
- _____. “Regras Gerais e Comparações na *Syntaxe da Arte da Língua de Angola*”. *Estudos Lingüísticos XXXIII*, 2004, p. 1206-1212.
- BONVINI, Emilio. “Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. I. Du XVI^e siècle au XVIII^e siècle: dans le sillage des explorations”. *Histoire, Epistémologie, Langage* 18:2, 1996, p. 127-148.
- _____. “Línguas africanas e português falado no Brasil”. Fiorin, José Luiz e Petter, Margarida (eds.), 2008, p. 15-62.

- _____. “Revisiter trois siècles après, ‘Arte da lingua de Angola’ de Pedro Dias S.I. – grammaire kimbundu, rédigée au Brésil, mais publiée à Lisbonne en 1697”. Petter e Mendes (eds.), 2009, p. 15-45.
- BORTOLAMI, G. *I Bakongo: Società, tradizioni e cambiamento in Angola*. Tese de Doutorado, Università degli Studi di Sassari, 2012.
- BOXER, Charles Ralph. *Opera Minora*. 3 vols. Lisboa: Fundação Oriente, 2002.
- _____. “Japanese Christians buried in the Jesuit College Church of Sao Paulo at Macau”. *Monumenta Nipponica*, 1:1, 1938, p. 265-269
- BRÁSIO, António. *Monumenta Missionaria Africana*. Vol II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.
- _____. *Monumenta Missionaria Africana*. Vol VII. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956.
- _____. *Monumenta Missionaria Africana*. Vol XI. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971.
- _____. *Monumenta Missionaria Africana*. Vol XII. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1981.
- _____. *Monumenta Missionaria Africana*. Vol XIII. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982.
- CAPUCHINHOS. *Lexicon Capuccinum; promptuarium historico-bibliographicum Ordinis Fratrum Minorum Capuccinorum (1525-1950)*. Romae: Bibliotheca Collegii Internationalis S. Laurentii Brundusini, 1951.
- CARDOSO, Suzana et alii (eds.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. 2002. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.
- _____. “African Languages an Brazilian Portuguese: A new approach”. Petter; Mendes (eds.), 2009, p. 47-56.
- DOKE, Clement Martyn. *Bantu: modern grammatical, phonetical, and lexicological studies*. London: Percy Lund, Humphries & Co. for the International Institute of African Languages and Cultures, 1945.
- _____. “The Basis of Bantu Literature”. *Africa: Journal of the International African Institute*, Vol. 18:4, 1948, p. 284-301.
- _____. *The Southern Bantu languages*. London, New York, Cape Town: Oxford University Press, 1954.
- _____. “Early Bantu literature — The age of Brusciotto”. Doke; Cole, 1961, p. 8-26.

- DOKE, Clement Martyn; COLE, Desmond Thorne. *Contributions to the history of Bantu linguistics: Papers contributed by C. M. Doke and D. T. Cole (1935-1960)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1961.
- FERNANDES, Gonçalo. “De Institutione Grammatica Libri Tres (1572) de Manuel Álvares (1526-1583)”. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, 4, Nova Fase, 2007, p. 85-99.
- _____. “Review of *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800*. By Otto Zwartjes”. *Historiographia Linguistica*, 39:2/3, 2012, p. 383-392. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/hl.39.2-3.11fer>
- _____. “A língua geral de Mina (1731/1741) de António da Costa Peixoto”. *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 43:2, 2012, p. 28–46.
- _____. “Review of *Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos: O quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S.J.* Edited by Maria Carlota Rosa”. *Language & History*, 58:2 (2015a, no prelo).
- _____. “The first known grammar of (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisbon 1697) and Álvares’ *Ars Minor* (Lisbon 1573)”. *Africana Linguistica* 2 (2015b, no prelo).
- _____. “La Lengua del *Arte da lingua de Cafre* (Mozambique, ca. 1745 [ca. 1680])”. *Actas del VIII Congreso Internacional de Lingüística Misionera*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú (2015c, no prelo).
- FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (eds). *África no Brasil: A formação da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- KEMMLER, Rolf. ‘De institvione grammatica libri tres (Lisboa, 1573): a edição princeps da ars minor de Manuel Álvares’, *Revista Portuguesa de Humanidades, Estudos Linguísticos* 17:1, 2013, p. 43-58.
- _____. ‘The First Edition of the *ars minor* of Manuel Álvares’ *De institvione grammatical libri tres* (Lisbon, 1573)’, *Historiographia Linguistica* 42:1, 2015, p. 1–19.
- LEITE, Serafim. “Jesuítas do Brasil, naturais de Angola”. *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*, 31:3/4, 1940, 254-261.
- _____. “Padre Pedro Dias, autor da *Arte da Língua de Angola* apóstolo dos negros no Brasil (Nota biobibliográfica)”. *Portugal em África*, 4:2, 1947, p. 9-11.
- _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tome VII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949a.

- _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tome VIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949b.
- _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tome IX. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949c.
- _____. *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil — 1549-1760*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993.
- LEVI, Joseph Abraham. “Portuguese and Other European Missionaries in Africa: A look at their linguistic production and attitudes (1415–1885)”. *Historiographia Linguistica*, 36:2/3, 2009, p. 363–392.
- MARUYAMA, Toru. “Late Seventeenth Century Kimbundu described by Father Pedro Dias S. J. (1)”. *Academia - Literature and Language* 62, 1997a, p. 207-229.
- _____. “Late Seventeenth Century Kimbundu described by Father Pedro Dias S. J. (2)”. *Academia - Literature and Language* 63, 1997b, p. 19-31.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni; MENDES, Ronald Beline (eds.). *Proceedings of the Special World Congress of African Linguistics: Exploring the African Language Connection in Americas*. São Paulo: Humanitas, 2009.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni. “Línguas Africanas no Brasil”. Cardoso, Suzana *et alii* (eds.), 2006, p. 117:142.
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*. Tese de Doutorado. Madrid: Universidad Complutense, 2002. Online: <http://eprints.ucm.es/tesis/fl/ucm-t25106.pdf> (última consulta: 31 de julho de 2015).
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “As línguas gerais sul-americanas”. *Papia* 4:2, 1996, p. 6-18.
- _____. “Obra nova da língua geral de mina: a língua ewe nas Minas Gerais”. *Papia* 13, 2003, p. 92-96
- _____. “As outras línguas da colonização do Brasil”. Cardoso, Suzana *et alii* (eds.), 2006, p. 143-161.
- RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo III, Vol. II. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1944.
- ROSA, Maria Carlota. “Línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras”. *Revista de Estudos da Linguagem* 6:2, 1997, p. 97-148.
- _____. “Reverendo uma das críticas às descrições missionárias”. *Revista de Estudos da Linguagem* 14:1, 2006, p. 203-230.
- _____. “A Arte da língua de Angola (1697) e a gramática latina de Manuel Álvares (1572)”. *Eutomia: Revista Online de Literatura e Linguística*, 2,

- 2010, [1-7]. Online: http://www.revistaautomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/especial-destaques/destaques-linguistica/destaque_a_arte_da_lingua_de_angola.pdf (última consulta: 31/03/2012).
- _____. “Uma gramática jesuíta seiscentista: a *Arte da Língua de Angola*”. *REDE-A Revista de Estudos Afro-americanos*, 1:1, 2011, p. 141-200. Online: http://revista.universo.edu.br/index.php/4revistaafroamericanas4/article/view/460/pdf_7 (última consulta: 31/03/2012).
- _____. *Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos: O quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S.J.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- SCHEBESTA, Paul. “Eine Bantugrammatik aus dem 17. Jahrhundert: *Arte da língua de Cafre*”. *Anthropos*, XIV-XV, 1919-1920, p. 764-787.
- THORNTON, John K.. *Africa and Africans in the making of the Atlantic World, 1400-1800*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- _____. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. London and New York: Routledge, 2003.
- ZIMMERMANN, Klaus. “La construcción del objeto de la historiografía de la lingüística misionera”. Zwartjes, Otto; Hovdhaugen, Even (eds.), 2004, p. 7-32.
- _____. “Koloniallinguistik. Thesen aus iberoromanistischer Perspektive“. Workshop Koloniallinguistik Universität Bremen, 24 – 25 März 2011. Online: http://www.fb10.uni-bremen.de/sksv/kolling2011/kolling_thesen_zimmermann.pdf (última consulta: 01/07/2015).
- ZWARTJES, Otto; HOVDHAUGEN, Even (eds.). *Missionary linguistics / Lingüística misionera: selected papers from the First International Conference on Missionary Linguistics, Oslo, March 13th-16th, 2003*. Amsterdam: John Benjamins, 2004.
- ZWARTJES, Otto. “Tiempo y aspecto verbal en las primeras gramáticas de lenguas bantúes de las misiones católicas (siglos XVII-XVIII)”. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* VII, 1:13, 2009, p. 233-261.
- _____. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2011.

Recebido em 31 de julho de 2015.

Aceito em 30 de setembro de 2015.

TERMINOLOGIA GRAMATICAL LUSO-CASTELHANA DOS INÍCIOS: DE ANTONIO DE NEBRIJA A JOÃO DE BARROS

José Gómez Asencio
Universidade de Salamanca
gasencio@usal.es

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora¹
filomenagoncalves@sapo.pt

RESUMO:

Este artigo trata da terminologia gramatical de Antonio de Nebrija (1441?-1522) e João de Barros (1496?-1570), autores respectivamente da *Grammatica sobre la lengua castellana* (1492) e da *Grammatica da lingua portuguesa* (1540). O objectivo deste estudo é precisamente demonstrar a relação entre a doutrina e a “(meta)terminologia” destes dois gramáticos peninsulares, em cujas obras se detectam, a par de singularidades próprias de cada gramático, muitos pontos de convergência, quer no plano conceptual quer no plano estritamente terminológico. Dada a semelhança entre as duas línguas românicas – castelhano e português – a possível existência de um “fundo terminológico” partilhado é relevante para ambas as tradições metalinguísticas, tanto mais que muita dessa terminologia continua a ser usada nos nossos dias. Por último, importa averiguar onde, como e em que medida Nebrija terá funcionado como um modelo para João de Barros.

PALAVRAS-CHAVE: terminologia; gramática castelhana; gramática portuguesa; Nebrija; João de Barros.

ABSTRACT

This article focuses on the grammatical terminology of both Antonio de Nebrija (1441? -1522) and João de Barros (1496? -1570), the authors of *Grammatica sobre la lengua*

¹ CIDEHUS-UÉ/FCT, projeto UID/HIS/00057/2013

castellana (1492) and *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), respectively. It aims at highlighting the relationship between the theoretical framework and the “meta-terminology” adopted by these two peninsular grammarians whose works underpinned the Spanish and the Portuguese grammar traditions, and which, alongside their uniqueness, are convergent of concepts and terminology. Given the similarity between the two Romance languages under analysis, the possible existence of a shared “terminological background” becomes relevant for both metalinguistic traditions, as much of that same terminology is still used today. Furthermore, it is important to determine how, where and to what extent Nebrija will have served as a model for João de Barros.

KEYWORDS: terminology; Spanish grammar; Portuguese grammar; Nebrija: João de Barros.

No quiero agora contar entre mis obras el arte de la grammatica que me mando hazer su alteza contraponiendo renglon por renglon el romance al latin: por que aquel fue trabajo de pocos dias: τ por que mas usé allí de oficio de interprete que de autor (NEBRIJA, 1495: f. iij^{vo}).

[...] as çiências requêrem seus próprios termos por onde se [h]an de aprender, como as obras mecânicas instrumentos com que se fâzem, sem os quâes nenhũa destas se pôde entender nem acabár” (BARROS, 1540: p.294).

Introdução e propósito

É bem sabido que as primeiras codificações gramaticais sistemáticas ou “completas” da língua espanhola e portuguesa nos chegam, respectivamente, pela mão de Antonio de Nebrija (1441?-1522) e de João de Barros (1496?-1570). Às mãos e ao seu talento de ambos devemos igualmente – e em perfeita consonância com essas codificações gramaticais sistemáticas ou “completas”, e como não poderia ser de outra maneira – as primeiras terminologias gramaticais sistemáticas *em* espanhol e *em* português.

Trabalhou-se com o que, sendo um livro, na realidade são dois textos, de Antonio de Nebrija (AdN), e com um livro e um texto de João de Barros (JdB):

a *Gramática sobre la lengua castellana* (Salamanca, 1492) e a *Grammatica da lingua portuguesa* (Lisboa, 1540)².

O primeiro contém cinco livros, dos quais os quatro primeiros constituem uma gramática de nível bastante elevado, destinada a hispano-falantes adultos cultos, e o quinto, outra gramática, reduzida, elementar e com outra estrutura diferente, dirigida a aprendentes estrangeiros (GÓMEZ ASENCIO, 2006). Logo, dois textos nebrissenses.

NEBRIJA		BARROS
GC-1492		GP-1540
<i>Libro V-GC=ILC</i>	<i>GC</i>	

O ponto de partida desde o qual se empreendeu este trabalho foram aqueles três textos; e o primeiro procedimento consistiu na extração dos termos que, nesses textos, nos pareceram ser – arrazoada e razoavelmente – *técnicos*³.

A oportunidade deste procedimento, nas perspectivas epistemológica e metodológica, está suficientemente acreditada, por exemplo, em Swiggers (2009: p.24); pretende-se aqui, ao mesmo tempo, uma “análise «monográfica» (também se poderia falar em «análise isotópica»): o tipo de análise que se focaliza na “terminologia [...] de um autor” ou de vários, uma “análise contrastiva/comparativa; o tipo de análise que consiste em confrontar e comparar a terminologia” de obras de vários autores, e, por conseguinte, uma síntese terminológica-terminográfica do estado da questão na transição entre o século XV e o XVI em duas línguas diferentes, irmãs e historicamente “confrontadas”.

A oportunidade deste procedimento, no que toca à *GC*, é mais que evidente: não é em vão que é, como já dissemos e é bem sabido, a primeira gramática de uma língua vernácula europeia, Nebrija é reconhecidamente um dos gramáticos mais importantes da tradição gramatical ocidental e “con diferencia, el autor de la tradición lingüística española al que se han dedicado más trabajos” (ESPARZA, 2006: p. 75)⁴.

² Nesta ocasião prescindimos do *Dialogo em louvor da nossa lingvagem* (mas também, por exemplo, do *Prólogo* da *GC* de AdN) que JdB acrescenta no final da sua *GP*. São textos bastante conhecidos e interessantes que, não obstante, escapam à rigidez dos esquemas gramaticográficos e do nosso foco atual.

³ Em boa medida, é o que fez Quijada (2009) com Charpentier.

⁴ Para quem precise de provas: a *Bibliografía nebrissense* (374 páginas) de Esparza e Niederehe, de 1999, contém 761 registos de obras “de” Nebrija aparecidas entre 1481 e 1996, e 33 páginas de “Fuentes bibliográficas y estudios”. Muita água correu sob as pontes desde 1999, e a bibliografía “sobre” Nebrija não tem parado de crescer.

A oportunidade deste procedimento, no que toca à *GP* (BUESCU, 1978, 1983; SCHÄFER-PRIESS, 2000; GONÇALVES, 2007; LEITE, 2007;), tão-pouco requer especiais justificações: ressalvada a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Lisboa, 1536), que **não** é uma gramática – embora comporte partes dela –, de Fernão de Oliveira (OLIVEIRA, 2013), não é em vão que se trata da gramática *princeps* do português e, simplesmente por isso – ademais das suas qualidades intrínsecas –, tem direitos e merecimentos especiais.

Revisitar diariamente qualquer destes dois pioneiros – como amiúde fazemos muitos – é voltar a constatar a quase impossibilidade prática de sermos originais nos propósitos; caber-nos-á porventura a honra de sermos sistemáticos e pormenorizados no cotejo.

Trabalha-se aqui, com as devidas ressalvas, na linha em que Roldán (1994) trabalhou de modo específico com a metalinguagem retórica de Nebrija, a do metaplasmo/barbarismo e a das figuras de construção/solecismo, aspectos de que aqui não nos ocuparemos. Como tampouco nos detemos na terminologia/conceitos atinentes às partes da gramática que tratam dos aspectos fónicos, prosódicos, gráficos da língua (seja espanhola, seja portuguesa, seja em geral). E, com modéstia e reconhecidas limitações de antemão, atentaremos tão só no que agora mais ou menos se engloba sob as etiquetas de morfologia, morfosintaxe e sintaxe.

1. O que se encontrou nos textos analisados?

1.1. Em qualidade / Em termos de qualidade

Vejamos a tabela 1: o mesmo tipo de exame, idêntica modalidade de pesquisa levada a cabo pelas mesmas pessoas num espaço de tempo bem determinado e com os mesmos objetivos – isto é, sem viés desse ponto de vista – revela estes resultados:

NEBRIJA		BARROS
GC-1492		GP-1540
<i>Libro V-GC=ILC</i>	<i>GC</i>	
68	219	245

Tabela 1

Parece razoável que o mais elementar dos textos em extensão, conteúdo, objetivos e destinatários – as *ILC* – seja também o mais pobre do ponto de vista quantitativo adotado neste momento; aqueles 68 termos são na verdade 61 “conceitos” para alguns dos quais são propostas duplicações terminológicas decalque latino/criação românica, com clara preferência nebrissense pelo termo castelhano, apresentado em negrito⁵:

nominativo/primero

dativo/tercero

vocativo/quinto

singular/número de uno

genitivo/segundo

acusativo/cuarto

plural/número de muchos

Parece razoável igualmente que as duas gramáticas propriamente ditas – ambas de forte enraizamento teórico e terminológico de origem latino; a de JdB, além disso, seguidora da de AdN – exibam um número de termos equilibrado (219 vs 245), com vantagem numérica (de 26 entradas) a favor da *GP* (por razões que trataremos de descobrir mais adiante).

A soma das entradas lexicais metalinguísticas encontradas nos dois textos castelhanos (*ILC+GC*) alcança as 226 unidades; as encontradas em JdB, 245: os termos técnicos dos princípios da gramaticografia luso-castelhana são os carreados pelos dois autores para os textos examinados, precisamente aqueles de que tratam os parágrafos subsequentes. Sobre essa soma far-se-ão alguns cálculos mais abaixo.

1.2. Em qualidade / A partir do modelo teórico-conceptual

Aqueles termos: (i) servem de transmissores de um modelo de representação da realidade linguística, modelo plasmado nas gramáticas examinadas; (ii) são a expressão verbal de um sistema epistemológico criado para dar conta do que acontece **em** e **com** duas línguas concretas e muito aparentadas; e (iii) não são peças soltas e desconjuntadas, desconexas, antes referindo um sistema teórico e conceptual, de natureza gramaticográfica, concebido por cada autor – com base num bom sustento tradicional – para explicar (“reduzir em artifício e razão”; “arteifício de palavras postas em seus naturais lugares”) as línguas portuguesa e espanhola. As tabelas 3, 4, 5 e 6 foram elaboradas com a intenção de trazer à luz uma parte desse aparato teórico-conceptual na sua relação com

⁵ Em geral, e exceto quando for pertinente ou focal manter as grafias originais, as citações de Nebrija são adaptadas à ortografia espanhola atual.

a terminologia e servirão para revelar a ordenação interna e a (espectável) coerência deste universo – terminológico e sistemático – luso-castelhana e, a nós, para extrairmos algumas conclusões terminográficas a respeito dos princípios das tradições gramaticais portuguesa e espanhola.

Os termos foram distribuídos – em consonância com o próprio modelo teórico-conceitual ao qual servem de expressão verbal – em: (i) os que fazem referência a unidades do sistema, a *classes* (partes e subpartes da oração, classes e subclasses de palavras, categorias e subcategorias verbais), constituídas por conjuntos paradigmáticos de elementos concretos; (ii) aqueles que se referem a *traços*, isto é, a propriedades (“accidentes”) que se sobrepõem / acrescentam / amparam / afetam / caracterizam as classes; (iii) os que representam *relações*, funções entre classes ou entre traços, ou procedimentos linguísticos, heurísticos ou probatórios; (iv) os concebidos para apresentar o próprio modelo (SWIGGERS, 2009).

Em números redondos, as tabelas 3, 4, 5 e 6 refletem – sobre o total de termos de apontado acima para cada autor – as percentagens indicadas na tabela 2:

TERMOS REFERENTES A:	AdN	JdB
classes	41%	38%
Traços e propriedades	31%	38%
relações e funções	17%	15%
a <i>Gramática</i> e suas partes	11%	9%

Tabela 2

E impõem-se conclusões fáceis, e esperadas: (i) a terminologia específica da disciplina (por assim dizer, a “metaterminologia”) é escassa e, além disso, não especialmente relevante; (ii) o grande esforço terminológico de ambos os gramáticos recai no domínio categorial, na denominação de *unidades* gramaticais (72% do total em AdN, 76% em JdB), quer sejam classes ou conjuntos de elementos (41% em castelhano, 38% em português), quer sejam tipos de traços (31% em castelhano, 38% em português; a única diferença chamativa ou representativa); (iii) os termos destinados a dar conta das relações – ou funções – entre elementos não são desprezíveis, mas apenas atingem um sexto do total. A este respeito, até aqui notam-se fortes concomitâncias nas duas tradições e um núcleo terminológico luso-castelhana bem desenhado.

Contudo, isto corresponde ao expectável nesta fase da gramaticografia europeia em geral, quando o foco se situa fundamentalmente na dimensão categorial dos sistemas linguísticos, e muito menos na componente relacional entre as unidades detectadas; dito de outro modo, trata-se de um enfoque gramaticográfico mais orientado para a vertente paradigmática da língua do que para a sintagmática, ainda que esta não seja totalmente descuidada. Trata-se sobretudo de uma questão de proporções, que afeta o aspecto terminológico: daí – e na medida em que o aspecto terminológico é indício do conceptual ao mesmo tempo que o condiciona – essas percentagens autorizam-nos a fazer inferências de ordem conceptual e metodológica; em concreto: estamos perante gramáticas muito mais categoriais do que relacionais, e a terminologia usada tanto é testemunha como é causa disso.

1.2.1. Classes e unidades

TERMOS REFERENTES A CLASSES E UNIDADES		
NEBRJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
Adjetivo	Adjetivo	Ajetivo
Adverbio	Adverbio	Avérbio
		Av. de acabár
	Adv. para afirmar	Av. de afirmár
	Adv. para ayuntar	Av. de ajuntár
	Adv. para demostrar	Av. de demostrár
	Adv. para disminuir	
	Adv. para apartar	Av. de apartar
	Adv. para dudar	Av. de duvidár
	Adv. para despertar	Av. de despertár
	Adv. para preguntar	Av. de preguntár
	Adv. para jurar	Av. de jurár
	Adv. de lugar	Av. de lugar
	Adv. para negar	Av. de negar
	Adv. para desear	Av. de desejár
	Adv. para ordenar	Av. de ordenár
	Adv. para calidad	Av. de calidáde
	Adv. para cantidad	Av. de cantidade

TERMOS REFERENTES A CLASSES E UNIDADES		
NEBRIJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
	Adv. para semejar	Av. de comparár
	Adv. de tiempo	Av. de tempo
	Adv. para llamar	Av. de chamar
	Adverbios por lugar	
	Adverbios a lugar	
	Adverbios en lugar	
	Adverbios de lugar	
	Artejo	(Artelho)
Artículo	Artículo	Artigo
	Cláusula	Cláusula
Conjunción	Conjunción	Conjunçám
	Conj. para dar causa	
	Conj. para concluir	
	Conj. para continuar Conj. continuativa	
	Conj. para ayuntar palabras y sentencias	Conjunçám copulativa
	Conj. para ayuntar las palabras y desayuntar las sentencias	Conjunçám disjuntiva (Disjunçám)
	Dicción	Diçám
	Palabra	Palávra
Gerundio	Gerundio	
	Gerundio sustantivo	
	Interjección	Interjeiçám
	Letra	Lêtera
Nombre	Nombre	Nome
	Nombre adverbial	Nome avèrbial
	Nombre apelativo	
	Nombre aumentativo	Nome aumentativo
	Nombre común	Nome comum
	Nombre comparativo (<i>más</i>)	Nome comparativo (<i>máis</i>)
	Nombre compuesto	Nome composto
	Nombre denominativo	Nome denominativo

TERMOS REFERENTES A CLASSES E UNIDADES		
NEBRJJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
	Nombre derivado	Nome derivado
	Nombre diminutivo	Nome diminutivo
Nombre infinito		
	Nombre participial	Nome participiál
Nombre participial infinito Nombre infinito	Nombre participial infinito	
	Nombre patronímico	Nome patronímico
	Nombre positivo	Nome positivo
	Nombre posesivo	Nome possessivo
	Nombre primogénito	
		Nome primitivo ou primeiro
	Nombre propio	Nome próprio
		Nome relativo
		Nome relativo interrogativo
	Nombre sencillo	Nome simple
	Nombre sustantivo	Nome sustantivo
	Superlativo (<i>muḡ</i>)	Superlativo (<i>mui, muito</i>)
	Nombre verbal	Nome verbál
	Nombre gentil	Nome gentílico
Oración	Oración	Òraçám
Palabra	Palabra	Palávra
Parte de la oración	Parte de la oración	Párte da òraçám
	Partezilla	
Participio	Participio	Partiçípio
Preposición	Preposición	Preposiçám
Primera posición del nombre (nominativo)		
Primera posición del verbo (1ª pers. sing. pres. ind.)		Primeira posiçám do vérbo (infinitivo)
Pronombre	Pronombre	Pronome
	Pron. demostrativo	Pron. demonstrativo
		Pron. possessivo
	Pron. relativo	Pron. relativo
Relativo	Relativo	Relativo

TERMOS REFERENTES A CLASSES E UNIDADES		
NEBRIJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
Relativo de accidente	Relativo de accidente	Relativo de acidente
	Relativo de calidad	Relativo de calidade
	Relativo de cantidad continua	Relativo de quantidade contínua
	Relativo de cantidad discreta	Relativo de quantidade apartada
	Relativo de sustancia	Relativos de sustância
		Segunda posiçám do vérbo (primeiro presente do número singular do módo demonstrador)
	Sentencia	Sentença
	Sílaba	Sílaba
Verbo	Verbo	Verbo
	Verbo absoluto	
	Verbo activo	Vérbo autivo
	Verbo adverbial	Vérbo avèrbial
		Vérbo ajetivo
	Verbo aumentativo	Vérbo aumentativo
		Vérbo comum [en lat., no en port.]
	Verbo denominativo	Vérbo denominativo
	Verbo derivado	Vérbo dirivado
		Vérbo depoente [en lat., no en port.]
	Verbo diminutivo	Vérbo diminutivo
	Verbo impersonal	Vérbo impessoál
		Vérbo impessoál da vóz activa [<i>convém, aconteçe</i>]
		Vérbo impessoál da vóz passiva
		Vérbo irregular
		Vérbo neutro
		Vérbo neutro ausoluto

TERMOS REFERENTES A CLASSES E UNIDADES		
NEBRJJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
		Vérbo passivo [en lat., no en port.]
	Verbo personal	Verbo pessoál
	Verbo principal	
Verbo regular	Verbo regular	
		Vérbo sustantivo
	Verbo transitivo	Vérbo transitivo

Tabela 3

Comentários:

1.º Os termos que designam as unidades linguísticas fundamentais (por ordem de “grandeza” ascendente) com as quais se opera nos textos do corpus são os seguintes:

<i>letra</i>	<i>sílaba</i>	<i>dicción/palabra/parte de la oración</i>	<i>cláusula</i>
	<i>oración/sentencia</i>		
<i>lêtera</i>	<i>sílaba</i>	<i>diçám/palávra/párte da oraçám</i>	<i>cláusula</i>
	<i>oraçám/sentença</i>		

2.º Propõem-se conjuntamente termos para oito partes da oração ou classes de palavras:

JdB	AdN
<i>Nome</i>	<i>Nombre</i>
<i>Vérbo</i>	<i>Verbo</i>
<i>Pronome</i>	<i>Pronombre</i>
<i>Avérbio</i>	<i>Adverbio</i>
<i>Participio</i>	<i>Participio</i>
<i>Artigo</i>	<i>Artículo</i>
<i>Conjunçám</i>	<i>Conjunción</i>
<i>Preposiçám</i>	<i>Preposición</i>

AdN, pelo seu lado, eleva a lista até dez com: *nombre participial infinito* e com *gerundio*. E JdB, até nove, com a *interjeiçám*⁶.

⁶ *Gerúndio* é termo que também se encontra em JdB, tal como *interjección* em AdN, mas não com o estatuto de parte da oração.

3.º Manejamos numerosos termos, mais ou menos complexos e mais ou menos especializados, para as subclasses de palavras. Em geral, o esforço menor, se existe, foi feito nas *ILC*, e o maior, nas gramáticas grandes. Veja-se o quadro a seguir:

SUBCLASSES DE	<i>ILC</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
Adverbios	0	22	18
Conjunciones	0	5	3
Nombres	1	20	20
Pronombres	0	2	3
(Relativos)	1	5	5
Verbos	1	12	19

Alguns termos são exclusivos de JdB (*avérbio de acabár* [em *conclusám*, *finalmente*], *disjunçám* [para a conjunção disjuntiva], *nome relativo interrogativo*, *vérbio ajetivo*), mas em geral os termos do viseense são idênticos aos do nebrissense, se é que não foram diretamente tomados deste.

4.º Boa parte da terminologia luso-castelhana provém diretamente da terminologia latina, como mero decalque, o que, em boa verdade, constitui simultaneamente um cultismo e um latinismo, um neologismo e um tecnicismo; mas nem toda. Neste sentido, importa observar que os adjetivos (latinos) que designam as subclasses de palavras em latim são transferidas como adjetivos: (i) sempre, quando se trata de um nome (*positivo*, *verbál*, *próprio*, etc.) ou de um verbo (*transitivo*, *peçoál*, *autivo*, etc.); (ii) nunca, no caso do advérbio, daí que em geral se opte por uma fórmula românica introduzida por uma preposição: *para*⁷, no caso de AdN, e *de*, no caso de JdB; a referida preposição é normalmente seguida de infinitivo: *para desear*, *para disminuir*; *de duvidár*, *de chamár*, etc., ou, muito menos frequentemente, de substantivo: *para calidad/de calidáde*, *para cantidad/de cantidáde*; entendemos que se procede deste modo com a intenção didática de manifestar com clareza o significado específico e a contribuição discursiva ou semântica de cada subclasse; (iii) nunca, no caso da conjunção na *GC*, na qual se opta igualmente pela fórmula com *para* –*R* (*para dar causa*)⁸; e sempre na *GP*, na qual JdB prefere os adjetivos latinos *copulativa*, *disjuntiva*.

⁷ Com estas exceções, onde se prefere a preposição *de*: advérbios *de lugar*, advérbios *de tiempo*.

⁸ Com a única exceção de *continuativa* que, em pares se apresenta junto com *para continuar*.

5.º As grandes criações terminológicas românicas neste capítulo afloram, por um lado, na *GC*, onde aparecem representadas por *artejo*, proposto como adaptação ao castelhano ou, melhor dito, como explicação do termo técnico (*artículo*), e por *partecilla*, expressão totalmente nova, sem paralelo em latim; e, por outro lado, na *GP*, onde encontramos *artigo* (junto com *artelho*) e *disjunçám*, esta como proposta alternativa às conjunções disjuntivas⁹.

1.2.2. Traços e propriedades

TERMOS REFERENTES A TRAÇOS E PROPRIEDADES		
NEBRIJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
	Accidente	Açidente
	Antecedente	Anteçedente
	Calidad	Calidáde
Caso	Caso	Cáso
—	“sexto y séptimo caso no tiene nuestra lengua”	
		Ablativo – Sexto cáso
Acusativo – cuarto	Acusativo (cuarto)	Acusativo – Quarto cáso
Dativo – tercero	Dativo (tercero)	Dativo – Terceiro cáso
		Efectivo – Seitimo cáso
Genitivo– segundo	Genitivo (segundo)	Genitivo – Segundo cáso
Nomin.– primero	Nominativo (primero)	Nominativo – Primeiro cáso
Vocativo – quinto	Vocativo	Vocativo – Quinto cáso
	Declinación por casos Caso con declinación	Declinaçám per cásos
Conjugación	Conjugación	Conjugaçám
Conjugacion regular		
Declinación	Declinación	Declinaçám
		Declinaçám possessiva
	Especie	Espéçia
	Especie primogénita	Espéçia primitiva
	Especie derivada	Espéçia dirivada – dirivativa

⁹ “A quá, máis própriamente, se déve chamár *disjunçám* que *conjunçám*, porque divide as pártes” (*GP*: p.355).

TERMOS REFERENTES A TRAÇOS E PROPRIEDADES		
NEBRIJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
	Figura	Figura
	Figura compuesta	Figura compósta
	Figura sencilla –simple	Figura simples
		Figura dobráda [prep.]
		Figura singéla [prep.]
Género	Género	Género
	G. común de dos	G. comum a/de dous
Común de tres (géneros)	G. común de tres	G. comum a três
	G. dudoso	G. duvidoso
	G. femenino	G. feminino
	G. masculino	G. masculino
G. neutro	G. neutro	G. neutro
	G. mezclado	G. confuso
Gerundio	Gerundio	Gerúndio
	Gerundio sustantivo	
Imperativo	Imperativo	Imperativo–mandador–segundo
Indicativo	Indicativo	Indicativo–demostrador–primeiro
Infinitivo	Infinitivo	Infinitivo – nam acabádo–quinto
		Infinito (<i>amar</i>)
	Manera de significar	
Modo	Modo	Módo
		Módo autivo
		Módo passivo
		Módo d’ajuntár–pera ajuntár
		Módo infinito
		Módo pera demostrár
		Módo pera desejár
		Módo pera mandár
Número	Número	Numero

TERMOS REFERENTES A TRAÇOS E PROPRIEDADES		
NEBRJJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
Optativo	Optativo	Outativo – deseizador – terceiro
	Orden	Órdem
Participio	Participio	Partiçipio
Participio del tiempo venidero	Participios del futuro	
Participio del presente	Participio del presente	
Participio del tiempo pasado	Participio del tiempo pasado	Partiçipio do tempo passado
		Partiçipio do pretérito
Pasado no acabado	Pasado no acabado	Passádo por acabár Passádo nam acabádo (<i>amava</i>)
Pasado acabado	Pasado acabado	Passádo acabádo (<i>amei</i>)
Pasado más que acabado	Pasado más que acabado	Passádo máis que acabádo
Persona	Persona	Pessoa
Plural– número de muchos	Plural	Plurár – número de muitos
Presente	Presente	Presente
		Pretérito perfeito (<i>amei</i>)
		Pretérito (<i>amei</i>)
Primera	Primera	Primeira
Segunda	Segunda	Segunda
	Significación	Sinificaçám
	Sign. activa	
	Sign. pasiva	
	Las significaciones de los adv. son diversas	Sinificações dos avérbios
	Las significaciones de la conjunción son diversas	
Singular – número de uno	Singular	Singulár – número de um
Subjuntivo	Subjuntivo	Sujuntivo – ajuntador – quáрто
Tiempo	Tiempo	Tempo
	Terminación	Terminaçám
Tercera	Tercera	Terçeira
Venidero	Futuro	Futuro

TERMOS REFERENTES A TRAÇOS E PROPRIEDADES		
NEBRIJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
Venidero	Venidero	Vindoiro – Vindouro
	Voz	Vóz
		Vóz ativa
		Vóz passiva
	Voz indeterminada	

Tabela 4

Comentários:

1.º Tudo isto tem a ver com características ou atributos que afetam ou dizem respeito às classes; são aqui recolhidos os tradicionalmente conhecidos e chamados – pelos próprios autores – *accidentes/açidentes* (formais em geral, mas semânticos por vezes: *cf.* o acidente *sinificaçám/significación*) dos tipos de palavras. Estes termos caberiam – e os seus conceitos correspondentes – nas atuais *Morfologia* e *Morfossintaxe*, e isto ainda na ausência de uma separação teórica ou descritiva entre o que só muito mais tarde seria considerado *flexão* vs *derivação* vs *composição*: estes três fenómenos entram indistintamente sob a etiqueta *accidentes*.

2.º Há termos específicos – por sinal, todos latinos – para doze acidentes: estão no quadro abaixo junto com a sua incidência (apenas a explicitamente declarada pelos dois gramáticos) no conjunto das classes de palavras categorizadas por cada autor, para o português ou para o castelhano:

ACIDENTES	ADV	ART	CONJ ⁹	GER	INT	N	N.P.I.	PART ¹⁰	PREP	PRON	V
<i>Caso/Declinación</i> <i>Cáso/Declinaçám</i>		*				*	no	*	*	*	
								n/a			
<i>Conjugación</i> <i>Conjugaçám</i>											*
<i>Calidad</i> <i>Calidáde</i>						*					
<i>Especie</i> <i>Espêcia</i>	*					*				*	*
<i>Figura</i>	*		*			*		*	*	*	*
			n/a					n/a			
<i>Género</i>		*				*	no	*		*	*
								n/a			
<i>Modo</i> <i>Módo</i>											*
<i>Número</i>		*				*	no	*		*	*
								n/a			
<i>Orden</i> <i>n/a</i> ¹¹			*						*		
			n/a						n/a		
<i>Persona</i> <i>Pessoa</i>							no			*	*
<i>Significación</i> <i>Sinificaçám</i>	*		*					*			
			n/a					n/a			
<i>Tiempo</i> <i>Tempo</i>							no	*			*
								n/a			

Ali poder-se-á ler: (i) só para o gerúndio (AdN) e a interjeição (JdB) não se indica qualquer acidente; (ii) só o verbo tem *conjugación/conjugaçám* ou *modo/módo*; (iii) só o nome tem qualidade; (iv) só o verbo e o pronome têm *persona/pessoa*; (v) a *figura* é o acidente mais comum: aparece em sete classes; etc. Não é preciso chamar a atenção para as fortes concomitâncias entre os dois gramáticos, seja no estritamente terminológico, seja no resto.

¹⁰ Não existe informação a este respeito: JdB considera-a uma parte da oração, mas não lhe dedica um capítulo independente em que trate dela, da sua definição, dos seus traços, etc.

¹¹ Não existe informação a este respeito: JdB considera-a uma parte da oração, mas não lhe dedica um capítulo independente em que trate dela, da sua definição, dos seus traços, etc. Apenas trata dele como forma do verbo, não como uma das nove partes da oração.

¹² Não é propriamente um acidente em JdB.

3.º Acidente *caso/cáso*: existem dez nomes para cinco casos na obra de AdN: este prefere o termo mais românico, mais adaptado aos leitores *primero, segundo, tercero...* nas *ILC*, e o termo mais legítimo *nominativo, genitivo, dativo...*, na *GC*. JdB usa ambas as etiquetas e mantém vivos os nomes dos sete casos latinos (isto é, inclui o *efectivo* ou *seitimo*, o instrumental) com certa preferência para os termos técnicos latinos.

Por sua vez, os termos *primera, segunda, tercera* servem: (i) em AdN para as “tres formas de declinação” do castelhano (*GC*: p.231, *ILC*: p.315), língua em que se configuram não à maneira latina, segundo a forma do genitivo singular, mas deste outro modo: 1ª: singular em *-a*/plural em *-as*; 2ª: singular em *-o*/plural em *-os*; 3ª: singular em *-d, -e, -i, -l, -n, -r, -s, -x, -z*/plural em *-es*; (ii) nisto toma JdB as suas próprias decisões e distingue duas: *primeira declinaçám* (nomes acabados em vogal) e *segunda declinaçám* (nomes acabados em consoante):

Toda a nóssa variaçám é de singulár a plurár. Os Latinos tem çinquo declinações, os Gregos tem outras çinquo simples [...]. Os Hebreus tem duas, ùa dos nomes masculinos e outra dos femininos. A nóssa linguágem declina-se em outras duas: a ùa podemos chamár vogál por ser dos nomes que acábam nas vogáes; e a outra consoante, por acabarem os nomes que per ela declinamos nestas çinquo consoantes: *l, m, r, s, z* (JdB, 1540: p.314-315).

Isto é: não segue exatamente nem a tradição latina nem Nebrija, e adapta a teoria à língua que procura codificar.

4.º Acidente *calidad* | *calidáde*: é exclusivo do nome. Não se menciona nas *ILC*; nem a *GC* (p.201-211) nem a *GP* (p. 299-301) se caracterizam precisamente pela precisão nisto; o termo aplica-se a:

aquilo em que o nome próprio se distingue do comum
ũa diferença pela qual conhecemos um nome do outro (o próprio do comum)

aquilo em que o adjetivo se distingue do substantivo
a distinçám per que apartamos o sustantivo do ajetivo

aquilo em que o relativo se distingue do antecedente
aquilo per que o relativo se apárta do antecedenente

5.º Acidente *figura*: ambos os gramáticos o atribuem ao advérbio, nome, preposição, pronome e verbo. Em geral, são duas as figuras dessas partes da oração: *sencilla*–*simple*, *compuesta* (*GC*)| *simples*, *compósta* (*GP*); mas, em concreto, ao tratar especificamente da preposição, JdB não utiliza esses termos, mas antes estes: *singéla*, *dobrada* (*çerca* vs *àcerca* “que já tem máis eficácia” (*GP*: p.347). Atrevemo-nos a sugerir um motivo para este particular procedimento: entendemos que se refere a que as preposições – contrariamente às outras classes de palavras – se compõem precisamente de preposições: “se compõem ãas com outras” (*GP*: p.348), por isso se “dobram”: *cerca* é preposição *singéla* e *a+cerca* (prep.-prep.) é *dobrada*.

6.º Acidente *género* no nome: opta-se por decalcar os termos latinos salvo em dois casos em que ambos os autores apostam por termos românicos “novos”: *dudoso/duvidoso* ‘ambiguo’ (*el/la color*) e *mezclado/confuso* ‘epiceno’ (*el ratón*)¹³.

7.º Acidente *modo* | *módo*: AdN na *GC* respeita escrupulosamente a terminologia latina original, os cinco modos com os nomes hoje generalizados. JdB, pelo contrário, é bem pródigo: chega a oferecer quatro termos por modo, algo certamente inusitado:

primeiro	indicativo	que quér dizer	demonstrador	Módo pera demostrár
segundo	imperativo		mandador	Módo pera mandár
terceiro	outativo		desejador	Módo pera desejár
quárto	sujuntivo		ajuntador	Módo pera–d’ajuntár
quinto	infinitivo		nam acabádo	Módo infinito

Na sua exposição inicial (*GP*: p.330), JdB declara-se conservador e latinizante: “Sam os módos àcerca de nós çinquo, como tem os Latinos, portanto, seguiremos *a sua ordem e termos*” [o itálico é nosso]: dá em primeiro lugar o termo numérico (*terceiro*), depois o adjetivo latino (*outativo*) e, em seguida, acrescenta: “que quér dizer” *desejador*, sendo este último uma tradução-adaptação do termo técnico latino à linguagem românica corrente, cujo propósito didático parece indubitável. Isto em certo ponto; depois, quando retoma o assunto ao tratar das conjugações, chama os modos de outra maneira, não coincidente com nenhuma das anteriores e que, além disso, é a mais frequentemente usada

¹³ Não encontramos exemplos em JdB.

ao longo do texto. Contudo, não deixa de ser sugestivo que AdB, nas suas *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín* (c.1488), tenha proposto pares muito semelhantes aos que são exibidos no texto de JdB:

AdN (<i>Introducciones... c. 1488</i>)	JdB (<i>GP</i>)	
Por manera de mostrar	indicativo	Módo pera demostrár
Por manera de mandar	imperativo	Módo pera mandar
Por manera de desear	outativo	Módo pera desejár
Por manera de ayuntar	sujuntivo	Módo pera–d’ajuntár
Por manera infinita	infinitivo	Módo infinito

E impõe-se uma destas três conclusões: ou os dois gramáticos conceberam soluções idênticas individualmente, ou ambos beberam numa mesma fonte que foi ocultada, ou JdB conhecia não só a *GC* de Nebrija – coisa sabida e demonstrada – mas também a outra obra “menor” e cronologicamente anterior e preparatória da *GC* de 1492.

8.º Acidente *número*: para este, o mais elementar e propedêutico dos textos, as *ILC*, propõe pares, com clara preferência pelo termo românico: **número de uno/singular; número de muchos/plural**; a *GC* só apresenta os termos hoje usados; e a *GP* volta a oferecer ambas as etiquetas com preferência pelos termos que continuam vivos. Supomos que JdB leu ambos os textos nebrissenses e se serviu de um e de outro conforme a sua convêniência (talvez pedagógica).

9.º Acidente *significación* | *sinifcaçám*: em AdN diz respeito a três classes de palavras; ao aplicá-lo ao advérbio ou à conjunção permite estabelecer subclasses semânticas de cada uma delas (*supra* 2.2.1 comentários 3º e 4º, e tabela 3); ao fazê-lo com o particípio permite separar os de significação ativa (*amante, sirviente, corriente*) dos verbos de significação passiva (*amado*). Em JdB só se aplica ao *avérbio* (e não existe informação para a conjunção ou o particípio) (*supra* 2.2.2 comentário 2º).

10.º Acidente *tiempo* | *tempo*: os pares terminológicos mantêm-se nas já citadas *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín* (c. 1488) de AdN (*pretérito imperfecto/pasado & no acabado; pretérito perfecto/pasado & acabado; pretérito pluscuamperfecto/pasado & más que acabado; futuro/venidero*), mas, tanto na *GC* como nas *ILC*, Nebrija decide-se unicamente pela fórmula românica, sem latinismos, por “vocablos castellanos, asequibles

a todos y, además, semánticamente motivados” (BUSTOS 1983: p. 210), por uma transparência terminológica que facilite “la comprensión de las nociones teóricas” (RIDRUEJO, 2006: p.110): *pasado acabado, pasado no acabado, pasado más que acabado, venidero*¹⁴.

O esforço de JdB é também louvável neste aspecto, pois oferece fórmulas em português que permitem ao leitor entender os conceitos com maior facilidade, dominar o *artefício*, ainda que não chegue a ser sistemático nem renuncie por completo às propostas latinizantes (observe-se como persistem *pretérito perfeito* e *pretérito*):

AdN (GC)	JdB (GP)
Presente	Presente
Pasado no acabado	Passado por acabár Passado nam acabádo (<i>amava</i>)
Pasado acabado	Passado acabádo (<i>amei</i>)
	Pretérito perfeito (<i>amei</i>)
	Pretérito (<i>amei</i>)
Pasado más que acabado	Passado máis que acabádo
Futuro	Futuro
Venidero	Vindoiro – Vindouro

1.2.3. Relações e funções

TERMOS REFERENTES A RELAÇÕES E FUNÇÕES		
NEBRJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
	Antecedente	Antecedente
	Anteponer	Antepõer
	Ayuntamiento (por)	Ajuntamento (per)
	Ayuntar	Ajuntár
		Circunlóquio
	Circunloquio del verbo	
	Composición (por)	Composiçám (per)
	Concertar	
	Concierto	

¹⁴ Apenas para este apresenta, também, o latinismo *futuro*, igualmente em JdB.

TERMOS REFERENTES A RELAÇÕES E FUNÇÕES		
NEBRIJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
		Concordância
	Concordar	
	Concordia	
		Conjugár [el verbo]
	Construcción	Construçám
	Construir	Construir
		Conveniência [antre pártes]
		Converter [a módo passivo]
		Convir ‘concordar’
		Correspondér ‘concordar’
Declinar	Declinar	Declinár [el nombre]
	Demandar	
	Derivación	
	Derivar	Derivár
	Determinar	
		Eficácia
		Formaçám
		Formaçám dos nomes
Formación del verbo		Formaçám dos vérbos
	Formar	Formár
	Hemencia – emphasi	Vehêmença–enfasim–eficácia
	Hinche o mengua o muda (la significación del verbo)	Acreçenta, deminue e totalmente destrúe a obra do vérbos
	Juntar	
	Orden	Órdem
		Órdem da construçám
		Órdem natural da construçám
	Ordenar	Ordenár
	Ponerse en lugar de	Põerse en lugar de
	Preponer	
	Posponer	Pospõer

TERMOS REFERENTES A RELAÇÕES E FUNÇÕES		
NEBRIJA		JOÃO DE BARROS
<i>ILC (Libro V-GC)</i>	<i>GC</i>	<i>GP</i>
Primera posición del nombre: nominativo		
Primera posición del verbo: 1ª pers. sing. pres. ind.		Primeira posiçám do vérbo (infinitivo)
	Principal	
Proporción	Proporción	
		Querer
	Reciprocación	Reçiprocar
		Regimento
	Regir	Reger
	Retorno	
Rodeo (por)	Rodeo (por)	Rodeo (per)
		Segunda posiçám do vérbo (primeiro presente do número singular do módo demonstrador)
	Suplir	Soprir
		Suprimento
Sustantivado	Sustantivado	

Tabela 5

Comentários:

1.º Já se disse (*supra* 2.2.) que nos textos do corpus também se opera – embora em muito menor grau do que até este ponto – com termos técnicos (ou *tecnicizados*, isto é, palavras da língua comum convertidas em tecnicismos ou empregadas como tais) que servem para manifestar relações, funções, processos ou procedimentos entre elementos categoriais (sejam classes, sejam traços).

2.º Para referir relações, sejam sintáticas, sejam sintático-semânticas entre elementos (geralmente palavras, tendo em conta o tipo de sintaxe perante o qual estamos), ativam-se os termos seguintes:

- (i) *reciprocación* | *reçiprocár*: o primeiro é usado duas vezes na *GC* (p. 249 e p. 281)¹⁵; o segundo, uma na *GP* (p.327). Sempre serve para o mesmo: para explicar como o verbo impessoal latino "da *vóz passiva*" (*curritur*; *currebatur*) se substitui em português e em castelhano por *SE* e as terceiras pessoas do singular
"haciendo en ellas reciprocación y retorno con este pronombre *se*" (*córrese*, *corriase*).
"e este pronome da terceira pessoa, *se*, e, *reçiprocando*, dizemos: *No páço se pragueja fôrtemente*"
- (ii) *retorno*: muito próximo, se não idêntico ao anterior; é exclusivo da *GC*; aplica-se às construções pronominais: formas *me*, *te*, *se*, *nos*, *vos*, *se* com verbos, em algum dos seus valores.¹⁶
- (iii) "*hinche o muda o mengua la significación del verbo*"
"*acreçenta, deminui e totalmente destrui e obra do vérbo*"
É a ação ou o trabalho do advérbio. Os dois gramáticos apresentam o mesmo procedimento formal, mas a incidência semântica do advérbio sobre o verbo difere num e noutro.
- (iv) *concierto*, *concordia* | *concertar*; *concordar* (*GC*)
concordância, *conveniência* [antre partes] | *convir*, *correspondér* (*GP*)
São os termos usados, indiscriminadamente, para dar conta dos fenómenos de concordância (de adjetivo com substantivo, de relativo com antecedente, de nominativo com verbo). Salvo erro, AdN não emprega o termo *concordancia* nem na *GC* nem nas *Introducciones*..., mas nestas, sim, usa *conuenire/convenir*, como JdB na sua *GP*: outra coincidência entre o autor de Viseu (*convir*) e o texto de Nebrija (*convenir*)?
- (v) *ayuntar*, *ordenar*, *juntar*, *construir* (*GC*) | *ajuntár*; *ordenár*; *construir* (*GP*)
"*subiungere es ayuntar*" (*GC*)
Recolhem um amplo leque de relações ou de combinatórias sintáticas, cuja especificação e definição não vem a propósito neste momento.
Ayuntar/ajuntár, em qualquer caso, parecem, nas respetivas línguas, termos genéricos para praticamente qualquer combinação de [duas] palavras seguidas, uma após a outra em determinadas condições; *construir* e *ordenar* andam muito próximas delas nestes textos.

¹⁵ "No se trata de una de las muchas castellanizaciones que acuña Nebrija y que tan poco éxito tuvieron ("rodeo", "partecilla"), sino del calco de un término latino ya empleado en la gramática anterior": *reciprocatio* (ESPARZA e CALVO, 2008: p.69).

¹⁶ Tanto quanto podemos alcançar, este, sim, é termo criado em castelhano por Nebrija.

(vi) *regir; demandar (GC) | regimento¹⁷, reger, querer (GP)*

Aplicam-se a combinações de palavras em que um primeiro elemento reclama outro posterior:

Todos os nomes substantivos “pueden regir genitivo”: *el siervo de Dios* (GC: p. 283)

“Otros verbos, allende del acusativo, demandan genitivo”: *Hincho la casa de vino, Vacío la panera de trigo* (GC: p.279)

“Os [vérbos] que régem genitivo ou ablativo depois do acusativo sam todolos que sinificam encher ou vazár algũa cousa”: *Eu enchi a cása de trigo e vazei a bolsa de dinheiro* (GP: p.353).

(vii) *anteponer–preponer, posponer (GC) | antepõer, pospõer (GP)*

3º Para referir procedimentos, sejam linguísticos, sejam heurísticos ou probatórios:

(i) são manifestamente categorizadas e usadas estas fórmulas, todas elas construídas sobre o mesmo modelo formal, todas elas introduzidas pelas preposições *por/per*; claramente constituem uma série terminológica com a qual se procura denominar operações produtivas na língua:

por ayuntamiento | per ajuntamento

por composición | per composiçám

por derivación (GC) | Ø

por rodeo | per rodeo

As duas primeiras são usadas para descrever a união entre duas palavras que conservam a sua identidade de palavras livres, concretamente no caso das preposições “separadas”, quer dizer, as preposições, sem mais: *yo voy a casa/eu vou à escola* (face aos prefixos, que aqui seriam preposições “per composiçám”: *yo apruebo tus obras/eu apróvo tua dotrina*).

A terceira é exclusiva de AdN; aplica-se aos procedimentos de derivação a partir de nombre e verbo.

Retomar-se-á a quarta mais abaixo.

(ii) *ponerse en lugar de (GC) | põerse em lugar de (GP)*

Procedimento substitutivo empregado na definição da categoria *pronombre*, mas também em vários outros lugares de ambas as gramáticas.

(iii) *(conjugár), declinar (GC) | conjugár, declinár (GP)*

Se *conjugación* é usado profusamente na GC, quase não se encontra um caso do verbo *conjugár*; ao contrário da GP, onde pudemos contar pelo

¹⁷ Para *régimen*, não encontramos termo específico em AdN.

menos nove ocorrências nas quais JdB trata do processo na flexão verbal ou o instrumentaliza para a explicação de outros assuntos.

Isso por um lado; por outro, num dos seus sentidos, *declinación* é em AdN qualquer variação flexiva dos nomes e dos verbos; desinências, portanto, causais, modais ou temporais, segundo a raiz nominal ou verbal; com isto é coerente que tanto o nome como o verbo *se declinen*. JdB não aceita esse ponto de vista e mostra-se inflexível – e, talvez autoafirmando-se, como antinebrisense – a este respeito:

Em declinár um [nome] e conjugár o outro [vérbu], está o máis sustancíal e dificultoso de toda a Gramática (GP: p.314).

[O verbo] nam se declina, como ó nome e pronome, per cásos, mas conjuga-se per módos e tempos (GP: p.325).

(iv) *circunloquios del verbo (GC) | cincunlóquio (GP)*

Por parte de AdN assim são consideradas estas formações, entre outras: *se* impessoal ou passivo, passiva perifrástica com *ser* participio em *–DO*, formas compostas do verbo com *haber* e participio em *–DO*, algumas das quais são igualmente ou estão muito próximas de ser “por rodeo” (Tollis 1998 [1984]).

Para JdB *circunlóquio* e *rodeo* são simplesmente sinónimos (tratar-se-á esta questão mais abaixo, em 4.4.2.): “cincunlóquio, a que podemos chamar rodeo” (GP: p.332).

(v) *converter (GP)*

Aplica-se à operação de transformar a ativa em passiva e viceversa: “Vérbo autivo é aquele que se póde converter ao módo passivo” (p.325)¹⁸.

(vi) *primera posición del nombre* (nominativo [singular])

primera posición del verbo (primeira pessoa singular presente indicativo) (ILC)

primeira posiçám do vérbo (infinitivo)

segunda posiçám do vérbo (primeiro presente do número singular do módo demonstrador) (GP)

Escreve AdN (ILC: p.341): “estos dos fundamentos así presupuestos”, possibilitam o estabelecimento “de algunas reglas generales” para a formação – leia-se declinação e conjugação respetivamente – de nomes

¹⁸ Não se encontra na GC mas, sim, nas *Introducciones...*: “Inuertimus uerbum actiuum in passiuum / *Volvemos* el verbo activo en verbo pasivo” (ILB: p.134), con *invertire/volver*.

e verbos; cada um deles seria uma espécie de forma base ou neutra, não marcada – e até certo ponto “ideal” – tomada como referência para a elaboração dos paradigmas, proporcionalmente, do nome ou do verbo.

Em JdB as coisas são de outra maneira. Em primeiro lugar, afeta só o verbo, não o nome; em segundo lugar, para o próprio verbo são consideradas duas posições: a *primeira*, o infinitivo, que serve como pauta (“dele podemos tomár régra”) para a formação dos outros modos, e a *segunda*, primeira pessoa singular presente indicativo, que faz outro tanto para as pessoas verbais:

“Assi que justa cousa será tomármos a ele [el infinitivo] por primeira posiçám do vérbu, pera dele formármos os outros módos. E a segunda posiçám póde ser o primeiro presente do número singulár do módo demonstrador, se déla quisérmos formár algũas pessoas” (GP: p.343).

(vii) *suplir* (GC) | *soprir-suprir, soprimento-suprimento* (GP)

AdN vincula – em três ocasiões – *suplir* a circunlóquios ou ao *rodeo* e, por conseguinte, a “carencias” do castelhano relativamente ao latim:

Latim	Substitui-se em castelhano por
Verbo impessoal: <i>curritur, currebatur</i>	3ª pess. plural do verbo ativo: <i>corren, corrian</i> 3ª pers. sing. do verbo activo com SE: <i>córrese, corriase</i>
Voz passiva: <i>amor</i>	Verbo <i>ser+–DO</i> : <i>soy amado</i>
Alguns tempos verbais	Verbo <i>haber+–DO</i>

JdB usa *soprir-suprir* com similares propósitos –“suprimos alguns defeitos da nossa linguagem em que a latina é máis copiõsa”–, mas o seu uso destes termos é significativamente mais abundante e, além disso, amplia o seu campo de ação: com efeito, utiliza-os com a finalidade de referir procedimentos perifrásticos usados na “nossa linguagem” para expressar o que em latim não só era constituído por uma forma flexiva (casos 1º a 5º do quadro abaixo; igual em AdN) mas também por certas entradas léxicas (casos 6º e 7º; não em AdN):

	Lingua latina	Suprimos em nossa linguagem por
1º	Vóz passiva	Vérbo <i>ser+–DO</i>
2º	Partiçípio futuro na vóz autiva	Vérbo <i>haver+DE+–R</i> : <i>[h]ei-de ler os livros</i>
3º	Alguns tempos verbáes	Verbo <i>ter+–DO</i>
4º	Tempo vindoiro	<i>amará, lerá, ouvirá, será</i> “con o acento no á final”

	Lingua latina	Suprimos em nóssa linguágem por
5º	Nome comparativo	<i>máis</i> +nome positivo
6º	Muitos nomes que a lingua latina tem	Infinitivos do presente tempo, poendo-lhe seu artigo com que ficam nomes vèrbáes
7º	Muitos vèrbos da lingua latina (que a nóssa nam tem)	Vérbo haver, o quá se ajunta con nome: <i>[h]ei vergonha, [h]ei medo, (h)ei fôme, [h]ei frío</i>

1.2.4. A gramática e suas partes

TERMOS PARA A GRAMÁTICA E SUAS PARTES	
NEBRIJA	JOÃO DE BARROS
<i>GC</i>	<i>GP</i>
Acento ‘prosodia’	
Arte de letras ‘gram.’	
Artificio	Artefício (de palávras póstas em seus naturáes lugáres)
Barbarismo	Barbarismo
Ciencia	Çiência
Ciencia de bien escribir ‘ortografia’	Çiência de escrever dereitamente
	Çiência de lêteras ‘gram.’
Construcción ‘sintaxis’	Construiçám das partes
Etimología (“verdad de palabras”)	Etimologia (“naçimento da diçám”)
Gramática	Gramática
Gr. declaradora ‘histórica’	
Gr. doctrinal ‘metódica’	
Gr. histórica	
Gr. metódica	
Gramático	Gramático
Letrado ‘gramático’	
	Naçimento da diçám
Orden ‘sintaxis’	
Ortografia	Ortografia
	Ortografia galega
Precepto	
Prosodia	Prosódia
Regla	Régra
	Régras da formaçám

TERMOS PARA A GRAMÁTICA E SUAS PARTES	
NEBRJA	JOÃO DE BARROS
<i>GC</i>	<i>GP</i>
	Régras gêraés/naturæes da construiçám
	Régras particulæres/açidentæes da construiçám
Regular	
Sintaxis	Sintáxis
Solecismo	Solecismo
Verdad de las palabras	

Tabela 6

Comentários:

1.º Não se encontra um só termo deste tipo nas *ILC*; por isso foi eliminada da tabela qualquer referência a esse texto. Apenas na *GC* oferece AdN termos românicos para denominar a gramática e as suas partes, e isto com o já conhecido recurso ao par terminológico neologismo latino / adaptação facilitadora em castelhano: *gramática/arte de letras, ortografia/ciencia de bien y derechamente escribir, prosodia/acento, etimologia/verdad de palabras*, etc. JdB não anda longe disto: *gramática/çiência de lêteras, ortografia/çiência de escrever dereitamente, etimologia/naçimento da diçám*, etc.

2. Os procedimentos (formais) das contribuições terminológicas nebricense e barrosense para o acervo luso-castelhano

São três os mecanismos lexicológicos que os autores ativam para a elaboração/construção / inovação/ invenção / geração de terminologia técnica nas obras gramaticais comentadas (RIDRUEJO, 1977: p.63).

2.1. O mero decalque ou adaptação da terminologia latina já existente.

Trata-se aqui de puros latinismos que foram trasladados do latim para o português ou para o espanhol com as modificações adaptativas formais mínimas, imprescindíveis para as palavras ficarem romanceadas, luso-castelhanizadas:

adiectiuum > *adjetivo* | *ajetivo*

aduerbium > *adverbio* | *avérbio*

dictio > *dicción* | *diçám*
futurum > *futuro* | *futuro*
modus > *modo* | *módo*
nomen > *nombre* | *nome*
pluralis > *plural* | *plurár*
species > *especie* | *espéçia*

Estes termos são imensos; este é, evidentemente, o método ao qual com maior frequência recorrem os dois gramáticos; basta passar uma vista de olhos por qualquer das tabelas acima para nos convenceremos disso.

2.2. A tradução da etiqueta latina por uma palavra do castelhano ou do português comum, da língua geral, de acordo com as equivalências lexicais correntes, não técnicas, entre as duas línguas.

Normalmente, são expostas aqui noções já existentes na gramática latina e provenientes dela, portanto, para as quais AdN e JdB – pedagogos, divulgadores – preferem não recorrer ao caminho trilhado do latinismo-neologismo.

Isto pode levar-se a cabo:

(i) de palavra a palavra:

adiectiuum > *arrimado* | Ø
articulu, > *artejo* | *artigo, artelho*
dictio > *palabra* | *palávra*
dubium > *dudoso* | *duvidoso*
futurum > *venidero* | *vindoiro–vindouro*
imperatiuum > Ø | *mandador*
iungere > *ayuntar* | *ajuntar*
optatiuum > Ø | *desejador*
promiscuum > *mezclado* | *confuso*

(ii) da palavra à combinação de várias (*cfr. supra* 1.2.1 4°):

(adverbio) *dubitatiuum* > *para dudar* | *de duvidár*
(conjunción) *disiunctiua* > *para ayuntar las palabras y desayuntar las sentencias* | Ø

pluralis > número de muchos | número de muitos
praeteritum imperfectum > pasado no acabado | passado por acabar–nam
 acabado
subiunctiuum > Ø | módo para–d’ajuntar

2.3. A criação terminológica propriamente dita

Entende-se por tal, em rigor, não tanto a criação lexical – uma palavra nova, antes não existente – mas a adopção / o transporte / a especialização de uma já presente no uso geral da língua até um uso ou valor gramatical especializado, isto é, até fazer dela um termo técnico próprio da disciplina, e isto sem base nem inspiração latinas, pelo menos evidentes. É o procedimento menos frequente e, como no caso anterior, pode recorrer-se a uma palavra ou a uma combinação estável delas.

Em geral, este procedimento é usado quando os autores apresentam uma realidade “nova”, um aspecto idiossincrático das suas respectivas línguas – não importado do latim e, portanto, carente de denominação nessa gramática – para o qual nestes textos se propõe, pela primera vez na gramaticografia luso-castelhana, uma descrição e um tecnicismo. No nosso entender, este grupo está constituído pelas entradas seguintes:

artejo | *artigo*, *artelho*
circunloquio del verbo | *circunlóquio*
 Ø | *disjunçám*
 Ø | *eficácia*
*hemencia*¹⁹ | *vehêmençia*²⁰
nombre participial infinito | Ø
partecilla | Ø
reciprocación | *reçiprocár*
retorno | Ø
rodeo | *rodeo*
 Ø | *soprimento–suprimento*

¹⁹ É o fenómeno que se produz quando se acrescenta *mismo* (*yo mismo, ese mismo, ...*) ou *otros* (*nos otros, vos otros*) aos pronomes (GC: p.237).

²⁰ É o fenómeno que se produz quando se acrescenta *mesmo* (*eu mesmo, ...*) ou *outros* (*nós outros, ...*) aos pronomes (GP: p.320) .

Não é infrequente que, para um mesmo conceito, ambos os gramáticos recorram de maneira simultânea – por um lado, outra vez com o propósito pedagógico de se fazerem entender melhor e, por outro lado, com o desejo de deslatinizarem a gramática e fazerem-na verdadeiramente românica, espanhola ou portuguesa – em mais de um dos procedimentos referidos em 2.1. Isto gera – sinómia *de facto* – pares terminológicos decalque / tradução-criação, um aspecto já considerado várias vezes ao longo deste trabalho²¹.

3. Termos e conceitos

É claro que uma coisa são os termos (“significantes”, afinal, até a este ponto do texto) dos quais nos temos ocupado até agora, e outra bem distinta os conceitos gramaticais – teóricos, descritivos ou de método – aos quais procuram dar encaminhamento linguístico e aos quais procuram dar expressão formal verbal (“significados”, afinal, considerados apenas até este ponto do texto).

Essa relação forma–significado, termo–conceito (“cada término tiene una carga conceptual”; SWIGGERS, 2009: p.20-21) muda significativamente ao longo da história praticamente em cada termo encontrado; não é necessário insistir em que *género* não é o mesmo, nem se refere à mesma realidade gramatical, em AdN, por exemplo, em Villalón (1558) ou em Bello (1847), por exemplo; ou que *verbo*, embora na prática acolha as mesmas entradas lexicais em Nebrija e na *GRAE*-1870, é considerado a partir de perspectivas diametralmente diferentes pelo humanista andaluz e pela sábia corporação. O mesmo poder-se-ia dizer da tradição portuguesa. Mas estas histórias são complexas e não tratadas aqui, entre outras coisas porque aqui não se apresenta uma história – uma diacronia – da terminologia gramatical luso-castelhana (evolução da relação termos–conceitos no decurso do tempo), mas antes o estado – uma sincronia – da terminologia proposta e usada pelos dois autores concretos, uma fase ou um momento terminográfico bem circunscrito.

Não podemos ocupar-nos aqui, obviamente, de todos os termos encontrados nos textos²² e já apresentados ao longo deste trabalho, pelo que nos centraremos a partir de agora em alguns deles que, por alguma razão, consideramos mais importantes ou mais chamativos ou mais difíceis: Que referem os termos propostos? Que conceitos gramaticais – teóricos ou descritivos – são preenchidos e referidos, e por quais termos? Redescobriremos que essa relação

²¹ *Supra* 1.2.2. 7º (modos), 8º (números) e 10º (tempos) e 1.2.4 1º (gramática e as suas partes).

²² Insistimos: uns 226 em AdN e uns 245 em JdB.

termo–conceito pode ser: (i) unívoca: um termo evoca um só conceito e um conceito expressa-se por um só termo; (ii) equívoca: a um termo correspondem vários conceitos, ou então a um conceito correspondem vários termos (veja-se outra vez *supra* 3.2.).

3.1. Primeiro/segundo/terceiro (/quarto/quinto/sexta/sétimo)

Estes termos marcam – com maior ou menor transparência, com maior ou menor grau de adequação e com maior ou menor justificação explícita por parte dos autores – uma hierarquia entre os elementos constitutivos de várias séries; apenas deste ponto de vista são unívocos, mas aplicam-se a tantas classes, traços ou relações que, por consequência, se tornam polissémicos, multirreferenciais²³.

Declinaciones/declinações

Castelhano (*ILC*: p.315; *GC*: p.231):

1ª singular em *-a* / plural em *-as*

2ª singular em *-o* / plural em *-os*

3ª singular em *-d, -e, -i, -l, -n, -r, -s, -x, -z* / plural em *-es*.

Português (*GP*: 315):

1ª [nominativo singular em] *a, e, i, o, u*: vocal

2ª [nominativo singular em] *l, m, r, s, z*: consoante

Ainda não nos foi possível identificar o traço que guia a numeração das declinações, nem em latim nem em castelhano, nem, ainda, em português; não será, certamente, a ordem alfabética, nem o nominativo ou o genitivo em latim, nem do singular ou o plural em espanhol, nem de vogal vs consoante em português.

Casos

Nas *ILC*: p.316-317 e *GC*: p.233 atribui-se o nome de (caso) *primero, segundo, tercero, cuarto, quinto* a, respectivamente, *nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo*. Nas *ILC* mostra-se uma clara preferência por denominações

²³ No texto não são pormenorizados os usos dos termos que apenas servem para o latim e não têm correlato em espanhol (*ILB*: p.146-149 e *GC*: p.253-255): “tres gerundios sustantivos: el primero del genitivo, el segundo del ablativo, el tercero del acusativo”; com relação ao supino: “primero supino” (*eo venatum > voy a cazar*), “segundo supino” (*mirabili dictu > cosa maravillosa de ser dicha*).

com ordinais, muito possivelmente por razões pedagógicas, precisamente para evitar um termo “técnico”.

Na *GP*: p.311-313 são propostos catorze termos para sete casos: os ordinais (*primeiro, segundo...*, *seitimo*) e os adjetivos latinos (*nominativo, genitivo...*, *efectivo*), com certa preferência por estas segundas etiquetas.

É difícil – e seria aventuroso – conjecturar um fundamento linguístico ao qual possa dever-se a disposição dos casos na enunciação do paradigma da declinação precisamente por essa ordem, a qual condiciona a própria etiqueta. Poder-se-ia talvez sugerir que na gramática latina o *genitivo* é o *segundo* porque serve para o estabelecimento e enunciação dos cinco tipos de declinações (*rosa, -ae*); a tradição românica – já sem motivação intrínseca – teria mantido esse costume, como tantos outros.

Para o *primero / nominativo* poder-se-ia talvez sugerir que nessa tradição latina se põe *primero* o caso que ‘da nombre al nombre’ = *nominativo*²⁴. Muito provavelmente isto tem a ver com o que AdN chama de “primera posición del nombre” (*supra* 1.2.3. 3º *comentário* (vi)). É, com certeza, JdB o mais explícito nisto e o que melhor justifica arrazoadamente a sua decisão terminológica:

Chamam os Latinos ao primeiro caso, Nominativo, por ser o primeiro que nomea a cousa e nele está a cousa que é ou a pessoa que fáz, per semelhante exemplo: *A cobiça é raiz de todolos máles*. Ésta cobiça, em ser raiz, fica em o caso Nominativo. Quem fáz: *A liberalidade fáz os príncipes amados*. E, por ésta liberalidade ser autor desta obra, está em o caso Nominativo pela segunda parte da régra.

Isto tem a ver, portanto, com o que hoje se consideraria a sua função de SN sujeito, ou de *primeiro* actante, etc.

Conjugações

Castelhano (*ILC*: p.327-329; *GC*: p.249) e português (*GP*: p.331):

1ª acaba/contrói (presente do) infinitivo em *-ar/-ár*: *amar / amár*

2ª acaba/ contrói (presente do) infinitivo em *-er*: *leer / ler*

3ª acaba/ contrói (presente do) infinitivo em *-ir*: *oír / ouvir*

Neste caso, a “hierarquia” parece decorrer da posição que ocupam as vogais temáticas na ordem alfabética convencional.

²⁴ *Casus rectus = derecho* [‘no cae de otro’ nas *ILB*: p.105].

Pessoas do pronome “y de las cosas ayuntadas” com as pessoas do pronome (ILB: p.108; GC: p.239; GP: p.321)

1^a “que habla de sí” | “que fâla de si mesmo”

yo, nos | eu

mío, nuestro, esto, aquesto | meu-minha, nósso

2^a “a la cual habla la primera” | “à qual fâla a primeira”

tú, vos | tu

“todos los vocativos de las partes que se declinan por casos”

tuyo, vuestro, eso, aqueso | teu-tua, vósso

3^a “de la cual habla la primera” | “da qual a primeira fâla”

él, ellos | ele

“todos los otros nombres y pronombres son de la tercera persona” |
seu-sua

Deve atender-se ao facto de que nem AdN nem JdB definem propriamente a categoria (GÓMEZ ASENCIO, 1995: p.295), mas, sim, cada um dos seus componentes, isto é, não se define *pessoa* mas *cada uma* das três reconhecidas; e que na definição destas existe algo de pragmático e situacional: atende-se menos ao aspecto formal do acidente, ao morfemático, do que aos intervenientes no ato de comunicação.

A disposição das pessoas precisamente nessa sequência numérica ordinal tem fundamento explícito em AdN, mas não em JdB: obedece à “orden natural de las personas”. Mais ou menos: a pessoa que fala é mais importante que aquela *à* qual fala (tem a mais alta dignidade e deve mencionar-se em primeiro lugar); e esta é mais importante que aquela *da* qual fala a primeira (por isso, tem de mencionar-se em segundo lugar):

Las cosas que por naturaleza son primeras o de mayor dignidad se han de anteponer a las siguientes y menos dignas [...] Aunque esta perturbación de orden en alguna manera sea tolerable y se pueda excusar algunas veces por autoridad, aquello en ninguna manera se puede sufrir: que la orden natural de las personas se perturbe, como se hace comúnmente en nuestra lengua, que siguiendo una vana cortesía dicen *el rey y tú y yo venimos*, en lugar de decir *yo y tú y el rey venimos*. Porque aquello en ninguna lengua puesta en artificio y razón se puede sufrir que tal confusión de personas se haga (GC: p.275-277).

Pessoas do verbo (ILC: p.329, GC: p.249; GP: p.331)

Veja-se acima *Pessoas do pronome*.

Primera posición del nombre / del verbo (ILC: p.341)

Isto já foi tratado mais acima em 1.2.3. *comentário 3º(vi)*. São as formas ideais e até certo ponto modélicas com as quais entroncam as outras formas concretas de uma palavra, as quais são tomadas como base para a descrição, e nas quais é ancorado o resto das formas constitutivas de cada paradigma, seja o nominal (a partir do nominativo [singular]), seja o verbal (a partir da primera pessoa singular presente indicativo). Em qualquer caso, *primeira* sugere uma posição de privilégio, de primeira ordem numa hierarquia de formas, uma organização, e, por conseguinte, um agrupamento de entidades que vai mais além da mera enumeração ou lista de formas (SWIGGERS, 2009: p.26).

Primeira posiçám do vérbo (GP: p.343)

JdB encontra sobeja fundamentação teórico-prática para argumentar a sua tomada de decisão segundo a qual o infinitivo é a forma-chave de tudo quanto se relaciona com a morfologia verbal:

Assi como o infinitivo é um módo que nos fáz conhecer de que conjugaçám é qualquér vérbo, assi dele, máis que de outro algum módo, podemos tomár régra pera a formaçám dos outros. E também lhe devemos ésta preeminênçia como a termo dos vérbos máis usádo e conhecido, porque os mininos, quando comêçam formár nóssas palávras, primeiro conhêçem a ele que algum outro módo e por ele ôs insinam suas mádres. Os bárbaros que vem a nósso serviço, dele comêçam, como em primeiro elemento da formaçám verbál. E por ele suprimos alguns defeitos da nósso linguágem em que a latina é máis copiósá.

Assi que justa cousa será tomármos a ele por primeira posiçám do vérbo, pera dele formármos os outros módos.

Existem, pois, seis razões para tal *preeminênçia*: (i) metalinguística, metagramatical: o infinitivo fornece a pista para atribuir cada verbo concreto a um modelo formal de conjugação (1ª, 2ª, 3ª); (ii) gramatical: o infinitivo fornece a pauta para a formação do resto das formas verbais: em *-ár* fazem a suas formas de uma maneira, em *-er* de outra, etc.; (iii) de frequência: o infinitivo é a forma verbal mais usada; (iv) de aquisição: o infinitivo é a forma que as crianças usam primeiro na aquisição da sua língua materna; (v) de aprendizagem: o

infinitivo é a forma que aprendem primeiro e a que mais usam os falantes de outras línguas que se aproximam do português como língua estrangeira; (vi) o infinitivo é a forma que em português serve para construir certos *circunlóquios* que permitem remediar *defeitos* ou carências desta língua com relação à latina. Excelente argumentação, a de JdB.

Módos do verbo (GP: p.330)

Isto também já foi tratado (1.2.2. *comentário* 7º): JdB numera os cinco modos verbais do *primeiro*=*indicativo* até ao *quinto*=*infinitivo*, e justifica a sua decisão no acatamento da tradição gramatical latina: “sam os módos àçerca de nós çinquo, como tem os Latinos, portanto, seguiremos *a sua ordem e termos*”.

Concordia / concierto (GC: p.273-275)

1ª de nome adjetivo com nome substantivo: em género, número e caso

2ª “del nominativo con el verbo”: em número e pessoa

3ª “del relativo con el antecedente”: em género, número e pessoa

Informação parecida, mas sem numerar as concordâncias, em JdB (GP: p.349-351).

“Este concierto de las partes de la oración entre sí es natural a todas las naciones que hablan; a mesma ideia da *concordância* como *natural* ou universal para todos em JdB” (p.349).

A *primeira* concórdia origina um SN, a *segunda* afeta a relação sujeito-núcleo do predicado e gera uma oração, a *terceira* tem que ver com uma relação anafórica não necessariamente mediada pelo que agora comumente se denomina como “relativos” (GÓMEZ ASENCIO, 2001: p.153-154).

3.2. Género

O termo recobre conceitos bastante diferentes consoante se trate do nome (e classes com ele conectadas²⁵) ou de verbo; é, portanto, termo não unívoco, e a categoria mal aparece definida. É surpreendente o paralelismo com que

²⁵ No que respeita ao *artículo*, nem sequer é certo que tenha o acidente *género*. Há (GC: p.241) três artigos que servem “para demostrar de qué género es” o nome: *el* para o género masculino, *la* para o género feminino, *lo* para o género neutro. Nada sugere que, em AdN, *género* seja um traço ou propriedade inerente ao *artículo*. Em JdB (GP: p.313) não é muito diferente.

AdN constrói a apresentação da categoria para uma e outra classe de palavras (GC: p.229 e p.245):

Género	en el nombre	es aquello por que se distingue	el macho de la hembra y el neutro de entrambos
	en el verbo		el verbo activo del absoluto

JdB segue-o de perto, mas corta com tão perfeito paralelismo definitório (GP: p.308 e p.325):

Género	em el nome é ùa distincám	pela quá conheçemos	o mácho da femea e o neutro de ambos
	em o vérbo é ùa natureza espeçi-ál que tem uns e nam tem outros		serem uns autivos, outros passivos e outros neutros

3.2.1. No nome

Ambos os gramáticos apresentam sete tipos de géneros (*supra* tabela 4). Em AdN, seis deles – em escassa consonância com a definição da categoria – não são considerados sob os pontos de vista semântico nem referencial:

É do género masculino o nome com o qual se junta este artigo *el*: *el hombre, el libro*

É do género feminino aquele com o qual se junta este artigo *la*: *la mujer, la carta*

É do género neutro aquele com o qual se junta este artigo *lo*: *lo justo*

É do género comum de dois aquele com o qual se juntam estes dois artigos *el, la*: *el/la infante*

É do género comum de três aquele com o qual se juntam estes três artigos *el, la, lo*: *el/la/lo fuerte*

Es del género dudoso aquel con que se puede ayuntar este artículo *el, la*: *el/la color, el/la fin*

É do género misturado aquele que sob este artigo *el* ou *la* significa os animais machos e fêmeas: *el ratón, la comadreja*.

Na GC (p.229), a apresentação dos tipos de géneros coloca-se, pois, fundamentalmente (embora não só), a partir das suas possibilidades combinatórias,

sob a perspectiva sintática da concordância. JdB é mais eclético e menos preciso e – para lá de deixar alguns sem tratamento nem exemplos – oscila entre considerá-los “per sinificacám” ou “per artigo” (*GP*: p.308).

3.2.2. No verbo

Na *GP* (p.325-326), JdB sustenta que são cinco os géneros do verbo em latim: *autivos*, *passivos*, *neutros*, *comuns* e *depoentes*; nenhum recebe definição ou tratamento porque, ao fim e ao cabo, são assuntos da gramática latina, e ele trata *da lingua portuguesa*. AdN, nas suas *Introducciones latinas contrapuesto...* (p.110), sim, aborda os mesmos cinco tipos (embora com definição, isso sim), porque ao fim e ao cabo ali trata-se de gramática latina.

Pelo contrário, para as respectivas línguas românicas, cada qual reconhece dois, e apenas, dois géneros de verbos:

AdN:

Activo: “aquele que pasa en otra cosa”: *amo*

Absoluto: “aquele que no pasa en otra cosa”: *vivo, muero*

JdB

Autivo: “aquele que se póde converter ao módo passivo e pelo quá denotamos fazer algũa óbra que passe em outra cousa”: *amo*

Neutro: “aquele que se nam póde converter ao módo passivo, e cuja auçám nam pássa em outra cousa”: *estou, ando, vou, fico*

É de salientar: (i) a extrema redução de géneros verbais no trânsito da gramática latina para a luso-castelhana, de cinco para dois, em perfeita adequação descritiva com as línguas tratadas, assim como a flagrante deslatinização da *GC* e da *GP* relativamente às gramáticas latinas precedentes; (ii) que *activo* ou *passivo|neutro* não são aqui palavras – acidente que nenhum dos dois autores reconhece no verbo românico – mas antes géneros, tipos ou subclasses de verbos; (iii) que AdN define ambos os géneros apenas sob a perspectiva sintático-semântica; y (iv) que JdB, pelo contrário, fá-lo a partir de três pontos de vista: dessa mesma perspectiva sintático-semântica, pela sua capacidade de suportar a passiva e por significar ação.

3.3. Circunloquios (do verbo)

Nas *Introducciones latinas contrapuesto...* (p.149-150) de AdN há três ocorrências de *circumloquimur*: nas três trata-se de substituir em latim, sob certas condições, um elemento por outro (por exemplo: o futuro do infinitivo

pelo supino); em duas delas é traduzido por Nebrija como *suplimos* e, numa terceira, como *por circunloquio suplimos*. Eis o primeiro registo do termo *circunloquio* na história da língua espanhola²⁶. E, talvez, a primeira pista para *soprir/suprir* e o *circunlóquio* de JdB.

O denominado *Diccionario de Autoridades* (RAE: 1729) define *circunlóquio* como ‘rodeo de palabras’ e inclui esta acepção especificamente gramatical:

“En la Gramática es una de las partes de la conjugacion, que corresponde a esta locucion: Que amára, ò huviera de amar”.

Alguma coisa, se não tudo, vem da *GC* de AdN: o capítulo XI do *Libro tercero* intitula-se precisamente assim: “De los circunloquios del verbo”. Aqui se incluem expressões, formas verbais complexas, que se integram na conjugação (*ILC*: p.329 e seguintes) e com as quais são resolvidas, em castelhano, certas carências flexivas dos verbos quando são cotejados com os latinos: “Así como en muchas cosas la lengua castellana abunda sobre el latín, así por el contrario la lengua latina sobra al castellano, como en esto de la conjugación” (*GC*: p.249).

Em concreto, incluem-se aqui:

1. Os equivalentes em espanhol da “voz impersonal” latina: (i) terceiras pessoas do plural do verbo ativo; (ii) terceiras pessoas do singular com *se* de *reciprocación* o *retorno* (*supra* 1.2.3. *comentários* 2º (i) e 3º (vii)). Assim, *curritur é corren* ou *se corre*.
2. As construções com *ser* e participio em –DO que substituem a voz passiva latina. Assim, *amor é soy amado*.
3. As construções com verbo ativo e o pronome *se* de *retorno* que referem o mesmo – passiva – que a fórmula sintetizada na secção imediatamente anterior. Assim, *ámanse las riquezas* equivale a *son amadas las riquezas*.
4. No que diz respeito à “voz activa”, “tiene también el castellano menos tiempos que el latín” e para expressar isso mesmo é necessário fazer um *rodeo*. Cabem aqui as posteriormente denominadas “formas compuestas del verbo”, as construídas com o verbo *haber* seguido de nome participial infinito (*vid.* TOLLIS, 1998 [1984] e também aqui, *infra*).

²⁶ Naturalmente, no estado atual dos conhecimentos sobre ela: Corominas-Pascual (*Dicc. crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid, Gredos, 1980, s.v. *Locuaz*) colocam a sua primeira ocorrência em 1530, e o *Corpus del Nuevo diccionario histórico del español* (consulta online: 15/03/2013: <http://web.frl.es/CNDHE/org/publico/pages/consulta/entradaCompleja.view>) regista o *circunloquio* (*sic*) em 1500, mas teremos de esperar até 1528 para encontrar *circunloquio*, forma já atestada em Nebrija *ILB*-1488?

3.4. (Por/per) rodeo

Como muitos outros, o termo não aparece definido nem em AdN – muito provavelmente o seu criador – nem em JdB. Ambos recorrem a ele para fazer a descrição em castelhano ou em português – por meio de locuções, perífrases, colocações ou circunlóquios – de formas sintéticas latinas. Este termo não recobre uma classe, uma entidade, uma categoria ou uma relação, mas antes um procedimento, um mecanismo operatório de suplência ativado pelas duas línguas românicas para preencher algumas das suas “carências” ou “defeitos”, formais ou lexicais, relativamente ao latim. São tidas como formas *por rodeo* em AdN:

1. “Superlativos no tiene el castellano” (GC: p.217): são denominadas por *rodeo* de *muy* e o positivo correspondente²⁷.
2. No que diz respeito ao verbo (GC: p.249-253):
 - 2.1. As construções com *ser* e participio em –DO que suprem a voz passiva latina. Assim, *amor é soy amado*.
 - 2.2. As formas compostas dos verbos: *haber* e nome participial infinito em –DO.
 - 2.3. As formas de futuro: *amar-é, amar-ás*.
 - 2.4. As formas de condicional: *amar-ía*.
 - 2.5. “El venidero del infinitivo” expressa-se com o infinitivo do verbo correspondente e a ajuda “de algún verbo de los que significan que algo se hará en el tiempo venidero” (GC: p.253), “esperanza o liberación” (ILC: p.359): *espero amar, pienso leer, entiendo oír*.

Já se terá percebido que vários dos *circunloquios del verbo* (em concreto o 2. e o 4. de 3.3.) são formas *por rodeo*, mas que ambos conceitos – embora entrecruzados – não se recobrem um ao outro; os circunlóquios constituem, em latim, formas verbais da conjugação.

3. No que respeita ao advérbio (GC: p.267-269):
 - 3.1 Advérbios “para contar”: *una vez, dos veces, muchas veces* (já nas *Introducciones...*: p.123: *bis/dos veces, ter/tres veces*).
 - 3.2 Advérbios de qualidade (leia-se “de modo”) em –*mente*, nome que se anexa a um nome adjetivo no feminino.
 - 3.3. Locuções adverbiais com *a* e algum nome: *a osadas, a sabiendas, adrede, apenas*.

²⁷ Tal como os comparativos (estes, pelo contrário, não explicitamente considerados como *por rodeo*) constroem-se com *más* e o positivo.

JdB aplica o termo, de maneira mais restritiva, apenas ao verbo:

1. As construções com *ser*+–DO que substituem a voz passiva latina.
2. As formas compostas dos verbos com : *ter* +–DO.
3. As formas de futuro: *amar*-ás.
4. “Particípio futuro na vóz autiva”: *haver* DE *amar*

Isto, por fim, e ao contrário de AdN, transforma o termo *por rodeo* em sinónimo de *circunlóquio* (“a que podemos chamar rodeo”; p.332); mas não em sinónimo de *soprimento*: nas substituições cabe tudo isso e muito mais (*supra* 1.2.3. *comentário* 2.º (vii), onde se foi buscar o quadro abaixo):

	<i>Lingua latina</i>	<i>Suprimos em nóssa linguágem por</i>
5º	Nome comparativo	<i>máis</i> +nome positivo
6º	Muitos nomes que a lingua latina tem	Infinitivos do presente tempo, poendo-lhe seu artigo com que ficam nomes vèrbáes
7º	Muitos vèrbos da lingua latina (que a nóssa nam tem)	Vérbo haver, o quáil se ajunta con nome: [h]ei vergonha, [h]ei medo, (h]ei fõme, [h]ei frio

Circunlóquios, *soprimentos* e *rodeos*, como já foi dito várias vezes, vêm resolver carências ou defeitos do português relativamente ao latim. Mas nem sempre é assim: JdB chega a detectar, e a jactar-se, de casos nos quais a nova língua supera a sua mãe latina; menciona como o português, para dar expressão aos valores do mais-que-perfeito do indicativo, dispõe de tempo verbal simples (*amára*) e de forma “por rodeo” (*tinha amado*) e chega – diz – a notar uma ligeira diferença de significado ou de uso entre uma e a outra:

Temos máis alguns tempos simples, os quáes por cópia da nóssa linguágem máis que por defeito déla, ôs podemos dizer também per rodeo, como o tempo passádo máis que acabádo do módo pera demonstrár, o quáil, simples, dizemos *amára* e per rodeo, na mesma sinificaçám, *tinha amado*. Ainda que parêçe no sentido que estes tempos simples com o particípio dam à óbra algũa máis perfeiçám em tempo (*GP*: p.340).

Em qualquer caso, vale a pena assinalar aqui tanto a perspicácia linguística como a adequação descritiva de JdB.

Por rodeo é um artifício teórico e descritivo ideado – estamos em crer – por AdN e adotado e adaptado por JdB para acolher nas gramáticas do espanhol e do português conjuntos fixos de elementos, estruturas que em latim constituem ou uma forma gramatical (as formas compostas do verbo, os superlativos) ou, ao mesmo tempo, uma forma gramatical e um elemento lexical simples (os advérbios): o que em latim se expressava por meio de – era – *uma* palavra, em espanhol e português necessita de uma expressão. O mesmo conceito (em latim e, portanto, em romance) expressa-se com uma palavra em latim, mas precisa de uma estrutura ou de conjunto fixo de várias – de um “rodeo” – em espanhol e português.

Existe aqui uma elevada componente de sentido da língua e de capacidade descritiva das suas respetivas línguas por parte destes gramáticos iniciais. Existe algo de latinização da gramática: transportar para o espanhol/português como unidades pluriverbais – com as dificuldades teóricas e metodológicas que isso envolve – o que eram unidades monoverbais já categorizadas, para o latim, na gramática latina. E existe alguma deslatinização da gramática: considerar que cada um dos agrupamentos de palavras gráficas já referidos constitui uma UNIDADE-LINGÜÍSTICA-POR-RODEO–CIRCUNLÓQUIO|SUPRIMENTO é, sem dúvida, deslatinizar e intuir peculiaridades expressivas das novas línguas face ao latim.

2. Eficácia

Em JdB é termo bastante próximo de *vehêmença* (*hemencia* em AdN; *supra* 2.1.3.), mas usado mais profusamente. Fica por definir, o que já não nos deveria surpreender, dado que essa prática é relativamente habitual nos dois gramáticos estudados. Tem a ver com uma espécie de força ou “ênfase” que ocorre em duas circunstâncias: (i) vinculada à figura composta do pronome e da preposição²⁸; (ii) relacionada com o contributo do advérbio para o verbo. Leia-se:

Duas figuras tem o pronome: simples e compôsta. Figura simples é: *eu, tu, este, esse*. Compôsta chamamos: *eu mesmo, tu mesmo, aqueste, aquesse*, etc. Ésta composicám déstas duas pártes –*eu mesmo*– nam fáz máis que acreçentár uma eficácia e vehemência ao pronome, a que os Grégos chamam *enfasim*, porque maior eficácia tem dizer: *Eu mesmo escrevi ésta árte* que: *eu escrevi ésta árte* (GP: p.320).

²⁸ Para este último caso, *supra* 1.2.2. comentário 5º.

A preposiçám [...] tem figura singéla e dobráda. Singéla, como quando dizemos *çerca* e compósta, acreçentando-lhe ésta preposiçám *a*, diz *àcerca*, que já tem máis eficácia (GP: p.347).

Foi ésta páрте [o avérbio] mui neçessária, ca per éla se denóta a eficácia ou remissám do verbo, porque, quando digo: *Eu amo a verdáde*, demóstro que simplesmente faço ésta óbra de amár; mas dizendo: *Eu amo muito a verdáde*, p[er] este avérbio *muito*, denóto a cantidáde do amor que tenho à cousa; e se dissér: *Amo pouco a verdáde*, com este *pouco* se diminúie o muito de çima; e: *Nam amo a verdáde*, desfáço toda a óbra de amár (GP: p.345).

É digno de nota, para terminar, que AdN por um lado considere também que *mismo* e *otros* (em *nos-otros*) são elementos que, por meio da figura composta, acrescentam *hemencia* ao pronome, e por outro entenda que aquele *mismo*, e pelo menos alguns casos de “mucho”²⁹, são *partezillas*, termo e conceito ideados pelo gramático espanhol.

Conclusão

Cada um dos dois livros ou três textos examinados – à sua maneira, e em grau e natureza diversos – apresenta uma forte dose de informação lexicográfica de carácter terminológico. De facto, poderia sustentar-se – com algum atrevimento – que quase nos encontramos perante “dicionários técnicos” em que os termos não aparecem na habitual ordem alfabética; aqui, essa mesma realidade metalingüística (i.e. a gramática, “o gramatical”) encontra-se disposta em ordem gramaticográfica, que obedece a pautas que tinham sido fixadas pela tradição herdada. Dito de outro modo: em boa parte estes textos contêm um dicionário de gramática espanhola ou de gramática portuguesa disposto de uma forma não alfabética, mas antes gramatical, de acordo com a teoria-doutrina; em disposição não lexicográfica mas, sim, gramaticográfica.

A maior parte da terminologia gramatical presente nos textos do corpus continua viva nas atuais gramáticas do português e do espanhol; dito de outra maneira: muita da terminologia gramatical em uso “hoje em dia” encontra-se já configurada nestes textos pioneiros: as listas acima apontadas dão sobejamente testemunho dessa conclusão, que se impõe naturalmente por si própria.

²⁹ Por exemplo em “Hijo mío mucho amado” do Marquês de Santillana (GC: p.193).

Uma contagem aproximada revela uma elevada percentagem de termos vivos e uma percentagem menor de terminologia obsoleta, que perdeu vigência ou deixou de ser usada.

Como já indicámos atrás, e em consonância com o tipo de gramática em uso na Europa dos séculos XV e XVI, existe um claro predomínio terminológico dos âmbitos morfológico e taxonómico-formal (isto é: classes, traços e propriedades), em claro detrimento dos assuntos concernentes à sintaxe, tradicionalmente desatendida – como é bem sabido – e quase inexistente aqui (sobretudo no que toca à sintaxe oracional), ou às funções e relações linguísticas entre elementos, sejam morfossintáticas, sejam propriamente sintáticas.

É supérfluo retomar aqui a consabida presença, nos dois autores, da tradição latina em geral: ambos citam Quintiliano, e JdB, ainda Prisciano, entre outros; a influência deste – direta ou mediata – nos gramáticos do corpus está solidamente atestada e é mais do que conhecida. Isto também acontece no capítulo terminológico: existem, pois, fontes comuns a AdN e JdB.

É certa – e foram já aduzidas suficientes provas ao longo deste trabalho – a recepção, por parte de JdB, de ideias gramaticais e também de termos técnicos de AdN, e isto não só relativamente à *GC* como também ao seu *Libro V* (aqui denominado *ILC*) e às prévias *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín*.

Tudo isto permite afirmar a existência de uma base terminológica compartilhada e comum nos começos da gramaticografia luso-castelhana dos séculos XV e XVI (naturalmente com as devidas “adaptações” aos traços fónicos e gramaticais próprios de cada língua).

Tem-se falado com frequência no fracasso das propostas terminológicas de AdN em castelhano:

Esta nacionalización [!] de la nomenclatura –que recuerda un procedimiento característico de la lengua alemana–, movida por un intento de diafanidad, constituía un incesante experimento que no llegó a cuajar en absoluto (SECO, 1992: p.49-51).

Hay que tener en cuenta que no solo el esfuerzo metalingüístico del gramático andaluz ha llamado la atención, sino también el poco éxito que tuvieron las castellanizaciones que propone (ESPARZA, 2006a: p.75).

Ora bem, esse fracasso, em particular, não é senão uma das faces do suposto fracasso gramaticográfico de Nebrija, em castelhano, em geral. Já foi dito até à exaustão que a *GC* não voltou a reeditar-se durante o século XVI nem no XVII, que veio a lume – já inoperante, e, supõe-se, sem eficácia – nos meados do século XVIII, na edição contrafeita atribuída ao conde de Saceda, etc. Por outras palavras: não se trata de não ter êxito especificamente no seu esforço de adaptação/criação de uma terminologia gramaticográfica para o espanhol; antes se trata de que – e salvo exceções muito pontuais, entre as quais se contam Miranda ou Correas – careceu de repercussão em geral no tocante à codificação do espanhol... E, portanto, à teorização sobre esta língua.

Curiosamente, a obra castelhana de AdN teve incidência, sim, e muita, na obra portuguesa de JdB; fracassou o gramático salamaticense do lado espanhol da raia e triunfou – relativamente, claro – do lado português.

Referências

Fontes primárias

- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971 (1 ed. *Grammatica da lingua portuguesa*. *Olyssipone*: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/121489>
- NEBRIJA, Antonio de. *Introductiones latinae*. Salamanca: Edición facsímil. Universidad de Salamanca, 1481.
- NEBRIJA, Antonio de *Introductiones latinas contrapuesto el romance al latin* (¿1488?). Edición con introducción de Miguel Ángel Esparza y Vicente Calvo Münster: Salamanca: Nodus Publikationen, 1996.
- NEBRIJA, Antonio de. *Las introducciones latinas contrapuesto el romance al latin (1486)*. Edición crítica de los textos y estudio de Thomas Baldischwieler. Dusseldorf: Heinrich-Heine-University. Disponível em: <http://corpusnebriessense.com/Files/baldischwieler2004.pdf>
- NEBRIJA, Antonio de *Gramática sobre la lengua castellana*. Edición de Miguel Ángel Esparza y Ramón Sarmiento. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija-SGEL, 1992.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Fac-simile, introdução e edição atualizada e anotada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

Fontes secundárias

- ABAURRE, M. Bernardete; PFEIFER, Claudia e AVELAR, Juanito (orgs.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes Edutores, 2009.
- ÁLVAREZ DE MIRANDA, Pedro. ¿Quién publicó la *Gramática castellana* de Nebrija a mediados del XVIII? *Bulletin Hispanique*. 104, 2002, p.41-69.
- ASENCIO, Eugenio. La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en Portugal. *Revista de Filología Española*. n. 43, 1960, p. 399-413.
- BRASELMANN, Petra. Antonio de Nebrija: viajero entre tradición e innovación. In: ESCAVY, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN, A. (eds.). *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística*. Nebrija V Centenario. I. Murcia: Universidad de Murcia, 1994, p.149-163.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: ICALP, Col. Biblioteca Breve 18, 1978.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Col. Temas Portugueses, 1983.
- BUSTOS TOVAR, Eugenio de. Nebrija, primer lingüista español. In: GARCÍA DE LA CONCHA, Víctor (ed.). *Nebrija y la Introducción del Renacimiento en España*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1983, p. 205-222.
- CALVO FERNÁNDEZ, Vicente e ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. *El 'Arte de Prisciano y castellano': una gramática medieval con glosas romances*. 1999. Disponível em: <http://elies.rediris.es/elies16/Arte.html>.
- CASAS RIGALL. Vicios gramaticales y licencias oratorias: un capítulo deturpado de la “Gramática” de Nebrija. *Neophilologus*. 81.4, [1997] 2012, p.539-549. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/vicios-gramaticales-y-licencias-oratorias---un-capitulo-deturpado-de-la-gramatica-de-nebrija/>.
- CODOÑER, Carmen. Las *introducciones latinae de Nebrija*: tradición e innovación. In: GARCÍA DE LA CONCHA, Víctor (ed.). *Nebrija y la introducción del Renacimiento en España*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1983, p.105-122.
- CODOÑER, Carmen. Las gramáticas de Elio Antonio de Nebrija. In: ALVAR, Manuel (coord.). *Estudios Nebrisenses*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica-I.C.I., 1992, p.75-96.
- COSERIU, Eugenio. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. *Las ideas lingüísticas de Antonio de Nebrija*. Münster: Nodus Publikationen, 1995.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. Sobre metalenguaje e historiografía lingüística. In: GONZÁLEZ RUIZ, Ramón, CASADO VELARDE, Manuel e ESPARZA TORRES, Miguel Ángel (eds.). *Discurso, Lengua y Metalenguaje: Balance y perspectivas*. Hamburg: Helmut Buske, 2006a, p. 63-87.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. El camino hacia Nebrija. In: GÓMEZ ASENCIO, J. J. (dir.). *El Castellano y su Codificación Gramatical*. Burgos: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, v. I de 1492 (A. de Nebrija) a 1611 (John Sanford), 2006b, p.57-88.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel e CALVO FERNÁNDEZ, Vicente. Introducción. In: NEBRIJA, Antonio de. *Introducciones Latinas Contrapuesto el Romance al Latin (¿1488?)*. Salamanca. Ed. con introducción de Miguel Ángel Esparza y Vicente Calvo. Münster: Nodus Publikationen, 1996.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel e CALVO FERNÁNDEZ, Vicente. Las notas en aragonés del manuscrito gramatical 153 Ripoll. *Gramma-Temas 3: España y Portugal en la Tradición Gramatical*. León: Universidad de León, 2008, p.43-73.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel e NIEDEREHE, Hans-Josef. *Bibliografía nebrisense: las obras completas del humanista Antonio de Nebrija desde 1481 hasta nuestros días*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel e SARMIENTO, Ramón. Introducción. In: Nebrija Antonio de. *Gramática de la lengua castellana, 1492*. Madrid: S.G.E.L./Fundación Antonio de Nebrija, 1992.
- GÓMEZ ASENCIO, José J. La *Gramática de la lengua castellana* de Nebrija desde la óptica de la coherencia. In: ECHENIQUE, María Teresa et alii (eds.). *Actas del I Congreso de Historia de la Lengua Española en América y España*. Valencia: Universidad de Valencia/Tirant lo Blanc, 1995, p.293-304.
- GÓMEZ ASENCIO, José J. Absolutamente relativos: así (parece que) son. In: BARTOL, José A. et alii (eds.). *Nuevas Aportaciones al Estudio de la Lengua Española: Investigaciones filológicas*. Salamanca: Luso-Española de Ediciones, 2001, p.145-164.
- GÓMEZ ASENCIO, José J. La gramática castellana para extranjeros de Nebrija. In: GÓMEZ ASENCIO, J. J. (dir.). *El Castellano y su Codificación Gramatical*. Burgos: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, v. I. de 1492 (A. de Nebrija) a 1611 (John Sanford), 2006, p.117-142.

- GÓMEZ MORENO, Ángel. Gramática castellana de Palacio: un nuncio de Nebrija. *Revista de Literatura Medieval*. I, 1989, p. 41-52.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 791-804.
- GONÇALVES, Maria Filomena. João de Barros: Grammatica da lingua portuguesa. In: CTLF - *Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*. Lyon: ENS, 2007. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?num=3302&mot_recherche=
- LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. São Paulo: Paulistana/Humanitas, 2007.
- MORAIS, Carlos (org.). *Fernão de Oliveira, um humanista genial: V Centenário do seu nascimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010.
- NÚÑEZ, Luis Pablo. Voces técnicas del ámbito de la gramática en diccionarios españoles y franceses de los siglos XVII y XVIII: análisis comparativo. *Res Diachronicae Virtual*. 7, 2009, p.73-89.
- PAIVA, Maria Helena. Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos textos metalinguísticos portugueses do século XVI. In: *Actas do I Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 1985)*. Lisboa: 1986, p. 375-397.
- PAIVA, Maria Helena. Juízos explícitos e norma linguística nos gramáticos portugueses quinhentistas. In: BRITO, A. M. et alii. *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa (Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva)*. Porto: Faculdade de Letras, 2004, p.275-300.
- PAIVA, Maria Helena. Norma patente e norma latente nos gramáticos portugueses quinhentistas. In: CANO LÓPEZ, P. (coord.). *Actas del VI Congreso de Lingüística General*. Madrid: Arco Libros, 2007, p. 2961-2974.
- PELLEN, René e TOLLIS, Francis. *La Gramática Castellana d'Antonio de Nebrija: grammair d'une langue, langue d'une grammair*. Limoges: Lambert-Lucas, 2011.
- PERDIGUERO VILLARREAL, Hermógenes. Terminología gramatical en los diccionarios de Nebrija. In: J. J. Gómez Asencio (dir.). *El Castellano y su Codificación Gramatical*. Burgos: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, v. I. de 1492 (A. de Nebrija) a 1611 (John Sanford). 2006, p. 143-159.
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. La metalengua en romance: el castellano de las gramáticas latino-castellanas. In: GÓMEZ ASENCIO, J. J. (dir.). *El Castellano y la Gramática en la Biblioteca Universitaria de Salamanca (siglos XV-XVIII)*. Burgos/Salamanca: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2006, p. 43-66.

- QUIJADA VAN DEN BERGUE, Carmen. Herencia de la terminología greco-latina en *La Parfaicte Methode* de Charpentier (1596). *Res Diachronicae Virtual*. 7, 2009, p.171-188.
- QUIJADA VAN DEN BERGHE, Carmen e SWIGGERS, Pierre. La terminología del pronombre en la gramática española de Nebrija (1492) a Bello (1847): algunos apuntes. *Res Diachronicae Virtual*. 7, 2009, p. 263-292.
- RIDRUEJO ALONSO, Emilio. Notas romances en gramáticas latino-españolas del siglo XV. *Revista de Filología Española*. 59, 1977, p. 47-80.
- RIDRUEJO ALONSO, Emilio. De las *Introductiones latinae* a la *Gramática castellana*?. In: ESCAVY, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M. e ROLDÁN, A. (eds.). *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística*. Nebrija V Centenario. Murcia: Universidad de Murcia, v. I., 1994, p.485-498.
- RIDRUEJO ALONSO, Emilio. La gramática latina y la gramática castellana de Nebrija, juntas y en contraste. In: GÓMEZ ASENCIO, J.J. (dir.). *El castellano y su codificación gramatical*. Burgos: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, v. I de 1492 (A. de Nebrija) a 1611 (John Sanford), 2006, p. 89-115.
- ROLDÁN PÉREZ, Antonio. Las *Introductiones latinae* y la gramática castellana: una propuesta romance de metalenguaje retórico. In: ESCAVY, R. HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M., ROLDÁN, A. (eds.). *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística*. Nebrija V Centenario. Murcia: Universidad de Murcia v. I., 1994, p.85-118.
- SCHÄFER-PIRISS, Barbara. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2000.
- SECO, Manuel. Prólogo. In: *Gramática sobre la Lengua Castellana*. Madrid: Aguilar, Col. Crisol, 1992, p. 11-68.
- SWIGGERS, Pierre. Terminologie et terminographie linguistiques: problèmes de définition et de calibrage. In : NEVEAU, Franck (ed.). *La Terminologie Linguistique: Problèmes Épistémologiques, Conceptuels et Traditionnels*. Caen: Presses Universitaires, 2006, p. 13-28.
- SWIGGERS, Pierre. Terminología gramatical y lingüística: elementos de análisis historiográfico y metodológico. *Res Diachronicae Virtual*. 7, 2009, p.11-35.
- TOLLIS, Francis. À propos des *cincunloquios* du verbe castillan chez Nebrija: le nombre participial infinitivo. In: TOLLIS, Francis. *La Description du Castillan au XV^e Siècle: Villena et Nebrija. Sept Études d'Historiographie Linguistique*. Paris: L'Harmattan, [1984]1998, p.91-121.

- TOLLIS, Francis. Remarques sur l'approche et la présentation des noms dérivés dans la *Gramática* de Nebrija: vers une (re)lecture linguistique". In: TOLLIS, Francis. [1992]1998, p. 217-280.
- VALLS TOIMIL, José Luis. *Diccionario de terminología gramatical (1492-1800)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, tesis doctoral inédita, 1988.

Recebido em 24 de julho de 2015.

Aceito em 30 de setembro de 2015

RETÓRICA DE RUPTURA E DESCONTINUIDADE NAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM: UM ESTUDO PELA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

Ronaldo de Oliveira Batista
Universidade Presbiteriana Mackenzie
ronaldo.obatista@gmail.com

RESUMO:

Este texto tem como foco de observação, a partir da Historiografia da Linguística, a retórica de linguistas em momentos de ruptura na história do conhecimento sobre a linguagem. Para tanto são colocados sob análise posicionamentos discursivos em um texto que se considera na história da linguística brasileira como o de divulgação inicial da Gramática Gerativa no Brasil, a saber, a resenha que Miriam Lemle fez em 1967 das ideias de Noam Chomsky. A interpretação aqui proposta destaca um episódio do desenvolvimento da linguística no Brasil, acabando por evidenciar de que modo a prática científica é também uma prática discursiva, circunscrita a uma dimensão histórica e social específica.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística, Gramática Gerativa, Retórica de ruptura

ABSTRACT:

This text focuses on the observation, from a Linguistic Historiography perspective, of the linguists rhetoric in moments of rupture in language knowledge history. It will analyze discursive positions in texts, which are considered the initial development of Generative Grammar in Brazil, specifically, the review Miriam Lemle wrote in 1967 about Noam Chomsky's ideas. The proposed interpretation will focus on one episode of the Linguistics development in Brazil, showing that scientific practices are also discursive practices that are surrounded by historical and social dimensions.

KEY WORDS: Historiography of Linguistics, Generative Grammar, Rhetoric of rupture

Introdução

As reflexões elaboradas historiograficamente podem colocar em destaque uma complexa dimensão que se forma quando correntes teórico-metodológicas de tratamento da linguagem são consideradas como objeto de análise, permitindo uma interpretação do desenvolvimento histórico da construção de saberes por meio de uma perspectiva que estabelece o conhecimento científico como derivado de um contexto social e institucional. Nessa perspectiva de observação, o historiógrafo pode chegar a interpretações que evidenciam como as ações da conduta investigativa na ciência relacionam-se em cadeia implicativa, na qual um posicionamento conduz a outro, ao mesmo tempo em que anula aqueles que se circunscrevem a outras esferas sociais de prática científica. Para chegar a esse ponto de investigação, observar a dimensão social do conhecimento científico é essencial, porque se passa a definir “a ciência não como um episódio isolado de comportamento de determinado indivíduo, mas como um padrão de comportamento que se encaixa em determinado contexto” (DUTRA, 2008, p. 291). Ou seja, os empreendimentos científicos estabelecem uma rede de contatos, na qual apresentações de modelos e suas aplicações por um pesquisador implicam necessariamente formação de diálogo com o grupo a que ele pertence e mesmo com outros grupos em relação aos quais se coloca em posição de franca ruptura. Chega-se, assim, ao que Bourdieu (2004) define como os capitais de valoração que envolvem o conhecimento intelectual e científico, permitindo o reconhecimento de ideias em um recorte temporal e em uma esfera institucional e social.

Sendo assim, a realidade histórica, com seus documentos e vestígios, é reconstruída constantemente pelas perspectivas analíticas que a tomam como objeto de observação a partir de diretrizes teórico-metodológicas, neste caso aquelas assumidas pela Historiografia da Linguística. Coloca-se como função desse recorte teórico interpretar saberes sobre a linguagem humana (considerados como documentos históricos) tanto em sua dimensão interna (o que os documentos/textos históricos dizem, como dizem, por que o dizem), quanto em sua dimensão externa (o contexto histórico-social em que documentos/textos históricos são legitimados como parte de um processo científico e/ou intelectual).

Para uma reconstrução historiográfica da linguística, pode-se teoricamente considerar que a história é sucessão alternada de continuidades e descontinuidades. Há, portanto, a compreensão de que o desenvolvimento de estudos sobre a linguagem ao longo do tempo possibilitou a formação de tradições de pensamento, no sentido de que o conhecimento sobre línguas e linguagem configurou-se em perspectivas diversas, congregando intelectuais, cientistas,

gramáticos em diferentes grupos, promovendo, conseqüentemente, embates em torno da manutenção ou de rupturas de modos de pensamento. Assim, um eixo de continuidades históricas se forma quando há adesão a saberes que já foram validados dentro de um campo e que têm reconhecimento de um grupo de pesquisadores; constrói-se, desse modo, uma tradição de pensamento. De maneira complementar, há também um eixo de descontinuidades históricas, no qual prevalecem a diferença, a oposição e a ruptura dentro de um campo de investigação científica.

A observação e a análise de movimentos de continuidades e descontinuidades na história da produção científica de estudos sobre a linguagem podem nos conduzir à reafirmação de que paradigmas científicos são essencialmente construções teóricas em busca de explicações a respeito da natureza e do funcionamento da linguagem humana. Nesse sentido, coloca-se em pauta o caráter provisório de teorias linguísticas¹. No entanto, na prática científica, que envolve agentes/sujeitos e suas formas de posicionamento em relação a teorias de que são adeptos e também em relação a modos de investigação com os quais não concordam, a argumentação estabelecida pelos pesquisadores é um dos elementos que deve estar na mira da investigação dos historiógrafos da linguística, pois, como afirma Borges Neto (2012, p. 58), ao avaliar a contribuição de filósofos da ciência do século XX, “uma das características mais marcantes da ciência é a tenacidade com que os cientistas defendem suas teorias diante das refutações”, ou seja, “embora as teorias possam ser falseadas, os cientistas agem como se não o percebessem”.

De acordo com uma série de discussões na filosofia da ciência, o conhecimento humano e também o conhecimento científico podem ser considerados como comportamento ou forma de ação (DASCAL, 1994, 2010; DUTRA, 2008; RAJAGOPALAN, 2009), no sentido de que a formulação de ideias e teorias e sua conseqüente recepção, em termos de aceitação ou refutação, se dão em complexo jogo em que se está considerando a presença de práticas sociais em contextos determinados de ação, o que podemos associar à noção de atos de fala, no sentido de que proferimentos estão articulados a intenções que devem provocar reações a manifestações essencialmente linguísticas. Assim, podemos considerar a prática científica como constituída também de ações linguísticas que orientam ou direcionam comportamentos em torno das ideias elaboradas pela investigação científica. Essa prática científica é constituída, por sua vez, de

¹ “As teorias científicas são sempre provisórias e refletem certo estado do conhecimento, nunca sendo atribuído a elas o caráter de verdade final.” (BORGES Neto, 2012, p. 38)

práticas linguísticas, organizadas e atualizadas em modos de dizer, em práticas discursivas, em usos da linguagem contextualmente delimitados e demarcados, como atos de linguagem que em sua essência procuram levar o outro a agir.

Nesse sentido, colocar qualquer produção de linguagem como objeto de uma análise implica levar em conta que a materialidade textual do que se diz em determinado contexto relaciona-se, intrinsecamente, por a refletir, com a própria situação que a engendrou, ou seja, estão de alguma forma inscritos na textualidade os sujeitos (agentes produtores de linguagem e saber) dos discursos² seu contexto social de prática comunicativa, as especificidades de um gênero, as estratégias de argumentação. Por essa propriedade de estabelecer atos de fala, contextualizados em situações comunicativas específicas, estabelecendo ações por meio das trocas verbais (que não só referenciam, mas simbolizam, persuadem e levam a ações no mundo e nos meios sociais em que falantes se inserem), que os textos possuem é que se pode afirmar que não há uma exterioridade do texto ou dos enunciados efetivamente produzidos em uma interação comunicativa, mas uma relação permanente entre algo interno – da natureza linguística dos enunciados empregados pelos interlocutores – e algo externo – a situação social (lugar, tempo, modalidades e registros de uso da língua), os papéis e as hierarquias sociais, os propósitos comunicativos, as coerções dos estilos dos gêneros como atividades de linguagem, confluências e embates ideológicos, valores culturais e históricos; elementos todos que, em conjunção, vão especificar os modos de dizer dos cientistas.

São, enfim, esses modos de dizer, situados em práticas discursivas específicas, que definiremos aqui como *retórica*³ na pesquisa em Historiografia da Linguística. Procurando ampliar as considerações de Murray (1994), propomos

² Em sentido geral, consideramos a definição de discurso relacionada ao que propõe Foucault: “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. (FOUCAULT, 2008, p. 132-133)

³ A abordagem considerada como fundadora para a reflexão dos modos de dizer dos linguistas é a publicação de Murray (1994), que propõe como categoria de análise para os processos sociais que envolvem práticas científicas (e especificam o que entendemos como discursos científicos), os conceitos de *retórica de continuidade* e *retórica de ruptura*. Esses conceitos dizem respeito a percepções que a comunidade de cientistas tem sobre si mesma e sobre suas formas de atuação nos ambientes em que empreende suas práticas de produção e difusão do conhecimento.

essa noção como um dispositivo de análise que permitirá observar nas manifestações linguísticas, no âmbito do discurso científico em ciências da linguagem, posicionamentos de continuidade ou de ruptura na produção e divulgação de modos de descrição e análise de fenômenos linguísticos, pois, quando comunidades científicas se organizam em torno de uma retórica de ruptura ou de adesão a um paradigma, a suposta neutralidade do discurso científico coloca-se diante de um posicionamento que se quer legítimo e ocupa seu lugar social, uma vez que fala de um espaço específico e demarcado⁴. Propomos, assim, considerar retórica como modos de dizer resultantes de práticas discursivas, originadas em campos específicos dos saberes. Essa retórica é veiculada em modalidades enunciativas específicas (em gêneros discursivos), associadas a imagens simbólicas produzidas pelos próprios atos discursivos, engendrados em um contexto social, histórico e ideológico (com todas as variáveis que esse complexo implica), que acaba por definir cada ato de enunciação como singular e específico, a partir de um sujeito enunciador da linguagem, visto, desse modo, como imerso em um jogo de forças entre a transparência (efeito de sentido) e a opacidade da linguagem⁵.

Essa retórica dos cientistas da linguagem (imersos nos efeitos de sentido implicados no que se considera como ideal científico em determinada época) veicula nos enunciados/textos produzidos (nosso material considerado como documento histórico) considerações acerca da linguagem próprias de um domínio teórico (relativo a concepções de linguagem adotadas por um pesquisador), que valida, conseqüentemente, um domínio técnico (conjuntos de procedimentos de descrição e análise). Essas dimensões em que os discursos dos cientistas se ancoram estão presentes (de modos variados, de acordo com as especificidades de práticas comunicativas contextualizadas) em um domínio documental (o material considerado para análise historiográfica), inserido, conseqüentemente, em um domínio contextual e institucional, singulares e específicos também (SWIGGERS, 2005).

⁴ “O empreendimento científico é corporativo. [...] Nunca se trata de um único indivíduo que passa sozinho por todas as etapas da cadeia lógico-indutiva, e sim de um grupo de indivíduos que partilham entre si o trabalho mas fiscalizam permanente e zelosamente as contribuições de cada um.” (ZIMAN, 1979, p. 25)

⁵ Essas colocações são derivadas de Foucault, que entendia prática discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133)

Sendo assim, retórica como categoria de análise em Historiografia da Linguística⁶ diz respeito não só a escolhas linguísticas e intenções (explícitas ou implícitas) dos atos comunicativos (tendo em vista validar, por meio dos enunciados produzidos em determinados contextos, ideias, saberes e práticas científicas), mas também nos revela o lado persuasivo que está na base de toda interação verbal⁷. Na perspectiva historiográfica que aqui se propõe, será considerado que a imagem tradicional do fazer científico é um efeito de sentido bem calculado, que mascara a subjetividade e a intersubjetividade que trazem humanidade à ciência e a recolocam, como já ressaltado, em lugares históricos e sociais definidos⁸. Recupera-se, portanto, a persuasão que, de fato, está na base, muitas vezes não perceptível em nível superficial, de todos os tipos de discurso, e não só naqueles que mais ostensivamente nos revelam suas estratégias suasórias. Está, pois, nas falas, nas argumentações, nas escolhas discursivas de pesquisadores a retórica que procura convencer o outro da legitimidade de uma prática científica.

Nessa linha de pensamento, deve-se considerar, sem dúvida, que o interesse persuasivo de um enunciado espelha e projeta uma ideologia, marcada, por exemplo, em seleções lexicais, em jogos de oposição e contraste que ordenam e concretizam as mensagens dos linguistas. Essa camada mais visível da língua possibilita a materialização de outro nível de significação, nem sempre óbvio: os significados que se dizem e não se dizem e que expõem, de modos diversos, universos de saberes dos envolvidos nas trocas intelectuais e na produção de conhecimento. São esses saberes que permitem um enquadramento em culturas científicas específicas, em grupos de especialidade (comunidades de pesquisadores) que autorizam dizeres. Na próxima seção, serão feitas considerações

⁶ Definir retórica como categoria observacional traz como consequência a afirmação de que a ciência e o conhecimento intelectual podem ser situados em um panorama sociológico, pois se entende ciência como produto de uma situação social específica, que pode ser observada também nos meios de troca do conhecimento, os quais passam a adquirir valores a serem alcançados ou negados, um capital reconhecido pelas comunidades de pesquisadores. Valores que podem ser materializados em ampla rede intertextual de citações, legitimadora do conhecimento e do próprio fazer científico adquiridos e divulgados pelos sujeitos que os elaboram em busca da validação de saberes.

⁷ O emprego do termo *retórica* na tradição clássica grega relacionava-se exatamente com essa propriedade persuasiva dos dizeres, com os treinamentos para convencer por meio da palavra e por meio dela também vencer debates e disputas que se davam pelo exercício da prática oral da linguagem. (v. NEVES, 2005)

⁸ “Now, to regard science as an enterprise marked by controversies and constant clashes of opinion amongst researchers with conflicting and competing views is to admit that scientific research is over and above everything else a *human* affair.” (RAJAGOPALAN, 2009, p. 435)

a respeito de possibilidades de operacionalização da retórica como categoria de análise em Historiografia da Linguística e os elementos que estão em jogo quando se parte dessa perspectiva de análise do documento histórico⁹.

1. Retórica como categoria de análise em Historiografia da Linguística

Na proposição de um método interpretativo, ou hermenêutico, como preferem Schlieben-Lange (1993) e Swiggers (2013), para o fazer historiográfico serão levados em conta, na narrativa interpretativa que se vai delinear, a análise dos seguintes aspectos: a) quem fala sobre a língua, a partir de qual espaço discursivo, e conseqüentemente, institucional e ideológico¹⁰; b) qual conhecimento sobre a língua é proposto e de que maneira esse conhecimento se situa em um “horizonte de retrospectão” (AUROUX, 2006), contextualizando dizeres e afirmações em uma rede intertextual e interdiscursiva de saberes; c) para quem se fala sobre a língua; d) com que formas e em que modos o conhecimento sobre a linguagem é veiculado, ou seja, como se estabelecem retóricas de continuidade ou de descontinuidade na construção dos saberes sobre a linguagem.

Entende-se que o discurso científico, por meio de estratégias elaboradas por seu enunciador, procura em essência persuadir seu coenunciador da validade de um paradigma de pesquisa, do seu arcabouço teórico e do seu instrumental metodológico. Tendo isso em vista, para que possamos analisar uma prática discursiva no domínio das ciências, é proposto que a retórica dos linguistas seja considerada a partir da análise de: temas e conteúdos proposicionais presentes nos textos escritos por linguistas; seleções lexicais e construções sintático-semânticas; processos de sequencialização e referencialização que instauram objetos de discurso; modalizações; estratégias de argumentação; presença de pressupostos e subentendidos nos dizeres; incorporação de enunciadores, criando redes intertextuais e interdiscursivas; tons enunciativos adotados; estabeleci-

⁹ As reflexões sobre retórica como categoria de análise devem ser consideradas como primeiras tentativas de abordar a categoria de um ponto de vista teórico-metodológico. Este artigo é parte de uma reflexão maior que está em desenvolvimento como projeto de pesquisa.

¹⁰ “'Ideologia' se define classicamente de acordo com dois elementos: uma função valorativa, normativa, diretiva que corresponde aos interesses de um grupo ou classe dominante numa sociedade; e o ocultamento desta função e de sua origem, produzindo-se uma ilusão de objetividade que de resto é indispensável para que a ideologia exerça sua função diretiva. A linguagem apresenta-se assim como instância autônoma, como meio transparente, enquanto na realidade é uma prática social concreta, e as relações sociais que a pressupõem e que a constituem não são simples e aparentes.” (MARCONDES Filho, 1992, p. 29)

mento de *ethos* dos produtores dos textos; estilos de escrita¹¹. Assim, propomos considerar o discurso científico a partir de uma hipótese central que estabelece que um texto é uma prática comunicativa que envolve sujeitos que enunciam, em modos específicos de materializar efeitos de sentido em determinado contexto de enunciação, e procuram persuadir seus interlocutores a acatar ideias, saberes, pensamentos, sempre a partir de uma circunscrição histórica, social e ideológica dos dizeres. Um texto, nesse sentido, é uma materialidade e uma singularidade também, uma vez que atualizado e reatualizado constantemente nas práticas comunicativas produtoras dos mais variados efeitos de sentido, imerso em relações intertextuais e interdiscursivas. A partir dessa consideração de base, entende-se, também, que texto e discurso estão autoimplicados nesse processo, portanto pode-se compreender uma unidade textual a partir tanto de sua dimensão linguística (componente linguístico), como também em sua dimensão de ato de fala (componente retórico).

Além desses aspectos linguísticos, que dizem respeito à configuração interna dos textos escritos por linguistas (nosso material de análise e documento histórico), a circunscrição social dessa retórica é fundamental para a compreensão das práticas discursivas dos linguistas. Desse modo, interessa o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência ou área de saber e de suas práticas discursivas. Em busca da discussão e correlação dos dados, para elaborar uma reflexão crítica das escolhas tomadas pelos agentes que trataram de um problema situado em determinado contexto/período, serão considerados também como elementos de análise: a) o clima de opinião em que paradigmas são propostos¹²; b) a

¹¹ Indicamos alguns elementos que podem estar em jogo quando se coloca retórica como uma categoria de análise. Este artigo procura iniciar uma reflexão nesse tema, por isso nem todos esses aspectos serão considerados na observação, introdutória, do texto (documento histórico) na próxima seção.

¹² Ainda que haja uma série de críticas a respeito do controverso emprego do termo e da noção de *paradigma* como formulada por Thomas Kuhn em 1962, ela permanece adotada nesta proposta de trabalho, considerando um distanciamento crítico em relação à proposta kuhniana original e fazendo as adaptações necessárias para uma análise em *Historiografia da Linguística*. Na revisão em que novamente se debruça sobre o termo *paradigma* e sua configuração teórica, diz Kuhn: "No livro [de 1962], o termo 'paradigma' ocorre em estreita proximidade, física e lógica, com a expressão 'comunidade científica'. Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica, e apenas eles, compartilham. Reciprocamente, é a posse de um paradigma em comum que institui a comunidade científica a partir de um grupo de pessoas com outras disparidades" (KUHN, 2011[1977], p. 312).

"A noção paradigmática de Kuhn e o conceito de Carl Becker dum 'clima de opinião' - se redefinidos com o propósito de escrever a história da linguística - parecem-me ser os pilares sobre os quais uma historiografia linguística pode repousar." (KOERNER, 2014, p. 12)

formação de grupos de especialidade¹³ que produzem pesquisas em um paradigma; c) a formação dos pesquisadores responsáveis por orientar estratégias de tratamento linguístico no âmbito de grupos de especialidade; d) as etapas de construção do conhecimento linguístico, tendo em vista em que medida fatores sociais e históricos podem ter contribuído para aceitação ou refutação de propostas de descrição e análise; e) os modos de comunicação e divulgação de paradigmas; f) a institucionalização do conhecimento científico; g) a recepção que um paradigma obteve em meio ao processo de desenvolvimento dos estudos da linguagem¹⁴.

Na próxima seção, propomos de modo breve e introdutório uma apresentação do alcance da utilização da retórica como categoria de análise em Historiografia da Linguística, para isso tomamos um episódio da história da linguística brasileira como estudo de caso com o objetivo de iniciar uma série de reflexões, a serem desenvolvidas posteriormente em outros trabalhos, para avaliar o uso da categoria tal como a entendemos.

2. Na década de 1960, a retórica de ruptura do paradigma gerativista¹⁵

No final da década de 1960, a história da linguística brasileira alterou-se em virtude da influência exercida pelas concepções do linguista norte-americano Noam Chomsky. A divulgação do pensamento chomskiano no Brasil começou nesse período, e o Estruturalismo¹⁶, como paradigma vigente a partir dos primeiros momentos de institucionalização da linguística, passou a conviver

¹³ A expressão “grupo de especialidade” é de uso constante em Historiografia da Linguística, a partir de Murray (1994), denotando comunidades de pesquisadores em torno de um mesmo paradigma.

¹⁴ Ressaltamos, mais uma vez, que este texto é o início de uma reflexão sobre o alcance do estudo da retórica em Historiografia da Linguística. Os elementos apontados para observação do contexto social de produção e divulgação dos modos de dizer não serão todos aplicados na análise inicial que apresentamos na seção seguinte.

¹⁵ Considerações desta seção retomam análises presentes em outros trabalhos já realizados em torno de uma análise da recepção brasileira à Gramática Gerativa.

¹⁶ A denominação “estruturalismo” é complexa, pois o termo pode se referir a diferentes dimensões de análise. Consideramos o emprego do termo para estabelecer referência a estudos em torno de propostas distribucionalistas, reconhecidas como “estruturalismo norte-americano”.

com as propostas da Gramática Gerativa¹⁷, que chegaram ao espaço acadêmico brasileiro acompanhadas de uma retórica que destacava a novidade, o modelo inovador de ciência (baseado no método dedutivo e no ideal explicativo) e práticas de descrição e análise alicerçadas, sobretudo em seus primeiros momentos, numa sintaxe, com procedimentos peculiares ao “novo” paradigma, como viam os pesquisadores que a praticavam, e relacionados a uma concepção inatista da linguagem humana.

Foi nesse âmbito que as propostas teórico-metodológicas de Chomsky começaram a chegar ao Brasil por conta da leitura de obras publicadas em outros países, pela participação de pesquisadores estrangeiros na formação de alguns dos programas de pós-graduação em linguística e também pelo envolvimento de então jovens estudantes ou professores que tinham sido enviados ao exterior para fazer cursos de pós-graduação (v. ALTMAN, 1998; BATISTA, 2007, 2010).

De acordo com Naro (1976), pode-se apontar que a história da Gramática Gerativa no Brasil teve seu início marcado pelos textos de Miriam Lemle e de Mattoso Camara, em 1967 na revista *Tempo Brasileiro*, com a notícia, por Lemle, da publicação do livro *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), de Noam Chomsky, e com uma revisão, por Mattoso, dos estruturalismos na linguística. Chegando ao Brasil, o programa de base chomskiana, como já ocorrera nos EUA (v. NEWMAYER, 1986), estabeleceu-se ao redor de uma imagem de “teoria revolucionária”¹⁸, como atesta a resenha publicada por Miriam Lemle,

¹⁷ “Esse período da linguística nacional pode ser descrito como um momento de superposição de teorias e métodos propostos por diferentes escolas linguísticas. Basta lembrar que um ano antes da publicação da resenha que muitos consideram como marco da recepção do programa gerativista, em 1967, Aryon Rodrigues publicou na revista *Estudos Linguísticos*, em seu número de julho de 1966, as “Tarefas da linguística no Brasil”. No texto, Rodrigues estabeleceu uma série de atividades (de natureza descritiva com destacada orientação estruturalista norte-americana) a serem cumpridas pelos pesquisadores, tendo em vista o desenvolvimento de uma ciência da linguagem no Brasil. Essas tarefas envolviam investigação das línguas indígenas e das línguas de minorias europeias e asiáticas e a ‘descrição da língua portuguesa’, além das tarefas relacionadas à linguística aplicada.” (BATISTA, 2010, 265)

¹⁸ As aspas duplas são empregadas para indicar que as palavras e expressões são citações do texto de Lemle.

na revista *Tempo Brasileiro*, a partir de um convite do editor Eduardo Portela: “O novo estruturalismo em linguística: Chomsky”¹⁹.

Lemle, em sua resenha, apontou a caracterização do componente sintático em duas partes articuladas por regras transformacionais, evidenciando argumentos utilizados por Chomsky e seus colaboradores para dar força à proposta, e seu discurso era articulado em torno da “inovação”, termo utilizado pela linguista. Ao apresentar pontos teóricos e metodológicos do programa chomskiano da época de *Aspects*²⁰, a autora destacou que se estava diante de uma “nova” forma de fazer linguística, mais científica e adequada para obter resultados explicativos, e não apenas descritivos, para os fenômenos da linguagem humana. Propunha-se, entre outros pontos essenciais, uma alteração na forma de conceber *língua* (vista como elemento abstrato, de raízes biológicas e inatas), *gramática* (articulação de processos sintáticos — gerativos de sentenças — com informações fonológicas e semânticas — de caráter interpretativo) e o processo de sua aquisição, concebido como o desenvolvimento de uma capacidade inata, herdada geneticamente pela espécie humana, denominada como a *gramática universal*.

Uma análise da retórica empregada por Lemle permite evidenciar que a autora escreveu um texto de forma programática, no sentido de que construiu sua rede argumentativa destacando a inovação, as mudanças, as novas perspectivas que o programa chomskiano trazia, em comparação com o programa estruturalista e formas conhecidas de descrição da Gramática Tradicional. Podemos,

¹⁹ Este texto considera como material de análise apenas a resenha de Lemle, tendo por objetivo evidenciar a presença da retórica de ruptura em texto que a história da linguística brasileira reconhece como introdutor do pensamento chomskiano no Brasil. Esse recorte bastante específico não desconsidera, naturalmente, que a Gramática Gerativa se desenvolveu em diferentes modos de presença no contexto brasileiro de produção científica em linguística, no entanto não é o escopo deste artigo estabelecer tal história. Para uma leitura sobre desenvolvimentos dos estudos em Gramática Gerativa no Brasil remetemos o leitor a trabalhos de Batista (2007, 2010).

²⁰ *Aspects* representa o início do período cognitivo da Gramática Gerativa, momento de diálogo entre as propostas gerativistas e os aspectos cognitivos da linguagem humana. As aclamadas ruptura e mudança revolucionária se faziam mais uma vez presentes na aproximação da linguística com a prática de pesquisa das disciplinas exatas e naturais, de onde viria, por exemplo, o rigor metodológico e argumentativo.

nessa linha de interpretação, ressaltar a seleção lexical em torno de expressões como “hipótese bastante ousada”, “opõe-se diametralmente”, “notável diferença de conceitos”. A retórica de ruptura está presente no discurso de Lemle, pois o que se coloca em evidência é uma tentativa de ressaltar o quanto as propostas da Gramática Gerativa diferenciavam-se do que estava estabelecido no panorama de estudos na ciência da linguagem da época, influenciada, então, por análises distribucionalistas (nos EUA de modo mais destacado), ancoradas em uma filosofia da linguagem essencialmente behaviorista. Seguindo a orientação argumentativa de ruptura já adotada por Chomsky em relação aos estruturalistas norte-americanos (considere-se, por exemplo, a crítica de Chomsky na resenha que fez, em 1959, para o livro *Verbal Behaviour* de Skinner), Lemle apresentou a teoria direcionando seus leitores (agindo nesse sentido por meio da linguagem), coenunciadores portanto, para um novo modo de fazer pesquisa sobre as línguas.

Note-se que, com isto, fica postulada uma hipótese bastante ousada e específica sobre o mecanismo da aquisição lingüística: tanto a criança no aprender a falar quanto o adulto no aprender novas línguas só poderiam realizar essa tarefa imensamente complexa se, ao se aproximarem dos dados, já possuíssem um esquema prévio, um pré-conhecimento tácito dos universais lingüísticos.

.....
 O modelo do processo psicológico de aprendizagem aí sugerido opõe-se diametralmente ao proposto pelas teorias mecanicistas, que vêem a aprendizagem como uma fixação de hábitos baseada na seleção de associações estímulo-resposta [...]

.....
 Assim chega-se a mais uma notável diferença de conceitos entre a lingüística da primeira metade do século e esta. Aquela, concebendo uma língua como um *corpus* de dados, considerava-a como um sistema em si, independente de todas as outras. [...] Pela teoria de Chomsky, ao contrário, [...] sendo uma língua vista como uma das formas possíveis de manifestação da propriedade humana de linguagem, é natural que todas as descrições partam de um mesmo molde e façam uso de um cabedal comum de termos e tipos de regras, pois eles são entendidos como denotações de caracteres que são gerais. (LEMLE, 1967, p. 58-59)

Ainda sobre os trechos destacados da resenha de Lemle, é possível apontar os implícitos que também evidenciam o objetivo de uma retórica de introduzir

um “novo” pensamento sobre a linguagem, alicerçado, em destaque como seria de esperar no jogo argumentativo, em um instrumental técnico novo e mais avançado cientificamente, como podemos depreender pela retórica que destaca sobretudo a novidade e a descontinuidade com modos anteriores de analisar a linguagem humana. Em relação a isso, podemos apontar os seguintes exemplos: a) a expressão “só poderiam realizar essa tarefa” já estabelece no interior do discurso a impossibilidade da validade de adoção de outra perspectiva teórica que não aquela proposta por Chomsky; b) em “assim chega-se a mais uma notável diferença de conceitos entre a linguística da primeira metade do século e esta”, vemos a adoção de uma perspectiva de compreender o conhecimento científico como revolucionário e em progresso constante, pois o jogo comparativo parece nos indicar um caráter de obsolescência de toda proposta anterior àquelas da Gramática Gerativa; c) a expressão “é natural” nos evidencia o posicionamento retórico de Lemle, pois coloca a proposta chomskiana como clara, lógica e fortemente construída em sua natureza epistemológica.

Em outro trecho da resenha, com palavras que destacavam a ruptura entre paradigmas na linguística - “Está se formando, ao redor de Chomsky, uma corrente revolucionária na linguística: é a da chamada gramática gerativa-transformacional” -, Lemle acentuou diferenças das propostas de Chomsky em relação a procedimentos então adotados por outras formas de estudar a linguagem e as línguas naturais, não deixando de ressaltar o quanto as propostas chomskianas se mostravam promissoras não só para a linguística, mas também para áreas correlacionadas. Para Lemle, era uma teoria tal como a proposta por Chomsky em 1965 o caminho para um diálogo com a psicologia, por exemplo, ampliando assim as perspectivas das pesquisas linguísticas. Mais uma vez, o que se observa é a retórica que enfatiza o avanço, a novidade e, principalmente, a reformulação da linguística em torno de um caminho considerado mais científico. E a retórica foi francamente de ruptura com a linguística da época, uma vez, observando o uso e a insistência na repetição do item lexical, que “novas questões, novas posições teóricas, novos rumos de investigação, novas formas de descrição vêm sendo propostas” (LEMLE, 1967, p. 55).

Pode-se observar, também, que a visão adotada de um percurso na história da linguística é a que destaca que esse “novo estruturalismo em Linguística: Chomsky” (título da resenha) colocava, de fato, a ciência da linguagem em outro patamar, a saber, aquele que os gerativistas consideravam como verdadeiramente científico em termos teóricos e metodológicos, ou seja, precisão na definição do objeto observacional e delimitação objetiva e racional dos métodos de observação, ancorados na dedução e não na indução, vista como

insustentável em termos científicos na perspectiva divulgada pela retórica de ruptura dos gerativistas, a partir do próprio Chomsky. No trecho abaixo, o item lexical “interregno” e a adoção da conjunção adversativa “mas” evidenciam a materialização de um posicionamento discursivo que colocava em confronto direto um conhecimento tido como velho e ultrapassado e um outro novo e validado pela retórica de ruptura da autora da resenha; retórica ancorada, sem dúvida, no prestígio científico que Noam Chomsky começava a obter na época no cenário das ciências da linguagem nos EUA (que também começava a sobrepujar a Europa, ou mesmo a se igualar, em termos de centro de produção e divulgação de conhecimento científico de ponta).

A lingüística da primeira metade deste século vem sendo vista como um inter-regno, em que certos valores positivos foram cultivados, tais como a consciência da necessidade de precisão formal e acuidade observacional, mas que sofreu de uma certa estreiteza de vistas no que concerne a suas posições epistemológicas. (LEMLE, 1967, p. 55)

No trecho que segue, a retórica adotada destacou os caminhos da ciência da linguagem (“deve procurar”, “suficientemente”) em busca do ideal de alcance explicativo da teoria. Além disso, pode-se notar que a construção sintático-semântica do último período nos leva a reconstruir uma informação implícita, que dialoga com a afirmação de ruptura com saberes considerados ultrapassados em relação a modos de descrição e análise linguística: o paradigma anterior à Gramática Gerativa, de base estruturalista distribucional, como praticado por Bloomfield e seus seguidores essencialmente nos EUA, com tarefas centrais como a descrição de línguas indígenas, conseguiam atingir “apenas” o ideal descritivo de ciência, o que, na perspectiva dos gerativistas, era o suficiente para evidenciar uma falha na própria concepção de ciência e seus métodos.

A teoria linguística deve procurar determinar os traços universais em todos os setores da organização linguística (o fonológico, o sintático, o semântico) e nas inter-relações entre estes três componentes. Êsses traços devem ser suficientemente amplos para abarcar a grande diversidade das línguas, e suficientemente restritivos e explícitos para que possam constituir uma caracterização valiosa da capacidade humana de linguagem. A postulação dos universais linguísticos, ao nos prover de uma definição de língua humana em geral, nos proporciona concomitantemente a *explicação*, da forma de cada gramática particular. Sem base numa descrição da forma da língua em geral, as gramáticas

das línguas particulares ficam sendo apenas descrições *ad hoc*, sem possibilidades de explicação mais profunda. (LEMLE, 1967, p. 59, destaque no original)

Mesmo quando se abordou algum elemento que poderia não ser favorável ao paradigma gerativista, a retórica adotada acabou direcionando o que seria uma fraqueza para o caminho da cientificidade ideal, mesmo que esta estivesse próxima de uma abstração maior, o que exigiria outra capacidade e entrega intelectual do linguista. Ou seja, a retórica, em linhas implícitas, nos parece dizer que a tarefa é árdua e exatamente por isso é que é evidência da superioridade da proposta teórico-metodológica em resenha. Temos, aqui, o estabelecimento de um *ethos* para esse “novo” linguista, atrelado, por conta da imagem que dele se constrói no discurso, a símbolos de juventude, ousadia e amplidão intelectual, capaz de ultrapassar o tradicional em pesquisa de linguagem e manter diálogo aberto com o que sempre constituiu o imaginário sofisticado de um cientista: a lógica, o uso de cálculos, a abstração, as fórmulas e recursos gráficos. Um *ethos* que também segregava, mas mesmo esse distanciamento pode ser visto, na retórica, como positivo, uma vez que apontava para a própria necessidade de reformulação na formação dos linguistas (veja, nesse sentido, que Lemle destacou uma revisão nos EUA do que seria considerado como conhecimento básico para a formação desse cientista da linguagem já sob influência das propostas de Chomsky).

No trecho abaixo, pode-se notar a distinção que a retórica estabeleceu entre um linguista teórico e um linguista, digamos, aplicado. O *ethos* da cientificidade está atrelado a esse teórico que, imerso nas abstrações próprias relacionadas ao ideal de explicação do fazer científico, deve, após seus empreendimentos chegarem a um bom termo, lançar caminhos para o “linguista prático”. O discurso de Lemle, seguindo modos de construção de discursos como o científico (que precisam trabalhar com a suposta, e enganadora, transparência da linguagem para transmitir sentidos próximos da ideia de algo incontestável e dado como certo; autoritários, portanto), ao fazer afirmações como “nessa luz, não há alternativa mais adequada para a descrição do fenômeno linguístico do que uma teoria rica e a linguagem algébrica”, colocou na perspectiva do leitor a noção de que essa teoria, vista, ressaltamos mais uma vez, como o ideal de cientificidade, era exatamente aquela que a resenha estava expondo. Em uma construção declarativa afirmativa ressaltou-se o conteúdo proposicional, deixando encobertos seus valores subjetivos, mascarando a retórica que está por detrás dos dizeres científicos, sociais e argumentativos em sua essência. Veja-

-se, ainda, que a autora reafirmou a distinção entre grupos de especialidade, afastando os filólogos do que suas considerações destacavam como prática adequada no estudo das línguas e da linguagem humana.

Quanto à sua linguagem, Chomsky não é simples. À primeira folhada rápida em qualquer dos seus livros ou artigos salta aos olhos a abundante e complexa algebrização de que faz uso. Também o fato que já frisamos mais de uma vez de se tratar de uma teoria ainda em elaboração, que tem a nos oferecer por enquanto apenas os seus argumentos e contra-argumentos e contínuas reelaborações, e não uma exposição completa, integrada e didática, só tende a tornar mais difícil a sua apreensão satisfatória para a utilização nas tarefas de descrição. Com o tempo, à medida que as soluções mais adequadas forem sendo selecionadas e se sedimentando, irá se tornando possível prover de receitas o lingüista prático (professôres de línguas, descritivistas, etc.), ávido delas, e com razão, pois são indispensáveis à eficiência do trabalho quotidiano. O que não significa que as receitas para se tratar do fenômeno lingüístico possam ser simples. Não é sensato esperar que se possa tratar por meio de um arsenal teórico simples um fenômeno complexo. Nessa luz, não há alternativa mais adequada para a descrição do fenômeno lingüístico do que uma teoria rica e a linguagem algébrica. A algebrização, na verdade, passou a ser uma necessidade de princípio para a lingüística, uma vez dado o passo para o estruturalismo, isto é, uma vez compreendido o fato de que uma língua não é uma soma arbitrária de fatos isolados (nomes de coisas) como a vê o filólogo tradicional e sim um sistema simbólico de um poder infinito e altamente estruturado (LEMLE, 1967, p. 67)

Não espanta, pois, que Chomsky e seus seguidores ainda se encontrem um tanto isolados numa torre de marfim, incompreendidos pela maioria e combatidos pelos que se satisfaziam com um estruturalismo menos exigente. Mas já nos Estados Unidos os cursos mais avançados de lingüística estão exigindo como pré-requisito uma creditação bastante grande em lógica matemática (LEMLE, 1967, p. 68)

O que encerra a resenha são comentários garantindo o espaço da Gramática Gerativa para além das pesquisas lingüísticas. Mais uma vez, a retórica não só destacava a descontinuidade com os saberes já não validados por um novo grupo de especialidade, que começava a institucionalizar o que eles entendiam como novos procedimentos para a pesquisa em ciência da linguagem, como também

colocava em evidência as possibilidades de expansão do tipo de conhecimento que a Gramática Gerativa se colocava como tarefa.

É devido à maior ambição e à alteração das suas metas teóricas e da abertura destas novas frentes de estudos, que atingem até as fronteiras de outras disciplinas, que se tem considerado uma revolução na lingüística a obra de Chomsky e dos que pensam na mesma linha, e se tem dito que somente a partir destas novas posições a lingüística está deixando de ter o *status* de uma simples técnica descritiva para alcançar o *status* de ciência, capacitada a *explicar* e não apenas descrever os dados do fenômeno que estuda, e interessada em relacioná-los com os fenômenos estudados pela biologia, psicologia, antropologia, nas quais não hesita em buscar esclarecimentos e às quais tem a dar contribuições valiosas. (LEMLE, 1967, p. 69)

Para Altman (1998) e Batista (2007, 2010), entre outros pesquisadores da história da linguística brasileira, a divulgação das propostas de Chomsky e a retórica de ruptura estabelecida pelos seus seguidores encontrou eco no Brasil e na comunidade científica de então. Veja-se que o tipo de discurso utilizado por Lemle podia ser encontrado também em outras publicações: a atitude em relação à novidade pode ser percebida, por exemplo, na divulgação da tradução do livro de John Lyons (1973) sobre as primeiras propostas chomskianas. Chomsky era considerado pela editora que publicava o livro no Brasil como um “mestre da modernidade”, nome que recebia a coleção em que se inseriu o livro. O texto da quarta capa anunciava: “A linguística, disciplina outrora remota e acadêmica, tornou-se, graças principalmente a Noam Chomsky, um dos centros e uma das fronteiras do saber acadêmico. Por isso, a obra de Chomsky interessa a todos quantos queiram compreender a revolução operada no pensamento contemporâneo” (BATISTA, 2010).

O posicionamento assumido na resenha sobre a obra de Chomsky, como interpretamos neste texto, permite, por conta de sua configuração linguística, a circunscrição da retórica em um espaço científico que defendia a inovação de um programa que começaria, então, seu percurso na linguística brasileira. De fato, como apontado, é a resenha de Lemle o texto considerado por muitos linguistas como o marco do início da Gramática Gerativa na linguística nacional. Na retórica adotada pela autora, havia a definição clara de que se estaria diante de uma nova ciência da linguagem, porque em sua base teórica estaria a alteração do que se compreendia como língua, situando a linguística em um novo

domínio, de natureza essencialmente biológica, possibilitando diálogos diversos daqueles que os estudos linguísticos tradicionalmente haviam estabelecido.

E a divulgação das propostas da Gramática Gerativa vinha, sem dúvida, ancorada em sólido circuito referencial (“horizonte de retrospecto”), uma vez que tinha a assinatura de Noam Chomsky por detrás, garantindo, desse modo, o caráter de inovação a partir de uma esfera de influência que dava às propostas um argumento de autoridade inquestionável, principalmente se considerarmos que na época a linguística brasileira começava a se organizar como campo autônomo de pesquisa e ensino. Apresentar uma linguística que nascia em prestigiado centro de produção científica norte-americano garantia à retórica tanto o aspecto de modernidade quanto o de seriedade acadêmica.

Escrito para um público mais amplo, o volume da revista *Tempo Brasileiro* não era dedicado exclusivamente a textos de linguística (o número especial trata do estruturalismo - coqueluche teórica dos anos 1960), a resenha foi escrita na linha dos textos de divulgação, o que contribuiu, sem dúvida, para que as formas discursivas da ruptura se destacassem em um texto que equilibrava o objetivo central de divulgar uma proposta de análise linguística com informações teóricas sobre o programa de pesquisa em questão.

Nesse panorama, não se pode considerar de forma passiva a recepção de modelos teóricos e de práticas de análise da Gramática Gerativa, pois a adoção de ideias vindas de outros centros de produção gerou a formação de elementos que acabaram por dar forma a um grupo de especialidade, que se reconheceu, posteriormente ao momento de escrita da resenha de Lemle, como distinto de outros grupos e com produção científica que o autorizava, inclusive, a lançar-se no cenário nacional com um discurso que destacava a diferença e a renovação. Entre esses elementos que auxiliam a busca por uma visão mais dinâmica e, portanto, mais positiva da recepção, estão: a) a criação de instituições que são reconhecidas como estáveis na concentração de pesquisadores e também na formação de jovens membros do grupo; b) a perenidade dos subgrupos no tempo; mesmo que alterações existam, a comunidade brasileira que se reconheceu como atuante em Gramática Gerativa imprimiu na linguística brasileira o reconhecimento de um outro grupo de especialidade, que não se extinguiu na produção científica; c) a capacidade de atrair novos estudantes; mesmo que o paradigma não atraia mais muitos jovens pesquisadores (BATISTA, 2010), a área continua a se desenvolver e a apresentar propostas de estudo e de colaboração científica internacional, que confirmam a presença do grupo de especialidade na linguística brasileira; d) a comunidade de pesquisadores do programa aponta que a entrada do referencial teórico no Brasil colaborou

para a exploração de dados e fenômenos do português que antes não haviam sido trabalhados nem considerados. Nesse sentido, o grupo de especialidade se reconhece em atividade científica, produzindo uma ciência, derivada de elementos teórico-metodológicos vindos de centros internacionais, mas aplicados à realidade da língua portuguesa (BATISTA, 2010).

Em forma de síntese interpretativa, podemos considerar que:

- a retórica presente no texto de Lemle nos evidencia a presença de uma voz discursiva, veiculadora de um *ethos* específico de um tipo de cientista, que se situa em um domínio conceitual, a saber, aquele que compreendia ciência da linguagem em diálogo com o fazer científico típico do que se reconhecia, na década de 1960, como ciências exatas e naturais. Desse modo, coloca-se em jogo, via linguagem, a circunscrição de um linguista que pratica e divulga o paradigma gerativista de tratamento da linguagem em uma dimensão discursiva que destaca a objetividade do fazer ciência, que determina o recorte bastante específico do seu material de análise, distanciando-se, conseqüentemente, do que era reconhecido em um panorama de ciências humanas para o tratamento de linguagem. Há, nos dizeres desse modo de divulgação da Gramática Gerativa, empreendida por Lemle, um recorte ideológico que especifica uma maneira de fazer ciência, que valida o conhecimento sobre a linguagem elaborado por Noam Chomsky na década de 1960. Esse conhecimento sobre a linguagem humana, veiculado por Lemle, traça uma rede de diálogo não só com Chomsky, mas também com todos os que se filiavam à corrente de pensamento elaborada pelo linguista norte-americano, possibilitando a presença de reconhecimentos de pertencimento que permitiram a formação de um grupo de pesquisadores, que, em suas práticas de pesquisa, institucionalizaram os saberes produzidos;
- a destacada retórica de ruptura adotada por Lemle situa-se em um “horizonte de retrospectação”, ou seja, dialoga com os posicionamentos do próprio Chomsky. Nesse sentido, a descontinuidade proposta com formas de conhecimento já presentes na história da linguística também coloca em circulação, de modo tácito, o que se compreendia como a linguagem humana. Ao divulgar o pensamento chomskiano para um leitor não especializado, a retórica servia a uma função peculiar, a de tornar público saberes de natureza mais acadêmica (não tão acessível, digamos, a um leitor que não faça parte do grupo de pesquisadores em linguística), daí, também, uma linguagem que, em busca de sua

força persuasiva, lançava mão de uma série de recursos linguísticos que materializavam anseios contextualizados em espaços sociais e institucionais específicos.

Desse modo, com uma retórica articulada essencialmente na perspectiva da ruptura, pois a ciência da linguagem se colocava em um novo estágio a partir das propostas de Chomsky, o texto de Lemle fez história, não à toa permanece como marco inicial no Brasil da recepção às propostas da Gramática Gerativa.

Conclusão

Um discurso programático, como o estabelecido por Lemle na divulgação da proposta gerativista, nos indicia que a retórica adotada estabelece o que se entende como uma pragmática da investigação científica, circunscrita a comunidades específicas. Entender essa prática como ação põe em evidência um modelo de interpretação da ciência e seus desenvolvimentos que, ao colocar em jogo uma série de parâmetros de análise, observa contextos em que se inserem investigações científicas. Assim, colocam-se como aspectos importantes: a) o dialeto técnico dos linguistas e a retórica utilizada ao configurar um discurso programático, também este institucional, pois o discurso localiza e relaciona membros pertencentes a determinadas comunidades de pesquisa; b) as fundamentações teóricas e os procedimentos de análise que particularizam práticas de investigação científica; c) as formas de comunicação dos resultados, configurando a literatura específica de um grupo de pesquisadores vinculados a paradigmas específicos.

Desse modo, considerar a retórica como categoria de análise para a interpretação de períodos da história da linguística define como ponto central de observação o discurso dos cientistas da linguagem. Na dimensão pragmático-discursiva que esse cientista delimita e firma no processo histórico, reconhecemos as marcas de iniciativas sociais e subjetivas que colocam uma prática intelectual e científica em contextos configurados pela própria ação linguística de seus executores, em ressonância com o conceito de atos de fala e com a compreensão da linguagem como ação, no sentido de que os dizeres, localizados e circunscritos em uma dinâmica social, elaboram espaços de inserção científica em contextos mais amplos. Espaços que serão ou não validados por outros pesquisadores, ficando para a história da área como trajetória de sucesso ou fracasso. Espaços delimitados, na perspectiva analítica aqui adotada, pela força de uma retórica de ruptura com outros saberes, como numa chave elementar:

a palavra define esferas de atuação e é dela que saem recortes de identidade de pesquisadores que, mesmo desatentos a essa configuração histórica, fazem de sua busca pelo saber intelectual também uma busca identitária em meio aos discursos que produzem.

Nesse sentido, encontramos eco na indagação de Novaes (1992, p. 12), que nos abre o caminho para futuras reflexões: “Que intenções encarnam e animam as palavras? Que objetos históricos, políticos e culturais são visados pelas palavras?”.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- AUROUX, Sylvain. Les modes d’historicisation. *Histoire Épistémologie Langage*, n. 28, v. I, p. 105-116, 2006.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *A recepção à Gramática Gerativa no Brasil (1967-1983): um estudo historiográfico*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Em busca de uma história a ser contada: a recepção brasileira à gramática gerativa. *Revista da Anpoll*, n. 29, p. 259-291, 2010.
- BORGES Neto, José. Filosofia da Linguística. In: Gonçalves, Adair Vieira; Góis, Marcos Lúcio. (Org.) *Ciências da linguagem: o fazer científico*. v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 35-63.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Trad. de Denice Barbara Catani de conferência e debate organizados em março de 1997. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1965.
- DASCAL, Marcelo. Epistemologia, controvérsias, polêmicas. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 12, p. 73-98, 1994.
- DASCAL, Marcelo. Types of polemics and types of polemical moves. In: Capone, A. (ed.). *Perspectives on Language Use and Pragmatics: A Volume in Memory of Sorin Stati*, München: Lincom, 2010, p. 77-97.
- DUTRA, Luiz H. *Pragmática da investigação científica*. São Paulo: Loyola, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves do orig. francês de 1969. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Sel. e ed. de textos de R. Kemmler e C. Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.
- KUHN, Thomas S. *A tensão essencial*. Trad. de Marcelo A. Penna-Forte do orig. inglês de 1977. São Paulo: Unesp, 2011.
- LEMLE, Miriam. O novo estruturalismo em linguística: Chomsky. *Tempo Brasileiro*, n. 15-16, p. 51-64, 1967.
- LYONS, John. *As idéias de Chomsky*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg do orig. em inglês. São Paulo: Cultrix, 1973.
- MARCONDES Filho, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1992.
- MURRAY, Stephen. *Theory groups and the Study of Language in North America. A social history*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- NARO, Anthony J. (Org.). *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- NARO, Anthony J. Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil. In: _____. (Org.) *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 67-114.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Unesp, 2005.
- NEWMAYER, Frederik. *The Politics of Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- NOVAES, Adalto. Sobre tempo e história. In: Novaes, A. (Org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-18.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Science, Rhetoric, and the Sociology of Knowledge: A Critique of Dascal's Views of Scientific Controversies. In: Wrigley, Michael. *Dialogue, Language, Rationality. A Festschrift for Marcelo Dascal*. Unicamp, 2009. p. 433-464.
- RODRIGUES, Aryon D. Tarefas da linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos*, n.1, v.1, p. 4-15, 1966.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Trad. de Eni Orlandi e et al. Campinas: Pontes, 1993.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*, n. 44-45, 2013.
- SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografia linguística. In: Zumbado, C. et al. (Eds.) *Nuevas aportaciones a la historiografia lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna, 22 al 25 de octubre de 2004. Madrid: Arco Libros, 2005. p. 113-146.

ZIMAN, John. *O conhecimento público*. Trad. de Regina Regis Junqueira do orig. inglês de 1968. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

Recebido em 28 de agosto de 2015.

Aceito em 27 de outubro de 2015.

O TRATAMENTO DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS NA GRAMATICOGRAFIA DO PORTUGUÊS (SÉCULOS XVI-XVII)

Rogelio Ponce de León Romeo

Universidade do Porto

rromeo@letras.up.pt

RESUMO:

No artigo é analisada, nas obras metagramaticais do português dos séculos XVI e XVII, a descrição dos pronomes pessoais átonos. Partindo de trabalhos que, entre outros aspetos, abordam com algum pormenor o pronome na tradição gramatical do português, é estudado o grau de gramatização das formas em estudo, bem como, no caso de elas aparecerem registadas, o discurso gramatical acerca delas, tanto no que se refere à descrição como à prescrição, e os paradigmas em que se integram.

PALAVRAS-CHAVE:

Pronomes pessoais átonos – Gramaticografia do português – Séculos XVI e XVII

ABSTRACT:

This paper analyzes the description of clitic pronouns in the metagrammaticals works of the Portuguese language of the 16th and 17th centuries. Based on works that, among other aspects, discuss in some detail the pronoun in the gramatical tradition of Portuguese language, it is studied the degree of gramatization of the forms, as well as the grammatical speech about them regarding the description, the prescription and the paradigms in which they are integrated.

KEYWORDS:

Clitic pronouns – Portuguese grammaticography – 16th and 17h centuries

Introdução

O pronome constitui uma classe de palavras que, na tradição gramatical do português, tem vindo a ser descrita de maneira, por assim dizer, instável; a este respeito, Barbara Schäfer-Priess esclarece que:

[...] a classificação dos pronomes tem sofrido oscilações. No âmbito dos sistemas octádicos tradicionais constituem uma parte do discurso própria, mas nos autores com sistemas triádicos formam um subgrupo subordinado ao nome, acabando por desaparecer, nos autores influenciados pela *Grammaire Générale*, integrado nas classes “adjectivo” e “substantivo” (SCHÄFER-PRIESS, no prelo, p. 133).

Esta circunstância não é específica da gramaticografia da língua portuguesa; na Península Ibérica, pode também ser detetada, na tradição gramatical do castelhano, como evidenciou, na sua tese de doutoramento, M^a Dolores Martínez Gavilán, a propósito das gramáticas publicadas no século XVII. De acordo com esta investigadora, verifica-se:

en la teoría gramatical española del siglo XVII falta de unanimidad [...] en lo que se refiere a la situación que ocupa el pronombre dentro de las partes de la oración, pues, contra la postura mayoritariamente seguida –la que ve en él una clase primaria de palabras–, se alza la opinión –minoritaria– de los que lo clasifican dentro del nombre, no atribuyéndole más condición que la de ser una mera subclase nominal (MÁRTINEZ GAVILÁN, 1989, p. 333).

Esta falta de unanimidade – tanto na tradição gramatical do português, como na do castelhano – é ainda reconhecida pelas autoras referidas (Schäfer-Priess, no prelo, p. 142; Martínez Gavilán, 1989, p. 178; Martínez Gavilán, 2007, III, p. 2933) no atinente à descrição do artigo, o que não deve admirar, dada a íntima relação categorial – como se pode já observar na tradição gramatical grega e latina (Sarmiento, 1996, I, p. 211-212; Escavy, 2002, p. 31; Martínez Gavilán 2007, III, p. 2934-2935; ROMEU, 2008, p. 134-138) – entre artigos e pronomes.

No quadro da tradição gramatical do português, a instabilidade na descrição a que me acabo de referir, bem como essa *zona gramatical de indefinição* entre as categorias de artigo e de pronome, pode perfeitamente ser aplicada ao conjunto de formas sobre as quais versa o presente trabalho: os pronomes

peçoais átonos, também designados, na gramaticografia contemporânea, como pronomes oblíquos átonos, pronomes clíticos ou clíticos especiais, cuja descrição – e eventual gramatização – será analisada, nas seguintes linhas, nas obras metagramaticais centradas na língua portuguesa, publicadas nos séculos XVI e XVII.

1. Os pronomes pessoais átonos na gramaticografia contemporânea do português: critérios de descrição e teorização linguística

Antes, não obstante, de passar a analisar o corpus de textos metagramaticais quinhentistas e seiscentistas, parece-me pertinente apresentar uma síntese dos critérios de caracterização subjacentes nas gramáticas do português publicadas nos últimos cinquenta anos, por forma a tratar de estabelecer aproximações, na abordagem dos pronomes pessoais átonos, entre a *moderna* descrição gramatical e as *antigas* considerações sobre estas unidades, tecidas pelos primeiros autores que se ocupam da língua portuguesa, sem qualquer pretensão – convém sublinhar este aspeto – de influência destes sobre aquelas.

A descrição gramatical que é realizada nas gramáticas da língua portuguesa, publicadas nos últimos 55 anos, pode ser sintetizada no seguinte quadro:

	Inventário	Descrição fónica	Função sintática	Variedades dialetais	Variante combinatórias	Variedades diastráticas	Colocação	Relação com os artigos	Teorização linguística
VÁZQUEZ CUESTA & LUZ, 1971 (1949), II, p. 41-45, 151-172	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
CUNHA & CINTRA, 1994 (1984), p. 278-318	Sim	Sim	Sim (oblíquos átonos)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
NEVES, 2000, p. 449-489	Sim	Sim	Sim (oblíquos átonos)	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
BRITO, DUARTE & MATOS, 2003 (1983), p. 795-867	Sim	Sim	Sim (formas acusativas e dativas)	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
AZEREDO, 2008, p. 175-176, 551	Sim	Sim	Sim (oblíquos átonos)	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
BECHARA, 2009 (1961)	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
MATTOS E SILVA, 2013, I, p. 152-153; RAPOSO 2013, I, p. 897-913	Sim (canónico e reformulado)	Sim	Sim (formas acusativas e dativas)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim

Quadro 1

No Quadro 1 pode observar-se que, nos capítulos das gramáticas consultadas dedicados à descrição dos pronomes pessoais, são desenvolvidos, no que diz respeito às formas átonas, tópicos comuns, que, de resto, também se

poderiam detetar em gramáticas anteriores; sobressaem, além do inventário – habitualmente configurado em torno dos eixos da pessoa gramatical, da função sintática e do facto de as formas serem tónicas ou átonas –, a descrição das funções sintáticas, das variantes combinatórias, da colocação, bem como o registo de variedades diatópicas, diastráticas e – em certos casos – diacrónicas. No entanto, parecem-me mais interessante certos aspetos que são abordados por um reduzido grupo de gramáticas; estou a referir-me à abordagem que certas obras apresentam sobre a relação – ou até a identidade – entre os pronomes pessoais átonos de 3.^a pessoa em função de CD e os artigos; relação, provavelmente, favorecida pela mesma origem etimológica (Nunes, 1956, p. 250; Huber, 2006, p. 175-176). Com efeito, esta questão é abordada – se bem que de forma diferente – em duas gramáticas – as duas obras que, por sinal, tal como se pode observar no Quadro I, analisam os pronomes clíticos numa perspetiva linguística (generativa) –:

- i) Por um lado, no capítulo correspondente à 5.^a edição da *Gramática da língua portuguesa*, da autoria de Ana Maria Brito, Inês Duarte e Gabriela Matos, é indicada a relação de tipo formal entre os pronomes pessoais átonos e as formas de artigo, se bem que sejam, a seguir, sublinhadas as divergências entre as segundas – que são designadas de *clíticos especiais* – e as primeiras – que são denominadas como *clíticos simples* –:

Esta correlação [aquela que se dá entre as formas do artigo definido e os pronomes clíticos] é [...] historicamente reconhecida em relação às terceiras pessoas do pronome não-reflexo, pois tanto o artigo como o pronome clítico provêm do acusativo do demonstrativo latino *ille, illa, illud*.

Porém, a semelhança entre os pronomes clíticos e os artigos não é extensível às restantes formas pronominais: os clíticos de 1.^a e de 2.^a pessoa, bem como os reflexos de 3.^a pessoa, derivam dos pronomes pessoais correspondentes latinos.

Além disso, independentemente da sua origem diacrónica, os pronomes clíticos apresentam na sua globalidade propriedades formais específicas que justificam a designação que lhes foi atribuída de *clíticos especiais*, por oposição às restantes classes de palavras átonas (artigos e preposições) referidos por vezes como *clíticos simples* (Brito, Duarte & Matos, 2003, p. 829).

- ii) Ainda mais interessante me parece a defesa que Eduardo Paiva Raposo faz da identidade entre estas formas, tal como se pode ler no seguinte fragmento:

Alguns linguistas [...] consideram que a identidade morfológica entre o artigo definido [...] e os pronomes pessoais acusativos [...], acrescida do facto de uns e outros se caracterizarem pelo traço semântico [+definido], justifica concluir que se trata da mesma forma gramatical, e não de formas homófonas pertencentes a duas classes distintas. Nessa análise, os pronomes pessoais acusativos são artigos definidos (logo, sem qualquer componente semântica nominal) que ocorrem em sintagmas nominais elípticos, i.e., com um nome omitido mas recuperável a partir do contexto situacional ou discursivo. Assim, num contexto em que o meu cão está presente ou foi mencionado no discurso anterior, a frase *leve-i-o ao veterinário* manifesta a elipse do grupo nominal do complemento direto [...], grupo nominal esse que é recuperado contextualmente [...]. Ou seja, o “pronome pessoal clítico acusativo” não é mais do que o artigo definido de um sintagma nominal elíptico (Raposo, 2013, I, p. 909-910).

Na verdade, Raposo estabelece uma divisão dos pessoais átonos em duas categorias: nos pronomes pessoais, integram-se as formas oblíquas de primeira e segunda pessoa, do singular e do plural, bem como a forma dativa de 3ª pessoa, também do singular e do plural; por seu turno, as formas acusativas de terceira pessoa são consideradas artigos definidos. De facto, de acordo com as seguintes palavras do investigador a seguir reproduzidas:

Nesta análise, a forma *o* tradicionalmente considerada como “pronome demonstrativo” também não se distingue da forma *o* tradicionalmente considerada como “pronome pessoal”, sendo ambas reduzidas ao artigo definido: a diferença reside apenas no facto de, no caso do “pronome pessoal”, se omitir a totalidade do grupo nominal, ao passo que, no caso do “pronome demonstrativo”, apenas se omite parte do grupo nominal (o nome ou um grupo mais pequeno contendo o nome), ficando algum material lexical “remanescente” [...]. Dado que o artigo definido é um clítico (i.e. um elemento sem acento prosódico atribuído no léxico), precisa de um “hospedeiro” prosódico apropriado [...]. Esse hospedeiro é normalmente o material linguístico que segue o artigo dentro do sintagma nominal [...]. Quando apenas o nome do sintagma nominal é omitido por elipse, a primeira unidade

acentuada do material “remanescente” [...] serve de “hospedeiro” do artigo [...]. Como vimos, neste contexto, o artigo definido é chamado “pronomo demonstrativo” na gramática tradicional. Quando todo o grupo nominal é elidido, o artigo tem de integrar-se prosodicamente no verbo [...]. Neste contexto, o artigo definido é chamado “pronomo pessoal” (clítico) na gramática tradicional (Raposo, 2013, I, p. 910),

podem ser estabelecidos três contextos de ocorrência deste *artigo definido*, condicionados pela elipse e pelo facto de esta ser parcial ou total: a) no primeiro caso, em que o “hospedeiro” não é elidido, estaríamos perante as formas designadas pela tradição gramatical como artigos definidos *stricto sensu* –; b) quando a elipse do sintagma nominal é parcial, tratar-se-ia então do “pronomo demonstrativo”; c) quando, enfim, a elipse do sintagma nominal é total, então o *artigo definido* identificar-se-ia com o pronomo clítico. Estes contextos podem, por conseguinte, ser exemplificados da seguinte forma:

- a) Grupo nominal pleno: *Tenho o livro do João* (i.e. “artigo definido”);
- b) Elipse parcial do grupo nominal: *Tenho o Ø do João* (i.e. “pronomo demonstrativo”);
- c) Elipse total do grupo nominal: *Tenho-o Ø* (i.e. “pronomo pessoal átono”).

A abordagem referida dos pronomes clíticos acusativos de 3ª pessoa defendida por Eduardo Paiva Raposo não é consensual entre os linguistas; é preciso considerar, a este respeito, como acabamos de ver, as reservas de Ana Maria de Brito, Inês Duarte & Gabriela Matos, quanto à identidade formal entre os artigos definidos – ou, para as autoras, clíticos simples – e as formas pessoais acusativas de 3ª pessoa – ou clíticos especiais – (Brito, Duarte & Matos 2003: 829-831). Contudo, a análise de Eduardo Paiva Raposo parece-me extremamente sugestiva, especialmente se atentarmos – de forma, talvez, paradoxal... – na gramaticografia da língua portuguesa dos séculos XVI e XVII, na qual as formas em análise no presente estudo se integram numa zona gramatical intercategorial, que abrange a classe de artigo e a de pronomo pessoal. Desta forma poderíamos notar – de forma paradoxal... – certa aproximação – sem pretender invocar, de maneira nenhuma, quaisquer relações de influência – entre a abordagem de Raposo e aquela que, como veremos a seguir, apresenta, por exemplo, Fernão de Oliveira (1507-ca. 1581).

2. Os pronomes pessoais átonos na gramaticografia do português de Quinhentos e Seiscentos

No corpus de textos metagramaticais analisados dos séculos XVI e XVII, procedeu-se, como nas obras consultadas na secção anterior, a deduzir os parâmetros de descrição habituais no que toca à questão em estudo. Os resultados podem ser observados no Quadro II. Importa salientar, a este respeito, que, em todas as obras, é incluído um inventário de formas pronominais átonas, se bem que se apresente, na maior parte dos casos, de forma parcial; isto é: a relação de formas apenas dizem respeito às unidades correspondentes à 1ª e 2ª pessoa do singular e do plural – dado que pronome correspondente à 3ª pessoa (*elle*), como veremos nas linhas seguintes, é habitualmente considerado um (pro) nome relativo. Parece ainda haver unanimidade no registo da função sintática, através da atribuição de caso – embora, no caso de Fernão de Oliveira, apenas haja a constatação de que as formas pessoais são utilizadas em certas funções sintáticas, sem indicar quais –, bem como no registo da relação – seja ela qual for – de identidade – ou não – com as formas de artigo definido; os gramáticos, com a exceção de João de Barros (1496-1570), descrevem também, de forma mais ou menos completa, a colocação destas unidades, assim como o facto de elas serem átonas (neste ponto, também se deve excetuar Amaro de Roboredo). Há apenas, por outro lado, referência às alterações fonéticas das formas átonas em posição enclítica e mesoclítica no tratado de Fernão de Oliveira e na gramática de Bento Pereira (1605-1681). Não parece haver, enfim, indicação de outros tipos de variedades, nem de teorização linguística propriamente dita, centrada nos pronomes pessoais átonos.

	Inventário	Descrição fónica	Função sintática	Variedades dialetais	Variantes combinatorias	Variedades diastráticas	Colocação	Relação com os artigos	Teorização linguística
OLIVEIRA, 2012 (1536)	[Sim]	[Sim]	[Sim(?)]	Não	[Sim]	Não	[Sim]	[Sim]	Não
BARROS, 1540	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
ROBOREDO, 2007 (1619)	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
PEREIRA, 1672	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	[Sim]	Não

Quadro II

[Sim] = critério apresentado e/ou descrito, mas não gramatizado

O facto de, como foi referido, as obras gramaticais reproduzirem parcialmente, no inventário, as formas átonas, considerando apenas aquelas de 1^a, 2^a e 3^a pessoa (nesta última, apenas *se*), e de as formas acusativas de 3^a pessoa serem descritas como uma subclasse próxima às formas dos artigos definidos indicia um aspeto sobre estas unidades que, no âmbito do presente trabalho, julgo relevante; a saber: que, nos primeiros textos metagramaticais, os pronomes pessoais átonos propriamente ditos ainda não existem como subclasse; com efeito, estas formas são analisadas pelos gramáticos como unidades, por assim dizer, intercategoriais – até, talvez, ao aparecimento editorial da *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (Lyon, 1672), do jesuíta Bento Pereira –; ou, por outras palavras, os átonos oblíquos enquadram-se em duas sublasses: i) as formas acusativas e dativas de 1^a e 2^a pessoa integram-se nos pronomes pessoais; ii) as formas acusativas de 3^a pessoa são analisadas, segundo os autores, como artigos relativos ou como nomes relativos. Esta posição é coerente com a tradição gramatical latina, na qual se baseiam os gramáticos portugueses estudados.

Um caso sobejamente conhecido é a abordagem sobre as formas em estudo apresentada na *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Lisboa, 1536) de Fernão de Oliveira. Antes de mais, como se observa no Quadro II, importa sublinhar que, neste tratado gramatical, os pronomes pessoais não parecem estar gramatizados como subclasse de palavras, apesar de serem descritos, como já foi referido pelos investigadores (NETO, 1992, p. 128; FERNANDES, 2007/2008, p. 129; ROMEU, 2008, p. 45), com base na referência à atribuição de casos, e parcialmente inventariados no comentário que a seguir se reproduz:

[...] τ cõ tudo nos també temos casos em tres pronomes: os quaes são .eu.me.mi.tu.te.ti.se.si. no premeiro destes o derradeiro caso ã e mi. alghũs o acabão co esta letras .til. assi mĩ: porç estes nomes teuerão casos: mais ã outros em outro tempo τ obra diremos (Oliveira, 2012 [1536], p. 184),

o que não é de admirar, visto que a *Grammatica* de Oliveira não parece ser, em rigor, como já puseram em relevo alguns investigadores (BUESCU, 1978, p. 52; BUESCU, 1984, p. 15; Schãfer-Priess, no prelo, p. 4; KEMMLER, 2007, p. 378; PONCE DE LEÓN, 2013, p. 39-40), uma gramática (isto é: uma *arte de gramática*, com as secções constituintes habituais nesta classe de obras). Pese embora estas considerações, na obra de Oliveira são analisados, de maneira muito relevante, certos aspetos – registados, é verdade, de forma fragmentária

–, a respeito das formas em estudo, como a indicação das variantes combinatórias das formas acusativas de 3ª pessoa: por exemplo, a forma *lo* em ênclise: “Tambem nesses verbos quãdo despoys das pessoas que acabão em .s. vem logo artigo mudamolo .s. em .l. como mudamolo por mudamos o: τ amaylo vosso deos: por amays o vosso deos” (Oliveira, 2012 [1536], 104), ou em mesóclise – ou, em palavras de Oliveira *antreposição* –:

[...] no.do.polo τ co: são cõpostos ou jũtos .do.quando sinifica de.o. como venho do estudo .venho do paço. τ polo quando sinifica por.o. como por o amor de deus. τ no por ã.o. τ co. por cõ.o. τ anto por ãte o meu deus. τ não somẽte estas τ outras composições se fazem com os artigos, mas também antreposições muitas vezes como .diloemos. por diremos.o. amaloiamos por amaríamos.o. τ com tudo nestas antreposições aquelle artigo .o. que se assi antrepõe he relativo: alghũ tanto diferente daqueloutros (Oliveira, 2012 [1536], p. 168).

Do fragmento reproduzido, deve ser salientado um aspeto que julgo relevante; estou a referir-me à classificação das formas acusativas de 3ª pessoa como artigos relativos; ou, por outras palavras, como uma subclasse integrada no artigo, tal como já foi mostrado por outros autores (NETO, 1992, p. 123-124; COSERIU, 2000, p. 43; ROMEU, 2008, p. 145-146). A consideração de Oliveira destas formas como artigos relativos, longe de me parecer errada – como afirma, a meu ver, erradamente Eugen Coseriu¹ – parece-me totalmente coerente com a matriz gramatical – muito provavelmente a *Gramatica castellana* (Salamanca, 1492) de Antonio de Nebrija (1444-1522) (1989 [1492]: 194) – subjacente na obra do humanista português.

A posição intercategoriaal dos pronomes pessoais átonos (analisados, segundo as formas, como pronomes pessoais ou relativos), não parece gramatizar-se até à publicação da *Gramatica da lingua portuguesa* (Lisboa, 1540) de João de Barros, autor que, por um lado, caracteriza e analisa certos aspetos dos pronomes

¹ “Muito exactas são também as indicações de Oliveira quanto às assimilações [...], embora interprete neste contexto os pronomes pessoais **o**, **os** erradamente como ‘artigos’” (COSERIU, 2000, p. 43). Negrito do original. O trabalho citado de Eugen Coseriu é, em minha opinião, construído de juízos de valor – uns positivos, outros negativos – na ótica do linguista moderno, que o afastam do rigor e do distanciamento que deveria ter um estudo no âmbito da historiografia linguística.

personais – caracterizados pelo autor, na verdade, como pronomes demonstrativos (BARROS, 1540, f. 15v) – e apresenta o quadro em torno dos eixos do caso e da pessoa verbal (no singular e no plural), incluindo nele as formas átonas, no caso acusativo, *me, nós, te, uós, se* (BARROS, 1540, f. 16r.); relativamente à forma dativa *lhe*, não parece que se tenha gramatizado, sem bem que, dada a caracterização de *elle*, se possa inferir que é analisada como pronome relativo: “Eu, nós, tu, uós, este, estes, sam demõstratiuos: por ã cásy demõstrã a cousa [...]. Elle, esse cõ seus pluráles chamã relatiuos: por fazerẽ relaça e lãbrança da cousa dita, posto ã o seu pãcipal ofiço seia demõstratiuo” (BARROS, 1540, f. 15v). Por outro lado, de maneira clara, indica, embora não apresente o quadro de formas acusativas de 3ª pessoa, a forma *a* como nome relativo (NETO, 1992, p. 148), segundo se pode ver no seguinte fragmento:

Do nome Relatiuo e Antecedente.

Pode ser tãbem calidãde² em o nome, aquillo per que o relatiuo se apãrta do antecedente. E chamamos relatiuo aquella parte que faz lembraça[sic] de algum nome que fica atrás: e este tal se chama antecedente, per semelhante exemplo, os hómẽes que amam a uerdãde, folgam de ã tratar em seus negócios. Os hómẽes estam aquy por antecedente deste, que, o qual ẽ relatiuo dos hómẽes por fazer deles lembrãça e relaçam. E assy a uerdãde tãbẽm ẽ antecedete deste relatiuo, ã, que faz della relaçam: por que em dizer de ã tratar, digo de tratar adita uerdãde (Barros 1540: f. 6r/v).

Segundo se pode apreciar no passo reproduzido, Barros apresenta, para os pronomes pessoais átonos de 3ª pessoa em função de CD, uma proposta diferente da abordagem de Fernão de Oliveira, porquanto aquele estabelece uma diferenciação clara entre os artigos – aos quais dedica um capítulo (BARROS, 1540, f. 12r/v) – e as formas acusativas, que são integradas na classe do nome

² Schäfer-Priess caracteriza, a propósito da *Gramatica castellana* nebrissense, este acidente do nome da forma seguinte: “a «qualidade» contém a distinção entre nome próprio e nome comum ou genérico bem como [...] entre substantivo e adjectivo, e entre *relativo* e *antecedente*” (no prelo, p. 117).

relativo³. Esta análise parece reforçar-se⁴ quando o autor descreve, na ortografia, os diferentes usos do <a> e <o> *pequenos* (BARROS, 1540, f. 43v, 44v/45r); sirva como exemplo os contextos do fonema vocálico médio arredondado [α] como artigo e como relativo:

A, pequeno tem três offiços, serue per sy só de artigo feminino: e de relatiuo do mesmo género, e em côposiçám das outras letras. De Artigo como, a matéria bẽ feita apraz ao mestre. Serue de relatiuo, per semelhante exemplo, essa tua palmatória se â eu tomár farteey lêbrár esta rēgra, e em tâ tem necessidade daquele espirito que lhe ues encima pera diferença dos outros officios (BARROS, 1540, f. 43v).

Parece, por conseguinte, claro o distanciamento gramatical de Barros – muito provavelmente influenciado, pese embora a opinião de José Antônio Neto (1992, p. 148), pela gramática castelhana de Nebrija⁵ – a respeito da proposta de Oliveira sobre os *artigos relativos*.

³ Não posso concordar, por conseguinte, com M^a Helena Carvalhão Buescu quando, no confronto entre a gramática barrosiana e a de Nebrija, refere que “tal como Nebrija, e usando a sua terminologia, Barros inclui os *relativos* nos adjectivos; apresenta, contudo, exemplificação diferente” (BUESCU, 1984, p. 89). Na verdade, Barros estabelece diferentes subclasses da categoria de nome; uma delas é a de nome substantivo e nome adjectivo; outra, sem aparente relação com a anterior, é a de nome relativo e nome antecedente; o gramático estabelece, aliás, uma tipologia do nome relativo em *relatiuos de sustança* e *relatiuos de açidente* (BARROS, 1540, f. 6v/7r). Parece-me que os primeiros – chamados de substância “por fazerem lembrança de nome sustantiuo” (BARROS, 1540, f. 6v) – dificilmente se poderiam analisar como adjectivos...

⁴ José Antônio Neto refere, a propósito desta questão, que “it is Buescu’s contention that it was common to find the inclusion of the personal pronoun among the relatives in the French and Italian grammars, although the relatives correspond with the “demonstrative articles.” She adds that it is importante to notice that, already in the sixteenth century, there is a clear distinction between the article and the pronoun and that João de Barros saw that indicated in the orthography: “o, a, os, as, - artigos; ô, â, ôs, âs – pronomes” (Buescu in BGP [i.e. a edição, ao cuidado de M^a Helena Carvalhão Buescu, da *Gramatica da língua portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971], 302)” (NETO, 1992, p. 148). Infelizmente, não me foi possível consultar a edição referida de Buescu.

⁵ E talvez pelas *Introductiones in latinam grammaticen* nebrissenses, em cujo livro quinto é caracterizado o (*nomen*) *relatiuum*: “Relatiuum est quod rem antecedentem refert. Et est duplex. Substantiae & accidentis. Relatiuum substantiae est: quod refert antecedens substantium [...]. Relatiuum accidentis est: quod refert antecedens adiectiuum” (NEBRIJA, 1525, f. lxxvii r) (Relativo é aquele que se refere ao antecedente. É de dois tipos: de substância e de acidente. Relativo de substância é aquele que se refere a um antecedente substantivo [...]. Relativo de acidente é aquele que se refere a um antecedente adjectivo”. A tradução deste texto latino, bem como dos seguintes, é da minha autoria.

A abordagem que, sobre as formas pessoais átonas, apresenta Amaro de Roboredo no seu *Methodo grammatical para todas as linguas* (Lisboa, 1619) parece integrar-se na mesma linha de descrição gramatical que aquela que propõe Barros, não obstante haver, como é bem conhecido, entre os dois autores, uma grande distância quanto à matriz teórica adotada nas suas obras gramaticais, incluindo – como se verá a seguir – a análise dos pronomes. No que diz respeito às formas acusativas de 3ª pessoa, Roboredo estabelece, à semelhança de Barros e diferentemente de Oliveira, uma distinção clara entre as formas correspondentes à classe de artigo e às de relativo, como se pode observar no seguinte passo:

A este articulo, *O, A*, que mostra o genero dos Sustantivos commūs, a modo da Grega, não responde a Latina com letra algũa; porem quando se pospõi he Relativo, a que responde a Latina com *Is, Ille, &c.* como, o tempo tira a tristeza consumindo a: *Tempus adimit moestitiã, eam consumens, vel consumendo* (Roboredo, 2007 [1619], p. 79).

De facto, mais adiante, o gramático transmontano caracteriza a subclasse dos pronomes relativos, se bem que não recorra a exemplos portugueses, mas latinos: “Relativo he o Adjectivo que refere Sustantivo, ou cousa passada, ou suposta: como, *Qui, Hic, Iste, Ille, Ipse, Is, Idem*” (Roboredo, 2007 [1619], p. 99). Na verdade, para Amaro de Roboredo, o pronome não é, em rigor, considerado uma classe de palavras – como já viram os investigadores (Fernandes, 2002, p. 503; Assunção & Fernandes, 2007, p. lviii; SCHÄFER-PRIESS, no prelo, p. 133, 137) –, mas uma subclasse do nome, como se pode deduzir da seguinte afirmação de Roboredo:

Pronome he nome Adjectivo, do qual vsamos em lugar de Sustantivo Singular, ou Proprio; como saõ: *Hic, Iste, Ille, Ipse, Is*, que saõ Primitivos, & irregulares: outros saõ Derivados, como, *Idem, Meus, Tuus, Suus, Noster, Vester, Nostras, Vestras*. Mas *Ego, Tu, Sui* saõ Pronomes Sustantivos, Primitivos, & irregulares (Roboredo, 2007 [1619], p. 99).

Do passo reproduzido, pode deduzir-se que as formas – tónicas e átonas – que, na gramática moderna, se enquadram na categoria de pronome pessoal são classificadas pelo autor transmontano em duas categorias: por um lado, *ille* – como *hic* ou *is* – é analisado como *nome adiectivo irregular*; por outro, os pronomes *ego, tu, sui* – os pronomes pessoais *stricto sensu* – são considerados

nomes sustantivos irregulares; de uns e outros apresenta inventários no capítulo intitulado *De outros nomes irregulares Portugueses, & Latinos* (Roboredo, 2007 [1619], p. 90-92); na tabela dos *sustantivos irregulares*, apresenta as seguintes formas átonas de 1^a, 2^a e 3^a pessoas: *me, te, nos, Vos, se* – esta última forma no singular e plural – (Roboredo, 2007 [1619], p. 90). No atinente aos *relatiuos*, Roboredo apresenta tabelas com inventários de formas em português e em latim. No último passo reproduzido, Roboredo apresenta apenas formas de pronomes latinos; importa, a este respeito, salientar que, no *Methodo*, é gramatizada – parece que pela primera vez na gramaticografia da língua portuguesa – a forma átona de 3^a pessoa em função de CI *lhe(s)* como correspondência, no singular e no plural, ao dativo do latino *is, ea, id*: “D. a esse *lhe*. Ei [...]. D. a esses *lhes*. Eis vel *ijs*” (Roboredo, 2007 [1619], p. 91). Das formas acusativas de 3^a pessoa, contudo, o autor transmontano não apresenta qualquer quadro, dado que, para os acusativos de *is, ea, id*, o gramático estabelece como correspondência *esse* no singular e *esses* no plural; poder-se-á, talvez, inferir que apareceriam como correspondências das formas acusativas do pronome *ille, illa, illud*, do qual, porém, Roboredo não apresenta tabela.

Linhas acima fiz referência ao facto de o aparecimento editorial da *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* de Bento Pereira constituir um *terminus post quem* na descrição gramatical sobre os pronomes pessoais átonos, no sentido de haver uma aproximação ao sistema atual destas formas, que o autor analisa, se comparado com os gramáticos anteriores, de forma muito pormenorizada (1672: 13-17). Diferentemente de Roboredo, Pereira estabelece o pronome como uma parte da oração⁶, que caracteriza – na esteira, para esta e para outras questões (VERDELHO, 1982; SCHÄFER-PRIESS, 1993, p. 298-302; SCHÄFER-PRIESS, no prelo, p. 19; PONCE DE LEÓN, 2006, p. 16; PONCE DE LEÓN, 2010, p. 190), dos celebérrimos *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572), do jesuíta Manuel Álvares (1526-1583), muito prova-

⁶ Barbara Schäfer-Priess infere dos capítulos morfológicos da *Ars grammaticae* um esquema tripartido das partes da oração: “o primeiro sistema «ternário» verdadeiro encontra-se em Bento Pereira (1672), que – embora sendo um fiel seguidor do seu irmão jesuíta Manuel Álvares, quanto ao mais – não se atém ao sistema octádico do seu modelo [...], antes distinguindo três partes do discurso, implicitamente, através dos capítulos, a que chama *classes*” (SCHÄFER-PRIESS, no prelo, p. 109). Trata-se, com efeito, do nome, do verbo e das *dictiones quae nec sunt nomina, nec verba* (i. e. advérbio, preposição, conjunção e interjeição); A explicação do pronome, por seu turno, é incluída na *Classis I*, que trata dos *nomina*. Apesar de concordar com Barbara Schäfer-Priess na dedução do “esquema global triádico” na proposta de Bento Pereira, é preciso, no entanto, evidenciar a definição do pronome, na *Ars grammaticae*, como *pars orationis*.

velmente através da edição que desta obra elaborou o também jesuíta António Velez, publicada em Lisboa, em 1599 – da seguinte forma: “Pronomen vtriusque nominis substantivi, & adiectivi naturam aemulatur: quia in oratione aliquando subjacet, aliquando adjacet: & definitur pars orationis, quae loco nominis posita certam, determinatamque personam significat”⁷ (Pereira, 1672, p. 13). No atinente às formas pessoais átonas, Pereira apresenta as funções sintáticas desta, através da atribuição de casos:

Notandum [...] idem pronomem [i.e. ‘eu’] admittere frequenter in singulari quendam dativum, vel accusativum extraordinarium, *me*, absque vlla alia partícula v. g. *Nam me curo d’isso*: ou *Nam me curo eu d’isso*. *Nam me vay nada nisso* [...]. Et in plurali nominativus, dativus, vel accusativus *nos* absque vlla partícula, v. g. *nam nós[sic] curamos d’isso*: ou *nam nos curamos nós d’isso* [...]⁸ (Pereira, 1672, p. 14);

descreve ainda, de forma pormenorizada, a contração entre estas unidades: i) *mo(s)*, *ma(s)*:

Etiam loco pronominis *Eu* vtimur his particulis *mo*, *ma* in singulari, & particulis *mos*, *mas* in plurali, sive ante, sive post verbum v. g. *vendeomo muy caro*: ou *muy caro mo vendeo*, idest *o liuro*. *vendeoma muy cara*: ou *muy cara ma vendeo*, id est *a seda* [...]⁹ (Pereira, 1672, p. 14);

ii) *to(s)*, *ta(s)*: “Etiam loco pronominis *tu* vtimur his particulis *To*, *ta*, in singulari: & particulis *tos*, *tas* in plurali: v. g. *Douto de graça*, ou *de graça to dou*, id est *o livro*. *Douta de graça*, ou *de graça ta dou* id est *a seda*

⁷ “O pronome procura imitar a natureza do nome substantivo e do adjetivo, pois na oração umas vezes é a base, outras é adjacente, e define-se como a parte da oração que, em substituição do nome, exprime uma pessoa precisa e determinada”.

⁸ “É preciso notar que o mesmo pronome [i. e. ‘eu’] admite frequentemente um dativo ou acusativo suplementar *me*, sem nenhuma outra partícula; por exemplo, *Nam me curo d’isso*: ou *Nam me curo eu d’isso*. *Nam me vay nada nisso* [...]. E no plural o nominativo, dativo ou acusativo *nos* sem nenhuma outra partícula; por exemplo, *nam nós[sic] curamos d’isso*: ou *nam nos curamos nós d’isso*”.

⁹ “Também em substituição do pronome *eu* usamos as partículas *mo*, *ma* no singular, e *mos*, *mas* no plural, ou antes, ou depois do verbo; por exemplo, *vendeomo muy caro*: ou *muy caro mo vendeo*; isto é: *o liuro*; *vendeoma muy cara*, ou *muy cara ma vendeo*; isto é: *a seda*”.

[...]”¹⁰ (PEREIRA, 1672, p. 15); iii) *volo(s)*, *vola(s)*, cujo segundo elemento Pereira identifica com o artigo do castelhano:

Adde Lusitanos in hoc pronome *elle* iuncto primitivo *tu* saepe uti particulis Castellanis *lo, la, los, las*, v. g. *Eu volo matarey. Eu vola matarey. Ego occidam illum tibi. Ego occidam illam tibi [...]*: vbi pronomen *vos* amittit literam *s*, in vtroque numero¹¹ (PEREIRA, 1672, p. 16).

Dos exemplos apresentados nos fragmentos reproduzidos, pode observar-se que Pereira, embora não descreva explicitamente as possibilidades de colocação das formas pessoais átonas, mostra claramente a ênclise e a próclise, que descreve e gramatiza, estabelecendo os contextos que produzem a próclise e a ênclise, no capítulo correspondente ao verbo:

Notandum est [...] Lusitanos in nostris verbis saepe exprimere dictas três personas *Eu, tu, elle: Nós, vós, eles* per particulas *me, te, se: nos, vos, se [...]*. Hoc facimus duobus modis: primo quando exprimimus dictas personas *Eu, tu, elle: & tunc ponimus dictas particulas me, te, se*, ante verbum, sed in diverso casu, nempe accusativo: v. g. *Eu me envergonho, tu te envergonhas, elle se envergonha [...]*. Ego erubesco, tu erubescis, ille erubescit [...].

Secundo modo quando non exprimuntur dictae personae; & tunc ponuntur dictae particulae post verbum. v. g. *Envergonhome, envergonhaste, envergonhase [...]*. Erubesco, erubescis, erubescit¹² (PEREIRA, 1672, p. 38).

¹⁰ “Também em substituição do pronome *tu* usamos as partículas *to, ta* no singular, e *tos, tas* no plural; por exemplo, *Douto de graça, ou de graça to dou*; isto é: *o livro. Dou ta de graça, ou de graça ta dou*; isto é: *a seda*”.

¹¹ “Deve acrescentar-se que os portugueses, neste pronome *elle*, unido ao primitivo *tu*, com frequência utilizam as partículas castelhanas *lo, la, los, las*; por exemplo, *Eu volo matarey. Eu vola matarey. Ego occidam illum tibi. Ego occidam illam tibi [...]*, nos quais o pronome *vos* perde a letra *s*, no singular e no plural”.

¹² “É preciso notar que os portugueses exprimem com frequência as três pessoas referidas: *Eu, tu, elle: Nós, vós, eles* através das partículas *me, te, se: nos, vos, se [...]*. Isto é feito de duas formas: i) quando exprimimos as formas pessoais *Eu, tu, elle*, então empregamos as partículas *me, te, se* antepostas ao verbo, mas num caso diferente, a saber: acusativo; por exemplo, *Eu me envergonho, tu te envergonhas, elle se envergonha [...]*. Ego erubesco, tu erubescis, ille erubescit [...]; ii) quando não são expressas aquelas formas pessoais, então são empregues as referidas partículas pospostas ao verbo; por exemplo, *Envergonhome, envergonhaste, envergonhase [...]*. Erubesco, erubescis, erubescit”.

A mesóclise, por seu turno, é explicada a propósito das variantes combinatórias das formas acusativas átonas *lo, la, los, las* em ênclise com o infinitivo:

Observandum est [...] quando post verbum infinitivi praesentis, aut imperfecti inservit pro casu verbi pronomen *elle* significatum per diminutiva *lo, la, los, las*, amittunt talia tempora literam *r* v. g. *Quero louvalo, louvala, louvalos, louvalas*, ne dicamus, *Quero louvar a elle, a ella, a elles, a ellas*. Volo laudare illum, illam, illos, illas [...], verum si loco praedictorum diminutivorum ponantur diminutiva *lhe, lhes*, non amittunt literam *r*, v. g. *Quero agradecerlhe, agradecerlhes* [...]. Volo gratificari illi, vel illis. Quando verbum est in modo finito & tempore futuro, tunc additur verbum *ey*, v. g. *amaloey, louvaloey*, amabo illum, laudabo illum¹³ (PEREIRA, 1672, p. 93).

Importa notar, por um lado, que parece haver, no discurso gramatical de Pereira, uma evolução no uso da metalingua referida aos pronomes pessoais átonos – pelo menos aos de 3ª pessoa –, dado que, no capítulo sobre os pronomes, o autor da *Ars grammaticae* utiliza, para designar estas formas, o termo, mais abrangente, de *particulae*, ao passo que, no fragmento reproduzido, pode observar-se o emprego do termo *diminutivum* para designar, parece que de forma restrita, os pronomes clíticos. Por outro lado, das passagens reproduzidas – registadas na *Classis II*, sobre o verbo –, pode concluir-se que Pereira integra o pronome *elle* no sistema de pronomes pessoais e, com ele, os pronomes clíticos de terceira pessoa acusativos e dativos, apesar de, no capítulo em que são explicados os pronomes, Pereira estabelecer, aparentemente, uma divisão implícita entre as formas pronominais de 1ª e 2ª pessoas, cujos paradigmas apresenta em primeiro lugar (PEREIRA, 1672, p. 14-15), e os pronomes *elle, aquelle, este, esse*, cuja explicação se inicia, sintomaticamente, com o introdutor de tópico *quod attinet*, marcando, por conseguinte, uma separação entre os dois grupos de pronomes:

¹³ “É preciso observar que, quando, depois do verbo no infinitivo presente ou no imperfeito, é regido, em substituição do caso do verbo, o pronome *elle* expressado através dos diminutivos *lo, la, los, las*, tais formas de infinitivo perdem a letra *r*; por exemplo, *Quero louvalo, louvala, louvalos, louvalas*, ne dicamus, *Quero louvar a elle, a ella, a elles, a ellas*. Volo laudare illum, illam, illos, illas [...]; contudo, se em lugar dos referidos diminutivos é empregue o diminutivo *lhe, lhe*, não perdem aquela letra; por exemplo, *Quero agradecerlhe, agradecerlhes* [...]. Volo gratificari illi, vel illis. Quando o verbo está no infinitivo e no tempo futuro, então é acrescentado o verbo *ey*; por exemplo, *amaloey, louvaloey*, amabo illum, laudabo illum”.

Quod attinet ad pronomina *elle, aquella, este, esse*, praeter suam declinationem, qua assimilantur nominibus adjectivis, habent suam peculiarem, & frequentem irregularitatem, quae a nobis exponi debet. Pronomem *elle* saepe ponitur in oratione, & declaratur in singular per particulam *lhe*, & in plurali per particulam *lhes*; & tunc aliquoties illi iungitur casus *a elle*, ou *a elles*: aliquoties non iungitur: v. g. *Nam se lhe dâ d'isso*: ou *Nam se lhe dâ a elle d'isso* [...] Non curat de hoc.

Notabis particulam *o* aliquando aequipollere his particulis *a elle*, & particulam *os* his particulis *a elles*, v. g. idem valet *Eu o matarey* atque haec, *Eu o matarey a elle* [...]. Quod procedit etiam de particulis *a, as* in ordine ad idem pronomen *ella, ellas* in genere foeminino vtriusque numeri [...] ¹⁴ (Pereira, 1672, p. 16).

Seja como for, o próprio autor, no capítulo dedicado à sintaxe, não parece distinguir os pronomes clíticos dos artigos, já que designa os primeiros como *articuli* (PEREIRA, 1672, p. 201).

Conclusão

Na conclusão do presente trabalho, importa sublinhar que as obras analisadas dão conta da evolução, na descrição gramatical, do sistema das formas que na atualidade se designam como pronomes pessoais átonos, condicionados, no caso de Oliveira, Barros e Roboredo, pelo peso da matriz gramatical subjacente – diferente segundo os casos: em Oliveira e Barros podemos entrever a gramática castelhana (e talvez a latina) de Nebrija; em Roboredo, é bem conhecida a influência de Francisco Sánchez de las Brozas –. Interessa especialmente a proposta de Bento Pereira, porquanto, pese embora a influência dos alvaresianos *De institutione grammatica libri tres* na caracterização do pronome como *pars orationis*, Pereira impulsa, a partir da comparação entre o português e o latim, a reorganização do sistema dos pronomes clíticos, equiparando as formas acu-

¹⁴ “No que toca aos pronomes *elle, aquella, este, esse*, para além da sua declinação, pela qual se assemelham aos nomes adjectivos, apresentam a sua peculiar e repetida irregularidade que vamos expor. O pronome *elle* com frequência é empregue na oração e declarado no singular através da partícula *lhe*, e no plural através da partícula *lhes*; então às vezes une-se ao sintagma *a elle*, ou *a elles*; às vezes não se une: por exemplo, *Nam se lhe dâ d'isso*: ou *Nam se lhe dâ a elle d'isso* [...] Non curat de hoc.

Deve notar-se que a partícula *o* às vezes tem o mesmo valor que as partículas *a elle* e *os* que as partículas *a elles*; por exemplo, é o mesmo *Eu o matarei* que *Eu o matarey a elle* [...]. Isto serve também para as partículas *a, as* no que se refere ao mesmo pronome *ella, ellas*, no género feminino do singular e do plural”.

ativas da 3ª pessoa – bem como as formas dativas *lhe/lhes* – aos pronomes de 1ª e 2ª pessoas. As obras gramaticais analisadas, por conseguinte, fornecem-nos dados valiosos de umas unidades, que até agora não tinham requerido (muito) a atenção dos investigadores.

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo. Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos. In: *Methodo Gramatical para todas as Linguas* de Amaro de Roboredo. Edição facsimilada. Prefácio e introdução por Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007, p. xi-cii.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BARROS, João, *Gramática da língua portuguesa*, Lisboa, Luís Rodrigues, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/12148>. Acesso em 10 de ago. 2015.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Tipologia e distribuição das expressões nominais. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed., revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, p. 795-867.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / M.E.C., Secretaria de Estado da Cultura, 1978.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa*. Século XVI. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- COSERIU, Eugenio. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In “Introdução” à *Gramática da linguagem portuguesa (1536)* de Fernão de Oliveira. Edição de Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000, p. 29-60.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 10ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1994.
- ESCAVY, Ricardo. *Ideas lingüísticas hispánicas*. De San Isidoro a Ortega. Murcia: Universidad de Murcia, 2002.
- FERNANDES, Gonçalo. *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas*. Dissertação (Doutoramento) – Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2002.

- FERNANDES, Gonçalo. As gramáticas do português de Fernão de Oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672). *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, n. 33/34, 2007/2008, p. 127-141.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. 2ª ed. da tradução portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- KEMMLER, Rolf. *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes. Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, 2007.
- MARTÍNEZ GAVILÁN, M^a Dolores. *Las ideas lingüísticas en España en el siglo XVII: Los tratados gramaticales*. 1989, 664p. Dissertação (Doutoramento) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de León, León.
- MARTÍNEZ GAVILÁN, M^a Dolores. La relación entre el artículo y el pronombre en la teoría gramatical del siglo XVII. In CANO LÓPEZ, Pablo et al. (eds.). *Actas del VI Congreso de Lingüística General (Santiago de Compostela, 3-7 de mayo de 2004)*. Madrid: Arco/Libros, 2007, vol. III, p. 2933-2945.
- NEBRIJA, Antonio de. *Introductiones in latinam grammaticen*. Alcalá de Henares: Miguel de Eguía, 1525. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/102604>. Acesso em 5 de ago. 2015.
- NEBRIJA, Antonio de. *Gramática de la lengua castellana*. In: QUILIS, Antonio (ed.). Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1989.
- NETO, José Antônio. *A comparative study of the Spanish grammar by Antonio de Nebrija and the first two Portuguese grammars by Fernão de Oliveira and João de Barros*. Dissertação (Doutoramento) – Schools of Arts and Sciences, Catholic University of America. Ann Arbor: UMI Dissertation Services, 1992.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. 5ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1956.
- OLIVEIRA, Fernão de, *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Germão Galharde, 1536. (Edição consultada: *Gramática da linguagem portuguesa*. Fac-símile, introdução e edição actualizada e anotada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.)
- PEREIRA, Bento, *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*. Lyon: Laurent Anisson, 1672.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio. Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (Lyon, 1672) de Bento Pereira (S. I.). *Forma y función*, 19. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. p 11-30.

- PONCE DE LEÓN, Rogelio, Gramáticas, comentários, tratados e adaptações: tipologia textual e teoria gramatical (séculos XVI e XVII). *Revista de Letras*. Série II, 12. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2013. p. 39-53.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio, Gramáticas, comentários, tratados e adaptações: tipologia textual e teoria gramatical (séculos XVI e XVII). *Revista de Letras*. Série II, 12. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2013. p. 39-53.
- RAPOSO, Eduardo P. et al. *Gramática do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols., 2013.
- ROBOREDO, Amaro, *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619. (Edição consultada: *Methodo Gramatical para todas as Linguas*. Edição facsimilada. Prefácio e introdução por Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.)
- RUMEU, Márcia Cristina de B. A categoria “pronome” na construção da metalinguagem no português. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 1. São Carlos, SP: UFSCar, 2008, p. 129-159.
- SARMIENTO, Ramón. Historia, problemas y función de ‘una partecilla’ de nuestra lengua. In CASADO VELARDE, Manuel et al. *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*. A Coruña: Universidade da Coruña, 1996, vol. I, p. 209-235.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara (1993). “Die Verbalmodi in den Grammatiken von Manuel Alvares (1572) und Bento Pereira (1672)“, *Historiographia Linguistica*, 20/2-3. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993, p. 283-308.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara. *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e actualizada pela autora, no prelo.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar; LUZ, M^a Albertina Mendes da. *Gramática portuguesa*. 3^a ed. corrigida y aumentada por Pilar Vázquez Cuesta. Madrid: Gredos, 1971.
- VERDELHO, Telmo. Historiografia lingüística e reforma do ensino: a propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal. *Brigantia. Revista de Cultura*, II, 4, Bragança: Assembleia Distrital de Bragança, 1982, p. 347-383.

Recebido em 11 de agosto de 2015.

Aceito em 22 de outubro de 2015.

UNIVERSALIZAÇÃO DE CONCEITOS LINGUÍSTICOS COMO ETAPA DA CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA – CONTRIBUIÇÃO DOS FILÓLOGOS PORTUGUESES

Marina A. Kossarik

Universidade Estatal Lomonosov de Moscou
olissipo@yandex.ru

RESUMO:

Para a consolidação da linguística como ciência madura foi necessária, além da compreensão de fundamentos universais de todas as línguas, formação das ideias da gramática universal (esta temática tem atraído a atenção de historiógrafos), o entendimento do caráter universal de propriedades da língua. A análise dos monumentos filológicos portugueses dos sécs. XVI e XVII possibilita estudar o mecanismo da universalização dos conceitos de apologia da língua materna, de norma, história, linguodidática, elaborados primeiro com base de uma língua concreta e logo aplicados a outras línguas, à língua em geral, a LÍNGUA.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia linguística, história da gramática, norma, linguodidática, apologia.

ABSTRACT:

Linguistic historiography pays much attention to the emergence and development of universal grammar concepts. However, grammar is not the only field where we can see universalist approach in action: the idea that all languages have a certain range of functions, have examples of good and bad usage and undergo transformations in the course of time, marks a crucial point in the development of linguistic thought. Early Modern Times (XVI-XVII cc. in particular) were undoubtedly an important stage in this perspective, and Portuguese linguistic writings of the period show universalist attitude both to language structures – at all levels – and to patterns of language functioning in society and across time.

KEYWORDS: history of linguistics, history of grammar, language norm, language teaching, defense of modern languages.

Introdução

É difícil sobrevalorizar o significado dos monumentos filológicos portugueses anteriores a Port Royal para a consolidação da linguística como ciência madura e independente com a sua própria área do estudo. Neste período 1. constitui-se a noção da língua como um específico objecto de estudo, diferente dos outros domínios do saber humano; 2. amplia-se a área de estudo: aumenta o número de línguas descritas, descrevem-se vários aspetos da língua e todos os níveis do sistema linguístico; 3. surge uma nova problemática, refletindo atenção ao funcionamento da língua a) na sociedade (questões de apologia, de norma, de comunicação); b) no espaço (correlação da norma e de dialectos, a língua fora do território nacional); c) no tempo (questões de história); 4. os princípios da descrição de toda a variedade de línguas com base de um modelo único, do qual serve o cânone gramatical clássico; 5. diversificam-se géneros e princípios de descrição linguística: a) criam-se gramáticas, dicionários, diálogos, tratados ortográficos, cartinhas; b) surgem umas sérias modificações no cânone gramatical, antigamente unificado, o que leva à sua multiplicação, como resultado esboçam-se vários tipos de gramáticas – universais, particulares, descritivas, prescritivas, comparadas, históricas, escolares. Deste modo nos sécs. XVI e XVII formam-se conceitos e princípios da descrição linguística importantes para a história ulterior da linguística. Realiza-se a estruturação do saber linguístico que dá o início à formação de várias disciplinas.

Na tradição portuguesa formaram-se umas concepções e atitudes à língua, importantíssimas para a nossa ciência, inclusive a concepção da gramática universal, que se cristalizou na obra de Amaro de Roboredo, em primeiro lugar, no seu *Methodo grammatical para todas as línguas*, que antecipou mais de 40 anos a gramática de Port Royal (ASSUNÇÃO, FERNANDES, 2007; KOSSÁRIK, 2002; LEITE, 2011; SCHÄFER-PRIEB, 2000). A historiografia linguística tem prestado muita atenção à formação das ideias de gramática universal, porém não só a ideia do carácter universal do sistema linguístico deve chamar a atenção do investigador, pelo que neste artigo não tocamos especialmente as questões da descrição de sistemas gramaticais de várias línguas ou a problemática da língua universal (analisámos estes temas em KOSSARIK, 1990, 1997, 2001, 2002¹, 2002², 2003, além das investigações publicadas na Rússia). Ao nosso ver, há mais um aspeto significativo para a linguística geral que ainda não

chamou bastante atenção de historiógrafos, parece não menos importante a universalização de noções linguísticas – apologia, norma, história, linguodidática, entre outras –, são estes temas a que vamos atender¹. A universalização de conceitos foi uma condição indispensável para a consolidação da linguística como ciência, e na tradição portuguesa da época não só se formam, com base de idiomas concretos as mais importantes concepções e atitudes à língua, mas se consolida o entendimento de que são aplicáveis a todas as línguas, à língua em geral, a LÍNGUA.

A passagem da linguística medieval à renascentista resultou, antes de mais nada, do enfrentamento à diversidade de idiomas em consequência das mudanças na situação sociocultural. A descrição do latim completa-se com a descrição do vernáculo (Oliveira, Barros), de outras línguas da Escrita (em Portugal, de judaico – Távora), e, finalmente, o que foi característico dos países ibéricos, de línguas dos territórios descobertos, do Brasil (Anchieta, Figueira) e da Índia (Estêvão). A aplicação do cânone antigo ao crescente número de idiomas, junto com a conservação da ideia da gramática universal, que na Península se conservava do Medievo, a criação de dicionários bilingües e plurilingües, bem como de gramáticas com certos elementos da gramática comparada (Resende, Álvares, B. Pereira) e depois de gramáticas que apresentavam duas línguas simultaneamente (Robredo, F. Pereira) levava à consolidação da atitude universalista à língua, à tipologia linguística. No Renascimento são tocadas questões atuais para a língua viva, ligadas com o seu funcionamento. Os temas de status, da codificação são importantíssimos para o vernáculo. Na tradição portuguesa da época constituem-se as concepções de apologia da língua materna, de norma (engendrando-se a consciência da correlação de norma e sistema, de língua e fala), esboça-se a atitude histórica à língua, é criada a concepção linguodidática. Resolvendo as questões indicadas no âmbito de línguas concretas, os autores portugueses da época pre-Port Royaliana, no entanto, muitas vezes apresentam estes conceitos como universais, aplicáveis a várias línguas.

1. Universalização das ideias de apologia

Historiográficos na maioria dos casos aludem a problemática da apologia para analisar as posições de um certo autor na defesa de uma concreta língua

¹ Não visando analisar, pelas razões do espaço, todos os aspetos dos temas indicados, salientaremos as características que mais claramente refletem a universalização das concepções indicadas.

materna². Nós vamos tratar este problema com o objetivo de compreender como se realizava a universalização da apologia e o significado deste processo nas mudanças da atitude a vários aspetos da língua. A apologia do vernáculo não só desempenhou um importante papel na sua própria história, mas também na história do pensamento linguístico e foi fonte de muitas inovações na época precedente a Port Royal. A corrente da “defesa e ilustração”, que atendia imenso às condições de funcionamento da língua na sociedade, pode considerar-se uma das primeiras manifestações da problemática sociolinguística na história da nossa ciência. A tarefa de codificação da língua nacional, também ligada à apologia, deu o impulso ao desenvolvimento das ideias de norma, enquanto a descrição de vários níveis do sistema linguístico no decurso da codificação fomentou o estudo mais profundo das questões de fonética, gramática, lexicologia. A comparação do vernáculo com o latim, provocada pela apologia, levava à descrição comparada de línguas, à engendração de tipologia, enquanto a demonstração do parentesco genético dos vernáculos com o latim e entre si preparava a formação da visão histórica da língua. A necessidade de ensinar a gramática da língua materna e, com a base desta, do latim estimulava melhorar métodos de ensino de língua. Deste modo a “defesa e ilustração” da língua materna instigou o desenvolvimento do pensar linguístico, o esboço de novos enfoques à língua e novos princípios de sua descrição, incitou a formação de novos ramos da linguística da Idade Moderna.

Uma notável consequência de apologia da língua materna foi a passagem de louvor das características de uma língua à aceitação de peculiaridades de

² Marquemos os traços principais da “defesa e ilustração” na filologia portuguesa dos séc. XVI. A apologia do vernáculo, um dos temas centrais da linguística da época, resultava das transformações radicais do paradigma sociocultural da época (destruição da visão medieval do mundo, consolidação de estados nacionais, mudanças na situação sociolinguística, fortalecimento da atenção a várias línguas particulares). Em Portugal ela constava na revelação do papel que o vernáculo desempenhava na história do povo, no estado nacional e nos territórios descobertos, bem como no enriquecimento do vernáculo e na consolidação do seu paradigma funcional. Os filólogos valorizavam a semelhança do português com o latim como a prova de “gramaticalidade” (à exceção de Oliveira e Roboredo), caráter sistêmico da língua materna e construíam a hierarquia de línguas e dialetos partindo desta semelhança. Todos os autores, excluindo Oliveira e Roboredo, estimavam o estudo da gramática portuguesa como ajuda no domínio do latim. As obras linguísticas portuguesas demonstram etapas da substituição do latim como metalingua da descrição gramatical e a fixação do vernáculo nesta função, inclusive nas descrições da própria língua latina, primeiro para ilustrar com as formas portuguesas significados dos tempos e modos do verbo latino (Resende, Álvares), logo aparecem gramáticas do latim completamente escritas no vernáculo (Roboredo, F. Pereira); as gramáticas missionárias também se escrevem em português.

todas as línguas, ao reconhecimento de caráter universal das especificidades linguísticas. A universalização das ideias de apologia do vernáculo manifestou-se claramente na descrição deste com a base do cânone gramatical antigo para comprovar a proximidade da língua materna à latina. Este propósito que parecia tocar exclusivamente a concreta língua nacional, conduzia a radicais transformações e a consequências importantes para a história posterior da linguística: diferenciação das categorias gramaticais (morfológicas) e universais (lógico-semânticas), bem como ao esboço de dois tipos de gramáticas, particulares e universais. O respeito rigoroso do cânone previa a descrição das categorias nominais (caso) e verbais (voz, tempo, modo) como morfológicas até nas ocasiões de falta de meios correspondentes na língua descrita. Isso causava a compreensão destes significados como categorias universais, levando à descrição dirigida do significado à forma (por exemplo, a apresentação de paradigmas de declinações, onde os significados de casos se expressavam com preposições), enquanto a descrição no sentido contrário, da forma ao significado, suscitava alterações do cânone (a recusa de apresentar paradigmas de declinações) e a engendração da ideia de categorias morfológicas.

Já no início da tradição portuguesa achamos os dois tipos gramaticais tracejados – as obras de Oliveira e Barros. É característica a interpretação do caso pelos autores: Oliveira, aproximando-se à compreensão da categoria morfológica, recusa a existência do caso em português. Barros, pelo contrário, reconhece o caso, aproximando-se a seu entendimento como categoria universal lógico-semântica.

Diz Marco Varrão que nenhũa outra lingua tem declinação de casos senão a grega e latina, e esses casos mostrão antrelles o estado das cousas o qual e diverso segundo os diversos offiços dessas cousas; porq̃ hum estado tem este nome homẽ quãdo faz, dizendo o homẽ senhoreya o mundo. E outro estado muy diverso do premeiro tem quando padeçe, dizendo deos castiga o homẽ; e para estas diversidades e outras muitas de estados ou offiços q̃ tem as cousas tem tambem os nomes antre os latinos e gregos, diversidade d'letras dividindo cada estado da cousa com sua diferença de letras no cabo do nome assi como nos dissemos que fazia a nossa lingua nos generos e numeros e posto q̃ este seja hũ grande primor e perfeição dessas linguas declarar na voz as meudezas das cousas cõ a diversidade da letra ou voz que dissemos, todavia a nossa lingua nem por isso ficou sem outro tam bo conçoerto e de menos trabalho. Este he o ajuntamento dos artigos os quaes juntos com os nomes declarão nelles tudo o que os casos

Latinos e antros gregos os casos e os artigos juntamente (Ol, xlvi, Eiiij v–Eiv). Os Latinos tem çinquo declinações, os Gregos tẽ outras çinquo simples <...> os Hebreos tem duas, hũa dos nomes masculinos, e outra dos femininos. A nõssa linguágem declinasse em outras duas, a hũa podemos chamar vogal, <...> e a outra consoante <...>. Declinaçám açerca da nõssa linguágem quer dizer variaçam, por que quando variamos o nome de hũ cáso ao outro em o seu artigo, ãtã ô declinamos, como se póde ver nestas duas declinações [*Logo vêm paradigmas*] (Bar, 12–13).

A tendência de apresentar categorias como universais abarca também as descrições do latim: Resende, na obra dedicada ao verbo latino, partindo dos critérios semântico e sintático, difere permissivo, optativo, potencial e subjuntivo.

Modos <...> Ipsa tamen loquēdi necessitas cogit nos septe facere, Indicativum, Imperativum, Permissivum, Optativum, Potentialem, Subiuntivum, & Infinitivum (Res, Aiiij). Permissivum, etiam Concessivum nominant. Similis is fere Imperativo est, temporibus, voce, & significatione, nisi quod primam in singulari personam admittit, qua Imperativus, uti prædictum est, privatur. Eo tunc utimur, quum nos súsq̄; dêq̄; laturos, si quidpiam fiat, ostendere volentes, quasi imperamus (Res, Dijv). Optativus & Imperativus modus, utruq̄; enim unius Optativi nomine permiscemus, tempus præsens proprie non habent. Nam nihil præsentis temporis ratione optatur, sed futuri. Ergo præteritum vero, animi adfectus quidam est, quo id quod contigit aliter, nos aliter contigisse malle significamus. Improperie tamen præsens vocamus in hoc modo, quum aliquid iam iam fieri optamus, futurum vero, quum deinceps. Eadem propterea vox est, & præsentis, & futuri. Huic modo particulas optandi, & imprecandi, utinam, o, o utinam, o si, sic, aut, ut, & simile, nonnunquam præfigimus, nõnunquam vero admitimus (Res, Div v-E). De potenciali modo hoc, multa erudite Linacer disputavit, ut illud videlicet, licere per hunc unica voce enunciare, id quod per Indicativum, vel Potentialem, verbi possum, vel verbi, Debeo, & infinitivum verbi quivis usus indicat, longuiscula oratione deceretur. ut facere, poteram, vel debebam facere. Aliquando tamen verbum voluntatis desiderat (Res, Eiiijv).

A expansão do princípio de aplicar o cânone gramatical a toda a variedade de línguas, que em muitos casos drasticamente diferem do latim, instiga enormemente o desenvolvimento das ideias da gramática universal e da tipologia

linguística. As gramáticas de línguas “exóticas” só podiam criar-se sob a condição de perceberem os autores meios de exprimir nestas línguas os significados gramaticais do cânone, entendidos universais. Anchieta, ao declarar que “os nomes não tem casos nẽ numeros distinctos <...>, ã <...> nada mudao, ut abã, em todos os casos” (Anch, 8–8v) compreende o caso como categoria morfológica; e quando descreve construções nominais acudindo à noção de caso, concebe-o como categoria universal lógico-semântica: “O mais certo he que, quando há esta composição de genitivo possessivo, mais quer significar cousa que tem, que o proprio genitivo” (Anch, 9v). Na descrição do número vemos a mesma estratégia. Figueira expõe categorias como universais.

Os nomes não tem casos nẽ numeros” (Anch, 8). O plural se entende pello que se trata, ou tambem accrescentandolhe algũs nomes, que signifição multidão, como todos, tantos, quantos, muitos, &c. E este ultimo he o usado pera isto que he cetã, & detracto c, etã, ut abã, homẽ, ou homẽs, abaetã, homẽs, óca, casa, vl casas, ocatã, casas (Anch, 8v). Os nomes nesta lingua, cõmummente, naõ tem distincão de numeros <...>; nem tambem de casos; mas a mesma voz serve em ambos os numeros, & em todos os casos; <...> os casos se conhecem por algũas preposições; ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos (Fig, 2) Assi como na lingua Portuguesa em lugar de casos ajuntamos algũas preposições aos nomes. v. g. Pedro, De Pedro, A Pedro, Pera Pedro, Com Pedro, &c. Assi tambem nesta lingua qualquer nome sustantivo he governado, & varia com preposições (Fig, 3). Ablativo se distingue com a preposiçã çuí, que significa o mesmo que De, ou ex, Ajuí xe co çuí, venho da minha rossa (Fig, 6). Mo) significa o mesmo que In, no latim, com accusativo: neste sentido, Ego ero illi in patrem: Ixe túbamo aicõne. <...> Bo) significa o mesmo que, Per <...>. Çocé significa o mesmo que Super, ou Supra, ou Plusquam (Fig, 65-66).

Para os gramáticos missionários o sistema latino ou português de tempos do verbo serve de modelo universal para descrever o sistema temporal e aspetual de qualquer língua. Anchieta e Figueira exibem paradigmas de Presente, Imperfeito, Pretérito, Mais-que-Perfeito do verbo tupi, que não tem diferenças formais, transmitindo os correspondentes significados temporais da única forma verbal índia com várias formas do verbo português. Assim o sistema temporal do verbo romano serve de padrão para exprimir os significados da simultaneidade ao momento no passado, anterioridade ao momento da fala ou ao momento no passado. Os significados dos tempos latinos ou romanos que

se exprimem em várias línguas com meios diferentes aparecem nas gramáticas missionárias como universais. Nos comentários à conjugação os gramáticos mostram marcadores da localização temporal da ação, Anchieta nota que o emprego deles é frequente, mas facultativo. A sua descrição reflete também a existência do significado modal do marcador do imperfeito.

Indicativi Modi Praesens, Imperfectum, Perfectum et Plusquamperfectum. *ajucá*, eu mato, matava, matei, havia matado, ou tinha morto. *najucái*, não mato, não matava, não matei, etc. *erejucá*, tu. *nderejucí*, tu (Anch, 17). O presente do indicativo, posto que inclui em si outros tempos, com tudo mais propriamente significa o preterito perfeito. Mas *ex adjunctis* se entende, ou do modo de fallar, e *commummente* para o presente (ainda que não é sempre necesario) se lhe poem na primeira pessoa *utriusque numeri* *ã*, *iã*, *niã*, *icô*, que tudo é um, ut *açoã*, *açoiã*, *açoniã*, *açoicô*, vou, e ás vezes se poem o mesmo *ã*, etc. no futuro, ut *açoãne*, *irei*, *açoniãne*. <...> Para o preterito imperfeito se lhe soe ajuntar *biã* <...>, ut *açobiã*, hia eu, mas... Ainda que este *biã* se junta com todos os outros, significando que se não cumpriu o fim para que se fazia a obra, ou algum impedimento, ut *açobiã*, fui eu, mas nem por isso me deram tal, *açauçubiã*, amo-o eu, mas nem por isso ma ama. <...> Para o plusquamperfeito ha de ter *umoã* <...> o qual propriamente significa *jam*, e a todos os tempos serve, ut *nderúremeajucaumoã*, quando vieste, *jam* interfeceram. E assim com elle daremos futuro perfeito in ro, ut *nderúremeajucaumoãne*, quando veires, *jam* interfecero. Item perfeito e plusquamperfeito no presente do optativo, ut *ajucaumontemomã*, *utinam jam* occiderim vel occidissent, ou com outro adverbio *praeteriti temporis*, ut *hontem*, est'outro dia, etc. Item no conjuntivo <...>. Item no segundo imperfeito <...>, finalmente em todos os tempos e participios se pôde pôr *umoã* para fazer preterito (Anch, 21–22). Tempos. Presente. Imperf. Preterito. Plusquã perf. *Ajucá*. Eu mato, matava, matei, matara, ou tinha morto. <...> Anotaçaõ 1. Pera denotarmos mais claramente, que fallamos por imperfeito, ajuntamos muitas vezes esta particula, *Aêreme*, que significa, *entam*; *Ajucaereme*, *entam* matava eu. Anotaçaõ 2. Ao preterito perfeito tambem se ajûta muitas vezes esta particula, *uman*, *l*, *umoan*, que significa o mesmo que *Iã*: ut *Ajucúman*, *jã* matei. Ainda que esta mesma particula *uman*, tambem pode servir noutros modos de fallar; como no Imperativo; ut *Tiajucá* *uman*, *matemos já*, ou no presente, *Ajur* *uman*, *ja venho*, ou *ja vou*. Anotaçaõ 3. E pera denotarmos mais claramente o Plusquam perfeito, podemos ajuntar ambas as sobreditas particulas, *uman*, *aereme*: ut *Ajucaumán* *aereme*, *ja eu entã* tinha morto (Fig, 7–8).

A exposição de caso na gramática hebraica de Távora também comprova o processo da formação da ideia de categorias universais: sublinhando a falta na língua descrita da flexão, o autor escreve que o significado de caso fica claro do contexto ou se exprime pela construção de nome e preposição.

De casu & declinatione. Indeclinabilia sunt omnia hebræorum nomina <...> casus autem cognoscūtur partī ex orationis cōtextu, ut <...> sepherabiliber patris mei patrim vero per articulos, aut præpositiones additas (Tav, Bvii v–Bviii).

A doutrina linguística seiscentista já testemunha a existência da concepção bem formada dos dois tipos de categorias. Se Oliveira ou Barros aceitava só uma noção do caso, morfológica ou universal, para Roboredo a existência dos dois entendimentos já é um fato evidente e indiscutível. É esta concepção, completamente formada, de categoria universal que possibilita demonstrar paralelamente paradigmas latinos e portugueses, revelando as diferenças nos meios de exprimir o sistema universal de significados gramaticais.

Cada Numero tem seis casos, que as ultimas vogaes fazem diversos, ou semelhantes, segundo a propriedade da lingua (M., 2). Quando a Preposição, De, rege Genitivo não lhe respõde a Latina cõ a letra algũa (M., 48). Esta Preposição, Pera, rege Dativo, antepondose a pessoas <...>. & então não lhe responde a Latina com letra algũa, & fica o seu Dativo de aquisição (M., 49).

<...> declinações Portuguesas

Nominativo	Alt-o	<...>	Quem
Genitivo de	Alt-o	<...>	De quem
Dativo a	Alt-o	<...>	A quem, pera quem
Accusativo	Alt-o	<...>	Quem padece
Vocativo	Alt-o	<...>	Quem he chamado
Ablativo	Alt-o	<...>	Sem que. Com que. <...>

<...> Declinações Latinas

Nominativo	Alt-us	<...>	Quem
Genitivo de	Alt-i	<...>	De quem
Dativo a	Alt-o	<...>	A quem; Pera quem
Accusativo	Alt-um	<...>	Quem padece
Vocativo	Alt-e	<...>	Quem se chama
Ablativo	Alt-o	<...>	Sem q̃. Com q̃. (M., 2-3)

Como vemos, a orientação ao cânone clássico, primeiro por razões de apologia, descrevendo o vernáculo, quando aplicada a toda a variedade de lín-

guas, causa: 1. elaboração do princípio da descrição comparada, incentivando a tipologia linguística; 2. consolidação das ideias da gramática universal racional que é proclamada como tal no *Methodo grammatical de todas as línguas* de Amaro de Roboredo.

Inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas línguas que não sei (M., b4). Foramos certamente collegindo per esta ordem a differença & conveniencia natural das línguas. <...> Porque acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que teem misturado, o que he particular de hũa língua, com o que he commum a muitas, ou a todas (M., bv-b2). Pretêdia ã fosse este Methodo universal <...>. Ordenei poucos preceitos <...>. E muitos delles são universaes (M., b4). Aa imitação delle se pode ordenar outro semelhante em qualquer língua, que se aprender (M., c).

O engendro de dois princípios da descrição gramatical (da forma para o significado, do significado para a forma) motiva a formação de dois tipos de gramáticas – particulares e universais – que desempenharam papéis diferentes na constituição de vários conceitos linguísticos, introduzindo diversas inovações na descrição linguística. Nas gramáticas que se aproximam a universais (Barros, Távora, Roboredo, F. Pereira) reparamos a tendência de mostrar de modo mais completo todo o sistema de categorias gramaticais; é característica destas gramáticas a nítida apresentação de paradigmas, a descrição se concentra predominantemente em formas regulares, modelos típicos de flexão e derivação, estas gramáticas não expõem grande número de isenções de regras, presta-se atenção à problemática de oração. As gramáticas orientadas às particularidades de uma língua concreta (Oliveira, Clenardo) prestam menos atenção a paradigmas, descrevem detalhadamente a fonética, especificidades da formação e o do uso de formas, exemplificam muitas isenções. O aparecimento de gramáticas de diversos tipos do mesmo idioma, de um lado, e gramáticas de diversas línguas do mesmo tipo, do outro lado, comprova sensíveis modificações do cânone gramatical comprova à consolidação de dois tipos de gramáticas, particulares e universais. Esta bifurcação, muito relevante para a história da linguística, procede da universalização da prática de aplicar o cânone antigo a múltiplas línguas de sistemas mais variados. O próprio cânone, primeiro gerado para descrever uma só língua, grega, logo estendido à latina, depois ao crescente número de línguas, foi concebido, no fim das contas, como o sistema de universais significados gramaticais. Vê-se o mecanismo da remodelação do cânone clássico, que evolui do inicial sistema gramatical de um idioma concreto ao

sistema de categorias universais, padrão universal de línguas, paradigma de princípios da organização de língua em geral. Para a linguística dos sécs. XVI e XVII – época quando começa a descrição de línguas mais variadas – o cânone (conjunto ordenado de classes gramaticais de palavras e de categorias delas) serviu de instrumento para consolidar ideias de princípios gerais da organização de todas as línguas, da gramática universal. E é a apologia de vernáculos – a universalização da ideia de usar a gramática latina como modelo de descrever e polir a língua materna – que dá impulso a profundas modificações do pensamento linguístico.

A universalização da apologia dá outro ímpeto inovador – à recusa da visão hierárquica de línguas. Na tradição medieval o latim se compreendia como a máxima aproximação à ideal língua transcendente (COXITO, 1981, 352), ficando no topo da hierarquia de línguas reais. Entre os fatores que fomentavam a renúncia da visão hierárquica mencionemos a apologia (vigorando a ideia da proximidade do vernáculo ao latim, ela levava ao entendimento das características da língua materna como peculiaridades inerentes não sujeitas à reprovação, igualando assim o latim e o vernáculo) e o desenvolvimento das ideias da língua universal (o reconhecimento da base única, racional, de todas as línguas, inclusive a latina, destruía o entendimento de sua posição extraordinária).

A posição de Oliveira testemunha o início da rejeição da tradicional visão hierárquica: o autor da primeira gramática portuguesa não toca a questão de supremacia de alguma língua. Barros, pelo contrário, insiste na superioridade de português sobre outros vernáculos, mas na sua obra a hierarquia já difere da medieval: como alguns filólogos renascentistas, Barros coloca três línguas da Escritura no cume da pirâmide.

E ainda se pôde crer, que estas vózes com antiguidade ia devem ser corrompidas: como vemos em muitos vocábulos gregos, hebráicos, e latinos, que foram as tres linguágões a que podemos chamar princesas do mundo, porque esta autoridade lhe deu o titulo da cruz, onde foram póstas (Bar, 53v).

Roboredo totalmente rejeita a ideia de supremacia de uma língua concreta: em vez de louvar português (Cp. o título do diálogo de Barros) o autor do *Methodo grammatical para todas as linguas* escreve da defesa da língua materna em geral. A progressão da apologia renascentista leva à universalização do próprio princípio da defesa. A terminologia de Roboredo salienta a

transformação: tocando questões de apologia não indica uma língua concreta, diz “língua Materna”.

ignorárom a necessidade que há de se reduzir primeiro a arte da língua Materna & logo a Latina, Grega & Hebrêa & as mais, que quiserem aprender mui correspondentes no mesmo Methodo. E a língua Materna se há primeiro de ensinar per arte aos meninos. Para o que fora de muita importancia crearse hũa cadeira da língua Materna ao minos nas Cortes & Universidades; ou cõverter hũa das Latinas (M., a3v–a4).

A obra de Severim de Faria, cuja posição é um tanto ambivalente, ilustra o mecanismo da renúncia da hierarquia de idiomas. O autor ainda tenta construir uma hierarquia de idiomas, apoiando-se em vários critérios (riqueza do léxico, categorias de partes da oração, particularidades da articulação, etc.), mas a hierarquia já não é rigorosa: segundo uns ou outros critérios, os idiomas ocupam vários lugares, o que destrói o próprio princípio da hierarquia de línguas.

Consta a copia de palavras, assi dos nomes, como dos verbos; & nesta parte parece, ã a lingua Hebraea tem o ultimo lugar, assi como a Grega o primeiro; porque na Hebraea os nomes são muito poucos, & faltãolhe os cõparativos, & superlativos <...>. O mesmo se ve nos verbos, onde não tem preterito imperfeito, nẽ plusquã perfeito, & se valẽ do Participio <...> pera significar estas vozes. Pelo contrario a lingoa Grega he abundantissima, porque alem da multidaõ de nomes que nella ha ateno mesmo nome tem tres variações, & não havendo nas outras lingoas mais de dous numeros, singular, & plural, nella se acha o terceiro, que he, Dual, & nos verbos alem do Activo e Passivo, tem de mais outro, que se chama Medio <...>; usa os dous Aoristos, ã são outros preteritos, ê o Exomeno, ã he o outro segũdo futuro (Far, 65–65v). A boa pronunciação he a segũda parte que se na lingoa requiere, a qual he de tanta importancia, que sem ella fica a lingoagem imperfeitissima, porq quãdo as palavras se não formão em seu lugar, senão da gargãnta, ou dos beiços, âlem da descomposiçãõ que fazem no que pratica, são causa de se não poderẽ escrever, nem os que usaõ aquella lingua poderẽ, tomar outra. Do primeiro he grande exemplo o Vasconso de Biscaya <...>. O segundo exemplo se ve na lingoa Hebraea, q por ter muitas letras, & dicções, ã elles chamaõ guteraes, & outros labiaes, vierão a não poder pronunciar qualquer outra lingoa (Far, 66v–67). A terceira qualidade que se requiere na lingoa, he a brevidade com ã em poucas palavras explique os conceitos, & não

per rodeos, & circumloquios, porq̃ sempre se deve guardar aquella regra natural, que aquillo que se pode fazer por menos, se não faça por mais, conforme o Accioma de Aristoteles. Esta brevidade consta das palavras significarem cõ grãde propriedade, & terem poucas sílabas. A propriedade dos vocabulos se vio mais na lingoa Hebraica, que em nenhũa outra, & por todas as suas estarẽ cheas de grandes significados, as transladações, que se fizerão da Biblia nas outras linguas forão muito diffusas <...>. Depois da hebraica se concedeo o primeiro lugar â Grega (Far, 67–67v).

Severim de Faria, escrevendo, como Barros de três “línguas-princesas”, não considera o latim um idioma indiscutivelmente perfeito. Julgando sinal de imperfeição de idiomas a falta de significados típicos do latim, o autor afirma que português se aproxima à latina por poder exprimir correspondentes significados com as suas próprias formas e construções (a posição de Severim de Faria não é muito objetiva: ele não reconhece esta capacidade de outras línguas românicas). Não obstante certa ambiguidade, Severim de Faria introduz importantes inovações no extermínio do conceito da hierarquia linguística. Diferentemente dos antecessores que só viam nos romanos o exemplo da valorização da língua materna (mencionando por vezes os gregos), Severim de Faria dá exemplos de tal atitude às suas línguas por parte dos povos mais variados da Europa e do Oriente. O fato de expandir a ideia de apologia a toda uma série de línguas reflete a continuação da linha universalista de Roboredo. Aliás, Severim de Faria explicita a ligação entre a defesa e a ideia de que à função da língua consta em exprimir conceitos formados pela razão. Segundo este autor, a universalidade da defesa é condicionada pelo caráter universal racional da língua; apreciação de línguas deve partir da atitude racional às funções da língua, tendo em conta também sua riqueza lexical e gramatical; reconhece-se possível a igualdade das melhores línguas europeias.

as linguas que ãtre os antigos houve mais celebres, forão a Hebraica, Grega, & Latina, a que podemos chamar Princesas do mudo, porque esta authorityde lhe deu o titolo da Cruz (Far, 70–70v). E havendo na lingoa Latina hũ sô Participio na Activas, & outro na Passiva, a Grega tem Participios dos Presentes, & Preteritos do Indicativo, & dos Futuros, & Aoristos. <...> Cõ esta copia se avêtejou grãdemête a lingoa Grega, & os Latinos a tiverão ã tâta estima, q̃ de seus despojos procurarãõ ãriquecer a propria: ã ainda assi, segũdo Quintiliano, lhe ficava a latina tão inferior, q̃ quãdo lhe pediãõ q̃ falasse cõ a elegancia Grega, se desculpava com a pobreza da Latina <...> ainda assi Cicero

a chama pobre (Far, 65v–66). E quanto â copia <...> todas as linguas vulgares ficão inferiores á Latina, porque as mais dellas não tem voz passiva, nem participios do futuro, que respondão â Amaturus, & â Amandus: & assi mesmo lhe falta a môr parte dos comparativos. Isto he gêral nas tres lingoas vulgares, Italiana, Francesa, & Hespanhola. Porem a nossa participa menos deste defeito, porque a voz passiva, supre bastantantissimamente com estes pronomes, Me, te, se: Nos, vos, se: & por Appellor, Appellaris, dizemos Chamome, Chamaste, &c. & por Moveor, Movome: & por Vestior, vistome (Far, 72v). E mostrando nôs, que a Portuguesa participa mais da Latina, & que na copia, pronunciação, brevidade, Ortografia, aptidão para todos os etillos, não he inferior à nenhũa das modernas, antes igual a algũas das antigas; cõ rezão lhe poderemos dar o louvor de lingua perfeita, & de ser hũa das milhores do mundo (Far, 71). Dos Romanos sabemos que depois de estabelecido o Imperio, ordenarão cõ rigurosas leis, que todos os Magistrados usassem nas provincias estranhas de lingua latina, & naõ dessem noutra, resposta algũa publica. Os Carthaginenses prohibirão, q̃ ninguem aprendesse outra lingua mais que a da Patria. Os Escoceses ensinão na sua as sciencias, & pera isso tem traduzido nella todas as Artes <...>. Ulid celebrẽ Miramolim dos Arabes (porque foi o primeiro que tomou Damasco) mandou que em todos os seus Reynos não se escrevesse mais que na lingua Arabia. O mesmo publicou por ley elRey Duarte IIII. de Inglaterra, ordenando que as cousas publicas se não tratassem, ou escrevesse senão na lingua Anglicana. <...>. Raix Xarafo Guasil de Ormus, o qual tendo muita noticia da lingua Portuguesa, & tratando seu livramento diante del Rey D. João III. numqua lhe quis fallar senão por interprete, por não deixar a lingua de sua Patria. El Rey D. João I. de Castella mandou tambẽ, q̃ nas cousas publicas se usasse da lingua Castelhana (Far, 85–86). Aventureando a natureza muitos animaes ao homem nas forças do corpo, & perfeições dos sentidos, sò com o entendimento, & lingoagem o fez superior a todos. Porque na razão lhe deu [*a natureza ao homem*] o verdadeiro conhecimento das cousas, & na lingoagem o meyo para declarar seus conceitos, servindolhe a lingua, como diz Tullio de Interprete do entendimento. Deste principio nasceo a estimação dos Idiomas, porque como da bondade, & clareza do interprete, penda ser melhor entendida a cousa interpretada, as mais das nações politicas, pretenderão mostrar que a sua lingoagem fazia este officio do entendimento com a mayor perfeição, & elegancia; & tão encarecerão algũs Autores os louvores de hũas, & a barbaria das outras, que chegou a dizer Plinio: *Explanatio animi, quæ nos distinguit a feris, inter ipsos quoq' homines discrimen alterum æque*

grande quem â belius fecit. Por tanto, tem dado este intento não pequena materia a grandes engenhos para cõpor muitos volumes em abonação de suas proprias lingoas. E vendo eu a nossa Portuguesa tão falta destes livros escritos em seu louvor, como sobeja de razões para não reconhecer por superior a nenhũa, determinei de ao menos as apontar neste Discurso, posto que via o aventurava a ser tido por Paradoxo; pois sendo a nossa lingoa na opinião de muitos quasi inferior a todas; a igualo com as melhores de Europa (Far, 62–62v).

O processo da universalização da apologia continua até na situação de entusiasmo em vésperas da restauração da independência de Portugal. Ferreira de Vera não recusa da apreciação de línguas: “trattando do que toca â lingua Portuguesa, mostrarei brevemente que he das mais antigas, & hũa das melhores d’Europa” (Vera, 81v); porém inicia o tratado dedicado ao louvor de português, marcando o caráter universal de respeito de povos a suas línguas e a antiguidade da discussão da supremacia de línguas.

He tãm proprio d’outras nações a estimação de sua linguagem, que as mais dellas pretendêrão mostrar ser a melhor, ou das mais antigas do mundo. E pera isso se cançãrão grandes ingenhos em escrever muitos volúmes, sõmente para encarecerem a perfeição de hũa; & a barbaria d’outras. Os de Frigia, & Egypcios vendo que outras nações senão vencião com razões, o pretendêrão mostrar (cada qual por sua parte) por experiencia, & exemplo, dizendo que todos concedião, que a primeira lingua, que se fallou no mundo, essa fora a mais perfeita (Vera, 81).

O estudo de monumentos evidencia como a universalização da apologia da língua materna acarreta a recusa da visão hierárquica de línguas e atesta o papel da tradição portuguesa dos séculos XVI e XVII neste processo.

2. Universalização das ideias de norma

O estudo de monumentos linguísticos portugueses dos sécs. XVI e XVII evidencia que em decorrência da codificação do vernáculo, em primeiro lugar na obra de Oliveira, forma-se não só uma concepção de norma bem próxima à

moderna³ (COSERIU, 2007; BUESCU 1983, 1984; KOSSARIK 1997, 2002; Leite, 2011), mas também o entendimento das correlações de norma e sistema.

A escolha de variantes normativas é um dos principais objetivos da etapa inicial da codificação. A primeira experiência da fixação da norma portuguesa, gramática de Oliveira, reflete a variação em todos os níveis (fonética e ortografia, morfologia e derivação, no léxico). A atitude à variabilidade e à seleção de variantes é diversa nas primeiras descrições de português, principalmente os gramáticos e ortógrafos orientam-se ao uso. As posições mais consequentes neste aspeto achamos na obra de Oliveira, que formula o conceito do costume, uso, e afirma que a gramática deve segui-lo.

em cada lingua notemos o proprio do costume della: ca esta arte de grammatica em todas as suas partes <...> e resguardo e anotação desse costume e uso tomada depois q̃ os homens souberão falar; e não lei posta q̃ os tire da boa liberdade quãdo e bẽ regida & ordenada per seu saber: nẽ e divindade mãdada do çeo que nos possa de novo ensinar: o q̃ ja temos e e nosso <...> a arte nos pode ensinar a falar melhor ainda q̃ não de novo (Ol, xli, Dvi). E bẽ sey que por ser novidade e o uso estár ã contrário, será cousa trabalhõsa serẽ lógo estas nõvas figuras reçadas em nõssa othographia: mas o tempo ãs fará tã prõprias como sam as outras de q̃ usamos (Bar, 43). E pelo costume (que nisto sempre hemos de seguir) ficarão fora das dictas regras, taballiões, & scrivães, que por a dicta analogia, houverão de fazer taballiões, & scrivãos (N. L, Ort, 30).

Os autores das primeiras descrições de português marcam diferenças sociais e territoriais na fala. A maior diversidade entre os primeiros codificadores do português nota-se na compreensão da base territorial da norma. Oliveira, refletindo objetivamente a especificidade da formação da língua literária na-

³ Elaboram-se noções do uso, princípios da seleção de variantes normativas, das bases territorial, social e funcional da norma, da estabilidade e mobilidade dela. Esboça-se a separação de gramáticas prescritivas e descritivas, o que foi condicionado por diversos objetivos da descrição de línguas vivas. O aparecimento das gramáticas prescritivas foi causado pela codificação da língua materna, que, junto com a apresentação do sistema do vernáculo, visava a escolha de variantes que se consideravam corretas. i.é a limitação do uso. Entre as gramáticas descritivas da época achamos as obras de missionários e a gramática de língua portuguesa para estrangeiros de B. Pereira, cujo objetivo era ensinar a comunicação exitosa em língua estrangeira, o que previa, além da exposição do sistema de língua estrangeira, a informação mais completa sobre as formas e o funcionamento delas na fala pelo que não exigia a limitação do uso.

cional, salienta diferenças entre os dialetos do norte e do sul e não contrapõe a fala de habitantes da capital a variedades territoriais meridionais. Oliveira não aceita na linguagem modelar formas dialetais das zonas arcaizantes do Norte; Barros, ao contrário, em correspondência com a tendência latinizante de sua concepção da defesa de português, admite as formas arcaicas do norte pela maior proximidade a latinas.

os cavaleiros ã tẽ hũs vocabulos: e os lavradores outros: e os cortesãos outros: e os religiosos outros: e os mecanicos outros, e os mercadores outros: ou tãbẽ se faz ẽ terras esta particularidade porq̃ os da beira tem hũas falas e os Dalentejo outras: e os homens da estremadura são diferentes dos dantre douro e minho: porq̃ assi como os tẽpos assi tãbẽ as terras crião diversas cõdições: e cõçeitos: e o velho como tẽ o entender mais firme cõ o ã mais sabe tãbẽ suas falas são de peso e as do manço mays leves (Ol, xxxvii, Dij v.). sendo eu moço peño fui criado em são domingos Devora onde fazião zõbaria de m~y os da terra porq̃ o eu assi pronũciava segũdo ã o aprendera na beira (Oliveira, xlvij, Eiiiij–Eiiiij v). se estas e quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão dhũ homẽ velho da beyra ou aldeão não lhe parecerão mal (Ol, xxxvi, Dlv). estes nomes posto ã parecẽ mudar mais ã nenhũs dessoutros ã ia dissemos todavia se olharemos ao singular atigo ã ja teverão não mudão tanto como agora nos parece porq̃ estes nomes todos os ã se acabão em ão ditongo acabavãose em om como liço, podom, melõ, e acreçẽtando e e s formão o plural lições, podões, melões: como ainda agora fazẽ e outro tanto podemos afirmar dos ã fazẽ o plural em ães como pães, cães, dos ães antigamẽte era o seu singular pã, cã, cujo testemunho ainda agora da antedouraminho (Ol, xlv Eij v). A my muito me contentam os termos que se confõrmam com o latim, dãdo que seiam antigos: ca destes nos devemos muito prezãr, quãdo nam achãrmos serem tam corrutos, que este labeo lhe fãça perder sua autoridãde. Nã sãmẽte os que achamos per escrituras antigas, mas muitos ã se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quães algũus indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãçẽ (Bar, 56v). Tem esta letra muita semelhança, & affinidade com a letra consoante v; com que faz errar a muitos Portugueses de entre Douro, & Minho, & e os mais dos Castelhanos, que não advertindo o que vai de hũa á outra, as trocão na pronunciação, dizendo; Brabo; & bravo: avano; & abano (Vera, 6).

A base social da norma apresentada nas obras de Oliveira, Barros e Ferreira de Vera é vasta: a única relevante característica social dos que falam perfei-

tamente é alto nível cultural, só Nunes de Leão sublinha o papel da corte na elaboração da fala exemplar. Codificando ortografia Oliveira e Ferreira de Vera orientam-se à modalidade oral, respeitando os interesses de amplas camadas sociais e desejando facilitar a escrita.

a primeira e principal virtude da lingua e ser clara e ã a possão todos entender e pera ser bem entêdida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della e os milhores da lingua são os ã mais lerão e virão e viverão continoando mais entre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança (Ol, xxxviiij, Diiij). seja cõforme a melodia da nossa lingua e seja entregue não a qualquer pessoa mas aquelles de cujo saber e vontades nos poderemos fiar cõ rezão (Ol, xli, Dv). homens ã se entêdê e sabê o que falão: cuja imitaçã nos fara galantes e primos a nos e a nosso falar se a quizeremos seguir (Ol, xlix, Ev v). escreveremos <...> imitando sempre as escrituras dos homens doutos, regulando as pelo entendimento, & ouvido, que he a melhor regra, que se pode têr, & dar nesta materia (Vera, 24v). errão os que escrevem dições Portuguesas per ch. dirivadas dos Latinos, & Gregos, com que se embaraço muitos, que não sabendo differençar os nomes Latinos dos vulgares pronunçião hũs por outros, errando na pronunçião, como no significado: como coro (per ajuntamento) escrevem choro, per se mostrarem Latinos: não vendo que dessa maneira significamos pranto: e que de hũa maneira pronũciamos coro; & de outra choro: como caco, & cacho, caca, & cacha: marca, & marcha. Polo que nestes nomes monarchia, architecto, chimera, & outros desta maneira aspirados, escrevemos per qui, ou co: como Monarquia, maquina, quimera, ancora, architecto, carismo (Vera, 10).

Um importante aspeto da codificação é a base funcional da norma. O apoio à modalidade oral é notável característica da gramática de Oliveira que a destaca de toda a linguística renascentista. Para ele a oralidade, fala, linguagem coloquial cotidiana serve de base funcional prioritária da norma elaborada, sendo também objeto da codificação, sua gramática contém recomendações ortoépicas, além das ortográficas. Daqui vem uma enorme atenção à fonética na obra de Oliveira, quem se aproxima ao entendimento da noção de fonema. O ortografista Ferreira de Vera também toca questões de fonética.

As dições usadas são estas ã nos servem a cada porta (como dizê) estas digo ã todos falão e entende as quaes são proprias do nosso tẽpo e terra: e quẽ não usa dellas e desentoado fora do tom e musica

dos nossos homens dagora (Ol, xxxv, Dij v). & algũas formações tẽ melhor sã ou musica ã outras e sã mais usadas (Ol, xii, Dvj). notemos o falar dos nossos homens e da hi ajunaremos preçeitos (Ol, v, Av v). Porque a boa ortographia consiste em escrever, como pronunciamos: & da mesma maneira pronunciar como escrevemos. E assi como os Gregos, Latinos, & Arabes não tem nem conhecerão esta nossa pronunçiação cheminé, chinella, marcha, chora, chupa; assi nós não temos (na nossa materna) a sua per ch; nem letra com que signifiquemos o χ dos Gregos. Assi que quando viremos escrittos estes nomes, & outros semelhantes, lhes daremos a pronunçiação de qui, &c. (Vera, 10–10v).

A resolução do problema a que estado da língua, atual ou anterior, é preciso orientar-se na escolha de variantes difere os autores portugueses. Oliveira em suas recomendações parte tanto da estabilidade, como da mobilidade, historicidade da norma; Barros, ao contrário, aprova, como vimos, o uso do léxico arcaizante.

a ortografia <...> em hũa mesma lingua se muda cõ o costume (Ol, xviii, Bv v). o falar tem seu movimẽto diz Marco Varrão: e mudasse quando e como quer o costume (Ol, xlv, Eij v). posto que o uso do falar tenha o seu movimẽto <...> e não persevere hũ mesmo ãtre os homens de todas as idades (Ol, xlii, Dj v). não e muito de maravilhar diz marco varrão ã as vozes ãvelheção e as velhas algũa ora pareção mal porã tambem envelheçẽ os homes cujas vozes ellas sã <...> as orelhas não consintẽ a musica e vozes fora de seu tempo e costume (Ol, xxxvi, D–D v). das dições velhas tomemos as mais novas e ã sã mais vizinhas de nosso tempo: assi como tambẽ das novas avemos de tomar as mais antigas e mais reçadas de todos ou a mayor parte (Ol, xxxvi, Di v). Nã sãmẽte os que achamos per escrituras antigas, mas muitos ã se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quães algũus indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãçẽ (Bar, 56v).

A linguística portuguesa aplica não só ao português a elaborada concepção da norma (ideias de uso, fala exemplar, variação, escolha de variantes), mas espalha-a a outras línguas, o que já observámos no caso da apologia. Autores de gramáticas latinas tocam esta problemática episodicamente. Sousa acode à noção do uso, afirmando que os significados e empregos de formas latinas se aprendem na prática de leitura e escrita. É especialmente notável o fato da

variação verbal no tratado de Resende: o gramático parte do uso do latim medieval e renascentista, quando, exibindo paradigmas clássicas do verbo latino, apresenta também formas do latim vulgar.

in prepositionibus, miram varietatem significationis etiam in iisdem casibus, quã nos regulis complecti possumus, usu legendi & scribendi discenda est (Sou, xlix).

Præterit. perfect.

Eu amei.

S. Amavi. Amavísti. Amavit.

P. Amávimus. Amavístis. Amavérunt, vel Amavêre. <...>

Idem tempus per syncopen.

S. Amavi. Amásti. Amavit.

P. Amávimus. Amástis. Amárunt (Res, B–Bv).

Præterit. Plusq̃perfect.

Eu tinha amado. Eu amara.

S. Amáveram. Amáveras. Amáverat.

P. Amaverâmus. Amaverâtis. Amáverant.

Per syncopen.

S. Amâram. Amáras. Amârat.

P. Amarâmus. Amarâtis. Amárant (Res, Bijv).

A problemática de norma frequentemente surge nas gramáticas missionárias. São significativas numerosas referências de Anchieta, Figueira e Estêvão ao uso depois exporem regras de formação ou emprego de formas e construções. Deste modo, o conhecimento de regras aparece como o nível inicial, básico, do domínio da língua; entende-se o papel do uso no aprofundamento do saber: o uso serve uma importante fonte da competência linguística.

Todos estes negativos eïma dos preteritos & futuros se podem pôr no meyo & no fim, ut jucaagoreïma, vel jucaeimagoëra; jucaaðameïma, vel jucaeimaðáma. A hus está melhor no meyo, a outros no fim, usus dicebit (Anch, 19v). Em todas estas regras pode haver algũas exceições que se aprenderão com o uso (Anch, 4). Na composiçaõ de syllabas ha muitas mudanças, que aqui não pomos, por evitar confusaõ; o uso bastará (Fig, 3). Isto baste da composiçaõ dos verbos; outras miudezas se deixaõ por evitar confusaõ, que o uso ensinará (Fig, 92). A formaçaõ destes verbos ensinará melhor o uso, mas com algũas regras se darà noticia della (Fig, 117–118). Com algũs nomes, que o uso ensinará, em lugar da preposiçaõ Pe. se põe a letra I. ut Açõ çobái, & não se diz çobáiape, vou à banda dalem (Fig, 131). O uso

ensinarà a boa collocaçãõ das partes da oraçãõ entre si; mas apontaremos aqui algũas que pedem certos lugares (Fig, 165). Advirtase que muytos nomes sustantivos desta lingoa pello uzo della <...> terminaõ a ultima syllaba do Nominativo do singular em ,au, ou em ,ao, & quando os acharmos acabados em ,au, entãõ terãõ o genitivo em ea, & iraõ por pao, ea: deste teor saõ Rao, guneaõ, andao <...>, & outros semelhantes a estes, ãõ o tempo, & uzo descobrira, & so se pos aqui esta advertencia pera ãõ quando encontrarmos cõ esta variedade, naõ nos embaraçemos, & saibamos por onde, & como nos havemos de guiar (Est, 5–5v). Por Chouai, vaõ tambẽ, mui, ie, formiga, sui, sue, agulha, & outros desta laya, naõ obstante diffirire no Nominativo & tambẽ, ddoi, ie, Coco <...>, & outros semelhantes, ãõ o uzo ensinar; aos nomes Vallai, Carea bicho <...>. Estes & outros, que cõ o uzo se acharãõ (Est, 9) Desta regra se tiraõ algũs nomes proprios & appellativos aue vaõ por esta declinaçãõ, & saõ masculinos: ut patì, y, marido <...>, & outros que o uzo decobrira (Est, 12).

Anchieta escreve de variedades territoriais da língua descrita e marca a variação na fala de índios de diversas zonas.

ha algua differença na pronunciaçãõ, e o uso de diversas partes do Brasil sera o melhor mestre. Porque desde os Pitiguáres do Paraíba até os Tamõios do Rio de Janeiro pronunciaõ inteiros os verbos acabados em consoante, ut apãb, acêm, apên, ajûr. <...> Os Tupis de Saõ Vicente, que sao alem dos Tamoyos do Rio de Janeiro, nunca pronunciaõ ultima consoante no verbo affirmativo, ut pro apãb dizem apã <...> E assi, addita algũa parte das sobreditas, pronunciaõ apáne (Anch, 1v). cõmumente os verbos os começados por m activos tem i depois do articulo, ainda que em algũas terras pronunciaõ muitos sem elle (Anch, 48v).

Os gramáticos refletem a variação em diversos níveis do sistema: na fonética, morfologia, sintaxe. Na maioria de casos, ao mencionar variantes, eles se limitam a referir ao uso que ensinará. Porém às vezes os autores indicam a variante preferível, explicando esta preferência com maior divulgação e emprego da forma. As mais notáveis são as ocasiões quando Anchieta ou Figueira argumentam a preferibilidade de uma das variantes com a “elegância” desta. O espalhamento da noção de elegância à fala de índios testifica a engendração da ideia de aplicabilidade do conceito da fala exemplar a qualquer língua.

em todos os tempos e participios se póde pôr umoân para fazer preterito. Alguns pronunção umân, idem est (Anch, 21v). Todos estes negativos eíma dos preteritos e futuros se podem pôr no meyo e no fim, ut jucaagoreíma, vel jucaeimagoéra; jucaaðameíma, vel jucaei-maðáma. A hu está melhor no meyo, a outros no fim, usus dicebit (Anch, 19v). E os neutros, ainda que possão ter verbaes em ára, mais usão destes [com baê], ut oçôbaê, o que vai, melhor que çoçára (Anch, 29v). Na terceira pessoa relativa comumente o nome, ou pronome precede o verbo (Fig, 165). muitas vezes o comũ fallar saê desta regra, & trocað a ordẽ della, porẽ o ã he mais comũ, & ordinario puzemos aqui (Est, 37v). Quando a ultima syllaba tem accento breve a penultima o tem longo: isto falando de Ordinario, porque as vezes se acha o contrario (Est, 5). Algũs nomes ha <...> a que o vulgo as vezes pronũcia cõ, til, & as vezes sê elle (Est, 14). paunna, he nome adjectivo, & como tal hade concordar cõ a couza de que se trata, & as vezes o poẽ neutralmente mas o melhor he concordalo (Est, 20v). so se note aquella differença ã quãdo se falla pella terceira pessoa do imperativo tẽ antes, hauã , tũ, to, & quando se falla por aquelle outro modo tẽ hauẽ, tuuẽ, tannẽ, mas melhor he pello primeiro modo (Est, 34). Este preterito cõ assatã, he muito uzado, sê elle raramẽte cõ astunu se uza poucas vezes (Est, 50v). O segundo naõ he taõ uzado (Est, 47v). raramẽte se uza deste preterito (Est, 50). O pronome ho, hy, he, tẽ na oraçaõ as vezes força de relativo <...>, mas naõ he taõ bõ falar inda ã se acha (Est, 73). Nos acabados em b se pode deixar de pronunciar o b as vezes <...> e ainda em algũs se usa mais elegãtemẽte, ut coái, pro coábi, túi pro túbi. <...> Pondolhe ambas as negações, s, na in principio, & eími, in fine, he muito usado & elegante, & fazem ùa affirmaçã, ut aipotâr, naipotareími, não deixo de querer, i. e. quero (Anch, 34v). os Indios trocað ás vezes algũas letras por mais delicadeza, como pera dizer Aiúr, dizem Aiút; em lugar de Coyr, dizem Coyg; mas isto naõ he natural (Fig, 103).

A análise das gramáticas missionárias comprovam o processo da universalização do conceito da norma.

Uma importante inovação da linguística portuguesa dos quinhentos e seiscentos é o início da formação do entendimento da correlação sistema – norma. Na obra de Oliveira, que maximamente se orienta ao uso, entre argumentos da escolha de variantes preferíveis, achamos referências à “melodia”, “natureza de língua” que determina o costume. Descrevendo o sistema gramatical Oliveira tenta formular “regras mais gerais”, “universais”, racionais, reconhecendo, no entanto, que é impossível achar regras sem exceções, que abarquem todos os

casos. Ele constata a diferença de rigidez das regras a que são sujeitas “declinações naturais e voluntárias” (flexão e derivação). Oliveira distingue o uso e as regras racionais e julga que português segue mais a estas regras do que o latim e grego. Marca a colisão entre a razão e o costume no plural de algumas formas nominais em -ol. Uma nota do gramático reflete incoincidência do sistema e da norma: ele escreve de formas que, arraigadas pelo costume, existem na fala, e dá exemplos de formas, que realmente não existem, mas que poderiam existir. Mas, apesar de diferenciar fenômenos do sistema e da norma, na codificação Oliveira considera o uso o principal ponto de referência. Tudo isto revela a aproximação do autor quinhentista ao entendimento dos conceitos do sistema e da norma.

Tem tanto poder o costume e tambem a natureza que em que nos pes nos faz conhecer esta diversidade de vozes (OL, viii Avj v). assi na analogia [morfologia] dos verbos como das outras partes não temos regras ã possõ cõprender todos se não os mais do que nos não avemos despantar por ã os gregos cuja lingua e bem conçertada tem hũ bo caderno de verbos irregulares: e algũs nomes. e os latinos tẽ outro tã grande (OL, xlviij, Ev). As declinações de generos são muitas <...> não por isso se pode dar regra universal (OL, xliiij, Dviiijv). A latina e grega <...> seguẽ mais o sabor das orelhas ã as regras da rezão (OL, xlv, Eiiijv). Com tudo não e mui franca ou para millhor dizer solta a liberdade de todos nesta parte porã posto que não podẽ dar aqui mais limitadas regras esta que em toda parte se deve guardar servira tãbem aqui: <...> seja cõforme a melodia da nossa lingua (OL, xli, Dv). As declinações naturaes são mais sogeitas as regras e leis de cujo mandato se rege esta arte. As regras ou leys ã digo são como disse anotações do bo costume. As quaes porque aqui são mais gerais e comprehendem chamamoslhe naturaes e de feito parecẽ ser mais proprias e consoãtes a natureza da lingua (OL, xliij, Dvi v). Qualquer forma ou genero, ã os nossos nomes tẽ no singular, esse guardão tãbẽ no plural, porque nisto assi como em outras cousas guarda a nossa lingua as regras da proporção mais que a latina e grega, as quaes tem em suas dições muitas irregularidades e seguẽ mais o sabor das orelhas ã as regras da rezão: assi como nos tãbẽ deixamos as regras geraes: porque o bo costume e sentido nos mandão tomar algũas particularidades (OL, xlv, Eiiij v). Dos nomes acabados em .ol. parece ã deviamos tirar algũa eyçeyção: porã alhgũs nomes temos cuja rezão e bõa voz require que se não acabem no plural em ois <...> [sol, rol] por diferença das segundas pessoas destes verbos [soes, roes] (OL, xlv Eiiij). se fosse em costume tambem diriamos Romão, Romãos; Italião, Italiãos,

Valencião, Valenciãos. E também Jorge da Silveira no cançioneiro ã ajūtou Garçia de resende: diz castelão, do qual singular se o ouvesse no mundo, diríamos no plural castelãos (Ol, xlv Eij). hũ e algũ, hi e ahi <...> so de nosso costume os escrevemos, sã mais outra neçes-sidão (Ol, xiv, Bij). so de costume: sem mays outra neçessidade se acreçentão algũas outras letras em algũas partes (Ol, xv, Biiij–Biiij v). E isto se faz de neçessidade em ã nos o costume ja pos (Ol, xxvij, Bvij v).

A atenção de Barros ao sistema é ainda mais sensível, na escolha de variantes normativas ele mais frequentemente do que Oliveira orienta-se à analogia, à estrutura morfológica de formas, por exemplo, arcaizantes, recomendando maçã – maçãs, aldeã – aldeãs (Bar, 14 v). Segundo Barros, é possível recomendar formas não usuais.

Sól, lũa, glória, fama, memória nam tem plurár. E quem algũ nome destes levár ao plurár que a orelha pôssa sofrer, nam encorrerá em pecádo mortál: dádo que em rigor de bõa linguagem sam mais pró-prios do singular que do plurár (Bar, 10 v–11).

Ferreira de Vera, seguindo Oliveira, difere regras racionais e o uso.

Hũas letras se dobrão nas dicções per natureza das palavras, de que se não pode dar regra, porque consiste em uso; & não em arte. E assi não se pode dar razão, porque estas palavras Latinas, gutta, caballus (de que dizemos gotta, cavallo) tem dous tt, & dous ll; mais que dizer: Sic voluerunt priores: Que forão compostas â vontade de quẽ as inventou (Vera, 28).

A questão de correlação do sistema e da norma nas gramáticas missionárias tem suas especificidades. A tarefa de apresentar na gramática, destinada ao ensino da fala em idioma estrangeiro nas mais variadas situações de comunicação, estimula a atenção aos dois aspetos. Uma especial importância adquirem as regras, cujo caráter difere nas gramáticas portuguesas e missionárias: nestas presta-se muita atenção à regularidade / irregularidade com os fins distintos da codificação da norma. Enquanto os autores das primeiras gramáticas do vernáculo, concentrando-se na escolha de variantes normativas, acodem à noção de regras nos casos de variação, daqui vem a atenção às formas do plural de nomes com -l e nasais finais, do verbo *ser*, etc. (ainda sem prestar atenção a alguns

outros aspetos importantes da gramática portuguesa, por exemplo, análise das funções dos verbos *ser* e *estar*), as gramáticas missionárias prestam a maior atenção ao sistema, suas regras demonstram a formação e funcionamento de formas e construções.

Formação do Gerundio in do, vel dum, ou Supino. Os verbos acabados em vogal com accento na ultima, fazem addito bò, ut ajucâ, jucábo. Os acabados em i, vel u, interpoem a, ut ayabî, abiábo, pro abíbo. aû, uábo pro úbo, recorre á regra do g interposto (Anch, 28). Nota que nestes acabados em u, precedente vogal, se interpoem g, & é melhor pronunção & mais fácil, ut guábo (Anch, 4v). Algũs acabados em outras duas vogaes juntas tambem interpoem a, ut ayaô, aoábo, vel agoábo <...>. Outros seguem a regra geral de bò (Anch, 28). No futuro additur nè in fine. <...> No negativo tem xoè, vel xò, antes do nè (Anch, 22). O imperativo <...> se forma addito ta ao presente do indicativo <...>. No fim do negativo tem umê, sive imê <...>. o presente do conjunctivo tem a mesma voz que o imperativo, & serve tambem por elle, ut mate, matemos, não mates, não mateis, e se forma com ta (Anch, 22v). a particula mã sempre ha de ir no fim (Anch, 24). As mudanças das letras que ficão atras, servirão para não se repetir ao diante hũa cousa a cada regra, porque a estas hão de recorrer. Posto que sempre ha algũas exceções que o uso insinará (Anch, 8).

Figueira apresenta toda gramática como um conjunto de regras bem organizadas e numeradas, que ele formula baseando-se no sistema e uso, verificando os dados com falantes nativos. Ao dar paradigmas, o gramático expõe modelos gerais de formações que depois detalha, exceções, a seu turno, aparecem como sujeitas a outras regras. A rigorosidade das regras varia, Figueira toca a questão de modelos gerais (padrão geral) e não gerais, ou seja de regularidade / irregularidade, variante / invariante.

de raiz por fundamentos e regras <...> consultando e dando as a examinar a Indios naturais e a padres nascidos e criados entre os mesmos Indios do Brasil (Fig. Prologo ao leitor). todos estes mesmos modos se formaõ da terceira pessoa do Indicativo. E advirtase, que na formaçaõ destes modos da terceira pessoa consistem as principaes dificuldades da grammatica desta lingua, & pera as vencer facilmente, poremos aqui regras certas, & claras. Da formaçaõ dos modos. O principio do Conjunctivo, Infinitivo, Gerundio, ou Supino, se forma da terceira pessoa do Indicativo, tirandose o Artigo. Donde vem que os verbos,

que depois do Artigo tem algũa destas syllabas Nho, Io, a perdem no Conjuntivo, & dahi por diante; pola perderem na terceira pessoa. Anhotym, Erenhotym, Otym; Conjunct. Tyme. Infinitivo, Tyma, &c. (Fig, 101). Os seguintes tempos se formão do Presente do mesmo Infinitivo. Os preteritos perfeito, & plusquamperfeito acrescentaõ Agoéra: o futuro imperfeito, Ramboéra <...>. Os Participios passivos em Yra procedem só de verbos activos. Formaõse das terceiras pessoas do presente do Indicativo (Fig, 106–107). Hũa das cousas mais importantes pera saber fallar, he entender a ordem, & formaçaõ dos Gerundios dos verbos, & assi se deve muito advertir. Os principios dos Gerundios se tomaõ da terceira pessoa do Indicativo, tirando o artigo, nos de artigo; & as syllabas Nho, Io, nos que as tiverem. <...> Os neutros, que começaõ por pronomes, Xe, nde, &c. no gerundio conservaõ os taes pronomes, mas na terceira pessoa sempre tem a letra O (Fig, 109). Exceituaõse porẽm desta regra os verbos, que depois do pronome Xe, teiverem a letra R, immediatamente, a qual letra R se muda em ç, com zeura na terceira pessoa <...>. Tambem se excetuaõ daquella primeira, & da segunda regra, os verbos compostos de nomes, cuja primeira letra T, fica na terceira pessoa (Fig, 38). Primeira exceiçaõ das duas regras sobreditas. Esceituaõse destas regras os nomes seguintes, que começandose por ç, com zeura, fallandose dellas relativamente, mudaõ o ç, em x, & naõ em r, tomando i, por relativo. Çébe, mantimento; Ixébæ, o seu mantimento. Çumarã, inimigo. Ixumarã, o seu inimigo <...>. Segunda exceiçaõ. Tiraõse tambem das duas regras os Infinitivos dos seguintes seis verbos Activos, que nunca mudaõ o Ç, em R. ainda que lhes proceda immediatamente o Accusativo. E fallandose relativamente tomaõ I, por caso relativo, mudando o Ç, em X <...>. Aiocyb, alimpo. Çyba. Ixiba, alimpalo. Aioçúb, visito. Çúba. Ixúba, visitalo (Fig, 73). o nome, ou pronome em respeito do verbo podem estar antes ou depois. ut Oçóu Pedro; Pedro oçóu. <...> Na terceira pessoa relativos comumente o nome, ou pronome precede o verbo. ut Coriteĩ Pedro rúri. <...> Os relativos sempre se collocaõ depois do nome, que relataõ, como a ordem pede <...>. O Adverbio em quanto tal, póde preceder, ou posporse comũmente. Coriteĩ açó, I, Açó coriteĩ. A preposiçaõ em quanto tal, sempre se pospoe (Fig, 165–166). Primeira conjugaçam geral dos verbos do artigo A (Fig, 12). Segunda conjugaçam geral dos verbos, que começaõ per pronome, Xe (Fig, 36). Da conjugaçam de alguns verbos irregulares. De duas maneiras podemos chamar aos verbos irregulares; s. ou porque se naõ usaõ mais que em alguns tempos, numeros, ou pessoas; & estes melhor se chamaõ Defectivos, porque tem faltas nas taes cousas: mas nos tempos que tem, guardaõ a ordem

das conjugações geraes. Outros são propriamente irregulares; porque tendo tudo, o que outros tem, não fazem suas formações da mesma maneira (Fig, 53).

Estêvão começa a gramática de canarim com a parte chamada “Algũas advertencias necessarias pera o bom entendimento, & uzo desta lingoa, & da Arte”, ligando as noções de língua, de uso e da descrição gramatical. Aqui o autor marca a existência em canarim de diversos tipos de declinações, i.é variação de modelos da flexão nominal (Est, 5–5v); fala de diferenças do modelo e da pronúncia real de formas nominais e verbais, tendo em conta a variação morfológica (Est, 5v-6); menciona variação de marcadores de casos (Est, 6–7). Descrevendo a morfologia (partes da oração, flexão, derivação) Estêvão antecipa a ideia de modelo típico, padrão morfológico geral (“conjugação principal”) e de variação de modelos (“muitas cojugações”). Ele expõe o tema e morfemas flexionais, demonstra a variação de flexão e derivação (Est, 39v), o desvio do padrão morfológico é apresentado como isenção de regra, irregularidade (Est, 30v).

Depois deste verbo activo sera muito necessario por logo antes dos outros verbos a formaçãõ dos tempos pera que os que aprêdê saibaõ como haõde formar os tẽpos pera conjugarẽ. Formaçãõ dos verbos. O Preterito imperfeito, sodĩ, se forma da primeira pessoa do singular do indicativo tirando o tã, & pondolhe o til na vogal, que estava antes do tã, v. g. soditã, tirandolhe o tã, & pondo o til na vogal atras fica sodi. Baissatã, baissã <...>, tiraõse daqui algũs irregulares como se pode ver nas suas conjugações. O segundo imperfeito, soditalõ, se forma da terceira pessoa do singular do presente do Indicativo acrescentando, lo, ly, le, assy como soditã, soditalõ, ly, lẽ. O Preterito perfeito, sodilo, se forma da primeira pessoa do presente do Indicativo, tirando o tã, & pondo lhe, lo, ly, lẽ <...>, tiraõse daqui algũs verbos, ã tendo, α, antes do tã, mudaõ no preterito aquelle, α, em ,i, <...>, outros tẽ seus preteritos irregulares <...>. A primeira pessoa do Pl. deste futuro, sodũ, se forma da primeira pessoa do presente do Indicativo tirando o tã, & mudando , i, em , ã, soditã, sodũ. Tiraõ se daqui os verbos disyllabos ã retẽ a dita vogal acrescentando lhe a syllaba, ã, ut Pitã, piũ <...>. Tiraõse tambẽ os ã tem , e, antes do tã, a qual letra não se muda em ã, mas se lhe acrescenta a syllaba, ã, tirando o tã, ut palletã, vejo, palleũ <...> (Est, 39–40). no que toca ao conjugar, o verbo activo tem hũa so conjugaçãõ <...>. Depois

da conjugação do verbo activo, vê a do verbo neutro, que differe do activo nos preteritos, por ã se cõjugaõ todos os neutros. Apoz o neutro, vê o verbo negativo, que he geral em todos os verbos, & tẽ sua propria conjugação, & por elle se conjugaõ todos os verbos negativos. Depois do negativo segue se dous verbos defectivos <...>, por onde vaõ todos os mais defectivos. Ultimamente vê os verbos irregulares <...>. De modo que a conjugação principal dos verbos, seja hũa so, todavia esta variedade de activo, de neutro, defectivo, & de todos os seus negativos, & irregulares, he equivalente a muitas conjugações (Est, 31).

A problemática da correlação do sistema e da sua realização é refletida na organização do *Methodo grammatical para todas as linguas*: partindo dos fins de ensinar em curto prazo o latim na gramática escolar, Roboredo primeiro exhibe modelos da flexão nominal e verbal regular, considerando-os, junto com construções de concordância e regência, a principal parte da estrutura gramatical de cada língua, e só depois apresenta formas irregulares do nome e do verbo. Tal princípio – antes de mais nada ensinar modelos de formação de principais formas e construções – parece refletir a atenção de Roboredo à correlação entre o sistema e sua realização.

Dividi este primeiro grao em tres livros. No primeiro, & mais principal da Grammatica de cada lingua se devem lâçar as Declinações dos Nomes, & seu Genero: as Conjugações dos Verbos, & seus Preteritos, com a summa das Concordias, & Regencias das palavras, No segundo livro, & menos principal se devem ajuntar as irregularidades dos Nomes, & Verbos (M., c2).

Assim, como vemos, nos monumentos analisados a questão de correção linguística é tocada desde as posições da norma (uso, escolha de variantes exemplares) e do sistema (regularidade / irregularidade, modelos de formação). Na linguística portuguesa da época estudada realiza-se um importante passo: as ideias de norma (e de correlação dela com o sistema) elaboradas no decurso da codificação de português espalham-se a outras línguas, comprovando a sua aplicabilidade a qualquer língua. A sua universalização marca o início da consolidação de norma como conceito científico da linguística geral.

3. Universalização da visão histórica da língua

Mais uma inovação engendrada nos sécs XVI e XVII é a atitude histórica a língua, causada pela defesa do vernáculo. A compreensão de mudanças linguísticas deixam de se considerar “corrupção” típica de vernáculos “não gramaticais”, evolui ao entendimento de modificações históricas, características universais de todas as línguas, inclusive a latina. A comparação de todos os níveis do sistema do português com o latim para comprovar a sua proximidade leva ao estudo da origem da língua materna, à formação de ideias que têm paralelos com a linguística histórica e estimula o esboço de novas disciplinas linguísticas (fonética e gramática históricas, etimologia). Não tentando expor neste artigo todos os aspectos da visão histórica de língua, limitamo-nos com testemunhos explícitos de compreensão pelos autores portugueses da universalidade de câmbios linguísticos.

Já Oliveira não só recusa da característica negativa de mudanças históricas em português, mas reconhece a mobilidade, além do vernáculo, de línguas clássicas, em consequência de sua polimento: “E e manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro goram grosseiras: e os homens as poserão na perfeição q̃ agora tem” (Ol, iv, Aiiiij–Aiiiij v). Oliveira distinguindo câmbios antigos, recentes e os que ainda estão realizando-se, marca processos ativos na fonética (redução de vogais, queda de -d- intervocal em flexões verbais), na morfologia (mudanças de formas verbais *poer*>*pōr*, surgimento da flexão -a em nomes de género feminino acabados em -ês, etc.), no léxico (marca na gramática alguns arcaísmos, neologismos lexicais).

Os tratados de Nunes de Leão são uma das primeiras descrições históricas de língua românica, bem como experiência da criação de dicionário etimológico, este autor dedica-se já ao estudo especial de câmbios históricos. Mais de uma vez ele sublinha a ideia de mutabilidade, historicidade da língua: “Assi como em todas cousas humanas ha continua mudança & alteraçãõ, assi he tambem nas lingoagẽs (N L, 1). sendo as lingoagẽs tam mudavel cousa, & q̃ em pouco tempo se alteraõ tanto (N L, 8). as mudanças q̃ as lingoas vaõ fazendo cada dia” (N L, 12). Uma importante especificidade das posições de Nunes de Leão é o entendimento da mutabilidade de diversas línguas: além das românicas, inclusive as da península Ibérica, da latina, fenícia, basca. Desse jeito, a historicidade é reconhecida como propriedade de várias línguas, característica universal delas. Os tratados de Nunes de Leão ilustram como a ideia da “corrupção” evolui, na linguística da época, à concepção da mutabilidade linguística. O significado do termo “corrupção” transforma-se em ‘mudança, mutação, modificação, câmbio’.

A corrupção per troca de hũas letras por outras he mui comũ, & ã cõprende as mais das palavras, porã de ecclesia dizemos igreja, de desiderũ desejo, de cupiditas cobiça. Na qual maneira de corrupção hã hũas certas letras que quasi sepre respondẽ a outras, como o diphtõgo au, dos latinos a, ã os Portugueses respõdẽ com o seu ou, como por audio, ouço, por aurum ouro, por taurus touro, por laurus, louro, por maurus, mouro, & por paucus pouco <...>. Da mesma maneira se mudão as letras em outras semelhantes como he o l. em r. & o p. em b. o t. em d. Porã por obligar dizemos obrigar, por blandus brando, <...> por amatus, amado. (N. L., 36). As letras entre si teem hũas com as outras muita semelhança, & e afinidade, & portãto facilmente se corrõpem & mudão hũas em outras, não soamente de hũa lingoa a outra, mas em hũa mesma lingoa. Polo que, teendo noticia desta semelhança, & mudança, que fazem de hũas em outras, facilmente viremos dar cõ a origem dos vocabulos corruptos. <...> A. primeiramente se muda em .e. como de alacris, alegre. de factus, feito. de amavi, amei. & aas vezes e .ou. como de aurum, ouro. de laurus, louro. de taurus, touro <...>. B. mudase em .v. como de debeo, devo. de caballus, cavalo <...>. C. mudase em .g. como de cæcus, cego. locusta, lagosta. <...>. E o gn corrompese em .nh. como de lignum, lenho. <...>. I. mudase em .e. como de cibus, cevo. <...> de bibo, bebo. <...>. L. corrompese em .r. como de blandus, brando. de clavus. cravo. <...>. E quãdo vem despois de .c. f. p. corrompese em .ch. como de clavis, chave. de flamma, chama. de plaga, chaga. <...>. T. corrompese em .d. como de amatus, amado. de auditus. ouvido, de fatum, fado (N. L., Ort, 25-26).

Severim de Faria compreende a formação de línguas românicas como resultado de transformações no latim, considerando câmbios históricos um traço universal de línguas. É este entendimento que leva o autor à opinião que a origem e a antiguidade de uma língua não podem servir de razão para declarar sua superioridade. Segundo Severim de Faria, são os processos duradouros na história de povos e estados que causam mudanças linguísticas. Ele explicita que não as considera corrupção, apesar de empregar esta denominação.

Desta lingua Latina nos não ficou ja agora mais que a parte da Escritura; & o uso se corrompeo em Italia, França, & Hespanha nas linguas vulgares, que ao presente se fallão nestas Provincias (Far, 70v). segundo a melhor, & mais verdadeira opinião, nẽ por primeira antiguidade, nem por incorrupção do idioma, pôde nenhũa lingoa ser tida por melhor que a outra. Supposto isto, devemos buscar outras ra-

zões, que não sejam de origem, pera julgarmos em que estâ a millhoria de hũa lingua â outra (Far, 64-64v). com o tempo, e transmigrações dos povos, se vierão a corromper de maneira as palavras, que ja desta primeira lingoa [de Adão] haverâ mui poucas no mundo (Far, 63v). esta [hebraica] com o tempo veyo a tamanha corrupção que conserva ja muito pouco de seu bom principio, pois vemos no estado de hoje hũa das imperfeitas do mundo <...>. O mesmo podemos das demais lingoa q̃ tiverão seu principio nos edificadores da torre, por q̃ depois de tâtos seculos, ê mudâças das gêtes, & Monarquias não podião deixar de se corromper, & mudar em outras formas (Far, 64-64v). o diphtongo, ão, he proprio nosso, & o corrôpemos do om, Frãcez, & Galego, e q̃ não ha muitos annos acabavão as mais das dicções q̃ hoje terminamos em, ão, por se pronunciar este diphtôgo por, a, com mais brandura, & suavidade que não por, o. Donde não ficou a lingoa pejorada cõ esta mudança, mas antes com notavel melhoria (Far, 76-76v).

Dessa maneira, a modificação de um aspeto da apologia da língua nacional (passagem do desejo de confirmar a proximidade do latim e do vernáculo ao entendimento das particularidades da língua materna como traços não sujeitos à desaprovação) junto com a recusa da visão hierárquica de línguas incentivam a consideração de câmbios linguísticos como qualidade universal de línguas. Do louvor ou vitupério do vernáculo passa-se ao entendimento objetivo de mudanças como traço geral de línguas, o que significa a etapa inicial da consolidação do conceito científico de mutabilidade, historicidade de língua.

4. Universalização das ideias de linguodidática

A sinopse da universalização de ideias linguísticas nos monumentos portugueses dos sécs. XVI e XVII seria incompleta se não tocássemos o tema de ensino de língua. As obras que se criam com os fins de ensino, editadas no período estudado, descrevem latim (Cavaleiro, Sousa, Clenardo, Resende, Alvares, Roboredo), português (Oliveira, Barros⁴, B. Pereira), tupi (Anchieta, Figueira), canarim (Estêvão); duas gramáticas são descrições contrastivas do latim e do português (Roboredo, F. Pereira). A apologia (estudo do vernáculo), a formação dos conceitos de língua universal e de norma, a tarefa de ensinar

⁴ Embora a gramática de Oliveira não tenha indicações de caráter escolar, foi criada sendo ele professor dos filhos de Barros. Dos fins educacionais da obra de Barros informa Severim de Faria (Far, 32-33).

línguas estrangeiras com os fins de comunicação, a necessidade do ensino intensivo causam novas atitudes ao ensino. O cume de descrições linguísticas educacionais é a obra de A. de Roboredo. Na sua obra proclamada como gramática universal, *Methodo grammatical para todas as línguas* (1619), ele, primeiro na tradição portuguesa e, talvez, europeia, explícita, 40 anos antes da gramática de Port Royal e um século e meio antes de Verney e de Beauzée, uma elaborada doutrina de ensino, aplicável a todas as línguas. É impossível sobrevalorizar sua significância para a formação das concepções, de gramática universal e de linguodidática. Como o objetivo deste artigo não é o estudo dos próprios conceitos linguísticos, mas a demonstração do processo de sua universalização, não pretendemos dar aqui uma pormenorizada análise do conteúdo das concepções da língua universal e da metodologia de ensino, limitando-nos à ilustração de caráter universalista desta na obra de Roboredo.

O autor seiscentista cria todo um conjunto de obras pedagógicas de géneros diferentes: duas gramáticas (Roboredo 1619, 1625), a primeira das quais contém sentenças empregadas como material de exercícios, a edição separada destes microtextos (Roboredo 1623) antecipa a ideia do livro de leitura; dicionário que contém um aparte tratado de derivação, talvez primeiro na linguística europeia (Roboredo 1621). A metodologia de Roboredo, escrupulosamente elaborada, é baseada na doutrina de cognição da escolástica portuguesa (FONSECA, 1965, 51-53), de suas ideias de indução, dedução, sensorialismo, experiência vem a organização dos manuais: grande número de exemplos, paradigmas que mostram (como vimos em exemplos supracitados) estruturas de formas e diferenças entre o latim e português, emprego de vários tipos de caracteres, sistema de comentários interlineares e marginais, etc. Não são esquecidos aspetos psicológicos: interesse do aluno, importância de louvor, crítica, competição, diálogo entre o professor e o aluno (M., b2v, 83, c4). Roboredo insiste na necessidade de ensinar primeiro a língua materna e só depois outras línguas, não aceita as técnicas de ensino “como se os meninos foram Latinos” (M., b3v), considerando universal esta atitude: “E o que mais podia estimar, he ficar com os princípios comũs para saber facilmente outras línguas” (M., c4v), ensinar estrangeiras aos portugueses e vice-versa: “passar per este Methodo para as outras línguas <...> reduzindo a lingua dos Barbaros [...] ao mesmo Methodo [...], cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa” (M., a4v). O desprezo desta prática é a razão da crítica de antecessores, particularmente de Álvares. O racionalismo do método de ensino está determinado pela compreensão da base única e racional da própria gramática, o que demonstram os títulos do *Methodo* e de sua primeira parte, *Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina* – a gramática aparece

como uma abstração que pode ser demonstrada por exemplos de várias línguas concretas. É de notar que a problemática da língua universal está presente nas gramáticas escolares de Roboredo, antecipando o caráter escolar de Port Royal e diferindo o autor português da tradição medieval, onde as ideias da língua universal não aparecem só nos tratados teóricos de modistas. Roboredo expõe, nos manuais de iniciantes, a diferença entre estruturas profundas e superficiais, entre a oração e a frase, pertencentes à gramática e à retórica.

E o que mais podia estimar, he ficar com os princípios comũs para saber facilmente outras linguas (M., c4v). passar per este Methodo para as outras linguas <...> reduzindo a lingua dos Barbaros [...] ao mesmo Methodo [...], cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa (M., a4v). Methodo grammatical para todas as linguas. Consta de tres partes. 1. Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina. 2. Copia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses. 3. Frase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica <...> (M., título). O Mestre que destas sentenças usar accomodandose aa rudeza dos principiantes, deve ditarlhes, se lhe parecer a tradução vulgar com o numero sobre cada palavra, correspondente ao que levão as Latinas. Porque assi levão no caderno a voz do Mestre para em casa lhes dizer, quando quiserem, a significação das palavras, construção, & frase (M., 80). A Frase pois, que he hũa das propriedades de cada lingua, muitas vezes se não pode interpretar em outra lingua palavra por palavra (M., c). Frase he um particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação e ajuntamento de palavras per certa collocação dellas. (M., 182). As palavras da Oração do Grammatico põe o Rhetorico em sitio quase opposto. Porque o Grammatico segue a ordem natural <...>. Porem o Rhetorico como pretende enfeitar esta Oração, colloca as palavras no sitio, que melhor harmonia faz aa orelha: & nesta harmonia consiste seu elegante ornamento, hora alongando, hora abbreviando, hora levando as palavras fora de sua propria significação (M., 203–204). Muitas figuras Ellipses desta maneira, que admite a Latina, não admite a Portuguesa, nem a Castelhana: por tanto, com as palavras, que se hão de supprir, se descobrem defronte as figuras. E per esta via notarás de passagem a differença da frase destas tres linguas (PL., 28). Os numeros de algarismo mostram a ordem dereita da Grammatica em tomar as palavras na explicação Grammatical <...>. A figura Ellipse <...> he mui frequete; a qual pode logo o principiante ir conhecendo per estes numeros. Porque na Sentença em que faltar numero, mostra que neste lugar falta palavra,

que se deve suprir de fora para enteirar a Grammatica (M., 81–82). A primeira tradução faz se de tal maneira ao pee da letra; que toda a frase da lingua, que traduzimos, se observa. [...] As palavras são Portuguesas, a frase Latina, A tradução absurda. A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual a frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta [...]. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considéra a diversa, e partucular frase de cada hũa. Porque a Portugues, e Castelhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e Preposições não responde a Latina. A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e frases, e concordando com a outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa solicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas. [...] Da quarta [...] respeita sômente o conceito do periodo, quer uses da mesma frase, quer de diversa: hora exclus algũas palavras, hora ajuntes mais. Chamase tradução parafrastica (Roboredo 1623, 23-24).

Das ideias da gramática universal racional decorre a metodologia: o aluno deve entender, com o apoio na língua materna, a correlação entre o significado gramatical da forma ou da construção estrangeira e os meios que possui a língua estrangeira para exprimir este significado, logo aprender os meios característicos. É por isso que Roboredo presta grande atenção a vários tipos de tradução, reconhecendo o papel dela na compreensão de diferenças estruturais e estilísticas dos meios de exprimir o mesmo significado em línguas diferentes, materna e estrangeira:

A primeira tradução faz se de tal maneira ao pee da letra; que toda a frase da lingua, que traduzimos, se observa. [...] As palavras são Portuguesas, a frase Latina, A tradução absurda. A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual a frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta [...]. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considéra a diversa, e partucular frase de cada hũa. Porque a Portugues, e Castelhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e Preposições não responde a Latina. A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e

frases, e concordando com a outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa solicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas. [...] Da quarta [...] respeita sômente o conceito do periodo, quer uses da mesma frase, quer de diversa: hora exclus algũas palavras, hora ajuntes mais. Chamase tradução parafrastica (Roboredo 1623, 23-24).

Atendendo à técnica de ensino, Roboredo elabora planos anuais e mensais, programas de estudo de temas gramaticais e de leitura de textos de vários tipos, todo um sistema de exercícios de treino (tradução, ditados, composições; treino complexo de vários aspetos: ortografia, morfologia, sintaxe; trabalho de alunos em pares). A etapa final do estudo de cada tema consta da produção textual, oral e escrita: redação de um discurso, carta, poesia (M., c3v, 83; Roboredo 1625, 69). Na *PORTA DE LINGUAS*, que pode servir de protótipo de manual autodidático, Roboredo esboça um género de programa para este tipo de estudos (Roboredo 1623, 22-23).

Desse modo, a ideia de universalismo linguístico fomenta a elaboração de princípios universais de ensino de línguas, próximos à metodologia moderna.

Conclusão

A tradição filológica portuguesa dos sécs. XVI e XVII contribuiu muito à universalização de ideias ligadas com as concepções de apologia, norma, história, linguodidática. Neste processo destacam-se duas etapas. Primeiro, na prática da descrição linguística, elaboram-se noções que são aplicadas a uma língua. Ao limiar do século XVII elas são espalhadas a outras línguas, entendem-se como aplicáveis à LÍNGUA em geral, o que é condição indispensável de sua ulterior consolidação como conceitos linguísticos teóricos da ciência madura.

Lista de abreviaturas

Alv – Alvares, 1572. Anch – Anchieta, 1595. Bar – Barros, 1540. BP – Pereira, 1672. Est – Estêvão, 1640. Far – Faria, 1624. Fig – Figueira, (1621). Gan – Gândavo, 1574. GL – Roboredo, 1625. M. – Roboredo, 1619. N. L – Leão, 1606. N. L, Ort – Leão, 1576. Ol – Oliveira, 1536. PL – Roboredo, 1623. RLL – Roboredo, 1621. Res – Resende, 1540. Sou – Sousa, 1535. Tav – Távora, 1566. Vera – Vera, 1631.

Referências bibliográficas

- ÁLVARES, Manuel. *Emmanuelis Alvari <...> grammatica libri tres*. Olyssipone: Ioannes Barrerius, 1572.
- ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do brasil <...>*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa; FERNANDES, Gonçalo. *Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos. Prefácio e Estudo introdutório*. In: ROBOREDO, Amaro (1619). *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa: Pedro Craesbeck. Edição facsimilada, 2007, p. XI-CII.
- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa. Dialogo em louvor da nossa linguagem*. Olyssipone: Apud Lodovicum Rotorigiũ, 1540.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.
- CAVALEIRO, Estêvão. *Nova grammaticae Marie Matris Dei Virginis ars*. Lisboa: Valentim Fernandes, 1516.
- CLENARDO, Nicolau. *Institutiones grammaticae latinae*. Bracara: Sumptibus Guilhermi a Traiecto, 1538.
- COSERIU, Eugenio. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. In: OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da linguagem portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática*. Por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000. p. 29-60.
- COXITO, Amândio. *Lógica, semântica e conhecimento na escolástica pré-renascentista*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.
- ESTÊVÃO, Tomás. *Arte da lingua Canarim <...>*. Rachol: Collegio de S. Ignacio da Companhia de Jesu, 1640.
- FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios politicos <...>*. Evora: Manoel Carvalho, 1624.
- FERNANDES, Gonçalo. *A Ianua Linguarum dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a Porta de Línguas de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623)* In: *Boletim de Estudos Clássicos*. T. 42, 2004, p. 165-181.
- FIGUEIRA, Luis. *Arte da lingua brasilica. <...>*. Lisboa: Manuel da Silva, (1621).

- FONSECA, Pedro. da. *Isagoge filosófica*. Introd., ed. do texto latino e trad. Por Joaquim Ferreira Gomes. Coimbra: 1965.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da lingua portuguesa com um Dialogo <...> em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Antonio Gonsaluez. 1574.
- KOSSARIK, Marina. *La lingüística ibérica en los siglos XVI–XVII y el contexto cultural de la época*. In: *Actas de la II Conferencia de hispanistas de Rusia*. Moscú. 19–23 abril 1999. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores. 2000. On-line: www.hispanismo.cervantes.es/documentos/kosarik.pdf (last access: 09 January 2015).
- KOSSARIK, Marina A. *A obra de Amaro de Roboredo. Questões de historiografia linguística portuguesa*. In: *ROBOREDO, Amaro de. Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Ed. de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 7–63.
- KOSSARIK, Marina. *A contribuição dos primeiros gramáticos portugueses na formação do cânone gramatical moderno*. In: *Revista de Historia [actual História – Revista da FLUP]*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto. Porto, 1990, p. 55-60.
- KOSSARIK, Marina. *A doutrina linguística de Amaro de Roboredo*. In: *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. T. 2. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1997, p. 429-443.
- KOSSARIK, Marina. *A tradição portuguesa no contexto da linguística europeia*. In: *HEAD, BF, TEIXEIRA, J., LEMOS, A. Sampaio, BARROS, A. Leal de, PEREIRA, A.(orgs.). História da Língua e História da Gramática*. Actas do Encontro. Braga: Universidade do Minho, 2002, p. 181-203.
- KOSSARIK, Marina. *Monumentos Linguísticos Portugueses dos Séculos XVI e XVII*. In: *Confluência*, 25 e 26: Instituto de Língua Portuguesa, 2003, p.93-174.
- KOSSARIK, Marina. *Questões de fala nas obras linguísticas portuguesas dos séculos XVI e XVII*. In: *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, Revista de publicação anual, Nº 4*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2001, p. 295-320.
- LANCELOT, Claude, ARNAULD, Antoine. *Grammaire generale et raisonnée de Port-Royal <...>* Paris: Hachette, 1846.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da lingua portuguesa <...>*. Lisboa: Pedro Graesbeck, 1606.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Orthographia da lingua portuguesa <...>*. Lisboa: João Barreira, 1576.

- LEITE, Marli Quadros. Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa – O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo. In: *Filologia e Linguística Portuguesa* 13.2: 2011, p. 337-368.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: German Galhardo, 1536.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- PEREIRA, Bento. *Ars grammaticae pro lingua Lusitana addiscenda latino idiomate*. Lugduni: Laurentius Anisson, 1672.
- PEREIRA, Bento. *Regras gerays breves & comprehensivas da melhor ortografia <...>*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1666.
- PEREIRA, Frutuoso. 1643. *Arte de grammatica latina <...>*. Lisboa: Lourenço de Anueres.
- RESENDE, André de. *L. Andreae Resendii de verboru(m) coniugatione commentarius*. Olissipone: Apud Lodovicū Rhotorigium, 1540.
- ROBOREDO, Amaro de. *Grammatica latina de Amaro de Roboredo mais breve e fácil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras <...>*. Lisboa: Antonio Alvares, 1625.
- ROBOREDO, Amaro de. *Methodo grammatical para todas as linguas <...>*. Lisboa: Pedro Graesbeeck, 1619.
- ROBOREDO, Amaro de. *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Ed. de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2002.
- ROBOREDO, Amaro de. *Porta de linguas ou metodo muito accomodado para as entender <...>*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1623.
- ROBOREDO, Amaro de. *Raizes da lingua latina mostrados em um tratado e dicionario<...>*. Lisboa: Pedro Graesbeeck, 1621.
- SANCHEZ, Francisco. *Francisci Sanctii Brocensis <...> Minerva: seu de causis linguae latinae. Salmanticae: Renaut, 1587.*
- SANCHEZ, Francisco. *Verae breuesque grammatices latinae institutiones. Salmanticae, 1595.*
- SCHÄFER-PRIEB, Barbara. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen : Niemeyer, 2000.
- SOUSA, Máximo de. *Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literarum, tradite dialogo <...>*. Coimbra: Caenobium Dive Crucis, 1535.

- SWIGGERS, Pierre. Les études linguistiques romanes des origines jusques'au début du XIXe siècle: les "prémices" de la romanistique. In: *Manuals of romance linguistics. Manuel des langues romanes*. Éd. Par Andre Klump, Johannes Kramer et Aline Willems. Berlin: de Gruyter, 2014, p. 13–42.
- SWIGGERS, Pierre. Linguistic Historiography: object, methodology, modelization. In: *Todas as Letras*, 14.1: São Paulo, 2012, p. 38-53.
- TÁVORA, Francisco de. *Grammatica hebraea novissime <...>. Conimbricae: Apud Ioanem Aluarum*, 1566.
- VERA, Álvaro Ferreira de. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa <...>. Breves louvores da lingua portuguesa com notáveis exemplos da muita semelhança que tem com a lingua latina*. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631.
- ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800 (= Studies in the History of the Language Sciences, 117)*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2011.
- КОСАРИК, Марина. К проблеме традиции и инновации в истории языкознания. Ренессансная и современная лингвистические парадигмы – связь эпох. In: *Вестник МГУ. Серия 9. Филология* 5, 1995, p. 104–116. [KOSSARIK, Marina. On the problem of tradition and innovation in the history of linguistic studies. Renaissance and contemporary linguistic paradigms: two epochs' bondage. *Moscow State University Bulletin. Series 9. Philology* 5, 1995, p. 104–116].
- КОСАРИК, Марина. Описание языковой системы в ранних лингвистических памятниках Португалии. Т. I. Фонетика. Морфемика. Морфология именных частей речи. Москва: МАКС Пресс, 2013. [KOSSARIK, Marina. The description of language system in early Portuguese treatises on language. Vol. I. Phonetics. Morphemics. Morphology of Nominal Parts of Speech. Moscow: MAKS Press, 2013.].
- КОСАРИК, Марина. Социолингвистическая проблематика в ранних португальских сочинениях о языке. Москва: МАКС Пресс, 2013. [KOSSARIK, Marina. Renaissance Portuguese treatises on language: sociolinguistic aspects. Moscow: MAKS Press, 2013.].

Recebido em 17 de agosto de 2015.

Aceito em 31 de outubro de 2015.

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA, HISTÓRIA CULTURAL, ESTUDOS CULTURAIS: DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neusa Barbosa Bastos

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
nmbastos@terra.com.br

Vera L. Harabagi Hanna

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
verahanna@mackenzie.br

RESUMO:

A presente investigação faz parte da revisão sobre o posicionamento teórico-metodológico do trabalho em Historiografia Linguística, em que reafirmamos a interação fátível com campos de estudo análogos como o da História Cultural, dos Estudos Culturais, da História do Presente. Além de indicar a continuidade de matérias relativas às etapas metodológicas, o estudo visa a complementá-las e expandi-las em regime de transdisciplinaridade, como *uma* das formas de interdisciplinaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística; História Cultural, Estudos Culturais, Transdisciplinaridade

ABSTRACT:

The present study aims at continuing the review on theoretic and methodological issues in Linguistic Historiography reaffirming the potential interaction with similar fields of study such as Cultural History, Cultural Studies and History of the Present. In addition to the continuous studies on methodological stages, this research plans to enhance the process through transdisciplinarity as *one* of the forms of accomplishing interdisciplinarity.

KEYWORDS: Linguistic Historiography; Cultural History; Cultural Studies; Transdisciplinarity

Considerações iniciais

Certezas e desafios acompanham os estudiosos da Historiografia Linguística quando se trata da intersecção com disciplinas ligadas às Humanidades. Semelhanças e divergências entre as várias áreas de estudo fornecem subsídios para o aparecimento de linhas alternativas de conduta historiográfica - questionamentos a respeito da história do presente e verdade histórica, que incluem indagações sobre o presentismo e o modo como os indivíduos se relacionam com o tempo (BASTOS e HANNA, 2012), a problematização da noção do regime de historicidade, são alguns dos debates empreendidos no Grupo de Historiografia da Língua Portuguesa, do IP-PUC/SP e do GT de Historiografia da Linguística Brasileira da ANPOLL. Novas e desafiantes possibilidades de estudo para se trabalhar em regime de transdisciplinaridade com a história, a história cultural, a história do tempo presente, em intercâmbio com a HL, são foco de atenção. A finalidade de alcançarmos um conhecimento mais global da pesquisa histórico-linguística revela-se na procura de novas etapas de investigação metodológica, baseadas para além da análise do texto e do discurso e do *continuum* dos procedimentos históricos conhecidos, sugeriram o acréscimo do diálogo com os Estudos Culturais (BASTOS e HANNA, 2014). Tal diálogo leva ao interesse do denominado auto/etno continuum que compreende a auto/biografia, via individual ou em memória de grupo, a busca de produções em fragmentos escritos, em fontes orais, que tem aberto oportunidade para que façamos a justaposição com a História Cultural no que tange à política de identidade, e de construção da identidade ('documentos-ego'), à retórica da identidade ('retórica dos documentos') – em textos em primeira pessoa, sob a forma de cartas ou narrativas de viagem, diários, autobiografias (BURKE, 2005, p.116). Assim, ao se somaram à teoria e aos métodos de matérias relativos, esses campos de estudo - tão diversos quanto os de objetos de análise -, ao se aliarem à questão das fontes nos passos investigativos no âmbito da HL, têm-se estimulado um intercâmbio criativo e dinâmico estabelecido durante tal processo.

Pelo objetivo que elegemos alcançar nesse estudo, o de investigar fontes subsidiárias para estudos em Historiografia Linguística, relativas ao encontro com a História Cultural e com os Estudos Culturais, consideramos válido retomar, brevemente, considerações apresentadas por Bastos e Hanna em 2014 (b) sobre o conceito de interdisciplinaridade e a identificação que partilha com pressupostos da HL. Voltamo-nos, desse modo, para algumas considerações

sobre a acepção, desenvolvida por Fiorin, que serviu de base para aquele entendimento, “*A interdisciplinaridade pressupõe uma convergência, uma complementaridade, o que significa, de um lado, a transferência de conceitos teóricos e de metodologias e, de outro, a combinação de áreas*” (2008, p.31).

Tentamos aqui um entendimento mais aberto sobre alguns termos mais utilizados na tipologia da interdisciplinaridade. Além do próprio termo, encontram-se a *multidisciplinaridade* (muitas vezes substituído por *pluridisciplinaridade*) e a *transdisciplinaridade* - a opção pelo último é antes explicada pela etimologia dos prefixos. Ao focalizarmos a diferença entre *inter-*, que convencionalmente trata do que existe entre duas abordagens existentes e *trans-*, que vai além delas, tratando de um contexto de interconexão e complexas formas de intercâmbio, elucidamos a preferência por *trans-*, pelo fato de vir ao encontro da busca para que a multiplicidade de abordagens, advinda das relações entre os vários ramos do conhecimento e da própria abundância de objetos de estudo constantes da HL.

Levando em conta que, ao executar a tarefa de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos documentos, o historiógrafo manifesta uma nova visão de mundo, fazendo acontecer um processo de desagregação do que era considerado padrão, os resultados de seu trabalho apresentarão, conseqüentemente, um novo paradigma. Sobre esse assunto, destacamos que, ao se referir às dimensões teóricas e/ou metodológicas da HL, no lugar do termo paradigma, Altman (1998) nomeia o termo ‘*programa de investigação*’, utilizado por Swiggers (1981), para focar a dinâmica interna dos problemas assinalados na HL, assim como o modo de tratá-los funcionalmente e de maneira integral. A autora assim apresenta os quatro programas de investigação: o *programa de correspondência* que examina as correspondências entre linguagem, pensamento e realidade; o *programa descritivista em que* a língua é vista como um conjunto de dados formais, autônomos, ordenáveis de maneira sistemática; o *programa sociocultural* que analisa a variação das formas linguísticas no âmbito de uma comunidade linguística e das performances linguísticas dos falantes e o *programa de projeção* que visa à projeção de um sistema formalizado em certos fragmentos de uma determinada língua (p. 37-39).

O enredamento nas investigações no campo da história da linguística é apontado por Swiggers (2013), que justifica, por sua complexidade, a demanda pela adoção de pesquisas interdisciplinares, partilhadas com a filosofia da linguagem, a retórica, a dialética, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a teologia e, por sua vez, com a história de cada uma delas,

A história da linguística apresenta uma ampla gama de “produtos” do pensamento e das práxis linguísticas: descrições de línguas (descrições de uma só língua ou de línguas em contraste ou de fenômenos tipológicos), manuais (para o ensino/ para a aprendizagem), obras teóricas, estudos históricos e/ou comparativos, modelos de análise ou de explicação, e, além disso, trabalhos que dizem respeito ao planejamento de línguas e às políticas linguísticas (2013, p.42-43)

O historiógrafo da linguística comenta ainda que a observação da análise de textos situados em seus contextos, acompanha o objetivo principal do historiador que é o de reconstruir e desenvolver o ideário linguístico; para tanto, enumera cinco decorrências ordenadas,

I - *Reconstruir*: o esforço de reconstruir um ideário dentro de um campo disciplinar impõe que o trabalho se conecte com a metodologia (da história) das ciências.

II - *Ideário linguístico*: para chegar-se a uma compreensão adequada e fundamentada do ideário linguístico, é preciso ter formação de linguista.

III - *Trajetória*: para poder estudar um (tipo de) trajetória, é indispensável dispor de uma visão histórica relativamente ampla.

IV - *Análise de textos*: para que se proceda a uma análise de textos, são imprescindíveis (a) uma base heurística e (b) alguns fundamentos hermenêuticos.

V- *Contexto*: este item significa que o trabalho seja relacionado com a história intelectual e com a história socioeconômica. (p.43)

Para além da noção apontada pela HL supra citada sobre a importância do entendimento do significado do intercâmbio das disciplinas, acreditamos ser oportuno esclarecer o motivo pelo qual, conceitualmente, priorizamos o uso da acepção de transdisciplinaridade, tomando-a como *uma* das formas de interdisciplinaridade. Diálogos atinentes ao desígnio a ela relativa, que se apresenta globalmente aberta, envolvem novos paradigmas, bem como a experiência vivida - a transdisciplinaridade navega através da disciplina do texto para o contexto e, assim, dos textos para a cultura e para a sociedade, particularidade que especialmente nos interessa nessa jornada, conforme apontado por Swiggers nos itens III, IV e V acima. É imperativo uma larga visão histórica, uma base heurística, fundamentos hermenêuticos que indicarão que o contexto deverá se relacionar com a história intelectual e com a história socioeconômica, ao que

poderíamos colaborar, acrescentando, a história cultural e os estudos culturais. Os últimos, ressaltamos, é uma abordagem que assevera que, por meio da análise da cultura de uma sociedade (as formas textuais e as práticas documentadas)“, *é possível reconstituir o comportamento padronizado e as constelações de ideias compartilhadas pelos homens e mulheres que produzem e consomem os textos e as práticas culturais daquela sociedade*” (STOREY, 1997, p. 46, apud BASTOS e HANNA, 2014, p.8).

Seguimos a classificação da pesquisa de Lisa Lattuca (2001, p. 46), sobre interdisciplinaridade, que a divide em quatro grandes categorias: disciplinaridade informada, interdisciplinaridade informada, interdisciplinaridade sintética, interdisciplinaridade conceitual e transdisciplinaridade. Dentre os vários motivos para adotarmos a definição da autora, encontramos aquele que poderá sintetizar nossa preferência pelo termo - a transdisciplinaridade não critica as disciplinas, pelo contrário, procura similaridades entre elas o que torna a aplicação dos conceitos, das teorias, ou dos métodos da interdisciplinaridade plausível (id. p.117).

Além disso, apomos duas conceptualizações de Julie Klein, uma das mais renomadas pesquisadoras sobre o assunto, e que bem se ajustam aos nossos propósitos: primeiro, *“a transdisciplinaridade envolve desconstrução e aceita que um objeto possa pertencer a diferentes níveis de realidade, com suas consequentes contradições, paradoxos e conflitos*” (2004, p.10). Segundo, para que entendamos de maneira mais clara a falta de permanência, a incompletude e a porosidade das fronteiras entre tais noções, apresentamos de modo abreviado o quadro comparativo, idealizado pela autora em *A taxonomy of interdisciplinarity* (2010, p. 16); naquela ocasião, Klein ressalta características definidoras de padrões de prática e de mudança e que acabam por se complementarem e se hibridizarem. Anotemos os constitutivos apontados nas diferentes tipologias: na interdisciplinaridade encontram-se o foco, a integração, a interação, e a combinação; na multidisciplinaridade, sobressaem-se a sequenciação, a justaposição e a coordenação; e na transdisciplinaridade, a transgressão, a exceção, a transformação.

Igual relevância devemos conceder ao fato de tais distintivos transcenderem disciplinas e permitirem que as apliquemos em inúmeros campos de estudo, não somente ao da HL. Podemos afirmar que o escopo da transdisciplinaridade pode ser alcançado neste estudo nos termos em que pesquisadores que categorizam seus trabalhos como transdisciplinares têm a tendência de ser *“mais tolerantes no tocante às fronteiras disciplinares do que aqueles cujas pesquisas estejam*

conceitualmente rotuladas de interdisciplinares”; estes, procuram integração, enquanto os outros podem se definir como “*críticos do conhecimento*”, conclui Lattuca (2001, p.115).

Julgamos necessário fazer menção ao que Swiggers (2010) confirmara sobre o status da HL - o de uma ‘*empresa interdisciplinar*’ -, em 2010, sublinhando sua organização interna e ressaltando a importância de os padrões metodológicos e epistemológicos a serem atingidos, a HL “*é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico*”, já que, “*engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares*” (p.8). O impacto, adverte ele, poderá sempre conter dois extremos, o *positivo* (estimulante) ou o *negativo* (inibidores ou desestimulantes); de todo modo, é mandatório que enumeremos o aparato terminológico intrínseco ao historiógrafo da linguística, como propõe o pesquisador, relacionando-o categoricamente a três áreas de descrição e explicação, reproduzidas abaixo, por entendermos que os elementos assinalados nos *pontos de ancoragem e agrupamentos*, nas *linhas de evolução*, e nos *conteúdos, formatos e estratégias* completarem as ideias expostas até o momento,

- (1) pontos de ancoragem e agrupamentos: aqui a terminologia lida com
 - (1a) *entidades discretas*: textos, autores, usuários;
 - (1b) *contínuos*: redes, instituições, escolas, círculos, sociedades.
- (2) linhas de evolução: aqui, a terminologia do historiógrafo diz respeito ao:
 - (2a) *curso evolutivo geral*: mudança; revolução; progresso/ estagnação/regressão; manutenção/perda/recorrência; continuidade/descontinuidade; inovação; antecipação;
 - (2b) *relações no tempo*: fontes; modelo; influência; ‘horizonte de retrospectção’; ‘confrontos (teóricos)’;
 - (2c) *segmentos evolutivos*: programas de investigação; tradições; cinosuras; paradigmas
- (3) conteúdos, formatos e estratégias:
 - (3a) designações-rótulo: tais termos se referirão a uma teoria, modelo ou abordagem particular;
 - (3b) formatos: aqui os termos se referirão a específicos
 - (3b1) conceitos e princípios teóricos;
 - (3b2) técnicas e estilos de descrição;
 - (3b3) termos T-teóricos (p.6-7).

Antes de passarmos à segunda parte deste estudo e para melhor compreendermos as infindáveis possibilidades de troca entre as disciplinas elencadas

a seguir, completamos a ideia do conceito de transdisciplinaridade voltada para a compreensão de que nosso intuito é demonstrar o quanto factível pode ser essa tarefa em HL, desde que o reconhecimento das similaridades entre as disciplinas possibilite a aplicação de conceitos, teorias e métodos – mais do que integrar a disciplina, a transdisciplinaridade procura transcendê-la.

1. História Cultural, Estudos Culturais, Historiografia Linguística: uma interação possível

A História Cultural, sabidamente, combina as abordagens da Antropologia e da História com o intuito de observar as tradições culturais populares e as interpretações culturais do conhecimento histórico. Entre aprovações, reprovações e diálogos dirigidos à disciplina, o historiador cultural Peter Burke resume as inquietações da área sobre o interesse comum dos historiadores culturais, “*o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações*” (2005, p. 10) e que pode se aproximar das aflições dos historiógrafos da linguística na complexidade que envolve as etapas de seleção, de ordenação, de reconstrução e de interpretação dos dados – os passos investigativos. Isso acontece na medida em que não só suas fontes se encontram no âmbito interdisciplinar, mas também, no extradisciplinar. A afirmação de Burke, “*o trabalho individual dos historiadores culturais precisa ser localizado em uma das diferenças tradições culturais, geralmente definidas em termos nacionais*” (id.) necessita também ser levada em conta - em ambas as disciplinas as tarefas de seus fazedores coincidem na aplicação de princípios como a contextualização, a imanência e a adequação, como condição para um tratamento adequado da metalinguagem.

Importante, igualmente, para os estudos da historiografia, as análises do historiador François Hartog, percorrem caminhos entre as dimensões temporais, tempos históricos e tempo presente. Reflexões a respeito do que ele denomina *regime de historicidade*, entendendo que, a partir de importantes momentos de mudança em nossa sociedade, alistem-se as diversas maneiras como indivíduos ou grupos se situam e se desenvolvem no tempo, e como acontecem as relações com o presente, passado e futuro. Com o neologismo *presentismo*, descreve-se o presente presentista, nem tão uniforme, nem tão unívoco, ou seja, ele é experimentado de modos diferentes de acordo com o lugar que os participantes ocupam na sociedade; há sempre uma maneira peculiar de articular passado, presente e futuro que faz com que o presente atual seja sempre singular, “*o presentismo de hoje pode ser experimentado como emancipação*

ou introspecção: aberto para uma maior aceleração e mobilidade, fechado para um presente estagnante” (2015, p.xvii). Para concluir, ele garante que, nesses termos, o futuro também poderá ser percebido como uma ameaça, e não propriamente promissor, não prioritariamente otimista e positivo, mas visto como inequívoco, e do qual devemos nos responsabilizar (id.).

Justapondo questões relativas à tríade temporal entre as áreas abordadas, é admissível vincular como a questão do presentismo é enfocada por Carolyn Steedman. Ao recomendar o conceito de cultura, no âmbito dos Estudos Culturais, ela anota a dissolução da cronologia e a quebra da ordem do tempo como motes para que questões de cultura, história e tempo trabalhem em intersecção e possam revelar um formato social e institucional mais geral da história e do conhecimento histórico (1999, p.51). Essa ideia deve ser complementada com sua explanação sobre ‘*repertório retórico*’, que corrobora preocupações comuns que estudiosos dessa natureza devem atinar sobre o binômio tempo/presentismo - texto a ser apresentado de forma particular, de acordo com o que o documento a ser analisado os autorizam “*como se fosse o servidor invisível do material, cuja tarefa se resumiria em descobrir o que já lá se encontra esperando ser revelado*”, para uma audiência que os verá, em consonância com o presente presentista, como “*autoridade máxima como narrador*” (p.47). Deverão, assim, criar uma mediação entre os fatos relatados e seus leitores, selecioná-los, torná-los compreensíveis, hierarquizá-los.

A inserção da História Cultural é justificada, no âmbito das questões mais atuais da produção historiográfica contemporânea, exatamente por ampliar o universo de atuação do historiógrafo; por abordar diferentes domínios das Ciências Humanas; por valorizar as estratificações e os conflitos socioculturais como objeto de investigação; por apreciar as manifestações culturais das massas anônimas e por explorar fontes, objetos e materiais até há não muito tempo desprezados. É explicável, portanto, valermos-nos, na HL, dos ajuizamentos mais recentes provenientes desse campo de estudos, que passou a ser denominado, no final da década de 1980, de Nova História Cultural (ao reunir historiadores da literatura, associados ao novo historicismo), por proporcionarem leituras de cunho pluralístico e enfatizarem os contrastes e conflitos sociais no plano cultural, “*contrapondo, assim, uma história cultural mais ampla a uma história intelectual mais restrita*” (BURKE, 2005, p.46).

É importante anotarmos que a história da cultura popular ganhou destaque concomitantemente ao movimento dos estudos culturais na década de 1960, em que os textos de Richard Hoggart’s, *The Uses of Literacy* (1957); de Raymond Williams, *Culture and Society* (1958) e de E. P. Thompson’s, *The Making of the*

English Working Class (1963) tiveram importância capital para que o interesse por cultura e pelas duas áreas de estudo se tornasse de âmbito internacional. A abordagem relativa aos três livros tornou-se mais tarde conhecida como a tradição “cultura e sociedade de Hoggart-Thompson-Williams”.

A respeito desse assunto, retornamos à questão do texto-contexto, sobrepondo algumas considerações de Raymond Williams (1961), comentadas por Kellner, em seu texto *Border Crossing, Transdisciplinarity, and Cultural Studies* (s/d, p.18) sobre o que denomina de ‘*fronteiras do texto*’, mais precisamente do cuidado que devemos ter de não nos determos nas fronteiras, ou mesmo em sua intertextualidade já que, como a noção de transdisciplinaridade indica, o cruzamento de fronteiras através das disciplinas, do texto para o contexto, da cultura para a sociedade, é o que justamente constitui o texto, e assim deverá ser lido e interpretado. Williams sempre apreciou a interconexão entre cultura e comunicação e suas conexões com a sociedade na qual são produzidas, distribuídas e consumidas.

Isso posto, é adequado destacarmos que a ascensão que a História Cultural gozou, esteve vinculada à influência de movimento intelectual importante ocorrido na mesma época, conhecido por *virada cultural*, que trouxe ideias inovadoras de teóricos e historiadores culturais e contribuiu para que a herança da dimensão social permanecesse viva nessas investigações – “*a virada cultural é, ela mesma, parte da história cultural da última geração*”, explica Burke, (2005, p.9).

Para termos ideia da importância que a noção de virada cultural assumiu, tomamos como base algumas interpretações de Stuart Hall (1997, p.220-224) sobre revoluções culturais. Na visão do autor, é um período de reconfiguração de elementos já presentes na análise sociológica que se associou a alguns novos elementos, com foco na linguagem e na cultura. Em particular, é de nosso interesse assinalar a admirável mudança de atitudes registradas em relação à linguagem – “*uma preocupação com a linguagem como um termo geral para as práticas de representação, sendo-lhes oferecida uma posição privilegiada na construção e circulação de significado*” (p.220), que passou a ter um caráter mais amplo, incluindo-se a completa relação entre linguagem e o que se chama de ‘realidade’. A nova atitude está intimamente ligada à ideia de cultura mencionada por ele – “*a cultura se constitui como a soma de diferentes sistemas classificatórios e de formações discursivas distintas aos quais a língua apela para dar significado às coisas*” (p.222).

A relação entre as linguagens e os objetos descritos pela História Cultural foi radicalmente revista, a linguagem passou a exercer um papel muito mais

respeitável quando teóricos de diversos campos de estudo, dentre eles filósofos, críticos literários, antropólogos culturais, sociólogos, declaram que a linguagem constitui os fatos e não apenas os relata. Hall (p.223) explica ainda que, embora tenha se dado à cultura um papel distintivo e determinado no entendimento e no exame de todas as instituições e relações sociais, não deveria ser entendido o movimento como uma ruptura, mas como uma reconfiguração de elementos, como mencionamos acima. Podemos citar, pelo mérito que concedemos a esta pesquisa em particular, algo que poderia resumir novas atitudes no que tange à compreensão da linguagem em relação à vida social como um todo, e que enfatiza uma instância na linguagem como um termo geral para as práticas de representação, ou seja, a linguagem assumiu uma posição privilegiada na construção e circulação do significado,

Argumenta-se que, pelo fato de processos econômicos e sociais dependerem do significado e trazerem consequências diretas em nosso modo viver, em aquilo que somos – nossas identidade – e dada a maneira como vivemos, também devem ser entendidos como práticas culturais e discursivas. (HALL, 1997, p.222)

Ao discorrer sobre as preocupações com as representações e as práticas na História Cultural, que apresentam entre seus paradigmas a história da fala e não da linguística, Burke argumenta que a história da linguagem, mais especialmente, a história da fala começa a ser partilhada com “*os sociolinguistas que têm sentido a necessidade de dar uma dimensão histórica aos estudos da linguagem*”, exemplificando que, “*A polidez é um domínio da fala que atraiu os historiadores culturais, enquanto o insulto os atraiu ainda mais*” (2005, p.79).

Considerações finais

Elementos de união entre os campos de pesquisa apresentados, o texto, o contexto, o presentismo, os produtores do texto e a audiência desses textos encontram respaldo nas mais importantes tradições dos Estudos Culturais – a combinação da teoria social, crítica cultural, história, análise filosófica e específicas políticas de intervenção.

Pesquisas como a nossa, que se ocupam de teorias culturais em interação com a HL, operam em um contexto cultural particular e funcionam e existem a partir de uma moldura de conhecimentos e significados que estimulam novas ideias e novos significados. A afirmação de Lewis (2006) e classificação que

oferece sobre cultura, a partir da construção e compartilhamento cultural de significados, nos ajudam a apreender a relevância do processo de mediação nesse processo. Para concluirmos por agora questões levantadas sobre a necessidade de operarmos transgredindo fronteiras entre várias disciplinas acadêmicas, destacamos aqui quatro abordagens culturais oferecidas pelo teórico que julgamos compatíveis com nossos propósitos:

- a cultura é construída pelos seres humanos com o objetivo de se comunicarem e criarem comunidade (são formadas no discurso, na linguagem, nos símbolos, nos signos e nos textos);
- a cultura é sempre transitória, aberta e instável (o discurso pode ser harmonioso, disjuntivo, de justaposição, contencioso, contínuo ou descontínuo);
- a cultura, por ser transitória, aberta e instável pode operar através de uma ampla variedade de agrupamentos e práticas sociais (cada cultura possui seu próprio sistema de significados que se articula através de normas e valores, crenças, ideologias políticas, rituais, etc.);
- na cultura contemporânea, a construção de significados é intensificada através da proliferação da informação na comunicação de massas (p.13-15).

A importância dos encontros culturais em nossa época é enfatizada por Burke (2006, p.154) por gerar “*uma necessidade cada vez mais urgente de compreendê-los com o passado*”. Nomenclatura comum no âmbito da história cultural e dos estudos culturais, enumerada a seguir, desperta recorrentes debates quanto aos seus paradigmas estruturais, em diversos teóricos que questionam postulados e métodos em relações entre a sociedade, a história, a língua, a linguagem, a cultura. Reconhecemos os esforços de estudiosos de áreas análogas na tentativa de encontrar uma terminologia que se ajuste, explique, exemplifique e caracterize a coexistência, desde o princípio da modernidade, de linguagens cultas e populares, assim como identifique as ocorrências culturais, originadas em ações econômicas e políticas desde que a Europa se expandiu em direção às Américas. *Tradução cultural, encontro cultural, fronteira cultural, continuum cultural, circularidade cultural, hibridização cultural, globalização cultural, transculturação* são apenas algumas das metáforas que procuram dar conta da interpretação dos encontros culturais. A multiplicidade de terminologias demonstra trajetórias evolutivas bem como novos paradigmas estruturais relacionados ao assunto, que poderiam revelar, também pelo próprio uso de metáforas, a pertinência de sua inclusão nas pesquisas em HL.

Procuramos nesse trabalho colocar em discussão a noção de que a prática da HL em ambiente transdisciplinar busca a complementaridade entre as áreas analisadas apresentando-se atenta ao novo, ao emergente. A abordagem espelha-se nas palavras de Swiggers (2010, p.14-15) sobre os progressos contínuos que a HL tem feito nas últimas décadas. Como uma empresa interdisciplinar, conclui ele, a HL experimentou um desenvolvimento espetacular, dentro do campo englobante das ciências da linguagem, apontando o aumento de publicações e o número significativo de acadêmicos interessados em encontrar, como nós, novos paradigmas com linhas alternativas de conduta historiográfica. Há, como acena o pesquisador, muito trabalho a ser feito relativo às dimensões teóricas, metodológicas, epistemológicas, temporais e sociais, esperamos estar enfrentando tais desafios ao observarmos teorias culturais em interação com a HL, em contexto de tendências e direções contraditórias de contundentes mudanças sociais no novo milênio.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP. 1998.
- BASTOS, Neusa M.O e HANNA, Vera L. Harabagi. Historiografia Linguística e Estudos Culturais: outras implicações. IN: BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada 6: Língua portuguesa na década de 1960: linguística, gramática e educação*. São Paulo, Nova Fronteira. 2014. P.1-13.
- _____. (b). *Entrelaçando Historiografia Linguística, História do Presente, Estudos Culturais: Um Desafio*. Anais do XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL 2014) João Pessoa, Paraíba, Brasil #2527 (ALFAL) 2014, p. 1-10 Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org/CDAanisXVII/trabalhos/R0181-1.pdf>> Acesso em 10 jun 2015.
- _____. História do Presente e Historiografia Linguística: implicações. IN: BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada 5: Estudos sobre a linguagem em materiais didáticos - década de 1950*. São Paulo: EDUC. 2012. P. 17-34.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- DURING, Simon. *The Cultural Studies Reader*. 2nd edition. London: Routledge. 1999.

- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Interdisciplinaridade*. ALEA, VOLUME 1,0 NÚMERO 1, JANEIRO-JUNHO. 2008. P. 29-53.
- HALL, Stuart. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. IN: THOMPSON, Kenneth (ed.). *Media and cultural regulation*. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University: SAGE Publications, 1997. P. 207-238.
- HARTOG, François. *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time* Traduzido para o inglês por Saskia Brown. New York: Columbian University Press. 2015.
- KELLNER, Douglas. *The Frankfurt School and British Cultural Studies: The Missed Articulation*. Contribution from Illuminations: the Critical Theory Project, UCLA, USA. S/d. Disponível em: <http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/Illumina%20Folder/kell16.htm> Acesso em 28 jun 2015.
- KLEIN, J. T. *Prospects for transdisciplinarity*. Futures 36, 2004. p.515-526. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/222407393_Prospects_for_transdisciplinarity> Acesso em 10 out. 2014.
- KLEIN, Julie Thompson e MITCHAM, Carl Mitcham. (ed.) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. New York: Oxford University Press. 2010.
- _____. A taxonomy of interdisciplinarity. IN: KLEIN, Julie Thompson e MITCHAM, Carl Mitcham. (ed.) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. New York: Oxford University Press. 2010. P. 15-30.
- LATTUCA, Lisa R. *Creating interdisciplinarity: interdisciplinary research and teaching among college and university faculty*. Nashville: Vanderbilt University Press. 2001.
- LEWIS, Jeff. *Cultural Studies. The Basics*. London: SAGE Publications Ltd. 2006.
- STEEDMAN, Carolyn. Culture, Cultural Studies and the Historians. IN: DURING, Simon. *The Cultural Studies Reader*. 2nd edition. London: Routledge. 1999. Pp.46-56.
- STOREY, John. *An Introduction to Cultural Theory and Popular Culture*. London: Prentice Hall/Harvest Wheatsheaf. 1997.
- SWIGGERS, Pierre. *The history writing of linguistics: a methodological note*. General Linguistics 21: 1. 1981. Pp. 11-16.
- _____. *Historia e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações*. Revista Eutomia - Ano III - Volume 2 - Dezembro/2010. Tradução de Cristina Altman . P. 1-17.
- _____. *A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização*. IN: Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa. No 44-45 – 1.o

e 2.o semestres de 2013 – Rio de Janeiro. Pp.39 – 59. Disponível em: <http://llp.bibliopolis.info/confluencia/wp/edpdf/44-45> Acesso em 9 out 2014.
RAYMOND, William. *The Long Revolution*. London: Chatto and Windus. 1961.

Recebido em 19 de agosto de 2015.

Aceito em 31 de outubro de 2015.

HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA NO BRASIL EM CINCO GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX

Olga Ferreira Coelho
Universidade de São Paulo
olgafc@usp.br

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna
Universidade de São Paulo
smdanna@hotmail.com

RESUMO:

Neste artigo, avaliamos como cinco gramáticas brasileiras – Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1889[1887]), Carneiro Ribeiro (1890) e Maciel (1902[1894]) – publicadas na segunda metade do século XIX, descrevem o português do Brasil. Nossa análise aponta que, além de relevantes para a Historiografia Linguística, esses materiais constituem fontes essenciais para o estudo da História da Língua Portuguesa no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística, português brasileiro, gramaticografia brasileira, século XIX.

ABSTRACT: In this article, we evaluate how five Brazilian grammars – Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1889[1887]), Carneiro Ribeiro (1890) and Maciel (1902[1894]) – published in the second half of the nineteenth century have described Brazilian Portuguese. Our analysis has showed that these grammars are relevant not only to the study of Brazilian Linguistic Historiography; they are also essential sources to studies on the History of Portuguese language in Brazil.

KEYWORDS: Linguistic Historiography, Brazilian Portuguese, Brazilian Grammaticography, 19th Century.

Introdução

Nos últimos dez anos, tem nos interessado a reconstrução do processo de formação de uma ‘escola’ brasileira de tratamento gramatical do Português, a partir do século XIX. Procuramos chegar a um feixe de características estruturantes do pensamento gramatical brasileiro em seu período de formação, e, desse modo, contribuir para a identificação de seus traços de maior durabilidade histórica, seja quando pensamos na gramática do português, seja quando pensamos no conjunto de estudos sobre a língua portuguesa desenvolvidos no Brasil a partir daquele período. Como sabemos, a língua portuguesa tem sido, ao longo do tempo, o objeto preferencial de análise daqueles que se dedicam aos estudos linguísticos no país (cf. ALTMAN, 2004; ALTMAN et al., 1995; COELHO, 1998; entre outros); desse modo, os estudos voltados para a sua análise condensam muitos dos movimentos que se podem tomar como gerais quando consideramos a pesquisa linguística brasileira.

Assumindo essas hipóteses, temos lidado, no âmbito de dois macroprojetos¹, com trabalhos gramaticais publicados nos anos 1800², bem como com documentos e revisões históricas que têm permitido reconstruir aspectos dos contextos de produção e circulação dessas obras. As metas desses dois projetos de dimensões mais amplas animam e contextualizam este artigo, cuja proposta fundamental é avaliar o interesse que cinco gramáticas publicadas na segunda metade do século XIX no Brasil podem ter como *fontes* tanto para a reconstrução da história dos estudos linguísticos, quanto para a reconstrução da história da língua portuguesa.

Em trabalho anteriormente publicado (COELHO; DANNA & POLACHINI, 2014), procuramos reconstruir os modos como um conjunto de dez gramáticas brasileiros, ao longo de todo o século XIX, descreveu processos que posteriormente vieram a ser compreendidos como inovações ocorridas no Português, no Brasil. Investigamos como essa gramaticografia emergente,

¹ ALTMAN & COELHO (Coord.), 2006-2010; COELHO (Coord.), 2010-2014.

² Estamos nos referindo a trabalhos portugueses e brasileiros que teriam, por um lado, integrado o conjunto de referências da gramaticografia brasileira que se organiza a partir do século XIX, ou, por outro lado, integrado essa gramaticografia. São eles: OLIVEIRA, 1536; BARROS, 1540; LOBATO, 1770; BACELAR, 1783; MORAES SILVA, 1806; COUTO E MELO, 1818; SOARES BARBOSA, 1822; CONSTÂNCIO, 1831; FREIRE, 1842; OLIVEIRA, 1862; CALDAS AULETE, 1864; SOTERO DOS REIS, 1866; FREIRE DA SILVA, 1875; BRAGA, 1876; CARNEIRO RIBEIRO 1877; ALMEIDA NOGUEIRA, 1881; RIBEIRO, 1881; GRIVET, 1881[1876]; LAGE, 1882; MACIEL, 1887; RIBEIRO, 1889[1887]; GOMES, 1887; CARNEIRO RIBEIRO, 1890; COELHO, 1891; MAIA, 1899; BOSCOLI, 1899; SAID ALI, 1919 [1887, 1888, 1894, 1895, 1908].

brasileira, lidou com novos dados, isto é, com dados nem sempre percebidos, registrados ou comentados pela ‘tradição’ na qual aqueles textos gramaticais se inseriam. Notamos, naquela incursão específica por dez trabalhos, publicados entre 1806 e 1919, que houve, por exemplo, em relação ao nível sintático, registro: da divergência em relação à colocação pronominal no português do Brasil (PB) e no português europeu (PE); de um processo de estabilização da forma *você* como pronome pessoal na maior parte do Brasil; da ocorrência, na linguagem popular e familiar brasileira, de construções como *vi ele, para mim ler*; do emprego preferencial de *ter* em lugar de *haver* nas construções existenciais, e da flexão desses dois verbos nas mesmas construções; do uso de *a gente* em orações com sujeito indeterminado e até do uso do que mais tarde conheceríamos pelo nome de ‘relativas copiadoras’ (a pessoa *que* eu falei *com ella*), entre outros. Também fenômenos de outros níveis de articulação (fonético-fonológico, morfológico, lexical) foram explorados naqueles textos destinados à instrução linguística escolar. Os gramáticos, assim, mostraram habilidade de identificação de fatos relevantes nos usos linguísticos não-padrão da sua época e, em muitos casos, os caracterizaram como fenômenos típicos do PB, que o modificavam em relação a suas origens.

Neste novo exame de documentos gramaticais da época, optamos por privilegiar os trabalhos produzidos a partir de 1881, quando se inaugura a fase denominada ‘científica’³ da gramaticografia no Brasil. Os trabalhos produzidos nessa fase foram os que se mostraram mais atentos a especificidades do PB (cf. POLACHINI, 2012; COELHO, DANNA & POLACHINI, 2014). Supomos que essa maior atenção dada pela gramática ‘científica’ brasileira à variedade local do português pode estar relacionada a fatores de natureza diversa, como os seguintes:

1. do ponto de vista interno, por exemplo, é razoável supor que, ao inspirar-se em certos pressupostos da orientação histórico-comparativa europeia, em evidência naquele período, os gramáticos passassem a dar mais importância à apresentação de dados; o teor empirista dos modelos que, em diferentes níveis de aprofundamento, os inspiravam, impunha atenção para a taxionomia e estruturação das formas e incluía a comparação de dados entre línguas, sobretudo as aparentadas entre si;

³ A chamada fase ‘científica’ dos estudos linguísticos no Brasil está marcada por textos que pretendiam analisar ‘fatos’ da língua, sem perder de vista questões históricas que os permeariam. As produções da fase ‘científica’ contrapõem-se àquelas da chamada fase ‘filosófica’, marcadas por maior apreço às considerações especulativas ou explicações posteriormente consideradas metafísicas para fenômenos linguísticos.

2. os mesmos pressupostos gerais, ao menos no nível ‘retórico’ (cf. MURRAY, 1994), os levam a assumir que as línguas estão em um constante e natural processo de mudança, operado pelas classes populares, que as aprenderiam mal (nos diversificados contatos propiciados pela formação da jovem nação) ou que preservariam alguns de seus traços mais antigos (sobretudo em ambientes rurais e isolados), já alterados e depurados na linguagem dos mais ilustrados. O PE, sob novas influências ‘naturais’ ou ‘livres’ (isto é, as influências étnicas, geográficas, climáticas, sociais), teria se alterado, um pouco, no Brasil, principalmente entre as populações menos atingidas pela reação que a escola, a literatura, a gramática poderiam oferecer ao andamento ‘espontâneo’ da mudança linguística. Da mesma forma que houve certas alterações gramaticais, o PB teria adquirido grande número de vocábulos provindos de línguas indígenas e africanas;

3. do ponto de vista externo, por exemplo, os esforços na direção da organização de um sistema de educação no país (no caso do ensino de língua, visando justamente à difusão de formas mais ilustradas e menos naturais de falar) ensejaram a elaboração do *programa de ensino de português* de Fausto Barreto (1852 - 1908), também de inspiração histórico-comparativa. Esse programa, seguido pelas gramáticas publicadas a partir de 1887⁴, previa, explicitamente, o exame de ‘brasileirismos’ e de fenômenos como a ‘dialetação’ da língua portuguesa, ao lado do exame de ‘vícios’ de linguagem. Assim, os gramáticos, por um lado, se viram compelidos a tratar do que ocorria com a língua portuguesa no Brasil a sua época; por outro lado, adotaram o viés oferecido na organização do programa oficial: o de localização das especificidades do PB às margens do corpo principal das gramáticas, em seções quase sempre destinadas à correção da fala considerada vulgar, familiar, arcaica, errada⁵.

⁴ Por vezes, à risca, como em Pacheco & Lameira (1887).

⁵ Em Coelho, Danna & Polachini (2014), argumenta-se que as distinções lexicais foram bem acolhidas nas gramáticas, assim como algumas das distinções fonéticas (velocidade da fala, grau de abertura de vogais). As especificidades brasileiras de natureza sintática, com exceção da colocação pronominal, de caráter mais polêmico, foram, na maioria das vezes, julgadas negativamente, como erros, vícios.

Em vista desses aspectos, as gramáticas selecionadas apresentam uma quantidade expressiva de novos dados da língua, convertendo-se em fontes relevantes não apenas para o estudo da história da gramática, mas também para o estudo da história do português do Brasil. Parecem, no entanto, apresentar a seguinte dubiedade: uma retórica francamente favorável à incorporação de pressupostos da orientação histórico-comparativa aos compêndios gramaticais e uma forma de tratamento efetivo de dados ainda distante das intenções declaradas. Organizamos a análise de forma a explicitar essa ambiguidade tantas vezes encontrada em tradições marcadas pela *recepção* de modelos (teóricos e metodológicos) exógenos, como tem sido a maior parte das tradições de estudos linguísticos brasileiras.

1. Opções metodológicas

Neste estudo, optamos por analisar as seguintes obras publicadas do último quartel do século XIX:

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*, 1881;

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza: 3^o anno*, 1889[1887];

PACHECO DA SILVA JR., M. da & LAMEIRA DE ANDRADE. *Noções de grammatica portugueza*, 1887;

CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Serões Grammaticaes*. Nova Grammatica Portugueza, 1890;

MACIEL, M. A. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*, 1902[1894].

Circunscrevemos a análise aos domínios sintático e morfossintático, levando em conta que o nível sintático se apresentou, em estudo anterior, como aquele em que se registraram mais fenômenos⁶ caracterizados como do PB e que os dados classificados pelos autores como morfológicos (ou lexiológicos) estão, nos textos, fortemente interligados à sintaxe da língua.

A observação do tratamento oferecido às especificidades sintáticas e morfológicas do PB pautou-se, essencialmente, nos seguintes parâmetros:

⁶ Nela, diferenciamos ‘ocorrências’ (o número de exemplos citados) de ‘fenômenos’ (a questão linguística posta em destaque). Isso permitiu observar, por exemplo, que as eventualmente longas listagens de itens lexicais correspondiam a exemplos sobre fenômenos como polissemia e incorporação de itens de origem africana e indígena ao PB; na mesma direção, há muitos exemplos fonéticos, referentes a grau de abertura de vogais. No caso das questões sintáticas, o número de exemplos é mais restrito, mas a quantidade de ‘fenômenos’ identificados supera a de fenômenos lexicais e fonéticos.

1. *Nível retórico*: estatuto conferido ao PB e pressupostos gerais para a sua abordagem;
2. *Nível descritivo*: análise do tratamento dado a cada fenômeno, que considera:
 - a. abordagem estática ou histórica; isto é, que leva em conta ou não a comparação com outras línguas ou outras variedades do português;
 - b. descritiva ou prescritiva;
 - c. localização do fenômeno em estrato sociolinguístico específico ou no PB como um todo;
 - d. natureza das fontes de dados (literatura, repertório popular, mídia (jornais), outros estudos linguísticos, exemplos aparentemente formulados pelos próprios autores.

Em benefício do espaço, selecionamos um conjunto de fenômenos morfológicos e sintáticos para exame pormenorizado. Trata-se, assim, de exemplos de temas e tratamentos. Outros fenômenos de relevância estão elencados no mapeamento feito em Coelho, Danna & Polachini (2014). Nesta incursão, examinamos: a) colocação pronominal; b) estabelecimento de *você* como pronome pessoal; c) cruzamento nos usos dos pronomes; d) uso de *a gente*, como forma de indeterminação; e) uso de *ter* em construções existenciais; f) divergência nos usos das preposições; g) uso de relativas cortadoras/copiadoras.

No exame do tratamento oferecido pelos autores aos fenômenos, mencionamos apenas as obras que os exploraram; assim, a falta de menção, em nossas considerações, a algum dos textos selecionados para este estudo significa que o tema não foi nele tratado.

2. Análise do nível retórico: estatuto do PB e outros pressupostos para a sua abordagem

Como já antecipado, o tratamento das especificidades do PB tem lugar periférico nos textos: mesmo na gramática de Ribeiro (1881), que é anterior ao *Programa*, o PB aparece em observações complementares às explicações centrais. A produção posterior a 1887, alinhada às temáticas e estrutura constantes do *Programa* de Barreto, ao lado dessas observações complementares ao tratamento da ‘língua portuguesa’, ganha seções específicas, dedicadas aos ‘dialetos’ da língua portuguesa (entre os quais está o ‘dialeto brasileiro’), aos ‘brasileirismos’, ‘provincianismos’, ‘arcaísmos’, ‘vícios’ – itens pelos quais também se espalham notas acerca do português falado no Brasil.

Em Ribeiro (1881), não há uma seção voltada para a caracterização do ‘dialeto brasileiro’, como aparece em outras gramáticas aqui examinadas. No entanto, o autor usa essa expressão. Boa parte daquilo que identifica como usos brasileiros está relacionada aos primeiros estágios da língua em Portugal, ao latim, a outras línguas românicas. A visão geral parece ser a de que a língua é a mesma no Brasil e em Portugal, mas o ‘povo’, o ‘vulgo’, os ‘caipiras de S. Paulo’, os ‘sorocabanos’ do interior de São Paulo, conservam usos tradicionais (e tidos como incorretos). O que ocorre de divergente no Português do Brasil é, assim, preferencialmente encarado como conservação de traços arcaizantes em comunidades mais isoladas, sendo poucos os apontamentos que remetem à ‘evolução’, inovação da língua.

Em Pacheco & Lameira (1887), texto que se apressa em conformar-se às orientações do *Programa*, há seções específicas para o tema, nas quais é defendida, explicitamente, a ideia de que as alterações ou divergências do PB em relação ao PE são pequenas e, em geral, reservadas à linguagem ‘familiar’, do ‘povo’, do ‘vulgo’ (como o declara explicitamente o trecho “*já dissemos – é o povo que representa as forças livres e espontâneas da humanidade*”, p. 522). As mudanças são vistas como naturais, espontâneas (tanto que a língua também se diferencia dentro do Brasil, de uma província ou de uma região a outra), e ditadas por condições externas, como os contatos entre povos, a separação geográfica, o clima. Seriam formas de reação ao espontâneo e natural a instrução escolar, gramáticas bem elaboradas e a literatura. Quanto à literatura, os autores também defendem usos literários inovadores, como os de José de Alencar, em benefício do ajuste ao tema da obra literária e à própria época em que ela surge. Os ‘brasileirismos’ do autor teriam garantido que *Iracema*, por exemplo, não tivesse a “*feição pesada e grossa*” dos clássicos. Para Pacheco & Lameira (1887):

“As pequenas modificações synthaxicas (que outras não são) com que variamos e originalizamos a língua de nossos maiores, tem em seu favor, além das causas naturaes, que a ciência descobre e aponta, a vantagem de uma suavidade maior em vários sentidos”. (p. 537)

Em João Ribeiro (1889[1887]), o ‘dialeto brasileiro’ é elencado, sob inspiração do português Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), como um dos cinco resultantes do processo de dialetação da língua portuguesa ao ser implantada em diferentes espaços geográficos, étnicos e culturais. Como em outras gramáticas alinhadas ao *Programa*, há uma breve apresentação de cada um desses

cinco dialetos, na qual se mencionam as regiões em que são falados e seu status nessas localidades. João Ribeiro, neste texto, não toma o brasileiro como um dialeto propriamente dito⁷, mas como uma ‘linguagem’ fortemente distinguida na prosódia, na sintaxe e no vocabulário⁸ da original. Também, nesta obra, a mudança linguística ‘natural’ que há em todas as línguas é promovida e também refreada por fatores ‘elementares’ externos (étnicos, geográficos, climáticos):

“A dialectação que soffreu a lingua portugueza no Brazil foi devida a um grande numero de factores elementares. As novas necessidades da vida colonial, as condições climatericas e topographicas, as relações constantes com os povos originarios indios e com os africanos, que desde cedo foram introduzidos no paiz, deram em resultado uma alteração muito notavel na língua. A estes factores juntem-se outros esporadicos, como o povoamento das fronteiras por povos castelhanos, a disseminação dos ciganos expulsos de Portugal, e ter-se-ha o esboço bem claro de todas as influencias que poderia soffrer qualquer língua.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 310)

No que se refere ao tratamento de especificidades do português no Brasil, João Ribeiro é um dos autores que mais insistem na perspectiva histórica das descrições, recorrendo quase sempre aos estágios de formação do português na Europa, ao latim e a comparações com línguas românicas. Em outras gramáticas, o procedimento é mais usual quando se trata da ‘língua portuguesa’ como um todo. Este gramático parece, também, o mais convencido da relevância, para o destino da língua no país, das distinções já então observáveis entre o PB e o PE.

Em Carneiro Ribeiro (1890), a visão sobre a língua explicitamente posta é equivalente à Ribeiro (1881) e Pacheco & Lameira (1887), isto é, o português é caracterizado como uno no Brasil e em Portugal, mas haveria, no Brasil, modos de dizer específicos ao ‘idioma’ luso-brasileiro. Uma língua, na visão do autor, teria alguns idiomas, minimamente diferenciados entre si. O que é muito peculiar, e contrário aos usos legitimados por bons escritores ao longo da história, deve ser corrigido. Entre os ‘brasileirismos’ sintáticos, destaca a

⁷ Ao que parece, o autor adota o termo ‘dialecto’ para se referir ao PB porque assim aparece no *Programa* de Barreto.

⁸ “O dialecto brasileiro – o impropriamente chamado dialecto é constituido pela linguagem portugueza falada no Brazil. Distingue-se por diferenças notaveis de prosodia e de syntaxe, por um vocabulario novo de termos tupis-guaranis e africanos. A reacção litteraria de dous seculos nunca pôde obstar nem diminuir a dialectação do portuguez do Brazil.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 306).

colocação pronominal, feita “*de modo contrário á ordem que sempre lhes deram os bons escriptores*” (p. 353). Há uma defesa *retórica* dos ‘idiotismos’ como legítimas particularidades de um ‘idioma’, que o adornam e engraçam, traduzindo o que têm de “*próprio, de ingênuo, de nativo e original*” (p. 350). Contudo, a postura geral é também de crítica e correção a essas formas, já que cabe à gramática descritiva ou expositiva ‘ensinar a escrever e falar corretamente’, segundo modelos oferecidos pelos bons escritores através dos séculos.

3. Nível descritivo

3.1. A colocação pronominal

O tema das especificidades brasileiras na colocação pronominal é explorado, em Ribeiro (1881), sob uma perspectiva sincrônica, em comparação com os usos do PE, tomados estes como modelos de correção. Os usos são compreendidos como generalizados no Brasil e os exemplos parecem ter sido elaborados pelo próprio autor. Veja-se o seguinte trecho:

“Nas sentenças interrogativas pospõe-se o pronome sujeito ao verbo, ex. : << *Queres TU vir almoçar comigo?* >>. Cumpre notar que, principalmente no Brazil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta cargo sómente da inflexão da voz, ex. : << *TU queres vir almoçar comigo?* >>.” (RIBEIRO, 1881, p. 221)

Em Pacheco & Lameira (1887), consideram-se as perspectivas sincrônica e diacrônica do fenômeno; prescrevem-se usos considerados mais adequados e comparam-se os usos brasileiros aos do italiano e do espanhol. Os autores também entendem que esses usos estão generalizados no PB do período. Os exemplos citados parecem, também aqui, terem sido criados pelos próprios autores. Veja-se um fragmento do texto:

“7. Não se deve começar uma oração pelo pronome em relação objectiva (me parece, te disse, lhe fallei). O povo (no Brazil), conserva-se, porem afferrado ás fórmulas proclíticas, que ainda são correntes no hesp. e no ital.[...], e eram dos primeiros documentos da lingua portugua [sic], que moldou-as pela syntaxe latina. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 493)

Em João Ribeiro (1889[1887]), a próclise de pronomes-complementos é elencada como um dos principais e generalizados ‘brasileirismos’; o autor a encara inapropriada, e ela é mencionada de forma isolada (sem comparação explícita com dados de outras línguas ou de outras variedades do português), embora esteja aí pressuposta a comparação com o uso padrão lusitano. Os dados também não apresentam a indicação de fonte, sendo, pois, possivelmente elaborados pelo próprio autor. Veja o trecho: “[Brasileirismo] 4. A anteposição indebita de pronomes-complementos. *Me disse (disse-me). Te chamou (chamou-te)*” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 308).

Em Carneiro Ribeiro (1890), a questão é tratada em perspectiva sincrônica e de modo prescritivo; não é feita comparação explícita com outra variedade ou com outras línguas, os usos levantados são também tomados como gerais e, mais uma vez, não há identificação de fonte de dados.

“Na syntaxe, notam-se também brasileirismos, entre os quaes predominam as construcções em que são dispostos os pronomes complemento de modo contrario á ordem que sempre lhe deram os bons escriptores. Assim não é difficil encontrar as phrases seguintes: *o homem cuja casa incendiou-se [...], quando ele encontrar-se comigo, eu lh’o direi*, em vez de *quando ele se encontrar comigo, se eles fizerem-se* em vez de *se eles se fizerem; não far-lhes-hei injustiça*, em vez de *não lhes farei injustiça; ali come-se e bebe-se muito*, em vez de *se come e se bebe muito, nenhum homem vi-o em tantas difficuldades como aquelle ministro*, em vez de *nenhum homem o viu em tantas difficuldades*, etc.; *sempre estimei-o e respeitei-o*, em vez de *sempre o estimei e respeitei. Nunca vi-o tão alegre, em vez de Nunca o vi tão alegre.*” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 353-354).

3.2. O estabelecimento de *você* como pronome pessoal

Apenas em Pacheco & Lameira (1887) *você* é compreendido como pronome pessoal. Esta forma, por sua vez, é elencada ainda como pronome de tratamento em Carneiro Ribeiro (1890).

Em Pacheco & Lameira (1887), analisa-se o pronome levando em conta aspectos sincrônicos (seu lugar no sistema pronominal quando comparado a *vós*) e diacrônicos (origem e transformações fonéticas que redundaram na forma *você*); a perspectiva é descritiva (não se valoriza, negativa ou positivamente o uso) e os autores entendem que *você* é forma quase categórica na linguagem

popular brasileira. Pacheco & Lameira mencionam outras formas e tecem comparações do PB com o PE e o espanhol. Vejam-se trechos:

- i. “A palavra *você* desterrou quasi que completamente da linguagem popular o pronome *vós*, conservando todavia suas prerrogativas de reverencia, ceremonial (3^a. pessoa), e é hoje um verdadeiro pronome.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 92-93)
- ii. “[Em nota de rodapé da página 92]: *Vós* ainda é empregado em alguns pontos de Portugal e Brazil na linguagem familiar.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 92 [nota de rodapé])
- iii. “Também são de notar as mudanças phonicas; assim é que no Pará diz-se *Labisonhos* p. *lobis-homem*: geralmente, em todo Brasil a gente illetrada diz *Vosmecê* p. *Vossa merçê* [...]” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 520)
- iv. “Você é contração de *vosmecê*, f. já contracta de *Vossa Mercê*, como no hesp. *Usencia*, de *Vuestra reverencia*, *useñoria*, e *usia* de *vuestra senhoria*, *vosencia* de *V. Ex.*, também já introduzida hoje em Portugal.[...]” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 445)

3.3. Cruzamento nos usos dos pronomes pessoais

Em Júlio Ribeiro (1881), tanto o emprego de pronomes-complementos como sujeito quanto o de pronomes-sujeitos como objeto é fortemente criticado, em uma análise que se baseia em uma abordagem sincrônica, prescritiva e que localiza tais usos entre diferentes grupos de falantes.

- i. “Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas << *Eu vi ELLE—Espere EU* >>.” (RIBEIRO, 1881, p. 230)
- ii. “Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex. “*Esta laranja é para EU comer*”. No Brasil pecca-se contra este preceito dizendo-se “*para MIM comer*”, etc. (RIBEIRO, 1881, p. 228)

Em observação acerca de construções consideradas impessoais, o autor localiza o uso entre falantes de um grupo mais conservador e ‘rude’, realizando comparação com o PE e o francês:

“Os caipiras fieis aos usos arcaicos da lingua, como sóe sel-o a gente do povo, exprimem-se de modo analogo ao dos francezes: poem claro

um pronome que representa o sujeito neutro e impessoal dos verbos impessoais. Dizem: “*ELLE chove muito lá – ELLE hai ainda algumas frutas – ELLE corre por ahi que o rei vem vindo* (1).

(1) Parece ser também este o uso corrente em Portugal [...] E só assim explica-se a existência de tal uso no falar da gente rude brasileira: é um legado dos colonizadores.” (RIBEIRO, 1881, p. 230)

Pacheco & Lameira (1887) valem-se de abordagem sincrônica e prescritiva, tomam o fenômeno como generalizado no Brasil e comparam-no com o que ocorre em Portugal. Além disso, ressaltamos, mais uma vez, que os dados parecem ter sido elaborados pelos próprios gramáticos.

- i. “Não é para admirar esses enganos nos documentos e clássicos antigos, quando ainda hoje ouvimos frequentemente destemperos de tal marca – *eu vi elle, chamei-o tolo, fallo consigo* p. convosco, etc.” (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 208)
- ii. “O emprego de consigo, a si, por conosco, a vós (*fallo consigo, refiro-me a si*) é destempero de ignorância que modernamente nos foi importado de Portugal”. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 446)

Em João Ribeiro (1889[1887]), a abordagem do fenômeno é sincrônica, prescritiva e feita sem comparação explícita com outras línguas ou variedades; o uso é categorizado como variante diatópica: produtivo em certas regiões do Brasil. Os dados, também nesse caso, parecem ter sido elaborados pelo autor. Vejam-se fragmentos da obra:

- i. “Existem os provincianismos do Rio, S. Paulo, Minas: *para mim vêr*, etc.” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 307)
- ii. “Os brasileirismos syntacticos consistem em construcções divergentes do cunho vernaculo.
 Taes são:
 1. O emprego do pronome *lhe*, como objectivo:
Amo-lhe (Norte) = *Amo-o*.
 2. O emprego do pronome *elle*, como objectivo:
Vi elle. = *Vi-o*.
 [...]

5. A regência *para mim, para ti*, antes de infinitivo:
Para mim vêr (Sul) = *Para eu vêr*. [...]” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 308-309)

Maciel utiliza a mesma listagem de usos brasileiros para se referir, descriptivamente, ao fenômeno, identificado como típico da linguagem familiar: “O *brazileiro* que se fala no Brasil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, próprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: [...] *para mim* ver, vi *elle* entrar [...]” (MACIEL, 1902[1894], p. 325).

3.4. O uso de *a gente/gente* como forma de indeterminação

Os autores registram, como arcaísmo, o uso de *a gente/gente* em construções com sujeito indeterminado. Em Júlio Ribeiro (1881), o tema é tratado com recorrência a dados e comentários do português Teófilo Braga (1843-1924), que põem em comparação o português dos séculos XV e XVI, o português popular em Portugal e o ‘dialecto brasileiro’:

“*Observação n. 2.)* Sobre o uso de *homem* como pronome diz o sr. Theophilo Braga : < No Portuguez do seculo XV e XVI, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo *homem* usado como pronome indefinido. [...] O substantivo *gente* tambem se emprega neste sentido, sobre tudo no dialecto brasileiro: < *Quando a GENTE está com GENTE... GENTE me deixe...* > (1: *Obra citada*, pag. 64.)” (RIBEIRO, 1881, p. 61)

Em Pacheco & Lameira (1887) e em Ribeiro (1889[1887]), a abordagem é plenamente equivalente à de Ribeiro (1881), conforme podemos verificar nos fragmentos abaixo:

- i. “Nos Secs. XV e XVI empregava-se tambem o substantivo *homem* como pronome indefinido, nos mesmos casos em que hoje empregamos *se* [...] Este uso ainda é vulgar em Portugal (*anda homem a trote para ganhar capote*); no Brazil dá-se preferencia á palavra *gente* (*a gente não sabe que há de fazer*)”. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 373)
- ii. “Outros definidos são *homem* ou *um* a que já nos referimos: Leixar *homem* liberdade. E o brasileiroismo *gente*, usado no mesmo sentido: Deixar *a gente* de viver.” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 190).

3.5. O uso de *ter* em construções existenciais

É observada, na maioria dos textos, a preferência brasileira, sobretudo na linguagem popular (entre o ‘povo’, o ‘vulgo’, ‘no tracto familiar’) pelo uso de *ter* em construções existenciais. Subentende-se que seja uso menos prestigiado em função da localização nesses estratos sociolinguísticos, mas apenas em Carneiro Ribeiro (1890) o uso é explicitamente condenado. Novamente os dados parecem ser da lavra dos próprios autores. Vejam-se exemplos:

- i. “Substituem também *ter* a *haver*, e dizem : << TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque >>. Este uso vai-se tornando geral no Brazil, até mesmo entre as pessoas ilustradas”. (RIBEIRO, 1881, p. 257)
- ii. “Nota-se anomalia syntactica na construção do verbo *haver*, a qual de ordinario se faz com um sujeito elliptico: *ha homens; houve discursos*. E é que se vae dando entre o povo, com o verbo *ter*. É um phenomeno analogo ao das linguas que só têm uma expressão para os verbos *ser* e *estar*. (Ribeiro, 1889 [1887], p. 304)
- iii. “O vulgo vae identificando a syntaxe do verbo *ter* com a do verbo *haver* neste sentido, dizendo erradamente: *Na quinta de Carlos tem muitas fructas*, em lugar de *ha muitas fructas*, *na cidade tem muito lindos arrabaldes*, em lugar de *ha muito lindos arrabaldes*.*” (Carneiro Ribeiro, 1890, p. 352)
- iv. “O *brazileiro* que se fala no Brazil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, proprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: [...] *tem* missa hoje.”. (MACIEL, 1902[1894], p. 325)

3.6. O uso de relativa copiadora

Em exemplificação despreziosa, na qual estão elencados outros usos típicos do ‘*brazileiro*’, Maximino Maciel (1902[1894]) menciona a construção “a pessoa *que* eu falei *com ella*” sem dar a ela qualquer destaque ou explicação pormenorizada. Esse tipo de construção relativa parece ter sido identificado apenas por este autor no período e é tratado em perspectiva sincrônica, descritiva; como nos outros casos, o autor localiza esse uso na variedade denominada familiar, sem fazer comparação explícita com usos típicos de outras variedades. Novamente, não há identificação da fonte do dado. Veja-se o fragmento:

“O *brazileiro* que se fala no Brazil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, próprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: [...] a pessoa *que* eu falei *com ella* [...]”. (MACIEL, 1902[1894], p. 325)

3.7. Divergência nos usos das preposições

Em Ribeiro (1881), apontam-se usos característicos dos ‘caipiras’ de preposições; a abordagem é sincrônica, descritiva e aproxima os dados (arcaizantes) do espanhol e do contexto românico geral. Ademais, os exemplos parecem ter sido elaborados pelo próprio gramático:

“A preposição *a* liga-se por vezes ao nome que rege, de modo que fôrma com elle um todo susceptível de ser regido por outra preposição, ex. : << *Vou de a pé—Andamos de a cavallo* >>. Estas locuções usadissimas entre nós pelos *caipiras* constituem um romanicismo extreme, que tambem se encontra no Hespanhol [...]”. (RIBEIRO, 1881, p. 263)

Em Pacheco & Lameira (1887), o tema é tratado sincronicamente, em abordagem prescritiva, que o toma como fenômeno da ‘linguagem vulgar’. Há comparação com dados do PE e os exemplos, novamente, parecem ter sido elaborados pelos autores: “Diferenças syntaxicas importantes [entre o PB e o PE] são raras, e apenas na linguagem vulgar: *fui na casa, estava na janella* [...]”. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 511)

Em Ribeiro 1889[1887], o tema é tratado em abordagem sincrônica e prescritiva. Considera-se o fenômeno como generalizado no PB e não há comparação. Os exemplos, semelhantes aos de outros gramáticos, parecem criados pelo autor.

- i. “5. A preferência por construcções: *Estou com fome. Estou com sede. Estou com febre*. Em vez de outras, de melhor uso vernáculo: *Tenho fome. Tenho sede. Tenho febre*. 6. O emprego da preposição *em* por *a*: *Chegou na janella. = Chegou à janella. Vá na loja. = Vá à loja. [...]*” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 308-309)
- ii. “7. O emprego da preposição *em* por *a*: *Chegou na janella. = Chegou á janella. Vá na loja. = Vá á loja.*” (RIBEIRO, 1889[1887], p. 309)

Em Maciel (1902[1894]), o tratamento do tema insere-se no mesmo fragmento de abordagem sincrônica e descritiva que situa os usos brasileiros no domínio da linguagem ‘familiar’. O exemplo, que, como nos outros autores, menciona o sintagma “*na janela*”, parece elaborado pelo autor: “O *brasileiro* que se fala no Brasil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, próprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: estar *na janela* [...]”. (MACIEL, 1902[1894], p. 325)

Em síntese, conforme pudemos observar pelo levantamento e pela análise de trechos em que há considerações sobre os usos identificados como ‘brasileirismos’, as cinco gramáticas tratam estes dados do PB (ao que parece, dados oferecidos pelos próprios autores), em sua grande maioria, sob uma perspectiva sincrônica. A afiliação retórica a pressupostos da gramática histórico-comparativa não implica privilégio nem da história, nem da comparação, embora esta última se mostre um pouco mais produtiva no tratamento dos fenômenos considerados. Neste último caso, o PB é comparado ao PE ou a línguas neolatinas – historicamente próximas – tais como o italiano, francês e espanhol.

Além disso, verificamos que, em geral, os autores assumem um posicionamento prescritivo, rotulando os dados do PB como arcaicos, vulgares, errôneos ou impróprios. Os fenômenos são entendidos, algumas vezes, como gerais, isto é, válidos para todo o território brasileiro e, em alguns outros casos, como característicos da população rural, não escolarizada ou próprios das interações informais.

Considerações finais

Nos textos analisados, vemos indícios de que a questão dos pronomes ganhou algum destaque nos tratamentos dados aos fenômenos do PB: tanto a colocação pronominal quanto o emprego das formas retas e oblíquas, assim como o uso de *a gente* como forma de indeterminação do sujeito são objeto da atenção dos gramáticos, que adotam majoritariamente postura prescritiva ao tratar dessas questões. Do ponto de vista da história da língua, de fato, o sistema pronominal parecia dar claros sinais de desestabilização naquele momento, a ponto de se converter no principal objeto de atenção ao se pensar nos falares (populares, rudes) brasileiros.

Ao contrário da *retórica* de maior apelo à história e à comparação no tratamento dos fatos linguísticos ‘positivos’, a postura em relação ao tratamento efetivo dos chamados ‘brasileirismos’ é preponderantemente estática e isolada

(para poucos casos se buscam as raízes históricas ou o cotejo com dados de outras línguas).

Alguns dos autores demonstram preocupação em demarcar regiões ou grupos sociais em que seriam mais comuns certos usos – o que se alinha a ideias acerca de influência climático-geográficas e/ou étnicas que circulam entre intelectuais dessa época. A referência ao povo, à plebe, aos caipiras, a províncias específicas, no cotejo com os pressupostos gerais histórico-comparativos que animam as obras, fortalece a ideia de que tais falares são isolados e, por isso, mais conservadores do que aqueles vigentes na comunidade brasileira mais geral, que, pela instrução, teria superado (estaria superando?) esses estágios mais rudimentares. Parece estar aí o fundamento para a tentativa de padronização do ensino de língua, que tem como um de seus índices a ampla difusão e adoção do *Programa* de Fausto Barreto e, claro, a produção massiva de gramáticas escolares: seria preciso lapidar o padrão geral de fala e escrita na jovem nação.

O discurso de naturalidade e inevitabilidade da mudança e da variação (condicionadas por fatores extralinguísticos), assim, por vezes, convive com a atitude de corrigir os ‘maus’ e difundir os ‘bons’ usos (aqueles consagrados pela tradição literária). Esse é, de fato, um paradoxo mais ou menos recorrente na história da gramática no Brasil, talvez vinculado ao caráter instrutivo-pedagógico assumido historicamente por esses textos. Parece escapar um pouco dessa tendência e acolher análises mais coerentes com os pressupostos ‘científicos’ gerais, defendidos no nível *retórico*, a gramática de Maciel, que, além de atenta a processos não mencionados em outros textos do período (regularização de formas do subjuntivo – “eu *estudava*, si *podesse*”), relativas copadoras (“*a pessoa que eu falei com ella*”), adota perspectiva descritiva, encarando esses processos como naturais no desenvolvimento histórico da língua. João Ribeiro, por sua vez, já ensaia, nessa que é a terceira edição de sua gramática, a defesa da ideia de que as mudanças pelas quais a língua passa no Brasil não são desprezíveis. Na bibliografia que cita em sua gramática, teve a preocupação de inserir aspectos de estudos brasileiros então recentíssimos, como os explorados por Macedo Soares, em estudos sobre o léxico local. Também menciona diálogos com Capistrano de Abreu com intuito de tratar do mesmo tema. Essa atenção a estudos linguísticos contemporâneos descolados do contexto da instrução escolar e de preocupações com a difusão da linguagem areja as reflexões do autor sobre os chamados ‘brasileirismos’.

Como vimos, os dados do PB são, preferencialmente, providos pelos próprios autores. Tais usos são atribuídos, em geral, a falantes iletrados. Sendo

assim, não há, evidentemente, como atestá-los na literatura, em ‘bons’ escritores, à diferença do que muitas vezes ocorre quando os mesmos gramáticos lidam com fatos ‘da língua portuguesa’. No tratamento dos chamados ‘brasileirismos’, a única referência à modalidade escrita e, no caso, também literária, é uma feita a José de Alencar, em Pacheco & Lameira, gramáticos que defendem a renovação da linguagem na literatura para conferir maior veracidade, vivacidade e leveza aos temas que o exigirem.

Ao lado dessas questões de interesse para a Historiografia Linguística e a Gramatografia do português, o exame dos dados (sua natureza e suas formas de tratamento gramatical) parece explicitar que as gramáticas do português publicadas no século XIX no Brasil, em especial em seu último quartel, são fontes importantes para o mapeamento de variações (diatópicas, diastráticas e também diafásicas) e para a eventual confirmação de estágios no desenvolvimento da língua. Em outras palavras, parece-nos que estes são materiais que podem ser mais revisitados também pela Linguística Histórica interessada na formação e desenvolvimento do PB.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA NOGUEIRA, Batista Caetano de. *Rascunhos sobre a grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. de Antonio dos Santos, 1881.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009[1992].
- ALTMAN, C. *A pesquisa linguística do Brasil (1968-1988)*. 2a. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- ALTMAN, C.; COELHO, O. (coord). *Documenta, grammaticae et historiae: projeto de documentação linguística e historiográfica (séculos XVI –XIX)*. São Paulo: CEDOCH-DL-USP, 2006 – 2010.
- ALTMAN, C. et. al. Mapeamento historiográfico da produção linguística nos 25 anos do GEL. *Estudos Linguísticos*, São Paulo: v. 1, n. 1, p. 50-57, 1995.
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo. *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d’este idioma*. Lisboa: S.T. Ferreira, 1783.
- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Olyssiponne. Apud Ludouicum Totorigiu Typographum, 1540.
- BOSCOLI, José Ventura. *Grammatica portugueza. (corrigida e aumentada)*. [s.l.], 1899.

- BRAGA, Theóphilo. *Gramática portugueza elementar*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva, 1876.
- CALDAS AULETE, Francisco Julio. *Grammatica nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.
- CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Gramática portugueza philosophica*. Bahia: Catilina, 1877.
- CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Serões Gramaticais*. Bahia: Livraria Catilina, 1890.
- COELHO, Francisco Adolfo. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos, 1891.
- COELHO, Olga (coord.). *Documenta grammaticae et historiae: (Português): a formação de uma tradição gramatical brasileira*. São Paulo, CEDOCH-DL-USP, 2010-2014.
- COELHO, Olga; DANNA, Stela M. D. G.; POLACHINI, Bruna S. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. *Revista Confluência*. Rio de Janeiro: Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, N.43, V.46., 2014, p. 115 – 141.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Gramamtica analytica da língua portugueza, offerecida a mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris: Officina Typographica de Casimiro, 1831.
- CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense*. Porto Alegre: Typographia de V. F. de Andrade, 1835.
- CORUJA, Antonio A. P. Collecção de Vocabulos e Frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do IHGB*, 1852, Tomo XV, p. 205-238.
- CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense. Nova Edição Ampliada e Mais Correcta*. Rio de Janeiro: Esperança, 1873.
- COUTO E MELO, João Crisóstomo do. *Grammatica Philosophica da lingua-gem portugueza*. Lisboa: Impressão Régia, 1818.
- DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio de Grammatica philosophica da lingua portugueza, escolhido pela congregação do Lyceu do Maranhão para uso do mesmo Lyceu e das aulas de primeiras letras da provincia*. Maranhão: Typographia de J-C Marques da Cunha Torres, 1829.
- FREIRE, Francisco José (Cândido Lusitano). *Reflexões sobre a lingua portugueza*. Typ. Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.

- FREIRE DA SILVA, Augusto. *Rudimentos da grammatica portuguesa*. São Paulo: Jorge Seckler, 1875.
- GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 185-206.
- GOMES, Alfredo. *Grammatica Portueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- GRIVET, Charles Adrien Olivier. *Nova grammatica analytica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881 [1876].
- LAGE, José Gonçalves. *Novíssima grammatica portugueza*. Coimbra: Manoel de Almeida Cabral, 1882.
- LOBATO, Antonio José dos Reis. *Arte da grammatica da língua portugueza*. Lisboa: Typographia rollandiana, 1770.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Typ. De Pazo & C., 1894.
- MACIEL, Maximino de Araújo. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 3ª edição augmentada com muitas notas e resumos synopticos. Rio de Janeiro e Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902[1894].
- MAIA, Zillah do Paço Mattoso. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro, 1899.
- MORAIS SILVA, Antonio de. *Epítome da Grammatica Portueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1806.
- MORAIS SILVA, Antonio de. *Grammatica portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto, e Comp., 1824.
- MURRAY, S. O. *Theory groups and the study of language in North America: a social history*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.
- OLIVEIRA, Fernão d'. *Grammatica da Lingoagem Portueza*. Lisboa: Casa de Germão Galharde, 1536.
- OLIVEIRA, Bento José de. *Nova grammatica portugueza. Compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso nas escholae*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.
- PACHECO DA SILVA JÚNIOR, Manuel e LAMEIRA DE ANDRADE. *Grammatica da Lingua Portueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes*. Rio de Janeiro: J. G. De Azevedo, 1887.

- POLACHINI, Bruna. S. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras no século XIX: estudo historiográfico*. 2013. 219f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBEIRO, Júlio César. *Grammatica Portugueza. São Paulo: Typographia de Jorge Secler. Roboredo, Amaro de. 1619. Método gramatical para todas as línguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1881.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: 3º anno*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889[1887].
- SAID ALI, Manuel. *Difficuldades da Língua Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1919[1908; 2ª edição - revista pelo autor].
- SOARES BARBOSA, Jerônimo. *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typ. Da Acad. Real das Sciencias. S. L., 1822.
- SOTERO DOS REIS, Francisco. *Curso de Litteratura Brasileira – Tomo Primeiro*. Maranhão, 1866.
- SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida, 1866.
- SOTERO DOS REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida, 1871.

Recebido em 29 de julho de 2015.

Aceito em 20 de setembro de 2015.

FONTES MANUSCRITAS SOBRE A LÍNGUA GERAL DA AMAZÔNIA ESCRITAS POR JESUÍTAS “TAPUITINGA” (SÉCULO XVIII)

Candida Barros
Museu Goeldi
mcandida.barros@gmail.com

Ruth Maria Monserrat
Universidade Federal do Rio de Janeiro
ruth.monserrat@gmail.com

RESUMO:

O trabalho apresenta o levantamento de documentos setecentistas sobre a língua geral com indícios de terem sido escritos por um pequeno grupo de jesuítas da Europa Central (*tapuitinga*) que chegou à Amazônia entre 1750 e 1753 e aponta algumas das estratégias de aprendizado da língua geral empregadas por eles.

PALAVRAS-CHAVE: Língua geral; dicionários; catecismos; jesuítas da Europa Central

ABSTRACT:

We present a survey of 17th Century documents about the *lingua geral* which appear to have been written by a small group of Central European Jesuits (*tapuitinga*) that arrived in the Amazon region between 1750 and 1753, and we point out some of the strategies they employed for learning the *lingua geral*.

KEYWORDS: Língua geral; dictionary; catechism; Central European Jesuits

Introdução

“Aos lusitanos chamam, mas honestamente, de *caraibas*, o que também significa branco, [...]. No entanto gostam mais de nós [brancos

não lusitanos] e sabem distinguir entre nós e os lusitanos. Um índio veio ao Maranhão, da aldeia de Pindaré; estando todos nós no quarto do P. João Szluha, veio ter conosco, abraçou-nos e disse a cada um de nós: *Tapuitinga katu*, *Tapuitinga katu*, isto é: o bárbaro branco é bom barbaro branco é bom” [...] (Fay 1753 apud RÓNAI, 1942: 269)

A passagem acima identifica jesuítas da Europa Central que chegaram à Amazônia entre 1750 e 1753 como *tapuitinga*. O relato consta de uma carta do jesuíta húngaro David Fay aos seus familiares na Europa, quando de sua chegada à Amazônia. A palavra *tapuitinga*, empregada por um índio da aldeia de Pindaré (Maranhão), é composta morfologicamente por *tapuia* - referência de “bárbaro” - e *tinga*, que significa ‘branco’, ou seja “bárbaro branco” (RÓNAI, 1942, p. 268).

O termo *tapuitinga* já havia sido usado no “Catecismo na lingoa brasilica” de Antônio Araújo e Bertholameu Leão (1686) como referência à população da Índia (“*India Tapyitinga retême*” ‘Índia país dos bárbaros brancos’), em uma passagem sobre os lugares pelos quais São Tomé teria passado (ARAÚJO E LEÃO, 1686, p. 238). Em dicionários tupi setecentistas em circulação na Amazônia, essa palavra é usada para referir-se aos franceses (DICIONÁRIO, s.d., fl.63; GRAMÁTICA, 1750, fl.299). O comum nesses usos (ARAÚJO E LEÃO, 1686; RÓNAI 1942, GRAMÁTICA, 1750 e DICIONÁRIO, s.d.) é uma identificação do não-português para *tapuitinga*, como explica Eckart: “Sic quoque Brasili exteros omnes, qui no sunt Lusitani, appellant, Tapúiatinga” (ECKART, 1779, p.122).

Usaremos também, para denominar esse grupo de missionário, as expressões “jesuítas da Europa Central” (MEIER e AYMORÉ, 2005) e “jesuítas de fala alemã” (KOHUT, 2007). Identificaremos como sendo da autoria deles manuscritos sobre a língua geral, em grande parte anônimos e ainda inéditos. Nessa abordagem não se procurará desvendar a autoria individual de cada documento, e sim destacar os traços comuns que eles apresentam ao escrever sobre a língua geral. Para estudos sobre as possíveis autorias individuais de alguns deles ver análises de Jean-Claude Muller (2012), Papavero e Barros (2013), Papavero (2015), Arenz (em fase de edição), Dietrich (em fase de edição), Prudente (2013a).

1. Objetivos

São dois os objetivos deste trabalho: apresentar o conjunto de fontes manuscritas da língua geral que contêm indícios de terem sido escritas por jesuítas da Europa Central, chegados à Amazônia na década de 50 do século XVIII, e desvendar as estratégias utilizadas por seus autores no aprendizado da língua geral.

Para denominar essa língua indígena usaremos tanto o termo língua geral, recorrente no século XVIII, como tupi, mais conhecido na literatura.

2. O grupo

Em termos institucionais, os padres *tapuitinga* pertenciam à Assistência Germânica da Companhia de Jesus, que compreendia os colégios jesuíticos nas regiões do que é hoje Holanda, Bélgica, Alemanha, Suíça, Áustria, Hungria, Polônia e República Checa (AYMORE, s.d).

Entre os 12 jesuítas que aqui chegaram na década de 50 do século XVIII, oito eram coadjutores espirituais - cargo direcionado às funções da evangelização dos índios - e, como tal, com obrigação de aprender a língua geral; dois eram coadjutores temporais, que não atuavam diretamente na conversão. Enfocaremos os oito coadjutores espirituais, listados abaixo:

Quadro 1: Lista dos coadjutores espirituais que chegaram à Amazônia entre 1750 e 1753 (MEIER e AYMORÉ, 2005)

Nome	Nascimento e morte	Período na Amazônia	Missões de atuação
Eckart, Anselm	1721-1809	1753-1757	Piraguiri, Trocano, Abacaxis, Caeté
Fay, David	1722-1767	1753-1757	Tapuitapera, São José, Acará e entre os índios Amanajés
Hoffmayer, Henrique	1722-1757?	1753-1757	Santa Cruz
Kaulen, Lourenço	1716-ca.1797	1750-1757	Piraguiri, Mortigura e Sumaúma
Kayling, José	1725 -1791	1753-1760	Índios Tremembé, São João de Cortes
Meisterburg, Anton	1719-1799	1750-1757	Trocano, Abacaxis, Arucará, Santa Cruz

Nome	Nascimento e morte	Período na Amazônia	Missões de atuação
Schwartz , Martinho	1719-1788	1753-1759	Guaricuru, Araticum
Szluha, João Nepumoceno	1723-1803	1753- 1759	Amanajé, Pindaré

A vinda dos jesuítas *tapuitinga* foi organizada em 1749 pelo padre Roque Hundertpfund, então missionário na Amazônia, tendo recebido apoio da Rainha de Portugal Maria Ana da Áustria e do Padre Geral da Companhia de Jesus, Franz Retz, originário da Boêmia. Todos os três eram de “fala alemã”.

Por contingências políticas, os religiosos da Europa Central que chegaram a partir de 1750 ficaram na Amazônia por breve período de tempo. Com a morte da Rainha Maria Ana da Áustria, e a entrada em vigência da política do Marquês de Pombal (1750-1777), contrário à Companhia de Jesus, os padres *tapuitinga* foram especialmente visados pela administração pombalina, como se pode ver no documento anônimo de crítica à Ordem *Relação abreviada da república que os religiosos jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias* (1757). O panfleto denuncia os padres David Fay, Anselm Eckart e Antônio Meisterburg.

3. Os documentos

O quadro abaixo inventaria os códices sobre a língua geral contendo sinais que apontam para autoria *tapuitinga*. Em seguida, situaremos esses documentos no conjunto das demais obras congêneres da mesma época.

Quadro 2: Códices em língua geral

Código e Biblioteca depositária	Datação e Autoria	Conteúdo	Referências geográficas
<i>Vocabulario da Língua Brazil</i> (Biblioteca Nacional de Lisboa, código 3143)	Anônimo Sem data	Dicionário Português-Língua Geral	Missão de Abacaxis (rio Madeira)
<i>Prosódia. Dicionário da língua falada por índios do Brasil</i> (Academia de Ciências de Lisboa, no. 569)	Anônimo Sem data	Dicionário Português-Língua Geral, lista de termos do corpo humano, canções e sonetos religiosos em tupi, narrativas rimadas com temas profanos.	Missão de Arucará (rio Xingu)

Código e Biblioteca depositária	Datação e Autoria	Conteúdo	Referências geográficas
<i>Dicionário Português-Língua Geral e Língua Geral-Português.</i> (Biblioteca Municipal de Trier, Código 1136/2048)	Anônimo 1756	Dicionário Português-Língua Geral e Língua Geral-Português	Missão de Piragui-ri (rio Xingu)
<i>Doutrina cristã em língoa geral dos Índios do Estado do Brasil e Maranhão, [...] traduzida em língoa geral e irregular, e vulgar uzada nesses tempos</i> (Biblioteca da Universidade de Coimbra, ms.1089)	Anônimo Sem data	Diálogo de perguntas e respostas e textos exortativos	
Material confiscado de Eckart em 1759 (Torre do Tombo m.59 n.4)	1753 (?) - 1759	Pequenas listas lexicais	
Correspondência de David Fay aos familiares na Hungria (apud RÓNAI, 1942)	1753	Oração do Pai Nosso traduzida para o tupi	

Por questão de comodidade, nos referiremos à documentação anônima constante no quadro acima, como, respectivamente: *Vocabulário da Língua Brazil* (VOCABULARIO, s.d), *Prosódia* (s.d), Trier (DICIONÁRIO, 1756), *Doutrina* (s.d).

Não foi incluído no quadro um trabalho impresso de teor gramatical de Anselm Eckart sobre a língua geral. Chama-se *Specimen da lingua brasilica vulgaris*. Foi publicado na Alemanha em 1778, um ano depois do jesuíta ter saído da prisão em Lisboa. Em 1779, Eckart publicou uma errata ao artigo, com alguns outros acréscimos - “*Zusatze sum Specimine Linguae Brasilicae vulgaris*”. O trabalho de 1778 foi analisado por Maria Carlota Rosa (1994) e traduzido do latim para o português por Carlos Antônio Kalil Tannus e Miguel Barbosa do Rosário (ECKART, 1994).

Os indícios de que os manuscritos anônimos da tabela acima foram escritos por padres *tapuitinga* são os seguintes:

- a) Inserções em alemão e em latim nos dicionários e na *Doutrina*:
Os padres da Europa Central fazem inserções ocasionais em alemão, e, com mais frequência, em latim. Este era usado por eles como idioma de conhecimento. O artigo de Eckart sobre a língua geral, por exemplo, publicado

na Alemanha em 1778, estava escrito em latim. Também o *Vocabulário da Língua Brazil* e o *Dicionário de Trier* inserem por vezes o alemão, e recorrentemente o latim, como se pode ver nos exemplos abaixo:

Esfregar. *akytýc* \underline{y} *apixib*. alii: *apixío*. german. *reiben* (Trier, fl. 18)

Aballar. *amocüé*, \underline{y} *amocatác*. v.g. o esteio, que está fincado, ou huma arvore etc o frequentativo faz *amociüeciüé* \underline{y} *amocatácatác* e assim fallando dos mais verbos, que poremos adiante, o d^{to} verbo propriamente em latina significa: *concutio* (Trier, fl.1).

Amarella cor do rosto. *Tobá jubá*. Gelb wie saffran (*Voc. da Língua Brazil*, f.19)

- b) Uso de sinal gráfico de parênteses característico da escrita do alemão antigo:

Os jesuítas da Europa Central faziam uso de uma forma gráfica de parênteses - /: - não encontrada na caligrafia portuguesa, que usa apenas barras (/ /). Dois dos códices anônimos citados fazem uso dessa sinalização (*Doutrina* e *Vocabulario da lingua Brazil*):

[...] *Antixto [Anti Christo], coipó abá angaturáma möánga /: Tupã ixé :/ ejágöera motĩ opabenhé abá pýtéropé, y[el] icatúpenhé; omombëü ybýpóra çupé: (Doutrina, fl. 33)*

[...] o Anti Cristo ou esse fingido homem bom /: sou Deus :/ ele diz no meio de todos homens [ou] bem às claras, ensinou aos habitantes da terra. [tradução RM]

[Peito] do pé. *Pý cupé*. Aquelle pequeno vao /:vadum :/ no meyo delle: *Nhyã* ou *Pý çõã*. Topinamba (*Voc. da Língua Brazil*, fl. 128).

- c) Marcas de escrita alemã no registro de palavras em português:
Quando chegaram à Amazônia, os jesuítas *tapuítinga* se dedicavam ao aprendizado não apenas da língua geral mas também do português, como menciona o jesuíta Henrique Hoffmayer, um dos que chegaram em 1753 (LAMEGO, 1925, p. 340). A pouca proficiência em português fez com que alguns erros sistemáticos estejam presentes nos três dicionários (MON-SERRAT, no prelo), como a troca de consoantes oclusivas e fricativas

sonoras por surdas (b por p, d por t, g por c,qu,k, z por s), ou o contrário, a troca de surdas por sonoras, entre outros. Isso ocorre também no registro de palavras em latim e em tupi. Exemplos do dicionário de Trier:

Affoquear [afoguesar]. açapù. a. aiepùucar, fazer affoquearse [afoguesarse] (fl.3)
 Xeẽ effluo. çuguy abé ixui iẽmi. effluit ex illo sanquis [sanguis]. [1ªcol; f.50]
 Adormecer act. amonkèr [amongèr] neu. akèr. (fl. 2)
 Amoçác amarrar o fingado [fincado] [2ªcol; f.45]

No caso da *Prosódia*, tais equívocos são os únicos sinais de que o códice foi escrito por autor estrangeiro, uma vez que utiliza apenas o português, sem inserções em latim ou alemão:

Oração. Tupã monketeçába [monguetaçába] (fl. 63)
 Desembaraçar [desembaraçar] como fio. Ajurão (fl. 31)
 Destemperado andar de barriga. Xe righé acy. T. Xe marigacy [maricacy]. Vul.(fl.33)
 Aas apalpatellas [apalpadellas]. Pococába rupí.(fl.2)

A seguir examinaremos os diferentes gêneros de textos sobre a língua geral escritos pelos padres *tapuitinga*:

d) Dicionários Português-língua geral:

Os três dicionários bilíngues português - língua geral dos jesuítas *tapuitinga* seguem um mesmo modelo, também adotado em um códice encontrado na fazenda jesuítica de Gibrié (CÓDICE, 1757). As semelhanças entre essas obras mostra a prática de sucessivas cópias. Aceitamos a sugestão de Capucine Boidin (comunicação pessoal), que propõe tratar essa prática, nos textos guarani coloniais, como sendo de “enésima iteração”, tornando assim irrelevante a ordem de sucessão das cópias.

Esses dicionários de língua geral, em circulação nos anos cinquenta do século XVIII, apresentam a mesma organização na estruturação interna dos verbetes (entrada em português com eventual aditamento de variantes diglósicas - “vulgar” versus “tupinamba”, “catecismo” e “arte”). Em oposição a esse modelo, há um conjunto de dicionários da mesma época que apontam para outra linhagem na forma de fazê-lo (entrada em português e equivalência na variante vulgar da época). Pertencem a esta

segunda linhagem dois dicionários (GRAMÁTICA, 1750 e VOCABULARIO, 1751).

e) Dicionário Língua geral- português:

Há apenas um código de autoria *tapuitinga* - o de Trier - com um dicionário Língua geral-Português. O que o distingue de dois outros documentos setecentistas congêneres (PRAZERES, 1891 e DICIONÁRIO, s.d) é o sistema de ordenamento das entradas, feito pelo final das palavras, enquanto os outros dois as organizam alfabeticamente, pela ordem das letras iniciais. Segue um pequeno trecho ordenado pelo final da palavra em “ab”.

AB (f.45)

Aba tecocu**àb**. pessoa prudente.

Aber**àb**. resplandecer. reluzir.

Aberáber**áb**. resplandecer a miudo.

Acaang**áb**, amoçaang**áb**. medir. aballizar, v assinalar.

Aç**ab** foiro signū per modū crucis, qualicunq ex re.

Acekend**ab**. aliis: acenkendáo. fechar grl^{mte}

Acacu**ab**. crescer a pessoa ou aãl.

Açokend**áb**. fechar a porta.

Ai**áb**. nacer o pinto ou qlqr passaro. abrirse a flor.

f) Textos catequéticos:

Entre os textos catequéticos de autoria *tapuitinga*, há duas versões da oração do Pai Nosso traduzido para o tupi, uma na carta de Fay de 1753 e outra no artigo de Eckart (1778). O código *Prosódia* contém uma série de sonetos e canções em tupi. Algumas destas eram inspiradas em música de origem européia, como “Stabat Mater” (Nossa Senhora da Piedade Imitando o Stabat Mater” , fl. 107v).

A única amostra de diálogo de doutrina que temos dos autores *tapuitinga* é o código “*Doutrina christã em lingoa geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingoa geral e irregular, e vulgar uzada nesses tempos*”. O título nos indica que o autor se propõe a fazer uso da variedade “vulgar” da língua geral no diálogo de doutrina, diferentemente do que havia sido decidido pela Companhia de Jesus uma década antes - ou seja, que deveriam ser mantidos no diálogo de doutrina oficial recursos do tupi clássico (MONSERRAT, BARROS e MOTA, 2010). Podemos constatar a diferença no

exemplo abaixo. Na versão oficial de 1740, para responder negativamente à pergunta sobre se Deus tem corpo, é empregada a forma tradicional da negação tupi (*n-...-i*). No mesmo contexto, a Doutrina utiliza a forma “vulgar” (*nitíu*).

Doutrina Christam de 1740

(apud Códice 1757, fl.132)

P. Cetépe Tupã acê iabe?

P. Deus tem corpo como nós?

R. Nacetei.

R. Não tem corpo.[tradução RM]
[neg-corpo-dele-neg]

Doutrina (fl. 10)

P.Tupá Túba, oguerecô ceté, jandé jabé?

P. Deus Pai tem corpo, como nós?

R. Nitíu ceté: [...]

R. Não tem corpo.[tradução RM]
[não corpo-dele]

g) Narrativas profanas rimadas:

O códice *Prósodia* contém também narrativas rimadas de conteúdo profano, Algumas delas tratam das incursões dos brancos nas aldeias em busca de índios para o trabalho nas canoas, como mostram as traduções para o português de Eduardo Navarro (2008/2011).

Juan Carlos Estenssoro (comunicação pessoal) caracteriza esse gênero de narrativa rimada como destinado a exercitar o conhecimento da língua indígena, sem ligação necessária direta com a evangelização.

h) Pequenas listas lexicais:

Entre os materiais confiscados pela administração pombalina quando da entrada de Anselm Eckart na prisão em Lisboa em 1759 (PAPAVERO, BARROS, NEBGEN, 2013) havia uma série de breves anotações avulsas sobre a língua geral, que atestam o interesse do autor no exercício de aprendizagem tanto do português como da língua geral.

Uma listagem em latim de peças de roupas pessoais tem uma segunda coluna com a palavra equivalente em português (“1 mantile toalha das mãos”). Numa caderneta há uma lista intitulada “Voces a latina ling.” com 13 itens lexicais na língua geral traduzidos para o latim.

Grande parte do material linguístico dos padres *tapuitinga* foi confiscada pela administração pombalina e está hoje em bibliotecas portuguesas (Biblioteca da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Portugal, Torre do Tombo e Academia de Ciências de Lisboa). O *Dicionário de Trier* foi o único que escapou ao confisco pombalino e se encontra na biblioteca dessa cidade alemã.

4. Estratégias de aprendizado da língua geral

4.1 Consulta às fontes tupi impressas

Os jesuítas *tapuitinga*, adultos e letrados, fizeram uso da literatura tupi jesuítica impressa como recurso para o aprendizado linguístico e como acesso a formulários para os cerimoniais de evangelização. David Fay, em 1753, utilizou o catecismo de Bettendorff (1687) para auxiliá-lo na extrema união dos índios: “Havia entre eles muitos doentes. [...] vieram implorar-nos; embora não soubesse ainda a língua vali-me do catecismo em língua lusitana e brasileira, auxiliei como melhor pude aqueles desamparados” (RÓNAI, 1942, p.269).

Alguns verbetes dos dicionários de autoria *tapuitinga*, ao fazerem referência às páginas de “arte” e “catecismo”, permitem identificar sua fonte de consulta. No dicionário de Trier, Prudente (2013b) pôde comprovar que eles tiveram à disposição os catecismos de Araújo e Leão (1686) e de Bettendorff (1687) e a “Arte” de Figueira (1687), como se pode ver abaixo, pelo dicionário de Trier:

“Ama, que cria. *mocãbyâra* v *mocãbyçara*, *membycambubãe*. Cate. fol. 117” (Trier fl.4)

ARAÚJO E LEÃO, 1686, pág. 117:
“D.Cunumĩ, cunhã tai, tunhabãemãna, goaibĩ ymãna, muruápõra, **imembycam-bubãe**, mbãe acybõra, cóara pucúĩ morabykyâra, goataçãra abé.”

“Purgatorio. *tatã. mondycaba*. Bett. pag. 51. forte dicdũ *repymondycaba*”(Trier, fl. 34).

BETTENDORFF, 1687, pag. 51:
“D. *Putunuçú tatã mondycãba árybo oçôbãe, pitanga imogarãibipyrẽyma recoãbamo cupê*.”
“[O Limbo] é uma caverna grande acima do purgatório para onde vão as crianças que não foram batizadas”

Doente. mbãe acymbõra. a arte diz: *baeacybõra*. pag. 96.

FIGUEIRA, 1687, pag 96:
“Quecé paié *baeacybõram çubãni*, ontem, o feiteiro chupou o enfermo. *Baeacybõra*, he acusativo, & se naõ estivera immediato ao seu verbo activo, diríamos, *Ixubãni*: ut Quece **baeacybõra** paié *ixubãni*.”

Essas obras impressas estavam disponíveis nas missões e bibliotecas dos colégios. Na missão de Abacaxis, havia uma gramática de Anchieta de 1595 (Eckart 1994). Na de Trocana havia “hum catecismo brazilico com o serimonial [sic] dos sacramentos”, segundo o inventário feito por Eckart dos

bens da missão (ECKART, 1756). No século XVIII, esses materiais ainda eram mantidos pela Companhia de Jesus como referência para o aprendizado da língua e a evangelização. Mas, segundo os próprios padres *tapuitinga*, eles não correspondiam mais à língua usada no cotidiano das missões. E segundo o padre Daniel, mesmo o catecismo já não era compreendido pelos índios (DANIEL, 1976, vol.2, p. 225).

4.2 O recurso a Bento Pereira para compreensão do português nos dicionários tupi

Segundo Dieter Messner (2008), os dicionários português-latim foram a base para o estabelecimento do ordenamento alfabético de entradas em português de dicionários em línguas das colônias portuguesas. Já os padres *tapuitinga* acrescentaram um novo uso a esses dicionários português-latim - o de esclarecer o significado das entradas em português nos dicionários de língua geral que tinham a seu dispor. A eficiência de um dicionário bilingue para o aprendizado de uma língua estrangeira depende do conhecimento que o consulente tiver sobre o significado das entradas dos verbetes. A inclusão ocasional do latim revela que o autor desconhecia aquele termo em português.

Dos três dicionários, o mais sistemático na inserção do latim para traduzir as entradas é o *Vocabulario da lingua Brazil*. Para conhecer o significado dos verbetes em português, o missionário serviu-se do dicionário português-latim de Bento Pereira (1ª edição 1634).

<i>Vocabulario na lingua Brazil</i>	Bento Pereira (1741)
Cédula, Schedula. <i>Papéra</i> , ut <i>Arecó papera</i> (fl.45)	“Cedula. Scheda, ae. Scedula.ae.”(p.39)
Abainhar. Plicare fimbriam. <i>Amöbybc v. Amanán</i> (fl.3)	“Abainhar . Plicare fimbriam.” (p.1)

Às vezes, além de Bento Pereira, o autor do *Vocabulario da lingua Brazil* consultou também Bluteau (1728), como no exemplo: “Azougado, Traquinas, Ardelio, homu inquietus. *Xereçágyrá*” (fl.32). O sentido de azougado como “traquinas, ardelio” está dado em Bento Pereira (1741:p.21); o de “homu inquietus” está presente apenas em Bluteau (1728, v.1,p.697)

4.3 O uso de aliterações

A uso das aliterações – palavras com sons parecidos e significados diferentes – no aprendizado de línguas estrangeiras era uma prática usada desde a Idade Média (CLANCHY, 2012). Ela está presente em três dos códices:

- nas narrativas profanas rimadas de *Prosódia*:

Xe copixápe catù acýe, Cheguei à minha roça;
Tapyyietà amöapycýe, matei a fome dos tapuios
Xe irunamogoàra çupé, e aos que moram comigo
Aimëeng quatro tuibäé (fl.96v) dei os quatro velhos. (NAVARRO, 2011, p.191)

- no dicionário língua geral-português ordenado pelo final das palavras

Acái. queimarse.
Açapucái. gritar chamando.
Acarái. arranhar a outro.a. (Trier, fl. 45):

- nas anotações de Eckart confiscadas em 1795, antes de entrar na prisão:

Irá mel
Itá lapidem et ferrum (ECKART, 1759)

4.4 Reinterpretação da escrita tupi utilizada por autores portugueses

A escrita tupi utilizada pelos jesuítas lusitanos era baseada na da língua portuguesa, como menciona na “Advertencia sobre a orthographia, & pronunciaçãõ” do catecismo tupi de Araújo e Leão: “Este Catecismo como produzido pelos Portugueses, he Portuguez na escritura; que pode admitir a pena Portu-gueza. E assi se usa nelle de Ç com zeura em lugar do S, cujo natural sibilo não consente a língua Brasilica” (ARAÚJO e LEÃO, 1686).

Os padres *tapuítina* mantiveram em muitos de seus textos a forma de registro gráfico do tupi estabelecida pela tradição jesuítica portuguesa. Eckart, por exemplo, reproduz a oração do Pai Nosso dentro de tal padrão (1778). David Fay menciona que eles o conservaram nas cópias de textos tupi (“nos costumamos transcrever segundo a língua lusitana”). Porém, é possível identificar vários exercícios de reinterpretação dos valores fonéticos de alguns sons da língua à luz não do português mas de línguas européias com que o grupo tinha maior

familiaridade, como o alemão e o francês. Temos um exemplo no *Specimen* de Eckart (1994), A grafia em língua geral era a portuguesa, mas ele propõe uma interpretação fonética baseada em sons do alemão e do francês: “Apresenta-se a pronúncia de algumas letras no idioma brasílico. *C* pronuncia-se como em alemão o *Z*. *X* como *Sch*. *Y* como o *U* em francês e um pouco mais alto” (ECKART, 1994).

Por outro lado, houve também uma iniciativa de reorientação gráfica, que pode ser vista na versão do Pai Nosso inserida em carta de David Fay a sua família. Ele propõe uma grafia baseada na língua húngara:

Afinal, para verem os europeus que língua bela nos é preciso aprender agora, transcrevo aquí o padre-nosso, que nos costumamos transcrever segundo a língua lusitana, mas dessa vez o faço segunda a pronúncia húngara para vossas mercês lerem bem (Fay apud RÓNAI, 1942, p. 272).

A seguir, uma comparação dos primeiros enunciados do Pai Nosso em Araújo (1686) e no elaborado por Fay para a pronúncia húngara:

Oração do Pai Nosso de David Fay (1753)

Oré rub Übáküpe tokoár

Imoëte-püramo nde rera tojko

Antônio de Araújo (1686)

-Oré rúb, ybákype , tecoár,

-imöeté pyramo nde rëra toicó

Conclusão

A chegada de jesuítas da Assistência Germânica à América Portuguesa para assumirem função de missionários não ocorreu pela primeira vez no século XVIII. Meier e Aymoré (2005) listam os nomes dos vários missionários *tapuitinga* que foram chegando desde o século XVI, sempre individualmente ou em duplas. Em nenhuma ocasião anterior eles vieram em número de 12, como ocorreu entre 1750 e 1753 na Amazônia. Isso nos motivou a investigar os recursos comuns de que dispuseram para seu aprendizado da língua geral.

A iniciativa de trazer um grupo de jesuítas da Europa Central para atuarem como missionários no Brasil mostra que a Companhia de Jesus preferiu formar um quadro bilíngue de adultos (o mais jovem tinha 25 anos) letrados e sem domínio pleno do português a admitir na Ordem filhos de colonos da Amazônia, detentores do conhecimento da língua geral necessário para essa função. No século XVI, foi esta última a estratégia da Ordem na costa do Bra-

sil, com a formação de um quadro de missionários “línguas” (bilíngues) com indivíduos “idiotas” (sem domínio de latim) porém com pleno conhecimento do tupi (BARROS, 2001, p.122) para atuarem como coadjuutores espirituais.

Na conjuntura do século XVIII, os padres *tapuitinga* tiveram a seu dispor escritos sobre o tupi com uma tradição de 200 anos. Consultaram obras impressas entre 1686 e 1687 (Araújo e Leão 1686, Figueira 1687 e Bettendorff 1687) e copiaram um modelo de dicionário na língua geral.

A consulta a esse material pressupunha um conhecimento da língua lusitana suficiente para interpretar as entradas dos verbetes dos dicionários, o valor fonético das representações gráficas propostas para o tupi e compreender as traduções em português dos diálogos de doutrina em tupi. O escasso traquejo no desempenho do português do grupo *tapuitinga* fez com que se socorrassem de outras línguas - seja a latina, para explicar significados incompreensíveis, seja a eventual adaptação gráfica à grafia de línguas que melhor conheciam (alemão e francês).

Na mesma época em que os jesuítas *tapuitinga* copiavam e recriavam fontes tupi, havia uma divergência entre os agentes coloniais sobre a língua de evangelização dos índios. Em 1751, o governador Mendonça Furtado, irmão do Marques de Pombal, defendia o uso do português nesse contexto (MENDONÇA, 1963). Também na Companhia de Jesus não havia consenso - entre a posição do padre João Daniel em sua crônica e a expressa pelo grupo *tapuitinga* em seus documentos sobre a língua geral - a respeito da língua em que se devia evangelizar os índios.

Daniel (1976, vol.2, p. 225) e os padres *tapuitinga* coincidem ao diferenciarem duas variedades de língua geral: a “corrupta” (termo de Daniel) e “vulgar” (termo recorrente entre os *tapuitinga*), usada pelos índios no cotidiano das missões; e a “antiga” ou “verdadeira” (termos de Daniel), ou “tupinambá” (termo usado pelos *tapuitinga*), presente nas obras impressas e conservada nos textos de doutrinação dos índios.

O padre Daniel (1976, v. 2, p. 226) defendeu o uso do português frente à situação de que o catecismo – estabelecido na variedade da língua geral antiga - não era mais compreendido pelos índios. Ao assim fazê-lo, Daniel não considerava a possibilidade de usar a variedade “corrupta” da língua geral para a evangelização.

O grupo *tapuitinga*, por sua vez, não apenas registrou a variedade vulgar nos dicionários, como a introduziu no discurso cristão. Um exemplo é *Prósodia* cujo autor declara na primeira página do manuscrito que registrará no dicionário o que os índios falam e não o que havia de impresso: “Me declaro,

q nesta peq. Prosodia da lingua, entenda por as palavras conforme as fallas os Indios ordinariamente, e a maior parte delles e não conforme a arte, que anda impressa, ou segundo o catecismo” (*Prosodia*, fl. 1).

A incorporação da variedade vulgar ao discurso cristão está ilustrada no próprio título da *Doutrina* (39 capítulos em 125 fólhos). que descreve esse processo de uso da lingua geral como sendo de “tradução” (*Doutrina christã em lingua geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingua geral e irregular, e vulgar uzada nesses tempos*)

Esses textos dos padres *tapuitinga* sobre tupi continuam em grande medida inéditos. Um primeiro trabalho para sua divulgação coube a Rosa, Tannus e Barbosa do Rosário em 1994. No momento atual, um grupo de pesquisadores está finalizando a edição de um extrato do dicionário de Trier 1756, para publicação no Portal da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNDigital). Há ainda uma dissertação de mestrado em andamento, por Gabriel Prudente, sobre o mesmo dicionário. O dicionário de Trier 1756 foi encontrado só recentemente, por Jean Claude Muller, na Biblioteca Municipal de Trier, Alemanha (Muller 2012), o que aponta para a possibilidade de que outras bibliotecas alemãs conservem documentos inéditos sobre a língua geral escritos por missionários *tapuitinga*.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Antônio de. *Catecismo na Língua Brasílica*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [1618] 1952.
- ARAÚJO, Antônio de & LEÃO, Bertholameu. *Catecismo Brasilico da doutrina Christã, com o cerimonial dos Sacramentos, & mais actos Parochiaes. Composto por Padres Doutos da Companhia de Jesus, Aperfeiçoado, & dado a luz pelo Padre Antonio de Araújo da mesma Companhia. Emendado nesta segunda impressão pelo P. Bertholomeu de Leam da mesma Companhia*. Lisboa: Officina Miguel Deslandes, 1686.
- ARAÚJO, Domingo. *Chronica da Cia de Jesus da missao do Maranhao pelo Padre Domingos de Araujo*, 1720.
- ARENZ, Karl Heinz. Os possíveis autores do Dicionário de Trier (1756). In: *Extrato de um dicionário jesuítico de 1756 em língua geral da Amazônia - Letra A: Português-Língua geral*. Portal BNDigital (em fase de edição).
- AYMORE, Fernando Amado. *A literatura etnográfica dos jesuítas alemães sobre o Brasil e a América Espanhola nos séculos XVII e XVIII*. Palestra apresentada no Museu Goeldi, Belém.

- BARROS, Cândida . A portrait of the religious tupi interpreter in Bazil in the sixteenth century. *Itinerario*. Leiden, v. 25, n.2,, 2001, p. 110-140
- BETTENDORFF, João Felipe. *Compêndio da Doutrina Christaã na Língua Portuguesa e Brasilica*. Lisboa: Imprensa Miguel Deslandes,1687.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português e Latino*. 1728. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em 14 de agosto de 2015.
- CLANCHY, Michael T. *From Memory to Written Record: England 1066-1307*. Wiley-Blackwell, 2012.
- Códice tupi. Fazenda de Gibrié*. Londres: British Library, 1757
- DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Rio Amazonas*. 2 volumes, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976
- Diccionário da Lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado*. Escrito na Cidade do Pará. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1771
- Dicionário da Lingua Brazilica*. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra. ms. 94, s.d.
- Dicionário Português-Língua Geral e Língua Geral-Português*. Ms. 1136/2048. Biblioteca Municipal de Trier, 1756.
- DIETRICH, Wolf. O dicionário de Trier em comparação com dois outros dicionários de língua geral amazônica. In: *Extrato de um dicionário jesuítico de 1756 em língua geral da Amazônia - Letra A: Português-Língua geral*. Portal BNDigital (em fase de edição).
- Doutrina christaã em lingoa geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingoa geral e irregular; e vulgar uzada nesses tempos*. Biblioteca da Universidade de Coimbra, s.d.
- ECKART, Anselmo. *Rol de alguns trastes da Missaõ que era do Trocano, e hoje Villa deBorba a Nova depozitados na ditta Vila por serem empedidos por Ordem do Exmo. Governador Clapitam [?] Gen[ner]al deste Estado Snr Fran[cis]o Xavier de Mendoça Furtado pertendendo eu Levallo pela Ordem que tinha do meu prelado de M. Rdo P. Fran[cis]co de Toledo da Companhia de Jesus Visistador geral, e vice Provincial do Maranhão, os quais trastes sao os seguintes*. (Coleção Pombalina) fol 194. Biblioteca Nacional de Lisboa.10 de junho de 1756.
- _____. *Papéis do P. Ancelmo Eschard*. Torre do Tombo, 1759.
- _____. *Specimen Linguae Brasilicae vulgaris*. *Journal zur Kunstgeschichte und zur allgemeinen Litteratur*, 1778, p. 195-213. Disponível em: <<http://www.ub.uni-bielefeld.de/diglib/aufkl/journkunst/>>. Acesso em 14 de agosto de 2015.

- _____. Zusatze sum Specimine Linguae Brasilicae vulgaris. *Journal zur Kunstgeschichte und zur allgemeinen Litteratur* 5., 1779, p. 121-122. Disponível: <http://www.ub.uni-bielefeld.de/diglib/aufkl/journkunst/>. Acesso em 14 de agosto de 2015.
- _____. O Exemplário da língua corrente do Brasil. Tradução do latim de Carlos Antônio Kalil Tannus e Miguel Barbosa do Rosário. *Terceira Margem*, UFRJ, Rio. ano 2, n. 2, 1994, p.176-180.
- FIGUEIRA, Luis. *Arte de grammatica da língua brasílica*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1687.
- Gramática da Lingua Geral do Brazil. Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua. Pará.* (Ms. 69). Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1750.
- LAMEGO, Antônio. *A terra goytacá*. Tomo 3. Bruxelles: L'edition D'Art Gaudio, 1925.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. 3v. Rio de Janeiro: IHGB, 1963.
- MESSNER, Dieter. Anotações aos primeiros dicionários português-tupi.. *Miscelânea lexicológica iberorromânica*. Salamanca: Luso-española de Ediciones. 2008, p. 255- 272.
- MEIER, Johannes & AYMORÉ, Fernando Amado. *Jesuiten aus Zentraleuropa in Portugiesisch- und Spanisch-America. Ein bio-bibliographisches Handbuch*. Band 1: Brasilien (1618-1760). Münster: Aschendorff Verlag, 2005
- MONSERRAT, Ruth. Marcas de escrita de falante de alemão no Dicionário de Trier. In: *Extrato de um dicionário jesuítico de 1756 em língua geral da Amazônia - Letra A: Português-Língua geral*. Portal BNDigital (em fase de edição).
- MONSERRAT, Ruth; BARROS, Cândida; MOTA, Jaqueline. Comparação entre dois diálogos de doutrina jesuíticos tupi: João Filipe Bettendorff (1687) e José Vidigal (1740) In: *Anais da XIII Jornadas Internacionais Missões Jesuíticas*, Dourados. XIII Missões jesuíticas, 2010.
- MULLER, Jean-Claude. Die Identifizierung eines Sprachschatzes in der Trierer Stadtbibliothek das jesuitische Wörterbuch Alt-Tupi/Portugiesisch. *Kurtrierisches Jahrbuch*, v. 52, p. 371-387, 2012.
- NAVARRO, Eduardo. A escravização dos índios num texto missionário em língua geral do século XVIII. *Revista USP*, v. 78, 2008,pp. 105-114

- _____. Um texto anônimo, em língua geral amazônica, do século XVIII. *Revista USP*, v. 90, 2011, p.181-192.
- PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). *Anselm Eckart S. J. e o estado do Grão-Pará e Maranhão setecentista (1785)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013
- PAPAVERO, Nelson. Nomes de animais em três manuscritos jesuíticos em Língua Geral do século XVIII (Eckart, ma 569 da Academia de Ciências de Lisboa e manuscrito da Universidade de Trier). *Arquivos de Zoologia*. São Paulo, volume 46 (1), 2015, p. 1-39.
- PAPAVERO, Nelson; BARROS, Cândida. O “Vocabulário da língua Brazil” (códice 3143 da Biblioteca Nacional de Portugal) e os Zusätze o Pe. Anselm Eckart, S.J. (1785): Obras do mesmo autor”. In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). *Anselm Eckart S. J. e o estado do Grão-Pará e Maranhão setecentista (1785)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 337-351.
- PAPAVERO, Nelson; BARROS, Cândida; NEBGEN, C.. Lista dos papéis apreendidos de Anselmo Eckart em 1759. In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). *Anselm Eckart S. J. e o estado do Grão-Pará e Maranhão setecentista (1785)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013
- PEREIRA, Bento..*Prosodia vocabularium bilingüe latinum, et lusitanum digesta*. Nona editio. Eborae. Typ. Academiae, 1741
- PRAZERES [Maranhão], Frei Francisco de Nossa Senhora dos. Poranduba maranhense, ou Relação historica da provincia do Maranhão [...] com [...] um dicionario abreviado da lingua geral do Brazil. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. v. 54, pt. 1, p. [4]-277. Inclui ‘Nota sobre o Poranduba Maranhense’, de César Augusto Marques, p. 279-281]. Disponível : <<http://biblio.etnolinguistica.org>>. 1891. Acesso em 15 de agosto de 2015.
- Prosodia. Dicionário da língua falada por índios do Brasil*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa. no. 569, s.d.
- PRUDENTE, Gabriel. Grupos indígenas e lugares amazônicos no dicionário de 1756: um breve mapeamento histórico *Extrato de um dicionário jesuítico de 1756 em língua geral da Amazônia - Letra A: Português-Língua geral*. BNDigital (em fase edição)
- _____. Marcas germânicas: possibilidades de autoria de um dicionário em língua geral através do estudo dos verbetes. In: *Anais do IX Jornada de Iniciação Científica dos Grupos PET*. (CD-ROM). Belém: IX Jornada de Iniciação Científica dos Grupos PET, 2013.

- _____. Identificando catecismos e gramáticas de língua brasílica em um dicionário de língua geral do setecentos. In: *Livro de Resumos do XXI Seminário de Iniciação Científica - PIBIC*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 108-108.
- Relação abreviada da república que os religiosos jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias; e da guerra que neles tem movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses, formada pelos registos das secretarias e dos dois respectivos principais comissários e plenipotenciários e pos outros documentos autênticos*. 1757
- RÓNAI, Paulo. As cartas do P. David Fáy e a sua biografia. Contribuição para a história das missões jesuíticas no Brasil no século XVIII. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LXIV, 1942, p. 193-273. Disponível: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/ronai-1944-cartas/ronai_1944_cartas.pdf>. Acesso: 7 de agosto de 2015.
- ROSA, Maria Carlota. Um exemplo de descrição pedagógica no século XVIII: O Specimen linguae brasiliae vulgaris e a tradição jesuítica de ensino de segunda língua. *Terceira Margem. Revista da Pós-graduação em Letras da UFRJ*. Ano II, n.2, 1994, p. 181-189.
- Vocabulário na língua brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1751
- Vocabulário na Língua Brazil*. Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 3143, s.d.

Enviado em 16 de setembro de 2015.

Aceito em 31 de outubro de 2015.

ENSINO MÚTUO (SÉC. XIX) X MULTISSERIADO (SÉC. XXI):
PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA LÍNGUA PORTUGUESA NO NORDESTE

Patrícia Silvestre Leite Di Iório
Universidade Cruzeiro do Sul
patsilvestre@uol.com.br

Sônia Maria Nogueira
Universidade Estadual do Maranhão
nogueirasonia@yahoo.com.br

RESUMO:

Este trabalho discute o processo de implementação do ensino da Língua Portuguesa no Nordeste com os métodos de ensino: Mútuo (século XIX) e Multisseriado (século XXI). Busca-se, assim, identificar as (des)continuidades linguísticas das concepções de gramática e língua/linguagem, para isso, toma-se como *corpus* a *Grammatica Elementar da Língua Portuguesa*, de Filipe B. O. Condurú (1888); o *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa 4 e 5* e o *Caderno do Educador: Língua Portuguesa*, de Selma A. P. W. Dias (2010). O trabalho ancora-se nas proposições da Historiografia Linguística, representada por Konrad Köerner (1996), bem como na organização proposta por Swiggers (2013).

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; Historiografia Linguística; Ensino mútuo; Ensino multisseriado

ABSTRACT:

This paper discusses the implementation of teaching the Portuguese Language in the Northeast process with teaching methods: Mutual (XIX century) and Multigrade (XXI century). The aim is to identify the linguistics (dis)continuity of the concepts of grammar and language, is taken as the corpus of the *Grammatica Elementar da Língua Portuguesa*, by Filipe B. O. Condurú (1888); *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa: 4 and 5* and the *Caderno do Educador: Língua Portuguesa*, by Selma A. P. W. Dias (2010). The work is anchored in the propositions of Linguistic

Historiography, represented by Konrad Koerner (1996), as well as the organization proposed by Swiggers (2013).

KEYWORDS: Portuguese Language; Linguistic Historiography; Mutual teaching; Multigrade education

Introdução

Este trabalho aborda a práxis do ensino da Língua Portuguesa no Brasil, especificamente no Nordeste, com os métodos de ensino: Mútuo, na segunda metade do século XIX, e Multisseriado, na primeira metade do século XXI. Para tanto, tomamos como *corpus* a *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa*, de Filipe Benicio de Oliveira Condurú (1850); o *Caderno do educador: Língua Portuguesa*; o *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa 4* e o *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa 5*, de Selma Alves Passos Wanderley Dias (2010), materiais que servirão para a verificação das concepções linguísticas em que os autores ancoram o ensino. A seleção, pois, desse material justifica-se na medida em que foi adotado nas escolas públicas: escolas primárias (século XIX) no Maranhão e escolas de ensino fundamental (século XXI), no Nordeste. Esclarecemos, ainda, que a obra de Condurú, por nós utilizada é a XIII edição, de 1888.

Desse modo, buscamos identificar as continuidades e discontinuidades linguísticas nas obras analisadas e “reconstruir o ideário lingüístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto” (Swiggers, 2013, p. 43), para tanto embasaremos-nos nos três princípios da Historiografia Linguística apresentados Konrad Köerner (1996): *contextualização*, *imanência* e *adequação*, bem como na Organização proposta por Swiggers (2013, p. 44-45), a saber: I – estabelecer um organograma historiográfico para o trabalho; II – organizar o trabalho com a base documental (textos do passado e do presente) em relação a três aspectos: heurístico, hermenêutico, executivo. No caso deste trabalho, a execução de uma historiografia que correlacionará o rumo evolutivo das concepções adotadas para o ensino mútuo (século XIX) e as adotadas para o ensino multisseriado (século XXI).

Diante disso, observaremos a organização das fontes elegidas, bem como analisaremos as concepções de língua/linguagem, gramática e texto. Buscaremos os momentos de continuidade e de ruptura, quanto às concepções filosóficas e científicas sobre a educação e o ensino de Língua Portuguesa, no século XIX e XXI.

1. Educação: ensino mútuo e multisseriado

No período decorrido entre a saída de D. João VI do Brasil e a aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, houve momentos de desentendimentos políticos, acompanhados de insegurança quanto ao futuro da nação. Em virtude de tais fatos, mais uma vez, a educação foi esquecida e entrou em um grande marasmo. O Imperador, por sua vez, outorgou a nossa primeira Constituição, a de 1824, que continha um tópico específico em relação à educação, inspirando a ideia de um sistema nacional de educação. Desse modo, o Império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades. No plano prático, porém, manteve-se o descompasso entre as necessidades e os objetivos propostos e, nessa perspectiva, foi privilegiada a adoção do método lancasteriano de ensino.

O método de Lancaster, também conhecido como método de ensino mútuo ou monitorial, trata-se de uma prática amparada nas ideias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832) e nas ideias panópticas do jurista e reformador de costumes Jéremy Bentham (1748-1892). Em 1789, Joseph Lancaster (1778-1838) o recriou na Inglaterra para atingir um número maior de alunos. Por tal método, o ensino acontecia, de acordo com Ghiraldelli (2008, p. 29), “por ‘ajuda mútua’ entre alunos mais adiantados e alunos menos adiantados”.

Esse método foi instituído como Ensino Oficial pela Lei Geral, de 15 de outubro de 1827 e perdurou até 1946. Foi o primeiro método oficial de ensino implementado no Brasil, o que marcou o início da descolonização e da instituição do Estado Nacional. Uma Escola de Ensino Mútuo, ou método de Lancaster, foi criada e instalada no Rio de Janeiro, para onde um soldado de cada província se dirigia a fim de receber as lições desse método e propagá-lo em sua província. A escolha do soldado como propagador do método atende muito bem ao projeto de consolidação do Estado Nacional, pelo qual se promovia a vigilância e a ordem no interior das escolas, pois no método Lancaster, “uma proposta disciplinar de instrução, relacionada à disciplinarização da mente, do corpo e no desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar, e não na independência intelectual” (NEVES; MEN, 2007, p. 2), a função do monitor seria mais de disciplinador.

Em relação à província do Maranhão, na segunda metade do século XIX, do ponto de vista da educação, alguns fatores devem ser ressaltados: a) o Liceu Maranhense foi criado com a Lei nº 77, de 24/7/1838; b) o presidente da Província, em 1839, apoiava o Método de Lancaster, destinado às escolas primárias, como um dos principais recursos para solucionar o problema da falta de difusão do ensino elementar a uma maior clientela de homens livres.

O Palácio do Governo do Maranhão determinou que Condurú passasse a reger, em observância da Lei Provincial nº 76, de 24 e julho de 1838, a Escola Normal – Curso de Aperfeiçoamento para professores de primeiras letras – que foi instalada no Liceu Maranhense no início da década de 1840. Por esse motivo no ano anterior, em 1839, subsidiado pela Província, Condurú foi estudar Pedagogia, especialmente, o método de Lancaster, em Paris.

Condurú redigiu e publicou ótimos manuais escolares, além da *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa* para auxiliar no seu trabalho pedagógico e para tornar as suas lições mais eficazes. No período em que coordenou a Escola Normal, segundo Cabral (1984), os mesmos compêndios deveriam ser adotados em todas as escolas públicas. A prática desse sistema era monitorial, uma vez que os alunos de toda uma escola eram divididos em grupos que ficavam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruíam a seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre anteriormente.

Para manter a disciplina, “além dos monitores havia na classe o inspetor, funcionário que se encarrega de vigiar os monitores, de entregar a estes e deles recolher os materiais de ensino, e de apontar ao professor os que deviam ser premiados ou corrigidos” (NOGUEIRA, 2015, p. 60).

Em contraponto com o ensino mútuo, no século XXI, temos o ensino multisseriado, que para ser compreendido deve-se considerar o percurso histórico realizado pela educação no campo. A Educação no campo não foi constituída como um mecanismo de evolução social, mas como um modo de promoção e manutenção da prática agrícola que sempre sustentou a economia do Brasil. Nesse sentido, segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, “a Educação do Campo vem apresentando, historicamente, desigualdades sociais, o que se constitui em um entrave para que os povos do campo tenham acesso a uma educação pública de qualidade, como direito”. (BRASIL, 2010, p. 11).

Para termos dimensão do problema da educação no campo, é preciso apontar que o Censo Escolar de 2009 indicou 5.999.179 alunos matriculados no ensino regular nas escolas de educação básica situadas no campo, dos quais 4.863.574 (81%) no Ensino Fundamental, e, mais especificamente, 3.295.399 (76,3%) matriculados nos anos iniciais, em que se concentram as classes multisseriadas (BRASIL, 2010).

Para entendermos um pouco mais esse quadro, precisamos assinalar que o modelo da educação rural no Brasil, a partir dos anos 1990, é resultado de todo um percurso que se explica pelos grandes déficits de aprendizagem gerados

pelas classes multisseriadas, que reproduziam uma educação tradicionalizada, passivista e autoritária. Assim, na década de 1990, temos os processos de introdução da Escola Ativa como uma tentativa de reverter o quadro de má qualidade do ensino no campo.

O processo de implantação do Projeto Escola Ativa teve base no modelo colombiano denominado “Escuela Nueva – Escuela Activa”. Em 1996, um grupo de técnicos do Projeto Nordeste e dos estados de Minas Gerais e Maranhão participaram de um curso sobre esse modelo de ensino com classes multisseriadas, experiência de mais de 20 anos da Colômbia. Em 1998, o MEC/Projeto Nordeste iniciou, em parceria com estados e municípios do Nordeste, a implantação da proposta pedagógica “Escola Ativa”. Trata-se de “uma proposta metodológica voltada para a gestão de classes multisseriadas, que combina, em sala de aula, uma série de elementos e instrumentos de caráter pedagógico/administrativo, cuja implementação objetiva aumentar a qualidade do ensino oferecido naquelas classes”. (BRASIL, 2005, p. 48).

Essa escola passou a ser conhecida como multisseriada para caracterizar um modelo de escola do campo que reúne em um único espaço um conjunto de séries do ensino fundamental, entre elas a educação infantil, tendo um tempo de quatro horas diárias para suprir as demandas curriculares inerentes em cada série. A identidade das escolas de campo está apoiada pela Lei 9.394/96, especialmente em atendimento aos seus artigos: 2, 5, 23, 26 e 28, que afirmam que contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

O Programa Escola Ativa propõe estratégias que auxiliem o trabalho do educador em sala de aula, entre as quais a organização do trabalho pedagógico em turmas multisseriadas: trabalho alternado em grupos envolvendo todas as séries para a troca de experiências e conhecimentos; a presença de um monitor por grupo; prática pedagógica voltada para a coordenação, orientação, exposição, direção, acompanhamento de atividades em lugar das aulas expositivas; estímulo à responsabilidade e à autonomia do aluno, articulação dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem, Colegiado Estudantil, Cantinhos de Aprendizagem e Comunidade para viabilizar o desenvolvimento das atividades de forma mais significativa.

Como observamos, há várias tentativas de multiplicação do saber no Brasil, mais especificamente, no século XIX busca-se pelo método mútuo a ampliação da escolarização brasileira e, no final do século XX e início do século XXI, o método multisseriado procura expandir a educação no campo. Como qualquer outro método, para o ensino de uma disciplina, em especial, a Língua Portuguesa, é necessário o apoio do material linguístico, “o plano

das realidades linguísticas que formam o ‘substrato’ de atividades práticas e teóricas” (SWIGGERS, 2013, p. 44), assim, passaremos à análise do *corpus* previsto pela política educacional de cada um dos momentos.

2. Língua portuguesa e ensinos mútuo e multisseriado

Le Goff (2003) afirma que, a partir da memória coletiva, se restaura a história de uma comunidade, o que torna a memória um elemento essencial para a reconstrução da identidade individual ou coletiva. Para tanto, o autor divide os lugares da memória coletiva em **Topográficos** – arquivos, bibliotecas, museus; **Monumentais** – cemitério, arquitetura; **Simbólicos** – festas, comemorações e **Funcionais** – manuais, autobiografia, associações. Neste trabalho, ancoramos nossa análise nos arquivos funcionais, especificamente, em materiais elaborados para o ensino de língua materna nos períodos estudados. Passemos a observá-los.

2.1 *Grammatica elementar da lingua portugueza*

A *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Filipe Benicio de Oliveira Condurú (1888), segue o modelo dos gramáticos de Port-Royal, trata-se, portanto, de obra pertinente ao espírito de época da segunda metade do século XIX.

Iniciando a análise com o aspecto Prefácio, utilizamos a Introdução, em que Condurú (1888, p.3) expressa preocupação com o ensino da língua ao afirmar que seu “fim é dar preceitos e regras para fallar, escrever e ler com acerto”. E continua apresentando, de forma sucinta, apenas os conceitos a serem trabalhados no corpo da obra, a saber: “fallar, escrever, ler, letra, syllabas, palavra, nome, monossyllabo, palavra primitiva, palavra simples, palavras na accepção natural, palavras na accepção figurada, oração ou frase e periodo”. Assim, Condurú filia-se a uma concepção normativa de gramática. Essa informação pode ser ratificada em:

O autor destaca o fato de que sua gramática não se limita aos fatos relativos à língua escrita, mas expande-se para a linguagem articulada, abrangendo tanto a expressão por ‘viva voz’ – oral – ou por ‘caracteres’ – escrita. É dessa maneira que Condurú a define no início da Introdução, chamando a atenção para o aspecto prescritivo, comum às gramáticas de sua época, pois gramática ‘é a arte (*) que trata da linguagem articulada, quer esta se exprima de viva voz, quer por caracteres que a representem’ (p. 3). E, em nota de rodapé, acrescenta:

“(*) Arte é uma serie razoada de preceitos ou regras, pelas quaes dirigimos as nossas faculdades com o fim de obter algum resultado que não se poderia conseguir da unica natureza” (p. 3). (NOGUEIRA, 2015, p. 119).

Condurú (1888, p.3) estabelece, ainda, que falar “é exprimir nossas idéas por meio de sons articulados, chamados palavras”, pois, além desses sons, foram inventados os caracteres da escrita a fim de os sons se tornassem duráveis, assim sendo, escrever “é representar nossas idéas por meio de caracteres chamados letras”. Nessa perspectiva, o autor aborda a leitura ao fazer a correspondência entre letra e o som que ela representa, manifestando a existência de uma única maneira de escrever e falar em Português, uma vez que “Ler é exprimir por palavras ou sons articulados o que se acha representado por caracteres ou letras. Da mesma forma que “Letra é um caracter com que se representa um som simples ou elementar. De uma ou mais letras se compõem as syllabas”.

A utilização da conceituação do termo fala em lugar de língua utilizado por Condurú é bastante significativa se a relacionarmos ao método lancasteriano, pois se trata de método amparado no ensino oral, que não buscava originalidade ou reflexão intelectual na atividade pedagógica, mas uma disciplinarização mental e física, assim, por meio da repetição e da memorização (NEVES; MEN, 2007). Desta forma, a concepção de língua como expressão de ideias é substituída pela de fala.

A seguir, Condurú (1888, p. 3-4) apresenta as definições e exemplificações do nome, assim como da quantidade de sílabas da palavra: “*Nome* é a palavra pela qual se conhecem as pessoas, as cousas, as suas qualidades, como – *Rei, Monte, Alto*. Chama-se *monosyllabo* a palavra que consta de uma só syllaba, como – *Pai, Dor*; e *polysyllabo* a que consta de mais de uma, como – *Gloria, Sabedoria, Virtude*”.

Os conceitos anteriores evidenciam que a concepção de língua/ linguagem em uso relaciona-se ao conceito utilizado pelos filósofos gregos para a produção de obras clássicas, assim, a linguagem é vista apenas como expressão do pensamento. O pensamento é criado no interior da mente de cada sujeito e sua exteriorização manifesta a tradução do seu pensamento, sem influências do contexto ou do outro.

Na Introdução, Condurú (1888, p. 4) aborda a classificação das palavras quanto a sua formação: “As palavras consideradas em sua formação podem ser primitivas ou derivadas, simples ou compostas. Palavra primitiva é a que não

se deriva d’outra da mesma língua, como – Arvore, Flor; e palavra derivada a que se deriva d’outra, como – Arvoredo, Florido”. E complementa “Palavra simples é a que em sua formação não tem liga ou mistura de outra, como – Sol, Quer; e palavra composta a que se forma do ajuntamento de duas ou mais, como – Gira-sol, Mal-me-quer”.

Tomamos o exemplo dado por Condurú (1888, p. 4) sobre as palavras em sua significação, “palavras se tomam na accepção natural, quando exprimem as próprias idéas para que foram inventadas, como – Cultivar a terra, Semear o trigo”; e, além disso “são tomadas na accepção figurada, quando representam idéas diferentes d’aquellas para que se inventaram, como – Cultivar as letras, Semear intrigas”, para destacar as palavras “cultivar” e “semear” como representativas do Brasil agrícola que se apresentava, principalmente, em relação ao Nordeste, neste período tão distante da capital brasileira, o Rio de Janeiro.

Quanto ao aspecto da Organização, em relação ao seu estilo composicional, a *Grammatica Elementar* de Condurú preserva o modelo latino, na medida em que está dividida em quatro partes, a saber: Capitulo I Etymologia; Capitulo II Prosodia; Capitulo III Orthographia e Capitulo IV Syntaxe. Cumpre ressaltar que Condurú apresenta influências de uma tradição que ainda hoje pode ser encontrada em muitas gramáticas pedagógicas em uso nas escolas brasileiras.

Em Etimologia, primeiro capítulo de sua gramática, o autor trata dos substantivos. Destacamos o trecho em que Condurú (1888, p.8) aponta que “os substantivos que significam coisas inanimadas não deveriam ter genero, porque só os entes animados podem ter sexo”, e acrescenta que “com tudo são classificados arbitrariamente, uns no genero masculino, outros no feminino pelo uso da língua, que facilmente os fará distinguir”, por demonstrar fortemente a sua influência francesa, língua de prestígio naquele momento histórico e país em que Condurú havia estado para conhecer o Método Lancaster.

Outra questão bastante particular da obra e digna de registro é a apresentação do autor sobre o campo da Prosódia. Entre outras questões, o autor trata do *som* que deve reger a pronúncia considerada como correta, para o que notamos uma orientação que persiste na forma de alfabetização predominante no Nordeste: os nomes das letras devem ser pronunciados seguidos de /e/; e exemplifica: *be, ce (que), de, fe, ge (gue), je, le, me, ne, pe, qe (que), re, se, te, ve, xe, ze*.

O último capítulo é destinado à sintaxe, definida como “a parte da Grammatica que regula o emprego das palavras na composição da oração e do período. Divide-se em Syntaxe de concordancia, e de regencia; e pôde ser regular

ou figurada”. Condurú (1888, p.86) conceitua a oração como “a enunciação de um sujeito, de quem se afirma ou nega alguma cousa. Ella deve constar necessariamente de duas partes pelos menos, que são sujeito e verbo, sendo este de significação absoluta, como – A terra gira; e de mais um attributo [...]”.

A organização da obra, seguindo o modelo latino, e as concepções de gramática e de linguagem assinaladas colaboram para a definição de um modelo de ensino prescritivo em que o aluno era impulsionado a substituir seus padrões linguísticos por outros considerados mais corretos, aceitáveis. Trata-se, portanto, de um momento histórico em que se desejava a ampliação da escolaridade, sem, no entanto, democratizar a política ou a educação.

2.2 Caderno de Ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa

No século XXI, como materiais auxiliares para o desenvolvimento das atividades pedagógicas para o ensino no campo, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), distribuiu aos alunos o Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa (1 a 5), além do Caderno do Educador: Língua Portuguesa, para os professores.

A coleção foi elaborada por Selma Alves Passos Wanderley Dias, o *Caderno do Educador*, foi elaborado também por Maristella Miranda Ribeiro Gondim (*in memoriam*), especificamente para o ensino no campo. O material em análise, *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa – 4* (2010a) e *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa- 5* (2010b), foi adotado em escola da Rede Municipal de Ensino Fundamental, no Maranhão, com o intuito de melhorar o ensino e a contribuir com a qualidade do desempenho escolar dos professores que trabalham em classes de multisseriadas nas escolas do campo.

Com isso, apresentamos o Prefácio, ressaltando que as obras têm o mesmo prefácio. Dias (2010a, 2010b) dirige-se ao aluno, ao afirmar que “Este livro é mais um incentivo para você que aprendeu a ler”. Em seguida, incentiva a busca pela leitura com a ordem “Leia!”. A autora salienta, ainda, em seu prefácio, o prazer de “Aprender brincando com o jogo das palavras”, a fim de “Sentir a poesia, a beleza das palavras” e, com isso, “Encontrar: curiosidades, desafios, parlendas, quadros e quadrinhos, adivinhações, cantos e cantigas, outras linguagens”. A proposta da autora é fazer com que os alunos camponeses se voltem para os atos da leitura e produção de diferentes textos apresentados no livro, de forma a conhecer sua história construção e estruturação. Assim sendo, tem como objetivo facilitar ao leitor, por meio de suas obras, a ampliação do seu

nível de compreensão da Língua Portuguesa, competência necessária para o desenvolvimento intelectual e social.

Na Apresentação do *Caderno do Educador*, a autora se dirige ao professor e apresenta como objetivo da obra “colaborar com você e seus alunos do campo como uma semente fértil que vai germinar, brotar, crescer, florescer e, junto com seus conhecimentos, interesse e boa vontade, formar novas sementes, agora, selecionadas e híbridas, e, portanto, melhores” (2010c, p. 4). A analogia proposta pela autora aponta para uma descontinuidade com os modelos propostos anteriormente para o ensino no campo, pois assinala que as “novas sementes” foram selecionadas e são híbridas, explicando que ser híbrido é melhor. Na cultura do campo, uma semente híbrida é formada pelo cruzamento forçado de duas plantas de linhagem pura, formando plantas com maior produtividade. Analogamente, as propostas presentes na obra foram selecionadas, estudadas para garantir um ensino mais produtivo.

O item seguinte do *Caderno do Educador* é Conteúdos de Língua Portuguesa, parte na qual atrela as concepções da coleção aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997), apresentando como objetivo do ensino de língua portuguesa “a expansão das possibilidades do uso da linguagem”... cujas “capacidades a serem desenvolvidas estão relacionadas às quatro habilidades básicas: **falar, escutar, ler e escrever**”. (DIAS, 2010c, p. 5, reduções e grifos do autor). A autora aponta, também, que os conteúdos sejam selecionados para o desenvolvimento da língua oral e escrita (usos e formas) e em função do eixo USO-REFLEXÃO-USO.

Assim, como Condurú (1888), Dias (2010c, p. 5) ressalta o valor da língua oral. Para a autora, “a habilidade de falar e ouvir, é básica para o domínio da língua escrita – leitura e produção de texto, para a análise e reflexão sobre a língua – conhecimentos linguísticos e para o desenvolvimento da consciência metalinguística, ou seja, a capacidade de pensar e falar sobre a língua”. No entanto, se para o primeiro esse uso não levava à originalidade ou à reflexão intelectual na atividade pedagógica, para a segunda é caminho para a análise e reflexão sobre a língua.

Diversidade Linguística é o tópico seguinte do *Caderno do Educador*, se para Condurú (1888), o educador-gramático do século XIX, a concepção de gramática estava atrelada à tradição, a autora contemporânea propõe um ensino pautado no respeito às variantes linguísticas e a um ensino mais produtivo, pois objetiva ensinar novas habilidades linguísticas e a ampliar os recursos linguísticos que possui:

Ao entrar para a escola, a criança já traz consigo um repertório linguístico considerável, adquirido na família e na comunidade onde vive. Essa linguagem é legítima, tem o mesmo valor que outras variantes, devendo, portanto, ser respeitada e nunca discriminada ou rejeitada. Na escola, ela convive com traços linguísticos distintos, ou seja, num ambiente bidialetal. As crianças e, muitas vezes, o próprio professor são usuários de uma variante específica do seu grupo social. Por outro lado, outros professores, especialistas e materiais didáticos adotam a variante padrão – a escola.

Há, assim, uma alternância no uso de variantes, o que é altamente positivo, pois os eventos de oralidade tornam-se espontâneos, efetivos e destituídos de qualquer tipo de discriminação.

Com essa prática, os alunos começam a fazer distinção entre as diferentes modalidades linguísticas e a adquirir o padrão culto, desenvolvendo, mesmo inconscientemente, concepções de adequação ou não no uso dessas variantes. (DIAS, 2010c, p. 15).

O *Caderno do Educador* apresenta, ainda, os tópicos Cantinho de Aprendizagem, Como orientar um estudo de texto (dois exemplos), Sugestões de atividades de produção de textos, Avaliação em produção de textos, antes de se dedicar ao item Conhecimentos linguísticos. Sobre este aspecto a autora assinala que há uma progressão de desempenho linguístico que parte da distinção de aspectos da língua oral e escrita para a aquisição de conhecimentos indispensáveis para o domínio da língua.

Em relação à gramática, destaca que ela está subjacente a todo registro linguístico, de forma que

Quando a criança usa a língua, ela revela um conhecimento gramatical implícito que vai lhe permitir organizar a sua mensagem de acordo com as normas específicas dessa língua, no caso, a portuguesa. Porém, o trabalho com a gramática não pode ser desenvolvido pela exposição do conhecimento gramatical, mas, sim, pelo uso, pela experiência linguística.

O professor deverá criar condições, oportunidades de interação linguística, as mais diversas, para promover a aprendizagem da língua pelo uso. À medida que o aluno automatiza o emprego gramatical, adequado ao padrão culto, esse conhecimento será sistematizado por meio de exercícios de fixação, jogos, brincadeiras e outros recursos. A principal intenção deverá ser a de avaliação formativa.

A avaliação em conhecimentos linguísticos deveria ser uma avaliação em processo sem nenhum exercício específico ou final. (DIAS, 2010c, p. 65).

Percebe-se que há uma concepção de gramática como uma competência linguística internalizada do falante, da qual ele faz uso sem consciência de que é uma gramática. Essa competência pode ser entendida como gramática de uso, pois possibilita o uso intuitivo da língua. Assim, vemos novamente um movimento para um ensino produtivo ao mostrar o funcionamento da língua e, assim, desenvolver a competência comunicativa do aluno.

Em relação ao aspecto Organização, em *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa – 4* e *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa – 5*, encontra-se uma página antecedendo o prefácio, com vários ícones que indicam como a atividade deve ser desenvolvida, eles estarão presentes no decorrer de cada página da obra. E, de acordo com as propostas da autora, vêm amenizar o trabalho do educador e, sobretudo, o entendimento do educando, facilitando a aprendizagem. Em sua estrutura essa obra possui Atividades Básicas (A), Atividades Práticas (B) e Atividades de Aplicação e Compromisso Social (C). São atividades sequenciais que, de acordo com Dias (2010a), favorecem a pesquisa e a problematização, possibilitam a construção do conhecimento no coletivo e individualmente.

As obras em análise possuem formas distintas, no que se refere à distribuição e organização dos conteúdos que as compõem. O *Caderno de ensino e aprendizagem: Língua Portuguesa 4*, de Dias (2010a) é dividido em três unidades, desdobrados em temas singulares, cada unidade está baseada nos temas seguintes: “Sobre campo, árvores e você, brinquedos e brincadeiras e bichos e suas histórias”. Destacando em cada unidade um determinado tema, que se avança aos diferentes textos, usados na leitura e interpretação. Dessa forma, os textos ficam, inteiramente, ligados ao tema indicado no início das unidades.

Nota-se, também, que, de acordo com os temas, a autora dá um enfoque especial a alunos do campo. As unidades encontram-se subdivididas em seções, as quais se estruturam da seguinte forma: “Convivendo com textos; Pensando... e Registrando!; Conhecendo sua língua; Pensando e compreendendo textos; Você sabia?; Curiosidade; Produzindo textos; Conhecendo a Língua Portuguesa”. Além disso, a obra nas seções “Você sabia?” e “Curiosidade”, busca levar o aluno à uma reflexão acerca dos conhecimentos já estabelecidos e estudados, levando-o a se desprender dos textos, construindo opiniões e conhecimentos diversos aos assuntos abordados.

A organização do *Caderno de Ensino e Aprendizagem: Língua Portuguesa 5* contém cinco unidades, e cinco temas singulares, e não possui subtemas, divididos em: “Caleidoscópio, Linguagem, linguagens! Muitas falas, Aspectos regionais, Aquarela brasileira e Passaredo”. Ressaltamos que a autora não apresenta nessa abertura, as gramáticas e os tipos de textos, que serão trabalhados no decorrer do estudo. As informações do Prefácio, página de Ícones, páginas de Aberturas, Atividades sequenciais e Subdivisões de seções são idênticas às do volume 4, explicitados anteriormente.

No início de cada unidade a autora faz uma pequena introdução, apresenta imagens e textos além de atividades a respeito do assunto que será abordado, posto assim com o objetivo de motivar e avaliar os conhecimentos prévios dos educandos sobre o conteúdo abordado.

Para o trabalho com a leitura, a obra apresenta uma variedade de textos, seguidos por perguntas, que instiga à compreensão e à interpretação dos textos estudados. Desse modo, a finalidade do exercício é instrumentalizar o aluno, para que ele seja capaz de buscar no texto, elementos que o ajudem na elaboração das respostas das perguntas propostas. Em alguns casos, necessita-se apenas que o aluno localize e copie informações no texto, em outros se exige um trabalho em grupo de reflexão linguística, como vemos em:

Pensando e Compreendendo Textos

Madalena - Mandalena

1. Observe e discuta com seus colegas.

- Qual é a diferença que aparece na segunda palavra?

- Por que o apelido Mandalena? (DIAS, 2010b, p. 63).

No final de cada etapa de interpretações de leitura, a autora estimula os alunos à produção textual, a partir de perguntas, todas relacionadas ao que foi estudado, fazendo com que o aluno se auto avalie e, desta forma, reconheça se o objetivo sugerido na proposta foi de fato alcançado. É relevante a preocupação em ultrapassar as fronteiras da escola e se estender para a família, como na atividade sobre o uso de uma variante linguística destacada a seguir:

1. DIVIRTA-SE com estas cenas de linguagem e ... linguagens!

CENA 1

- Viche! Óia só!

O outro assustado:

- Minha Nossa! Que taio!
- E agora? Que sangrera!

CENA 2

- Licença, patrão! O dotô tem pó pá tapá taio?
- O quê???, diz o médico.
- Ah, doutor! Ele quer saber se o senhor tem pó cicatrizante para colocar no talho – o corte do dedo – explica o dono da fazenda.

2. Você notou que, nem sempre, se compreende bem uma variante de língua?

Comente isso com pessoas de sua família.

Conte o que aprendeu sobre variantes linguísticas.

Mostre, no texto, exemplos de variante coloquial.

3. Leia as cenas 1 e 2 para essas pessoas

Não deixe de ler a explicação dada pelo dono da fazenda.

Veja se as falas dos lavradores foram compreendidas pelas pessoas da sua família.

Pesquise outras situações de variantes coloquiais.

Escreva-as ou desenhe-as. (DIAS, 2010b, p. 70).

Destaca-se, ainda, o trabalho com a língua na seção “Conhecendo sua língua”, em que são trabalhados os aspectos linguísticos de forma que o próprio aluno faça uma reflexão sobre os fatos linguísticos e construa o seu conhecimento. Para tanto, apresenta oito palavras retiradas de texto lido anteriormente (todas proparoxítonas) e pede que o aluno observe o acento usado nas palavras, bem como que ele descubra os porquês dos acentos considerado para isto o número de sílabas de cada palavra e a sua tonicidade.

E, encerrando a etapa, a autora pede ao aluno que ele apresente suas atividades ao educador para que este último possa registrar o progresso do aluno.

Se no modelo estudado anteriormente – o ensino mútuo, incentivava-se a disciplina e a ordem; no modelo moderno, valoriza-se a interação e a reflexão, para a educação no campo, assim como para a educação de forma geral, uma vez que “é importante conscientizar-se de que mudou o conceito de erro ligado a fracasso, punição, castigo. O que vale em linguagem são os acertos, os sucessos, quer dizer, a adequação, a contextualização” (DIAS, 2010c, p. 68). Desta forma, os percalços da aprendizagem devem ser vistos como possibilidades de identificar os porquês, também as causas do resultado e o que pode ser feito

para conseguir a adequação, o acerto.

Assim sendo, explicitaremos algumas considerações sobre os modelos de ensino e os materiais utilizados para o fazer docente.

Considerações finais

As questões referentes ao processo de implementação do ensino da Língua Portuguesa no Nordeste, com os métodos de ensino: Mútuo, na segunda metade do século XIX, e Multisseriado, na primeira metade do século XXI, merecem especial destaque do estudioso da Historiografia Linguística, não apenas porque influenciam a produção do material dos momentos a que pertencem, mas porque podem ajudar a compreender as relações entre as escolhas metodológicas e o clima de opinião.

Por um lado, a gramática da Língua Portuguesa, no primeiro momento, é marcada pela continuidade do modelo latino e se apropria deste modelo para a execução do método de ensino mútuo, especialmente, porque ambos tendem a uma prática mais disciplinada e rígida, por outro lado, o material didático, no segundo momento, é marcado pela descontinuidade do modelo latino, mas a adesão à concepção de língua/linguagem como interação, portanto mais propício a um modelo multisseriado que se baseia no apoio mútuo dos alunos e nas interlocuções nos grupos de alunos e com o educador para a construção do conhecimento linguístico.

Desta forma, verificamos que os dois métodos de ensino, de 1850 e 2010, refletem-se nos materiais auxiliares do professor: a gramática e o material didático. Tais análises levam-nos a assegurar que investigação historiográfica e escola devem caminhar compassadamente para colaborarem com o ensino de língua portuguesa.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação/Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação. *Programa Escola Ativa: guia para a formação de educadores da Escola Ativa*. Brasília, 2005.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Projeto base*. Brasília, 2010.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Política e educação no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1984.

- CONDURÚ, Filipe Benício de Oliveira. *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*. 13ed. São Luis: MA, 1888.
- DIAS, Selma Alves Passos Wanderley. *Caderno de ensino e aprendizagem: língua portuguesa 4*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010a.
- _____. *Caderno de ensino e aprendizagem: língua portuguesa 5*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010b.
- _____. *Caderno do Educador*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010c.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KÖERNER, Konrad. “Questões que persistem em Historiografia Lingüística.”. Trad. de Cristina Altman [orig. inglês “Persistent Issues in Linguistic Historiography.” Professing Linguistic Historiography. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995] ANPOLL. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Lingüística* 2, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 6 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- NEVES, Fátima Maria; MEN, Liliana. O método pedagógico de Lancaster e a cultura escolar. *Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil*. 10 a 13 de julho de 2007. UNICAMP: Campinas. Disponível em http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antiores/anais16/sem07pdf/sm07ss12_06.pdf. Acesso em 01 de julho de 2015.
- NOGUEIRA, Sônia Maria. *Língua Portuguesa no Maranhão do século XIX sob o enfoque historiográfico*. São Luis: EDIUEMA, 2015.
- SWIGGERS, Pierre. A Historiografia da Língua: objeto, objetivos, organização. *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, n. 44/45. 2013. p. 39-59.

Recebido em 27 de julho de 2015.

Aceito em 29 de setembro de 2015.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

CANDIDA BARROS possui graduação em Escola de Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975), mestrado em Linguística - Escola Nacional de Antropologia e História (México, 1982) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Atualmente é pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: jesuítas, política linguística, língua geral, catecismos e sociolinguística.

CRISTINA ALTMAN é professora titular do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo. É doutora em Linguística pelas Universidades Católica da Louvânia e de São Paulo (1993). Realizou estágios pós-doutorais na Universidade de Harvard e no M.I.T. (1999); na Universidade de Amsterdam (2006); no Instituto Ibero-americano de Berlin (2009) e na Tokyo University of Foreign Studies (2010). Tem experiência nas áreas de Historiografia Linguística, gramáticas coloniais sul-americanas e Estruturalismo linguístico.

GONÇALO FERNANDES possui doutorado em Linguística Portuguesa e a Agregação (Livre Docência) em Ciências da Linguagem, especialização em Linguística Portuguesa pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Atualmente detém o cargo de professor auxiliar com agregação da UTAD e investigador do Centro de Estudos em Letras. Sua atividade de pesquisa inscreve-se na área da Historiografia Linguística, com ênfase na época medieval e na Linguística Missionária.

JOSÉ GOMEZ ASECIO é doutor em Filosofia e em Letras pela Universidade de Salamanca (1980). É catedrático de Filologia espanhola na Universidade de Salamanca desde 1989. Atuou como Reitor da mesma universidade em 2009, além de haver nela exercido os cargos de Diretor de cursos Internacionais e Diretor do Mestrado em Ensino do Espanhol como Língua Estrangeira. É autor de inúmeros trabalhos científicos e sua área de especialidade.

MARIA FILOMENZA GONÇALVES é doutora em Linguística Portuguesa e agregada em História da Língua e Historiografia Linguística. Leciona no Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. Coordena a Linha 3 do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. É autora de vários livros e inúmeros artigos publicados em vários países.

MARINA A. KOSSARIK é professora catedrática e presidente do Departamento de Línguas românicas da Faculdade de Filologia da Universidade Estatal Lomonosov de Moscou. É Diretora da Cátedra Camões da mesma universidade. Tem-se destacado pela publicação de vários textos no campo da lusofonia, com ênfase na gramaticografia do português.

NEUSA BARBOSA BASTOS cumpriu estágio de pós-doutorado na Universidade do Porto, Portugal. Concluiu o doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1987. Atualmente, é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie e consultora da CAPES. Atua na área de Letras, com ênfase em Historiografia Linguística. É autora de várias obras no campo de sua especialidade.

OLGA FERREIRA COELHO é bacharel em Linguística, licenciada em Português (1994), mestre (1998) e doutora (2003) em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo. Realizou estágio de pós-doutorado (2010) na Tokyo University of Foreign Studies. É professora do Departamento de Linguística da USP, onde desenvolve projetos de pesquisa na área de Historiografia Linguística. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da USP entre 2012 e 2014.

PATRICIA SILVESTRE LEITE DI IÓRIO possui mestrado em Língua Portuguesa (1997) e doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Atualmente exerce o cargo de professor adjunto III da Universidade Cruzeiro do Sul e atua como pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É autora de vários trabalhos nas áreas de sua especialidade.

ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO é professor associado da Universidade do Porto. Concluiu o doutoramento em Filologia no Departamento de Filologia Latina da Universidade Complutense de Madri em 2001. Possui equivalência ao grau de doutor no ramo de conhecimento em Cultura pela Universidade do Porto (2001). É autor de vários trabalhos no campo da Historiografia da Linguística, da História da Didática das Línguas (séculos XVI-XX), da Crítica Textual, entre outros.

RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA é doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo, tem experiência docente em Teoria e Análise Linguística, Pragmática e Historiografia Linguística. É docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras. Entre 2011-2014 foi coordenador do Curso de Letras da mesma universidade. Desde 2011 é Editor Executivo da *Revista Todas as Letras* (Qualis A2).

RUTH MARIA MONSERRAT é bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1961). Tem mestrado em Ciências Filológicas - Universidade Patrice Lumumba - Moscou (1967) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e assessora linguística de vários projetos de Educação Escolar Indígena.

SÔNIA MARIA NOGUEIRA tem doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Atualmente exerce o cargo de professor adjunto II da Universidade Estadual do Maranhão, no Centro de Estudos Superiores de Imperatriz/MA e professor titular - Complexo E. Graça Aranha. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa.

STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA é formada em Letras (Português e Espanhol) e mestre em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é pesquisadora do Centro de Documentação em Historiografia Linguística da mesma universidade e professora de língua espanhola e portuguesa no Colégio Missionista São Paulo da Cruz.

VERA LÚCIA HARABAGI HANNA é doutora em Historiografia Linguística pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie e atua no Curso de Graduação em Letras do Centro de Comunicação e Letras da UPM com disciplinas sobre Metodologia de Ensino de Língua Inglesa, Cultura dos Povos de Língua Inglesa e Estudos Culturais.